

CIBEC/INEP



B0006488

*atlas
histórico
escolar*

MEC — FUNDAÇÃO NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR

atlas histórico escolar

Brasil. Fundação Nacional de Material Escolar.

B823a Atlas histórico escolar [por] Manoel Maurício de Albuquerque, Arthur Cêzar Ferreira Reis [e] Carlos Delgado de Carvalho. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, FENAME, 1977
160p. ilust. 31,5 cm.

1. Atlas. 2. Geografia histórica - Mapas. I. Albuquerque, Manoel Maurício de, 1927- .II. Reis Arthur Cêzar Ferreira, 1906- .III. Carvalho, Carlos Delgado de, 1884- .IV. Título.

77-002 MEC/FENAME/RJ CDD-911

atlas histórico escolar

7ª edição
revista e atualizada

Manoel Maurício de Albuquerque
Arthur César Ferreira Reis
Carlos Delgado de Carvalho



1977
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
FENAME - FUNDAÇÃO NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR

©1960

Direitos autorais exclusivos da

FENAME — Ministério da Educação e Cultura

1ª edição - 1960

1ª edição/2ª tiragem - 1961

2ª edição - 1965

3ª edição - 1967

4ª edição - 1968

5ª edição - 1969

6ª edição - 1973

Impresso no Brasil



Esta edição foi publicada pela

FENAME - Fundação Nacional de Material Escolar, sendo

Presidente da República Federativa do Brasil

Ernesto Geisel

Ministro de Estado da Educação e Cultura

Ney Braga

Secretário-Geral do MEC

Euro Brandão

Secretário de Apoio Administrativo do MEC

Hélio Pontes

Diretor Executivo da FENAME

Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio



AUTORES

HISTÓRIA DO BRASIL

Manoel Maurício de Albuquerque — Professor de História Econômica do Brasil da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — Ex-Professor do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores.

HISTÓRIA DA AMÉRICA

Arthur Cézar Ferreira Reis — Catedrático de História da América da Faculdade de Filosofia, e de História Política e Social do Brasil da Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — Professor de História da América da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Petrópolis.

HISTÓRIA GERAL

Carlos Delgado de Carvalho — Professor Emérito e Catedrático de História Contemporânea da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — Catedrático de Sociologia do Instituto de Educação do Estado do Rio de Janeiro — Representante do Ministério da Educação e Cultura no Diretório do Conselho Nacional de Geografia (atual Fundação I.B.G.E.).

COLABORADORES DO PROJETO ORIGINAL

Américo Jacobina Lacombe
Carlos Goldenberg
João Alfredo Libânio Guedes
Martinho Corrêa e Castro
Miridan Brito Knox
Nemésio Bonates
Therezinha de Castro
ILUSTRAÇÃO
Ivan Wasth Rodrigues

sumario

Prefácio	7
História do Brasil	9
História da América	41
História Geral	71
índice	160

prefácio

A Fundação Nacional de Material Escolar, em continuidade ao trabalho de assistência ao estudante, na área de material de apoio pedagógico, apresenta esta 7ª edição do *Atlas Histórico Escolar*, revista e atualizada em face dos recentes fatos econômico-sociais que vêm atuando na evolução da História.

Trata-se de trabalho originariamente pioneiro da linha editorial da Fundação, considerado nos meios educacionais como fonte indispensável de consulta e referência para o estudante.

Constituído de três partes distintas, História do Brasil, História da América e História Geral, apresenta mapas que são complementados por textos e ilustrações artísticas de cenas e épocas históricas, representativas do panorama cultural.

A temática e os critérios que nortearam a elaboração do *Atlas Histórico Escolar* são apresentados por seus autores, Professores Arthur César Ferreira Reis, Carlos Delgado de Carvalho e Manuel Maurício de Albuquerque.

Destinada ao Ensino de 1º e 2º Graus esta edição mereceu a aplicação de novos recursos visuais, de forma a aliar os padrões de qualidade, preço acessível e melhor utilização, de acordo com as normas editoriais que esta Fundação vem implantando com a colaboração do parque gráfico nacional.

Rio de Janeiro, maio de 1976

Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

**Diretor Executivo da
Fundação Nacional de Material Escolar**

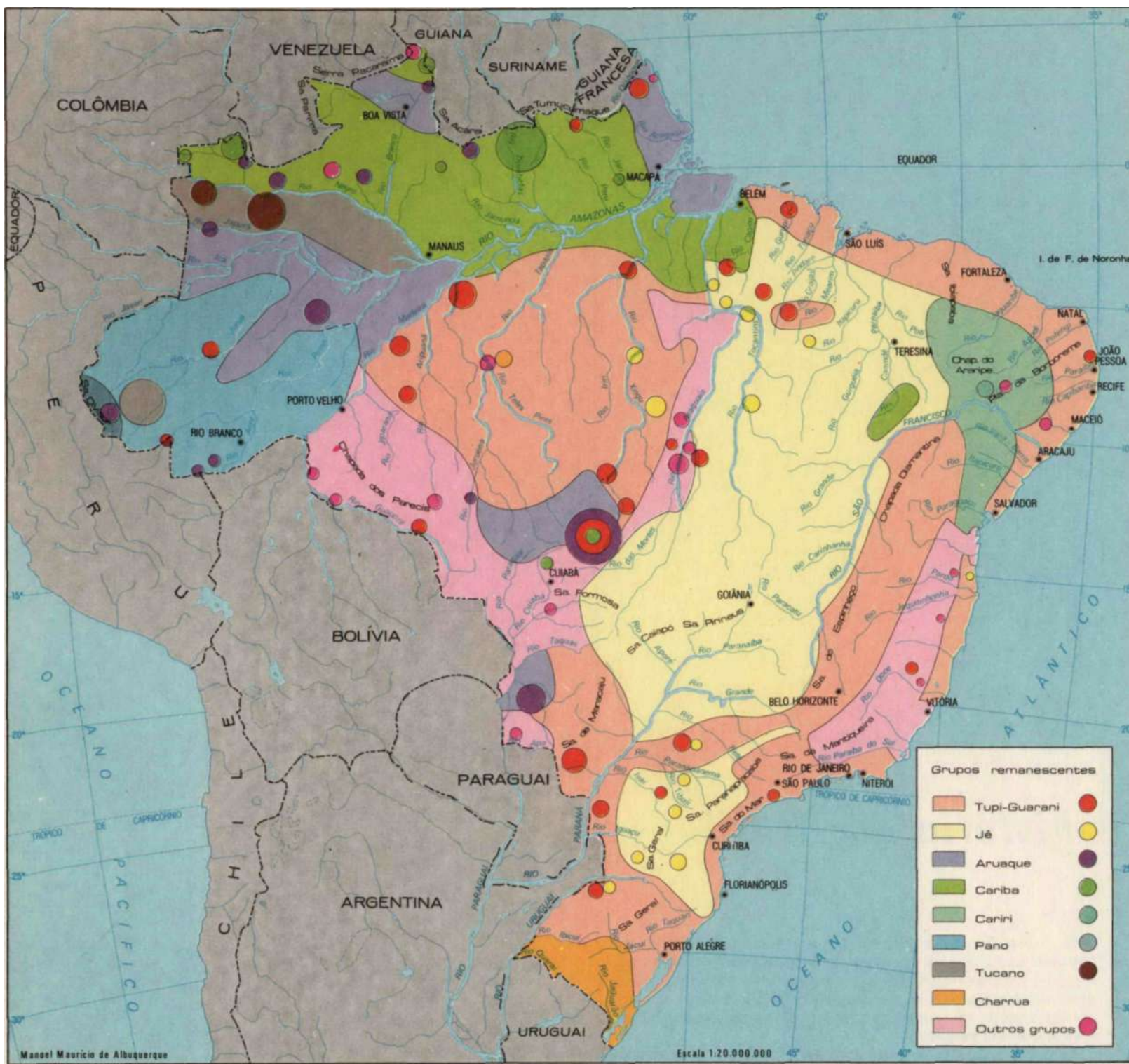
história do Brasil

Na realização do presente trabalho procuramos satisfazer exatamente aos objetivos previstos no próprio título da obra: *Atlas Histórico Escolar*. Assim, tendo como base elementos geográficos, desenvolvemos um plano cronológico capaz de fornecer aos estudantes, através de mapas, um elemento auxiliar na fixação dos conhecimentos históricos.

Evitamos o que poderia exceder esta finalidade, contentando-nos com o que nos pareceu mais objetivo e essencial dentro do que exigem os programas escolares atuais.

Serviu-nos de roteiro inicial a planificação anteriormente apresentada pelo Prof. João Alfredo Libânio Guedes. Permitimo-nos desenvolver e modificar aquilo que poderia esclarecer certos aspectos menos divulgados de nossa História. É o caso dos mapas referentes às capitanias hereditárias e reais, dos que fixam a evolução econômico-povoadora do Brasil ou os relativos ao problema da mão-de-obra, à fixação de nossas fronteiras ou à atuação brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Quanto às ilustrações, excluimos propositadamente os retratos, não só pelo que poderiam pressupor de escolha injusta como, também, por muitos deles, principalmente os coloniais, serem idealizações de fraco valor informativo, prejudiciais mesmo. Preferimos, num critério cultural mais amplo, homenagear os grandes grupos que construíram o Brasil atual, através de uma visualização em que a beleza se aliasse a veracidade documental.



DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS INDÍGENAS

As formações sociais indígenas representavam diversos estágios da comunidade primitiva, que entrou em processo de desagregação a partir dos contatos com os representantes da expansão mercantil européia. O avanço das frentes pioneiras promoveu, sucessivamente, a diminuição das áreas de mobilidade espacial e também o decréscimo quantitativo dessas populações cuja importância numérica atual é bastante reduzida.

Deste relacionamento, pacífico ou conflitante, resultaram a mestiçagem e a incorporação de várias experiências daquelas comunidades à Formação Social Brasileira. Estes elementos foram transformados na medida em que se articulavam em outra estrutura social, diferente daquela que organizava as populações indígenas. É neste novo contexto que deve ser analisado o aproveitamento econômico da mandioca, do milho, do algodão, da batata e de numerosas outras espécies vegetais, além das práti-

cas de trabalho coletivo, como o *mutirão*, ou o emprego da rede de dormir ou de técnicas de caça e pesca. A mesma reflexão deve ser feita no estudo das transformações dos procedimentos alimentares ou das contribuições ao universo folclórico brasileiro. Ela também nos permite compreender como a difusão de elementos tupis, apropriados pelos agentes da colonização, resultou na falsa noção de que este fora o único grupo indígena a contribuir na estrutura social brasileira.

Observe-se no mapa a distribuição primitiva das formações sociais indígenas, tendo como base a classificação lingüística e, em tom mais forte, os remanescentes atuais.



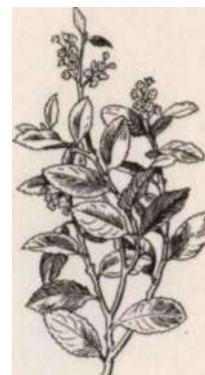
Milho



Mandioca



Fumo ou
tabaco



Mate

Plantas indígenas — As comunidades primitivas indígenas produziram técnicas para o aproveitamento econômico do milho, da mandioca, do fumo e do mate. Também já utilizavam outros vegetais, como o algodão, o cacau e o guaraná, mas não atribuíam ainda a esses produtos um valor comercial.



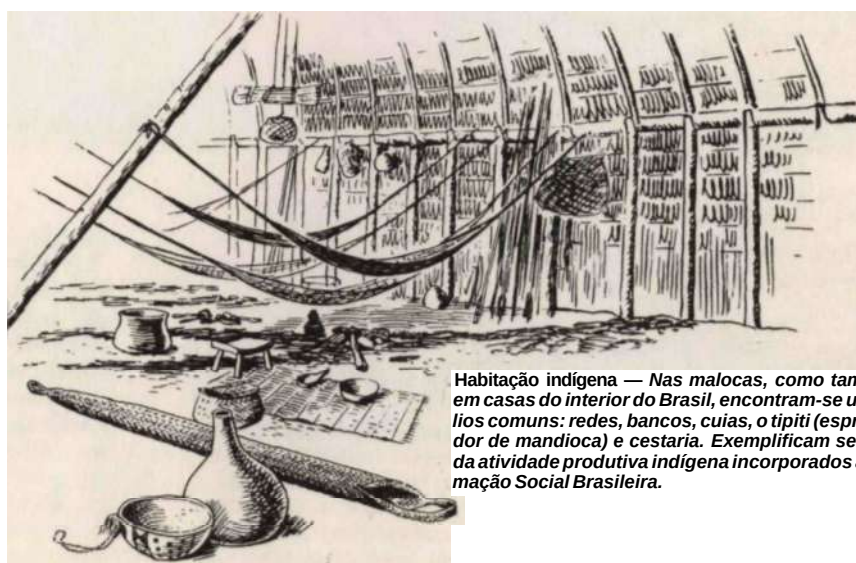
Casa rural — Nas construções sertanejas articulam-se elementos de origem diversa. A estrutura da habitação é européia, mas nela se aproveitam também elementos da experiência indígena: a cobertura de palha, as paredes de galhos entrançados, o emprego do barro.



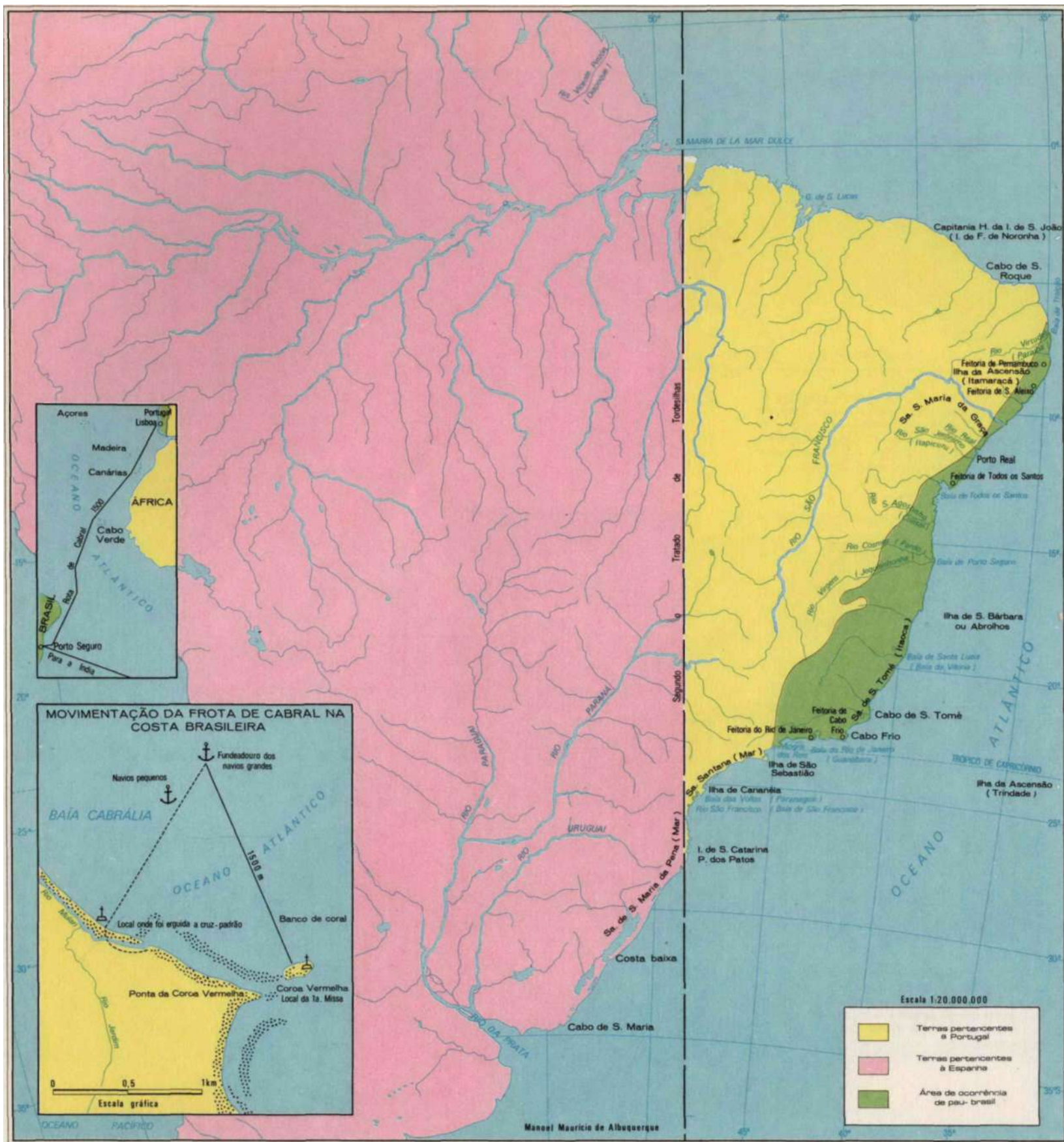
índio cambeba — Os Cambebas, índios do Amazonas, foram os descobridores da borracha. Com ela fabricavam vários utensílios, inclusive bolsas para carregar água: as "seringas". Os Cambebas deformavam artificialmente a cabeça, de onde lhes veio o nome que, em tupi, significa "cabeça chata". (Desenho segundo o original da Viagem Filosófica, séc. XVIII, de Alexandre Rodrigues Ferreiro, Biblioteca Nacional.)



Cerâmica dos Carajás — Os Carajás habitam, principalmente, a ilha de Bananal, em Goiás. Possuem uma técnica de cerâmica muito adiantada e de grande beleza artística. (O desenho reproduz uma peça da coleção do Museu do Índio, no Rio de Janeiro.)



Habitação indígena — Nas malocas, como também em casas do interior do Brasil, encontram-se utensílios comuns: redes, bancos, cuias, o tipiti (espremedor de mandioca) e cestaria. Exemplificam setores da atividade produtiva indígena incorporados à Formação Social Brasileira.



PERÍODO PRE COLONIZADOR 1500-1530

Na etapa que antecedeu à instalação da agromanufatura do açúcar, o extrativismo do pau-brasil constituiu a principal atividade econômica. No entanto, não atendia aos interesses comerciais dominantes na expansão portuguesa: a busca de intercâmbio com formações sociais em estágio mercantil, capazes de oferecer produtos exóticos, metais preciosos e em condições de consumir gêneros importados. Esses requisitos não podiam ser atendidos pelas comunidades primitivas indígenas, com as quais somente se

podiam realizar as trocas rudimentares do *escambo*.

O expansionismo espanhol e francês forçou o Estado Português a consolidar o seu domínio colonial no Brasil. O controle do litoral era imprescindível para a segurança das rotas comerciais do Atlântico que davam acesso aos centros comerciais africanos e, através do Índico ou do Pacífico, à Ásia.

O arrendamento do pau-brasil, as feitorias dispersas pela orla marítima, a doação da Capitania Hereditária da Ilha de São João, em 1504, e as práticas repressivas das esquadras de guarda-costas eram iniciativas de âmbito limitado. A instalação de unidades produtoras de açúcar foi a solução adequada, porque nela convergiam vários elementos favoráveis: a expansão do mercado consumidor europeu, a experiência técnica aperfeiçoada nas ilhas do

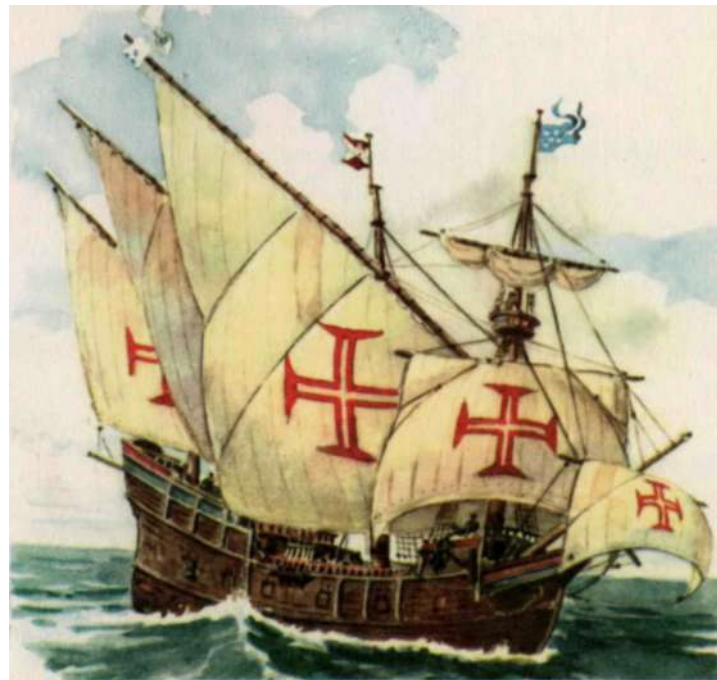
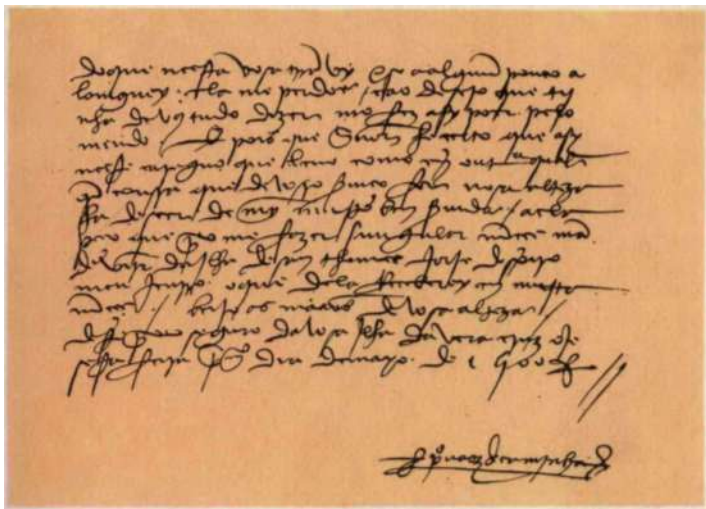


Besteiro português — A besta, arma dos séculos XV e XVI, ainda persiste em algumas regiões do Nordeste como brinquedo infantil. Quarenta homens armados desta forma acompanharam Pero Lobo e Francisco Chaves numa entrada ao interior do Brasil em 1531. (Desenho segundo uma escultura africana do século XV existente no Museu Britânico.)

Trecho do fac-símile da Carta de Pero Vaz de Caminha
 ...do que nesta Vossa terra vi. E se a um pouco alonguei, Ela me perdoe.
 Porque o desejo que tinha de Vos tudo dizer, mo fez pôr assim pelo miúdo.
 E poisque. Senhor, é certo que tanto neste cargo que levo como em outra
 qualquer cousa que de Vosso serviço for. Vossa Alteza há de ser de mim muito
 bem servida, a Ela peço que por me fazer singular mercê, mande vir da ilha de São
 Tome a Jorge de Osório, meu genro — o que d'Ela receberei em muita mercê.
 Beijo as mãos de Vossa Alteza.
 Deste Porto-Seguro, da Vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia
 de Maio de 1500.

s. Pero Vaz de Caminha.

Carta de Pero Vaz de Caminha — O primeiro e mais importante documento sobre o Brasil está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Portugal. Ele nos informa sobre a viagem de Cabral, os objetivos que organizavam o expansionismo português, a permanência no litoral da Bahia e os primeiros contatos com as comunidades primitivas indígenas. Durante a Exposição do IV Centenário de São Paulo, a Carta foi exibida e depois retornou à Europa.



Caravela redonda — A caravela, de origem moura e aperfeiçoada pelos portugueses, empregava velas triangulares ("latinas") e era própria para navegar com qualquer vento. Isto a tornou um elemento de grande eficiência nas explorações marítimas.

Atlântico e o concurso de capitais estrangeiros, notadamente os flamengos. Como suporte econômico, o açúcar podia financiar a defesa do litoral, superava a insegurança das rendas do comércio do pau-brasil e oferecia condições para o conhecimento das possibilidades minerais do Brasil. Este último objetivo, dominante no projeto expansionista português, recebeu novos estímulos a partir da conquista espanhola do México e posteriormente do Peru.

O mapa resume os resultados da ação portuguesa nessa etapa dominada pelo extrativismo vegetal: o conhecimento litorâneo e a fundação de feitorias para o armazenamento do pau-brasil.

No primeiro encarte, o roteiro de Cabral, segundo a Carta de Caminha; o outro, de autoria de Jaime Cortesão, mostra o local dos principais sucessos do Descobrimento.



AS PRIMEIRAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

Associando particulares à colonização do Brasil, o Estado Português buscava consolidar o seu domínio sem prejuízo dos interesses prioritários de outras áreas como a África e, sobretudo, a Ásia. O sistema das donatárias organizou as atividades produtivas, notadamente as da agromanufatura do açúcar e da pecuária, propiciou a fundação das primeiras vilas e o exercício das atividades jurídico-políticas e culturais. Os privilégios concedidos aos capitães-mores eram limitados pelo Estado Absolutista e tinham seu exercício articulado à estrutura econômica predominantemente escravista cuja produção era destinada quase toda ao setor de consumo externo. As capitanias hereditárias permaneceram até o

século XVIII, quando foram abolidas nos reinados de D. João V e de D. José I.

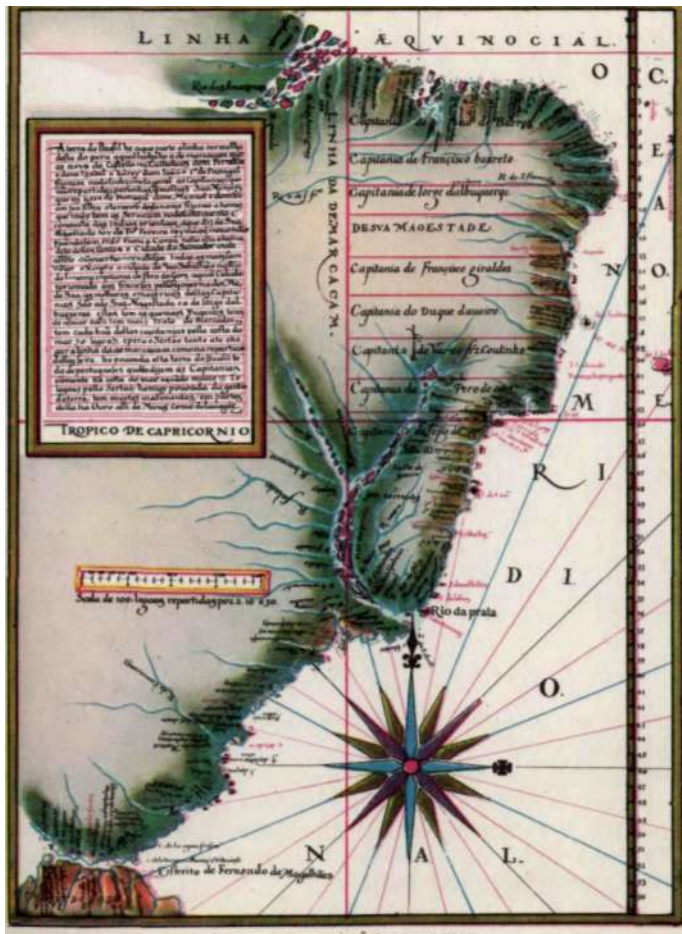
No encarte, a expedição de Martim Afonso de Sousa, que, além do reconhecimento do litoral e do interior, da defesa do monopólio comercial do pau-brasil, realizou também a fundação das vilas de São Vicente e de Piratininga e a instalação do Engenho do Senhor Governador, pertencente a Martim Afonso.



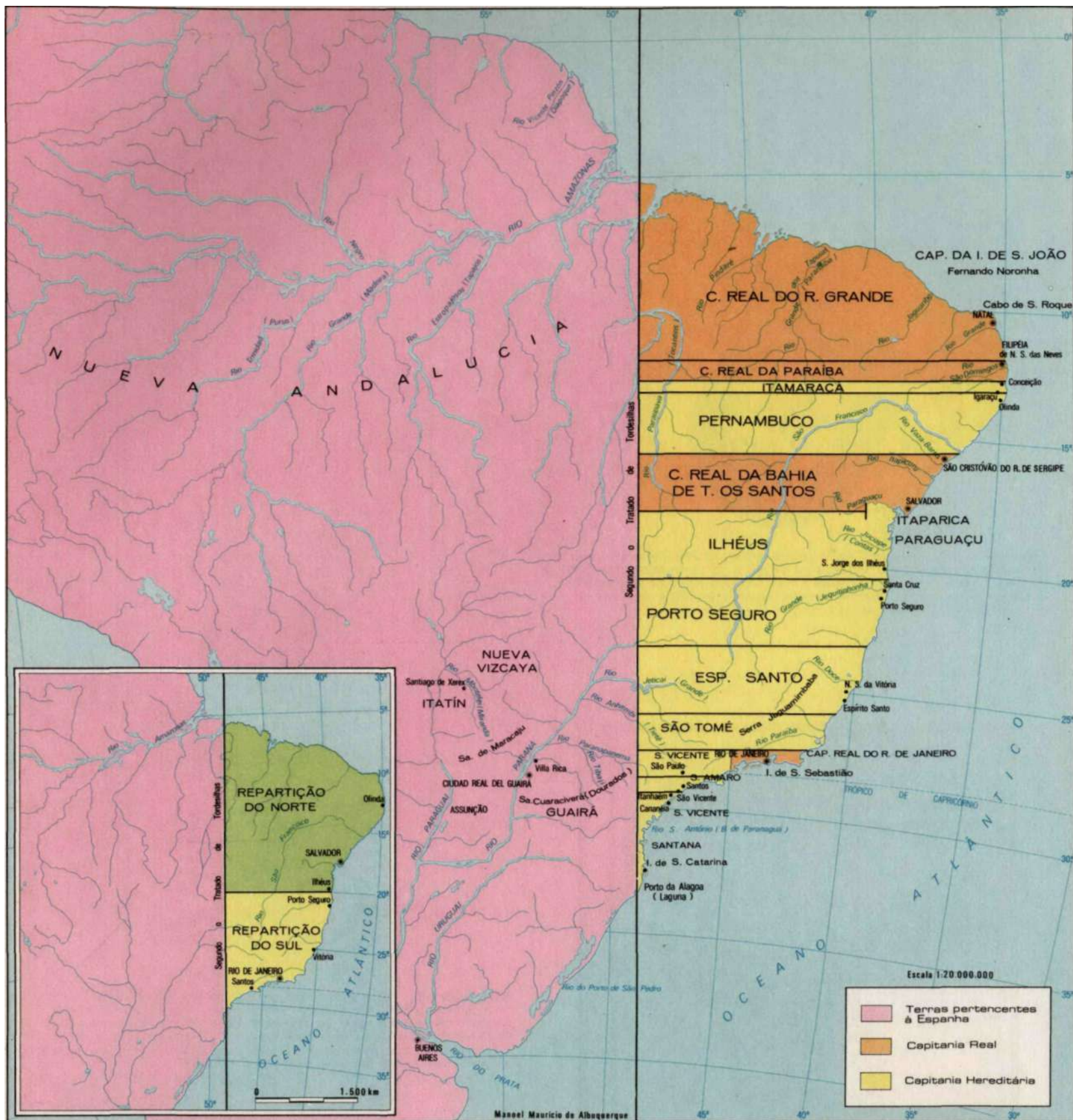
Brasão de Duarte Coelho — O Rei D. João III conferiu-lhe este brasão, em 1545, como prêmio aos serviços prestados no Oriente e em Pernambuco. Os cinco castelos lembram as cinco povoações por ele fundadas, das quais conhecemos apenas Igarauçu, Olinda e Paratibe. (Desenho segundo a descrição existente no vol. III da História da Colonização Portuguesa do Brasil.)



Colono português — Após a doação das primeiras capitanias começaram a chegar os povoadores atraídos pela doação de terras e demais incentivos concedidos pelo Estado. Na maioria, provinham das áreas rurais, mas a sua experiência agrária teve de ser ajustada à atividade produtora de base escravista, em regime de grande propriedade agroexportadora. (Desenho composto segundo a obra de Alberto de Souza: O Traje Popular em Portugal nos Séculos XVI e XVII.)



Mapa do Brasil no século XVI — Deve-se observar que, apesar de certas imprecisões e desproporções do desenho, o contorno da costa brasileira já era bastante conhecido. Isto se deve à relativa frequência e ao interesse geográfico das diversas expedições que visitaram o Brasil. (Mapa de fins do século XVI existente na Biblioteca da Ajuda em Lisboa.)



O GOVERNO-GERAL NO SÉCULO XVI

Para a instalação do Governo-Geral concorreram diversos elementos: o desigual resultado das donatárias, a permanência dos concorrentes estrangeiros e o declínio das rendas comerciais da África e da Ásia. A implantação desse órgão coordenador das práticas coloniais no Brasil foi também estimulada pelo descobrimento e exploração de minerais no Cerro Potosí, na atual Bolívia, e pela expansão promissora da produção açucareira. Os governadores-gerais tinham a sua autoridade extensiva a todo o Estado do Brasil, que então passou a compreender as antigas e novas capitanias hereditárias às quais se acrescentaram as capitanias reais. Destas últimas a primeira foi a da Bahia, onde foi fundada

Salvador, que permaneceu como capital até 1763.

O mapa informa as modificações resultantes da iniciativa centralizadora de D. João III, o povoamento simultâneo português e espanhol de terras atualmente brasileiras e, no encarte, a divisão temporária do Estado do Brasil. Esta mudança resultou do agravamento da ameaça de dominação francesa em Cabo Frio e no litoral do Leste e do Nordeste.



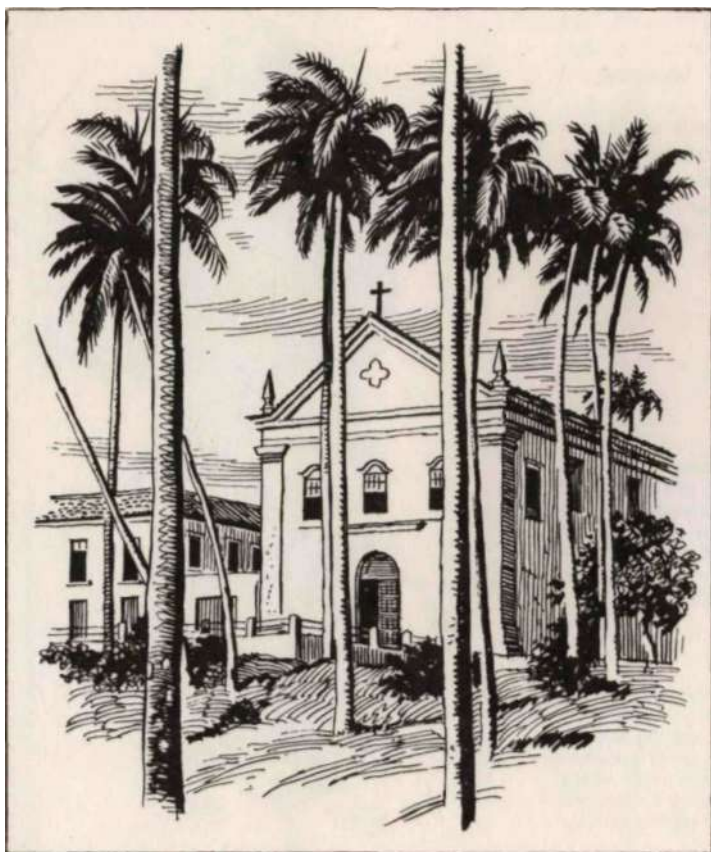
Índio tamoio — Os Tamoios, divisão do grande grupo Tupi, foram aliados dos franceses invasores do Rio de Janeiro. Após a expulsão destes, refugiaram-se em Cabo Frio, de onde os expeliu definitivamente o Governador Antônio Salema (Desenho composto com elementos do livro de Léry: Viagem à Terra do Brasil.)

Soldado francês do século XVI — Além do comércio do pau-brasil, que permaneceu ativo em áreas não ocupadas do litoral, a ação colonialista francesa ensaiou ocupar a Guanabara. O projeto teve a sua realização interrompida pela expulsão dos invasores em 1567. (Desenho composto com elementos do livro de Léry: Viagem à Terra do Brasil.)



Vila fortificada — No século XVI, as cidades e vilas brasileiras defendiam-se dos ataques dos índios e dos corsários com muros de taipa e cerca de madeira. (Desenho adaptado de uma reconstituição de São Paulo, no século XVI, da autoria de José Wasth Rodrigues.)





Igreja da Graça, em Olinda — Esta fachada é a única que nos resta do século XVI. Graças aos estudos efetuados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do MEC, podemos ter uma idéia, através desta igreja, do que seriam os primeiros templos brasileiros.



Brasão do Estado do Brasil — É interessante observar os símbolos que procuram mostrar as duas designações que recebeu o Brasil. (Desenho reproduzido do que ilustra o artigo de Hélio Vianna, no Anuário do Museu Imperial, vol. X. 1949. O original se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Portugal.)

Engenho de Megalpe — Muito embora datando do início do século XVII, este engenho nos dá uma idéia, graças ao seu aspecto de fortaleza, da insegurança dos primeiros tempos de nossa história. (Desenho adaptado da aquarela existente no Documentário Arquitetônico de José Wasth Rodrigues.)



A CONQUISTA DO NORDESTE E DO NORTE

A instalação do Governo-Geral conferiu à defesa do domínio colonial português a necessária coordenação e eficiência. Ao terminar o século XVI, ele já era contínuo desde Salvador (1549) a Natal (1599).

No entanto, o Extremo Norte permaneceu isolado devido às dificuldades de comunicação entre a Costa Leste-Oeste e o Estado do Brasil e à impossibilidade de expandir a produção açucareira em solos pobres e arenosos. Esse isolamento favoreceu tentativas de ocupação estrangeira: franceses no Maranhão, mais tarde no Amapá, e holandeses e ingleses que traficavam *drogas do sertão* no estuário amazônico.

A vigência da União Ibérica — 1580-1640 — agravou essa competição colonialista e teve como efeito o estímulo às iniciativas de colonização do Extremo Norte. Em 1621 foi instituído o Estado do Maranhão (mais tarde do Grão-Pará e Maranhão), separado do Estado do Brasil e cujos limites se estendiam da Capitania Real do Ceará ao Vice-Reino do Peru. Durante o século XVII, nele dominou a atividade extrativa das *drogas do sertão*, à qual se articulavam a criação de gado e a agromanufatura do açúcar. O litoral entre Natal e São Luís permaneceu praticamente desabitado, exceção feita do núcleo militar que deu origem à atual Fortaleza.

Para facilitar a tarefa colonizadora, o Estado distribuiu sesmarias, doou capitais hereditários e instituiu outras reais e estimulou a catequese. Nesta prática colonizadora distinguiram-se os jesuítas, os franciscanos, os carmelitas e os mercedários.

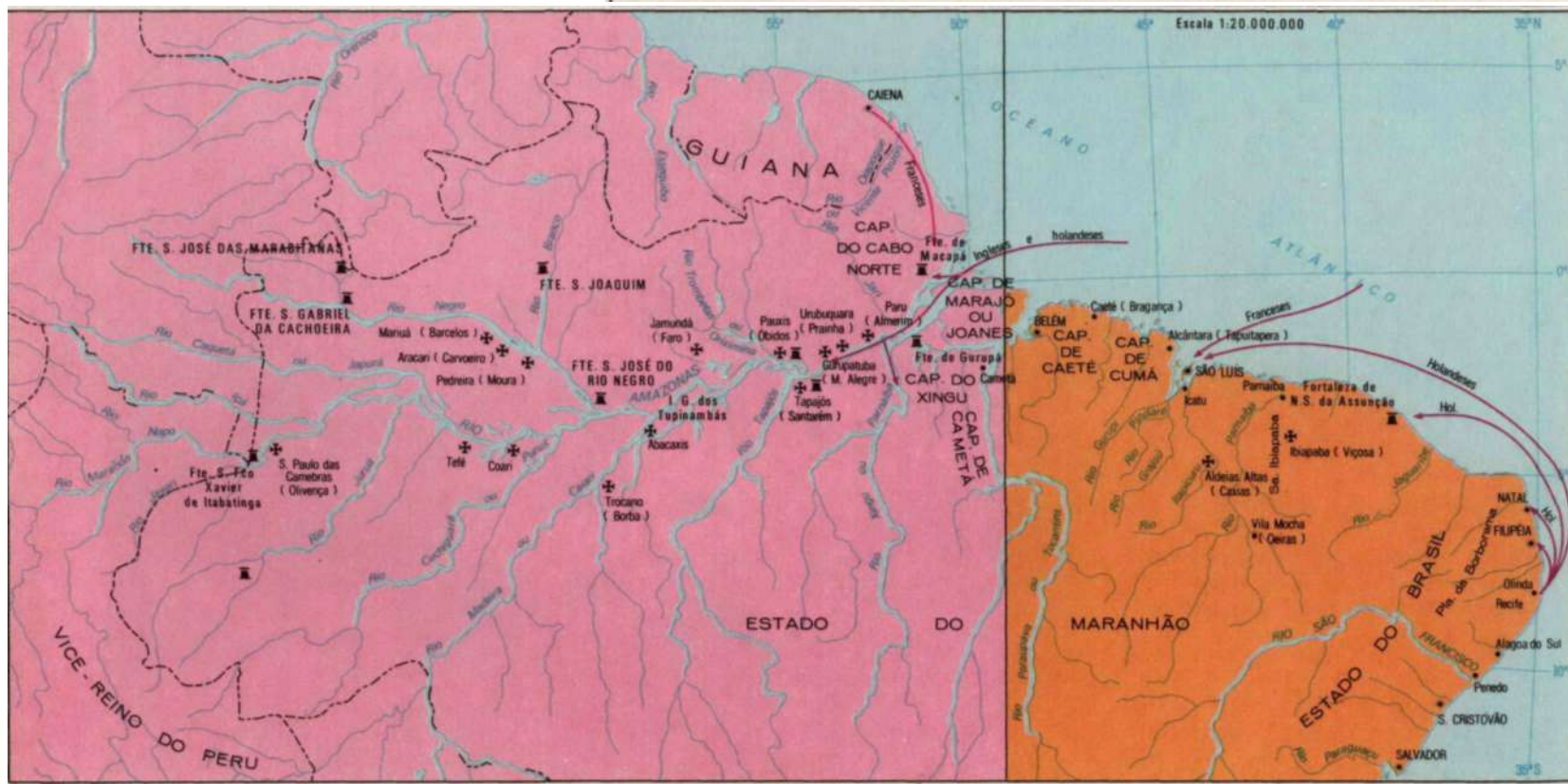
A exploração do trabalho escravo indígena produziu contínuos conflitos entre

os missionários e a classe escravista. Essa oposição de interesses constitui um dos fundamentos da Revolta de Beckman, no Maranhão (1684/85).

O encarte ilustra a *entrada* de Pedro Teixeira, que estabeleceu comunicações entre o Estado do Maranhão e as áreas mineradoras do Vice-Reino do Peru, além de assegurar a posse portuguesa de grande parte do vale amazônico.



Missionário jesuíta — As ordens religiosas colaboraram, de maneira decisiva, na fixação do elemento indígena. Graças a isso, o povoamento das terras do Norte pôde ser efetuado com maior rapidez. (Desenho composto segundo o retrato do Padre Ma/agrida, existente no vol. VIII da História da Companhia de Jesus no Brasil, do Padre Serafim Leite.)





índio militarizado — O Índio foi muito solicitado como guerreiro contra estrangeiros e selvagens rebeldes. Observe-se o emprego do couro na indumentária, como consequência da expansão da pecuária, fator essencial no povoamento do sertão. (Desenho segundo um códice do século XVIII existente no Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.)

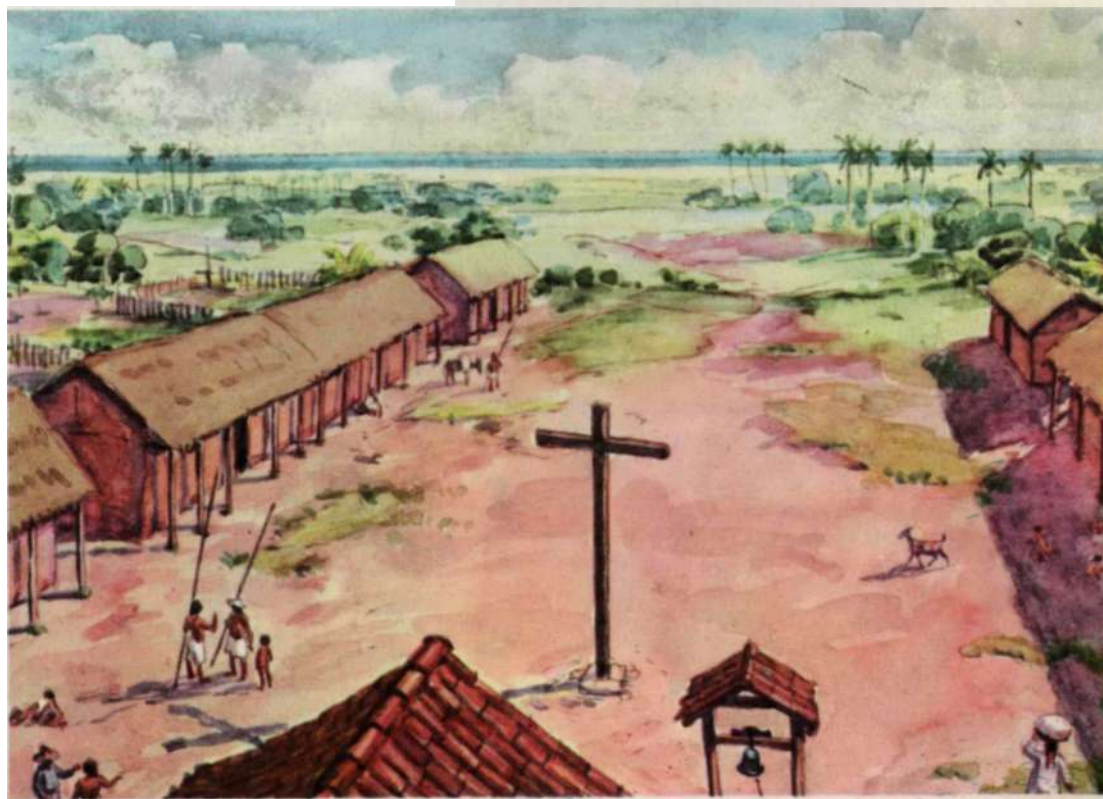


Soldado do século XVII — A ocupação do Nordeste e do Norte foi feita, sobretudo, em base militar. Para tornar efetivo o domínio português naquelas terras, os colonos tiveram que lutar contra estrangeiros e índios. (Desenho segundo elementos da indumentária militar do século XVII.)



índio tupinambé do Maranhão — Para fortalecer o seu domínio no Maranhão, os franceses procuraram aliar-se aos Tupinambés. Vários desses índios estiveram na Europa onde foram tratados com grandes homenagens, batizados e cumulado de presentes. O desenho mostra um deles com traje francês, usado por ocasião de seu batismo e primeira comunhão. (Desenho tirado do original que ilustra o livro de Claude d'Abbeville: História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão.

Aldeia missionária — As missões eram povoados em que se reuniam populações indígenas sob a direção de religiosos. Sua estrutura econômica, onde se articulavam elementos feudais, já se organizava em base mercantil. (O desenho de Zacarias Wagner, da comitiva do Conde João Maurício de Nassau Siegen, serviu de base a esta reconstituição de um estabelecimento missionário em Pernambuco.)





BANDEIRAS DOS SÉCULOS XVII E XVIII

As *bandeiras*, organizadas pelos proprietários do planalto de Piratininga, atendiam inicialmente à busca de escravos indígenas, já que os rendimentos locais não suportavam os gastos com a importação de africanos. A ocupação de portos negreiros na África pelos comerciantes holandeses conferiu a essa atividade regional da Capitania de São Vicente um estímulo mercantil poderoso: a exportação de escravos indígenas para as áreas açucareiras do Rio de Janeiro, Bahia e mesmo de Pernambuco.

A *caça ao índio* provocou conflitos com a frente pioneira hispano-jesuítica, que, a partir de Assunção, buscava alcançar o Atlântico (Guairá, Uruguai e Tape) e articular-se ao Alto Peru (Itatín). Os ataques

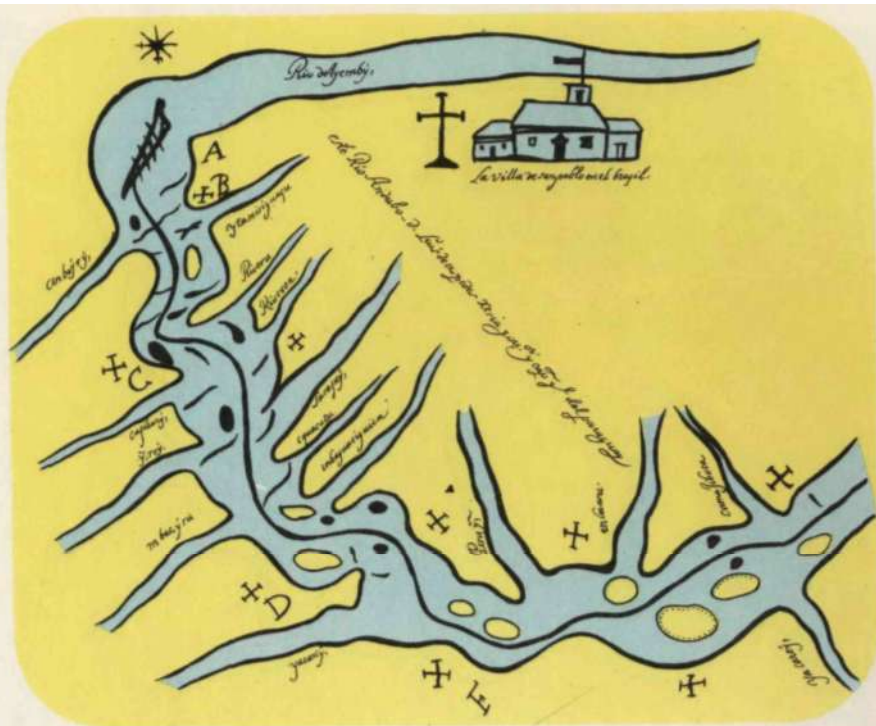
dos sertanistas vicentinos frustraram a ação desses representantes do colonialismo espanhol.

O *sertanismo de contrato* articulou-se aos interesses dos produtores de açúcar, ameaçados pelos quilombos de Palmares, e dos fazendeiros de gado, cuja atividade exigia novas terras para se desenvolver. Numerosos bandeirantes deslocaram-se para o Leste e o Nordeste, onde mais tarde se fixaram nas terras que receberam como retribuição àqueles serviços em Palmares e reprimindo a Confederação dos Cariris.

Outros sertanistas aceitaram os estímulos do Estado português dedicando-se à pesquisa mineral. Em 1695 descobriu-se ouro em Minas Gerais. O extrativismo do ouro e do diamante impulsionou o povoamento da Região Centro-Sul, disto resultando a ampliação da rede urbana, maior

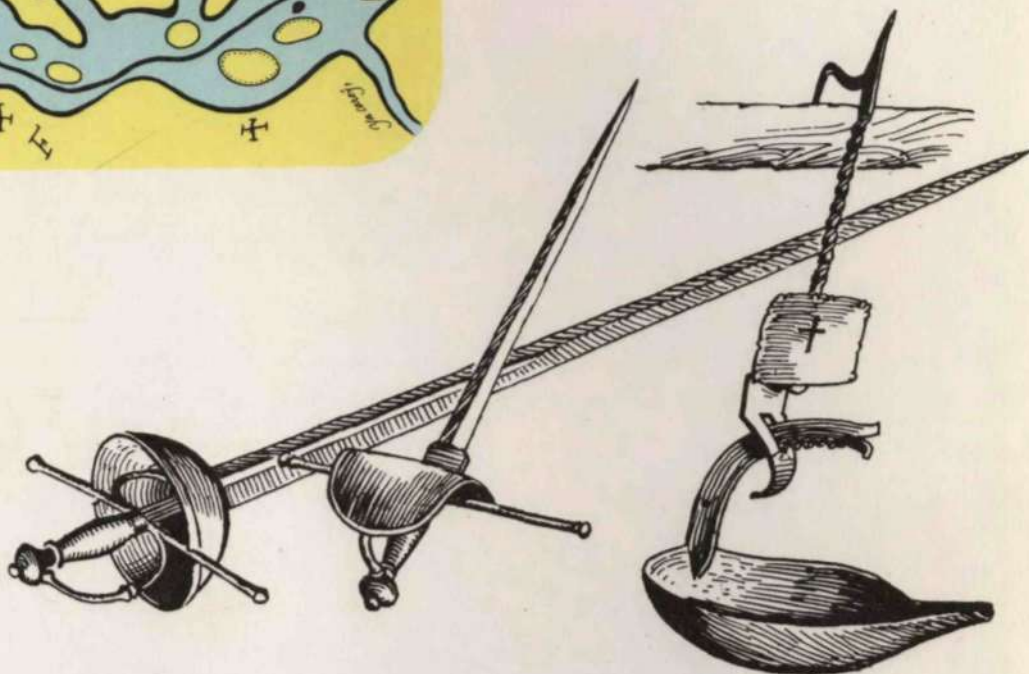
diversificação social e a qualificação do Brasil como o centro econômico dos domínios portugueses.

O primeiro encarte informa as áreas de conflito entre as bandeiras escravizadoras de índios e as frentes pioneiras espanholas nos atuais territórios do Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. O outro, segundo estudos de Sérgio Buarque de Holanda, ilustra o Caminho das Monções, que articulava São Paulo e Cuiabá.



Mapa de D. Luis de Céspedes Xeria — Este governador espanhol do Paraguai viajou por terra de São Paulo a Assunção e traçou o primeiro mapa da região. (O original se encontra no Arquivo de Índias, em Sevilha.)

Candeeiro, adaga e espada dos séculos XVII e XVIII.



Bandeirante — Observe-se o uso do "escupil" feito de couro, acolchoado e que protegia contra as flechas dos índios. (Desenho segundo as descrições dos jesuítas, especialmente Montova, narrando os ataques às missões espanholas feitos por bandeirantes vicentinos.)

Casa da Câmara da Vila de São Paulo — As câmaras municipais foram um dos primeiros núcleos de resistência às imposições do governo português. (O desenho reproduz a reconstituição feita por José Wasth Rodrigues, segundo o original do mapa de D. Luís de Céspedes Xeria.)



A ECONOMIA NO SÉCULO XVII

A pecuária, antes limitada aos engenhos, expandiu-se, valorizando as terras do interior em que era antieconômica a produção de açúcar. Não exigindo grande capital inicial, oferecia condições aos que não dispunham de recursos para investir nas regiões produtoras de açúcar. Na criação de gado desenvolveram-se relações de produção que se assemelham às da etapa de declínio do feudalismo: o vaqueiro era juridicamente livre e participava do produto.

A agromanufatura do açúcar desenvolveu-se sob o estímulo de condições favoráveis, embora entrasse em crise na segunda metade do século XVII. Esta mudança foi em grande parte determinada pela retração do mercado consumidor europeu e pelo desenvolvimento de centros concorrenciais nas Antilhas.

A penetração no vale amazônico e no Maranhão foi impulsionada pelo extrativismo das *drogas do sertão*, coletadas por escravos indígenas. No entanto, o povoamento regular teve para apoiá-lo a produção de açúcar, a pecuária e a agricultura não organizada para a exportação. A utilização de escravos indígenas, sobretudo nos engenhos, e a insuficiência de recursos para a importação de africanos tiveram como efeito o levante de proprietários conhecido como a Revolta de Beckman.

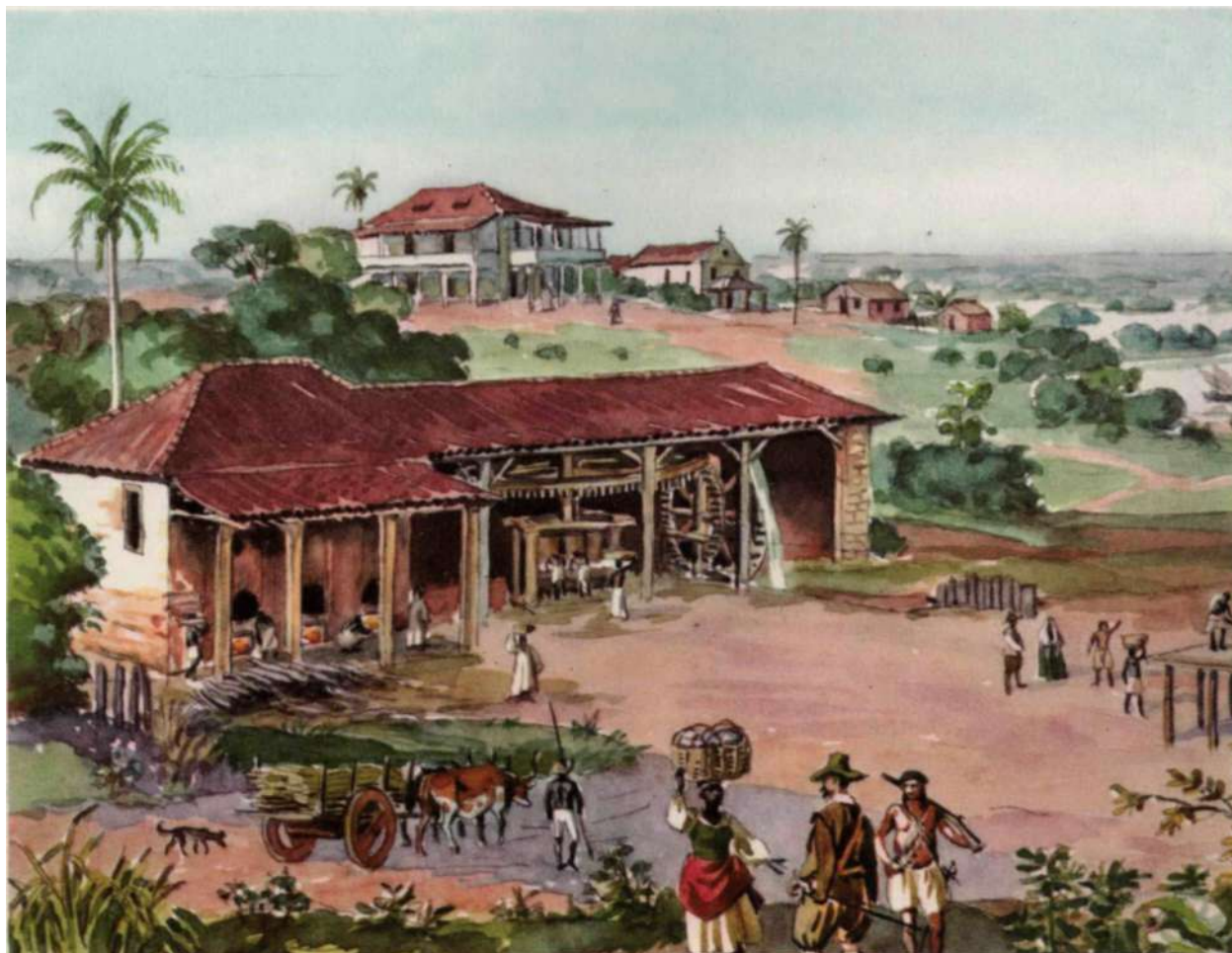
O mapa também assinala a exploração do ouro de lavagem na Capitania de São Vicente e a expansão da criação de gado

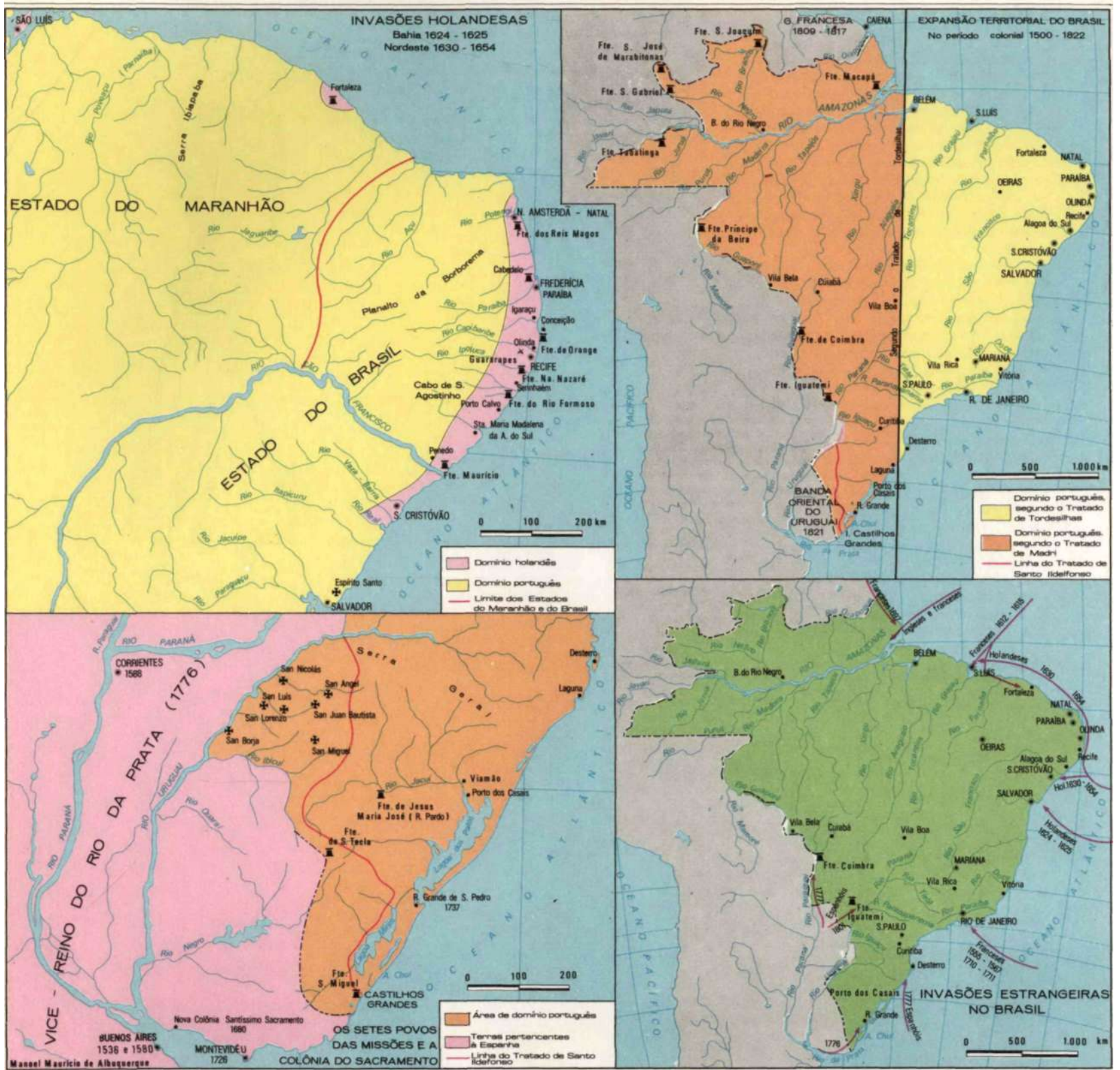
em direção ao Prata. Esta última atividade econômica serviu de base à tentativa de acesso terrestre ao comércio com Buenos Aires e os centros mineradores do Vice-Reino do Peru. Esse intercâmbio, o comércio *peruleiro*, já se realizava por via marítima e articulava o Rio de Janeiro e Buenos Aires e constituiu um dos determinantes para a fundação da Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, em 1680.



Negra — As necessidades econômicas, sobretudo as da produção de açúcar, provocaram a intensificação da escravidão africana do Brasil. Por esta razão, o litoral do Nordeste possui uma grande densidade de população negra e mestiça, além de numerosas contribuições africanas na culinária, na música e na religião. (Desenho segundo original de Frans Post.)

Engenho — A expansão da agromanufatura do açúcar no Nordeste atraiu a cobiça de estrangeiros, notadamente dos holandeses. Apesar das crises que periodicamente ocorriam, as exportações de açúcar foram as dominantes até a primeira metade do século XIX. (Desenho baseado em uma tela de Frans Post e pertencente à coleção de J. de Souza Leão.)





EXPANSÃO TERRITORIAL

A ação de diversas frentes pioneiras, a partir do século XVI, excedeu o meridiano de Tordesilhas e incorporou ao domínio português territórios que deveriam pertencer à Espanha. Uma das principais áreas de atrito localizava-se no Rio da Prata, onde estava situada a Nova Colônia de Santíssimo Sacramento, em terras atualmente uruguaias. A outra era o Amapá, pretendido pelos franceses, sem que essa reivindicação tivesse qualquer apoio para legitimá-la, salvo o interesse em ocupar a margem esquerda do Amazonas.

Pelo Tratado de Utrecht de 1713, a França reconheceu o Oiapoque como limite entre a sua Guiana e o Brasil. Com a Espanha foram assinados os Tratados de Madri (1750) e o de Santo Ildefonso (1777). O primeiro legalizava as incorporações territoriais luso-brasileiras, definindo praticamente o contorno atual do Brasil. Em compensação, a Espanha assegurava a posse da maior parte da bacia Platina, a Colônia do Sacramento e as Filipinas. O primeiro mapa ilustra essas informações e mostra também o alcance máximo do expansionismo colonial, o Uruguai (1821/28).

O segundo mapa indica as regiões invadidas por estrangeiros, como efeito da disputa colonialista que se desenvolveu a partir do século XVI. O terceiro esclarece a tentativa de ocupação mais ambiciosa: a holandesa.

O último mapa destaca as transformações dos limites de acordo com as decisões estabelecidas em 1750 e 1777. A perda definitiva da Colônia do Sacramento e o limite Extremo Sul no arroio Chuí, que resultaram do Tratado de Santo Ildefonso, e os Sete Povos das Missões, cedidos a Portugal pelo Tratado de Madri. No entanto, a sua incorporação definitiva só ocorreu em 1801, após a guerra peninsular entre Portugal e Espanha.



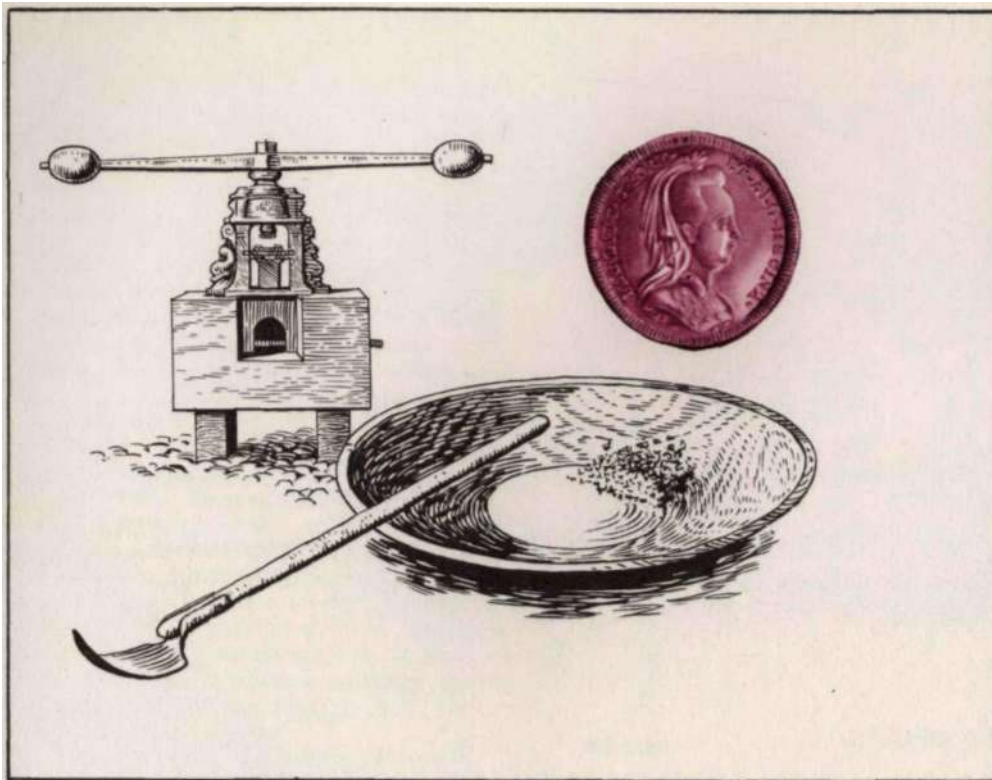
Guarani da Missão de San Juan Bautista — Esta missão espanhola, em terras gaúchas, foi erguida pelo Jesuíta Antonio Sepp. Chama-se atualmente São João Velho. No traje da figura, o poncho, as esporas, a cruz. Juntamente com os detalhes arquitetônicos, configuram a nova estrutura social missionária, bem diferente da comunidade indígena que a precedeu. (Desenho segundo o mapa figurado existente em Simancas, Espanha.)

índio minuano — Este subgrupo dos Charruas permaneceu independente, reagindo à dominação colonial. O desenho permite compará-lo com os guaranis aldeados pelos missionários. Observem-se a cobertura de pele, a lança muito comprida e as boleadeiras, depois utilizadas pelos vaqueiros gaúchos. (Desenho composto com elementos do Diário do Dr. José de Saldanha. 1787.1



Sargento holandês com alabarda — A Nova Holanda estruturou-se na base da exploração comercial do açúcar, no controle dos centros urbanos e na ocupação militar. Durante o governo do Conde, depois Príncipe, João Maurício de Nassau Siegen, houve relativa paz que favoreceu a recuperação econômica do Nordeste. Durante a sua administração, ergueu-se o Pelácio das Torres ou Friburgo, que se vê no segundo plano. (Desenho de acordo com Barleus e pintores holandeses da época.)





Bateia, almocafre (enxada empregada em minas) e máquina de cunhar moedas — A descoberta das minas teve grande influência na economia brasileira. O uso da moeda fa do desenho data de D. Maria I) metálica tornou-se maior, embora, em certas regiões, continuasse a troca comercial baseada em produtos como o cacau, o algodão etc.

Palácio dos Governadores, em Ouro Preto — A mineração forneceu a base econômica para que Vila Rica constituísse um centro de produção artística barroca. Um bom exemplo desta atividade é a atual Escola de Minas, que o desenho mostra com seu aspecto primitivo. (Desenho segundo a reconstituição do Prof. J. Wasth Rodrigues, publicada na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 4.)



Cabocla do Amazonas — Até o século XVIII, o indígena foi o trabalhador mais importante na Região Norte, como escravo, servo nas missões e juridicamente assalariado após a libertação decretada pelo Marquês de Pombal, em 1755. Sua participação, embora fundamental, sofreu a ação modificadora de outros agentes sociais, sobretudo a de imigrantes europeus e dos escravos africanos. (Desenho segundo o que ilustra a Viagem Filosófica, de Alexandre Rodrigues Ferreira — século XVIII.)





O IMPÉRIO DO BRASIL— 1822-1889

A instalação das Províncias do Amazonas e do Paraná aumentou as unidades administrativas que se haviam constituído nas Etapas Colonial (1500-1808) e de Transição para o Estado Nacional (1808-1822). O número restrito de novas divisões territoriais resultava principalmente do declínio ou da insuficiência das rendas de certas atividades econômicas interioranas, como a mineração e a pecuária, respectivamente. A importância das exportações de açúcar, de algodão e sobretudo do café acentuou o desequilíbrio demográfico em benefício da orla marítima. Um dos efeitos dessa mudança foi a transferência das capitais das Províncias do Piauí, Alagoas e Sergipe para localidades mais próximas do litoral. O outro foi o agravamento da carência de comunicações terrestres que chegou a produzir problemas internacionais. A articulação de Mato Grosso com o Rio de Janeiro realizava-se através da bacia do Prata e esta dependência produziu conflitos, dos quais o mais grave foi a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).

O mapa mostra a permanência do contorno territorial já fixado no século XVIII, exceção feita das áreas litigiosas. Destas, somente a da fronteira com o Paraguai foi fixada pelo Tratado de Assunção, que encerrou diplomaticamente a Guerra da Tríplice Aliança. As demais foram resolvidas na Etapa Republicana, quando também foi incorporado o Acre, depois de entendimentos com a Bolívia e o Peru.

Observem-se, também, os locais da Guerra da Independência e os dos conflitos produzidos pela oposição de interesses entre a hegemonia do Sudeste e as demais regiões brasileiras, desde a Confederação do Equador (1824) à Revolução Praieira (1848).



Casa residencial — A partir da Abertura dos Portos, a Formação Social Brasileira articulou-se diretamente aos grandes centros mundiais, entre eles Paris. Em 1816 chegou ao Rio de Janeiro a Missão Artística Francesa, cuja orientação estética neoclássica tornou-se, então, a dominante.



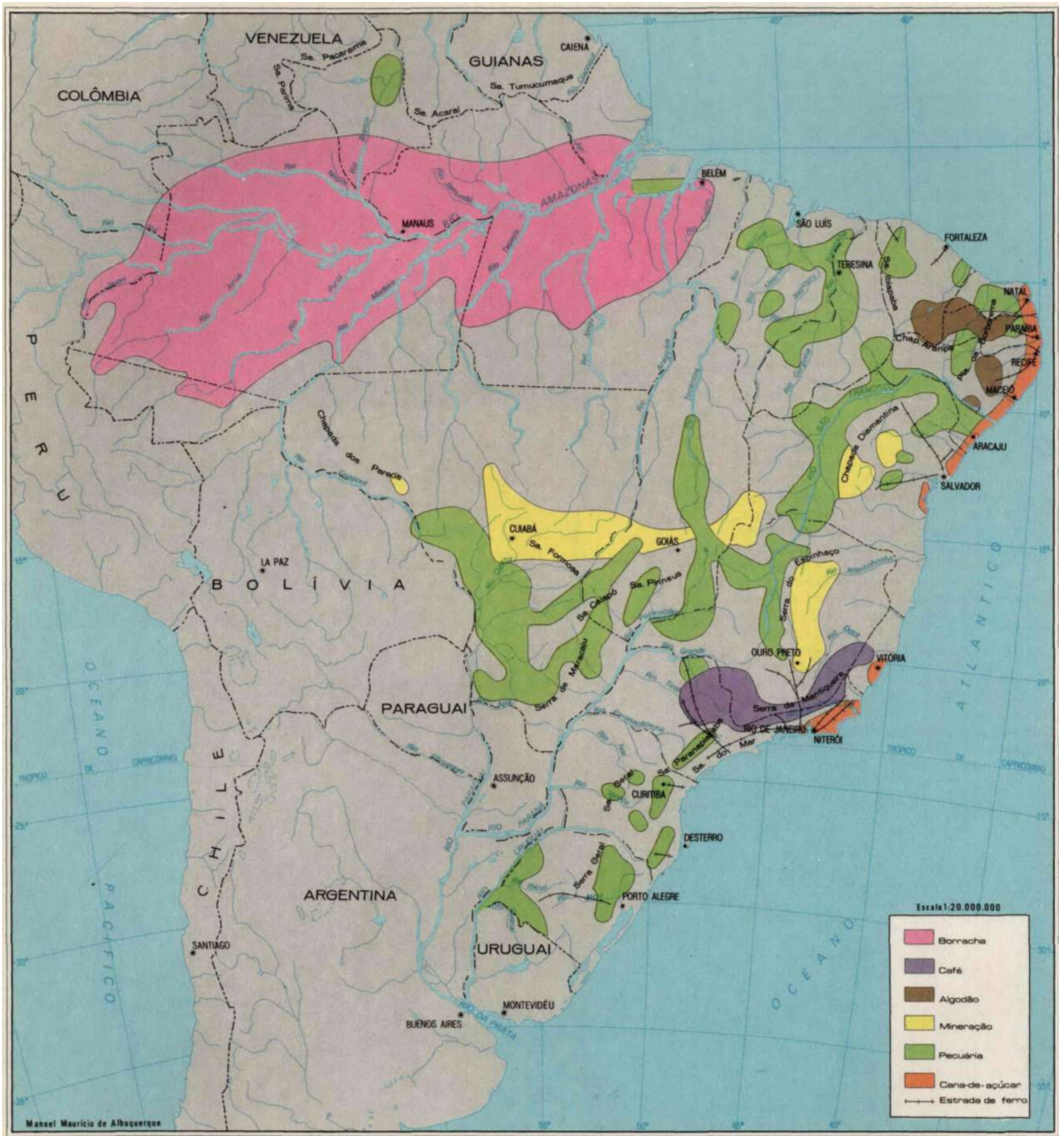
Soldado de 1823 — A Guerra de Independência desenrolou-se principalmente na Bahia e nela intervieram tropas populares. O traje do soldado ilustra a importância da pecuária na economia e na indumentária sertanejas. (Desenho tirado do livro Uniformes do Exército Brasileiro, G. Barroso e J. Wasth Rodrigues.)



Farroupilha — Segundo um quadro existente no Museu de Bolonha, Itália.



Dama da corte do Primeiro Reinado — O traje, de inspiração francesa, foi reinterpretado ao gosto nacionalista, presente nas cores do manto verde com bordados a ouro. (Desenho segundo o original de Debret.)



A ECONOMIA NO SÉCULO XIX

Embora a economia permanecesse agrária e escravista, subordinada ao setor de consumo externo, a partir da segunda metade do século começaram a se impor as atividades econômicas em regime capitalista. O café, cujas exportações superaram o algodão e o açúcar, manteve sua hegemonia apesar da mudança do trabalho escravo pelo assalariado. Em sua primeira etapa, enriqueceu os proprietários fluminenses, mineiros e paulistas. Foi também na Província de São Paulo que o café passou a ser produzido por trabalhadores livres e assalariados, nacionais e estrangeiros. No Extremo Norte iniciou-se o extrativismo da borracha, realizado principalmente por imigrantes nordestinos.

As exportações de café destinadas principalmente ao setor de consumo norte-americano aumentaram a receita e diminuíram a dependência comercial em relação à Inglaterra. Um dos efeitos dessa nova situação foi o protecionismo alfandegário, adotado em 1844, que dificultava as importações estrangeiras. Esses dois elementos, articulados à abolição do tráfico negreiro, em 1850, e aos investimentos estrangeiros, produziram condições para que se ampliasse a rede bancária, as facilidades de crédito para a aplicação em serviços urbanos, ferrovias e nas primeiras indústrias. Nessa conjuntura situam-se as múltiplas iniciativas capitalistas do Barão e Visconde de Mauá, das quais a mais ambiciosa foi a tentativa de implantação do Estaleiro da Ponta da Areia, em Niterói.

Nessas novas condições, o trabalho escravo tornou-se antieconômico pela sua pequena capacidade consumidora. Os setores capitalistas, constantemente reforçados, aumentaram a pressão abolicionista, que produziu a Lei Visconde do Rio Branco, a Saraiva-Cotegipe e, finalmente, a Lei Áurea, em 1888.

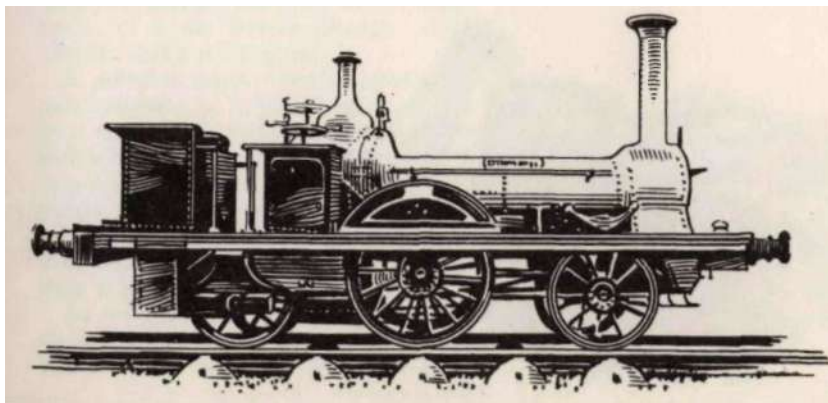


Fazenda fluminense — Na antiga Província do Rio de Janeiro localizou-se o centro dominante da produção escravista do café, posteriormente superado pelas fazendas capitalistas de São Paulo.



Escudo do Brasil Império — Os ramos de fumo e de café mostram duas das principais riquezas do Brasil imperial; as estrelas, as províncias; a cruz de Cristo e a esfera armilar, a herança lusitana.

A "Baronesa" — O nome homenageia o Barão e Visconde de Mauá, cuja ferrovia pioneira inaugurou-se em 1854. A ampliação das estradas de ferro resultou principalmente no aumento das exportações, sobretudo as do café.



Lanceiro de Rosas, segundo um desenho de Carlos Morel.



Relíquias guerreiras — No alto, um estandarte brasileiro de regimento de cavalaria, bandeiras do Paraguai, da Argentina (no tempo de Rosas) e a uruguaia, e flâmulas do Brasil e do Paraguai. Embaixo, armas diversas, tambor paraguaio, couraça de lanceiro de Rivera e as barretinas dos regimentos paraguaios Acá Verá e Acá Carayá. Estes nomes guaranis significam, respectivamente, "cabeça brilhante" e "cabeça de macaco"





- 1 OCUPAÇÃO DA BANDA OCIDENTAL
- 2 REVOLUÇÃO CISPLATINA E GUERRA CONTRA AS P. UNIDAS DO RIO DA PRATA
- 3 GUERRAS DE ORIBE E OE ROSAS
- 4 GUERRAS DE AGUIRRE E DO PARAGUAI
- 5 GUERRA DO PARAGUAI
- 6 A DEZEMBREADA E A CAMPANHA DAS CORDILHEIRAS



GUERRAS NO SÉCULO XIX

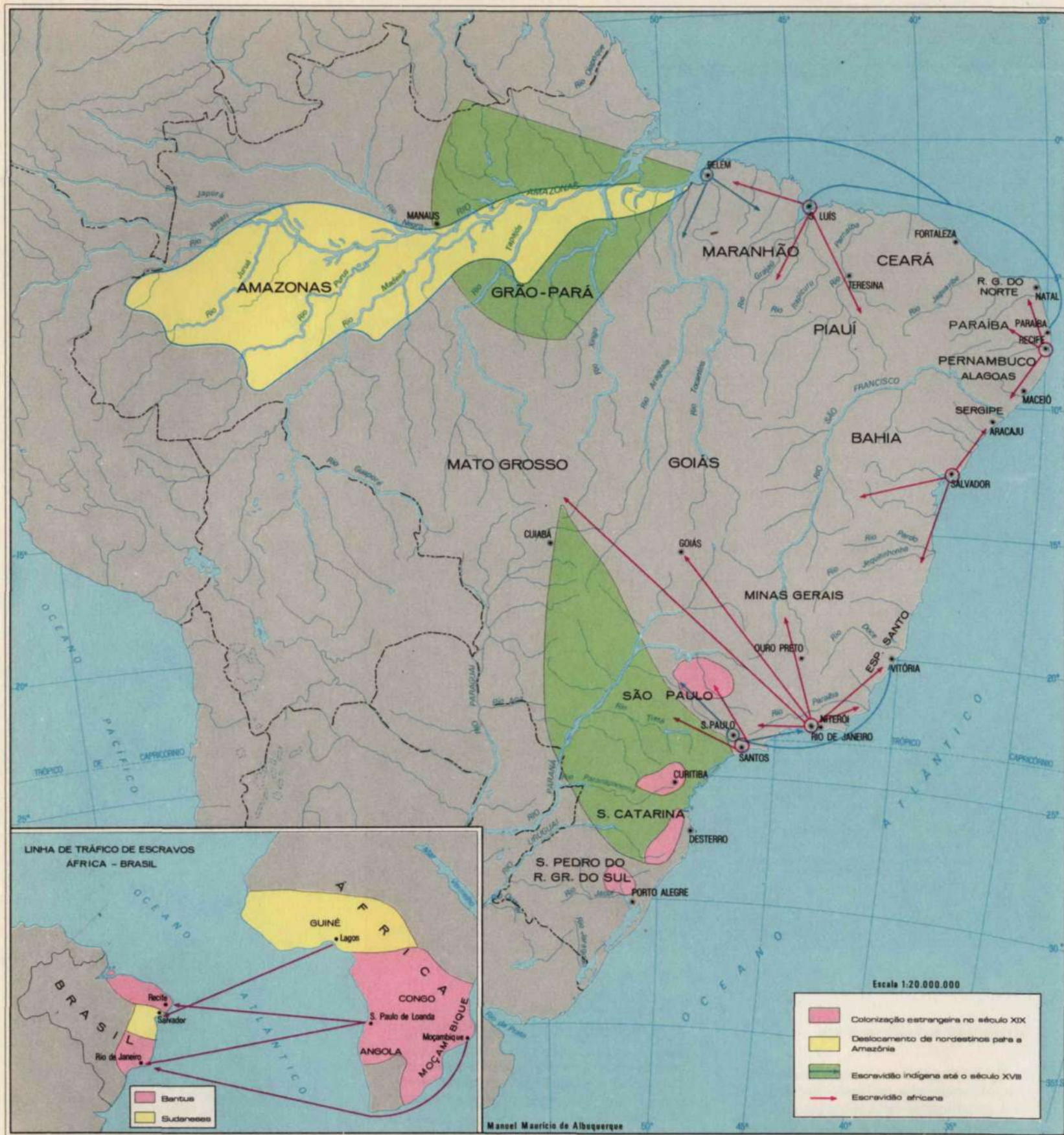
Os conflitos internacionais localizaram-se principalmente na região platina, cujos rios garantiam as comunicações com Mato Grosso. Este e outros problemas resultaram em guerras das quais a mais importante foi a da Tríplice Aliança (1864-1870), contra o Paraguai.

O primeiro mapa mostra a intervenção luso-brasileira na Banda Oriental do Uruguai, que foi anexado ao Brasil como Província Cisplatina, em 1821. O seguinte ilustra a Revolução Cisplatina e a guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata. Delas resultou a independência do Uruguai, que foi reconhecida em 1828 pelo Tratado do Rio de Janeiro.

As campanhas contra Oribe e seu aliado Rosas podem ser estudadas no mapa seguinte. Os últimos informam a guerra contra Aguirre e a da Tríplice Aliança, esta

o maior conflito armado da América do Sul. O encarte destaca a *Dezembrada*, com as vitórias obtidas sob o comando de Caxias, e a *Campanha da Cordilheira*, onde foram derrotadas as últimas forças de Solano López.

Gaúcho brasileiro — *Devido à posição limítrofe, os habitantes da antiga Província de São Pedro do Pio Grande do Sul foram muito solicitados nas lutas em que o Brasil se envolveu no Rio da Prata. No uniforme deste soldado foram aproveitados diversos elementos da indumentária dos vaqueiros das estâncias.*



AS TRANSFORMAÇÕES DA MÃO-DE-OBRA

O emprego de trabalhadores escravos resultou da organização de uma estrutura econômica subordinada aos interesses do setor de consumo externo. No entanto, embora fosse dominante a participação dos escravos, também se desenvolveram outros tipos de relações sociais de importância mais limitada. Na agromanufatura do açúcar, por exemplo, havia trabalhado-

res assalariados, e na pecuária, o vaqueiro tinha direito a uma parte menor do produto, como no sistema econômico feudal.

No entanto, a reprodução da estrutura econômica era determinada basicamente pela exploração do escravo indígena e africano. O primeiro era obtido por apresamento direto e não através de um intercâmbio regular, como ocorria com os trabalhadores importados da África. Comumente era capturado depois de ataques às aldeias indígenas, às missões religio-

sas, como ocorreu nas entradas amazônicas e maranhenses ou nas bandeiras vicentinas. De forma menos freqüente, conseguiam-se escravos pela prática do escambo, isto é, troca de prisioneiros de guerras intertribais por produtos fornecidos pelos proprietários escravistas. Várias vezes proibida, outras tantas permitida, a escravidão indígena foi oficialmente extinta pelo Marquês de Pombal, em 1755.

A escravidão de africanos permaneceu até o século XIX. Em 1850, sob pressão dos interesses capitalistas nacionais e es-

trangeiros, notadamente da burguesia inglesa, o tráfico negreiro foi abolido. Com isso, a reprodução do trabalho escravo ficava condicionada ao crescimento vegetativo no Brasil. A manutenção do trabalhador escravo tornou-se gradativamente antieconômica, na medida em que se desenvolviam as formas de produção capitalistas. A última grande área de manutenção da economia escravista foram as fazendas de café. O seu declínio, sobretudo no final do século XIX, fortaleceu a corrente abolicionista, que se tornou vitoriosa em 1888. Já então as relações de trabalho assalariado se haviam imposto, incorporando trabalhadores nacionais e imigrantes estrangeiros.

No encarte, segundo Aroldo de Azevedo e Renato Mendonça, as linhas do tráfico negreiro e as áreas lingüísticas africanas que interessam ao Brasil.

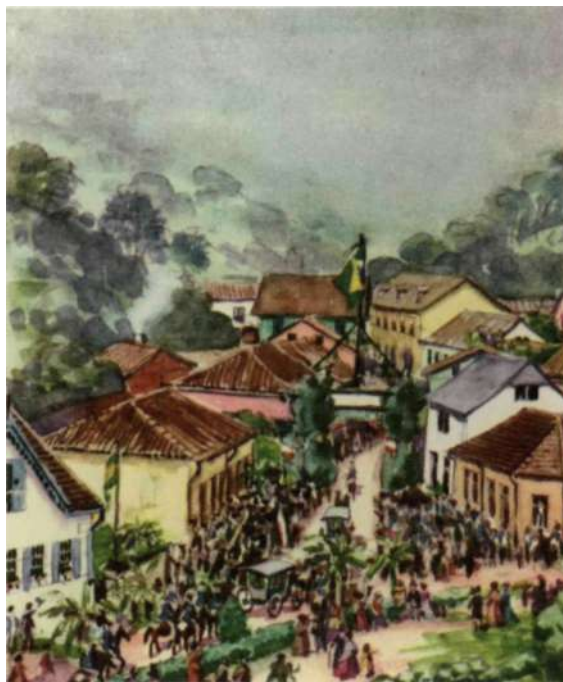


Negro escravo — As fugas, a organização de quilombos e as revoltas urbanas foram práticas de reação dos africanos e dos seus descendentes à dominação escravista. O colar de ferro identificava os escravos capturados depois de uma tentativa frustrada de evasão. (Desenho segundo Debret, século XIX.)

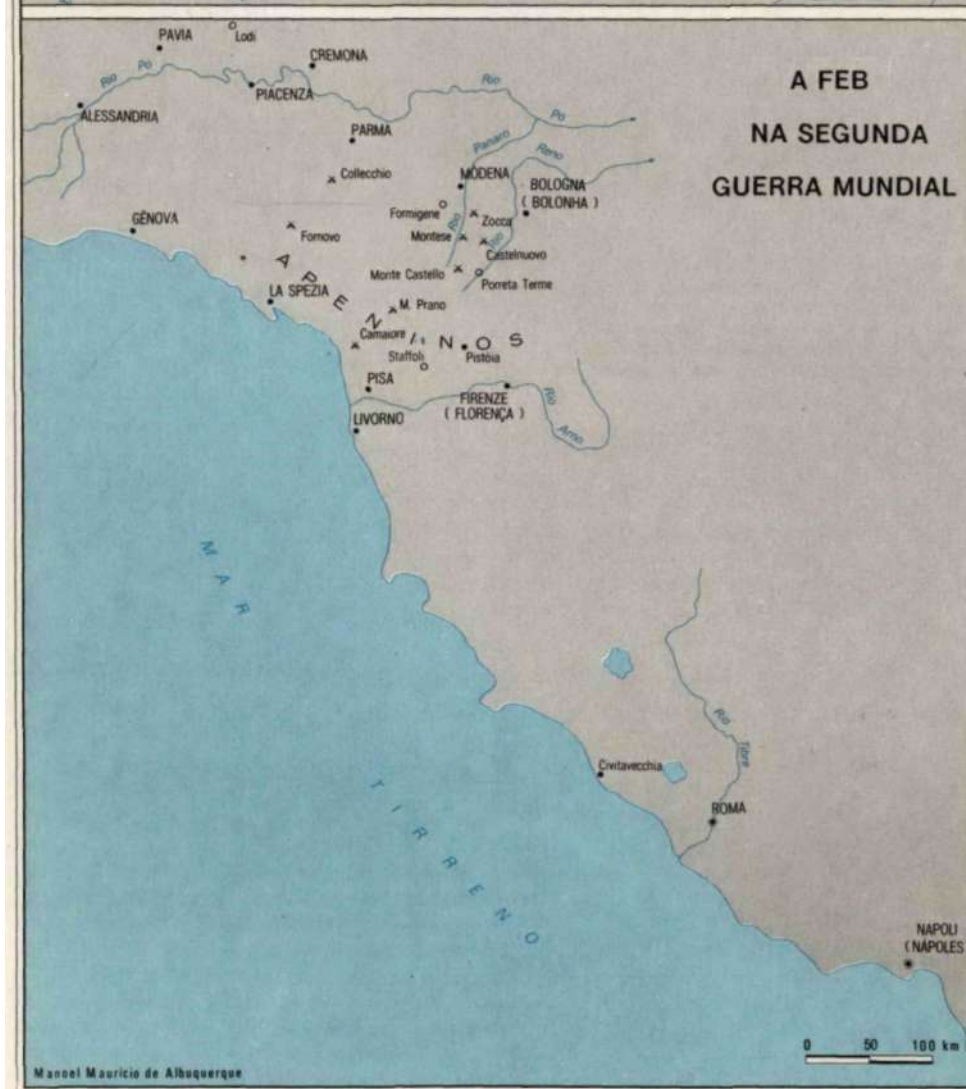
Índia — A escravidão indígena coexistiu com e de africanos até o século XVIII. Ela foi a relação de trabalho mais importante na Amazônia, no Maranhão e em São Vicente, principalmente. (Desenho segundo Frans Post, século XVII.)



Vista de Petrópolis em 1870 — Petrópolis, Nove Friburgo, Blumenau, São Leopoldo, e outras cidades brasileiras são resultado da colonização estrangeira. Graças a esses imigrantes ampliou-se o trabalho livre em nossa pátria. (Desenho segundo fotografia de Marc Ferrez.)



Vaqueiro — Na pecuária, as relações de trabalho assemelhavam-se às do sistema feudal. Elementos medievais, sobretudo portugueses, permanecem reinterpretados na produção folclórica das áreas de criação de gado no Nordeste. (Desenho segundo uma aquarela de Landseer.)



QUESTÕES INTERNACIONAIS

Na Etapa Republicana, anterior à Revolução de 1930, foram solucionadas as questões de fronteira que ainda se mantinham. Optando pelo arbitramento, o Governo brasileiro pôde resolver satisfatoriamente as divergências com a Argentina e a França. Na defesa dos direitos do Brasil atuou o Barão do Rio Branco, mais tarde Ministro das Relações Exteriores. Apenas o território litigioso do Pirara, disputado pela Grã-Bretanha, recebeu uma decisão arbitral menos favorável, apesar dos esforços de Joaquim Nabuco.

A questão mais grave foi a do Acre. Trabalhadores nordestinos que buscavam novas reservas de seringueiras penetraram pelos rios Purus, Juruá e Javari, por onde alcançavam territórios pertencentes à Bolívia e ao Peru. A ocupação dessas áreas por frentes pioneiras do Brasil teve como resultado choques armados com forças bolivianas. Os efeitos desses conflitos foram limitados pela abertura de negociações diretas dirigidas pelo Chanceler Barão do Rio Branco. Pelo Tratado de Petrópolis, o Governo da Bolívia concordou em ceder a região contestada, recebendo em troca uma indenização e o compromisso da abertura da Estrada de Ferro Madeira—Mamoré. Posteriormente, o Tratado do Rio de Janeiro, assinado com o Peru, completou a incorporação do atual Estado do Acre ao Brasil.

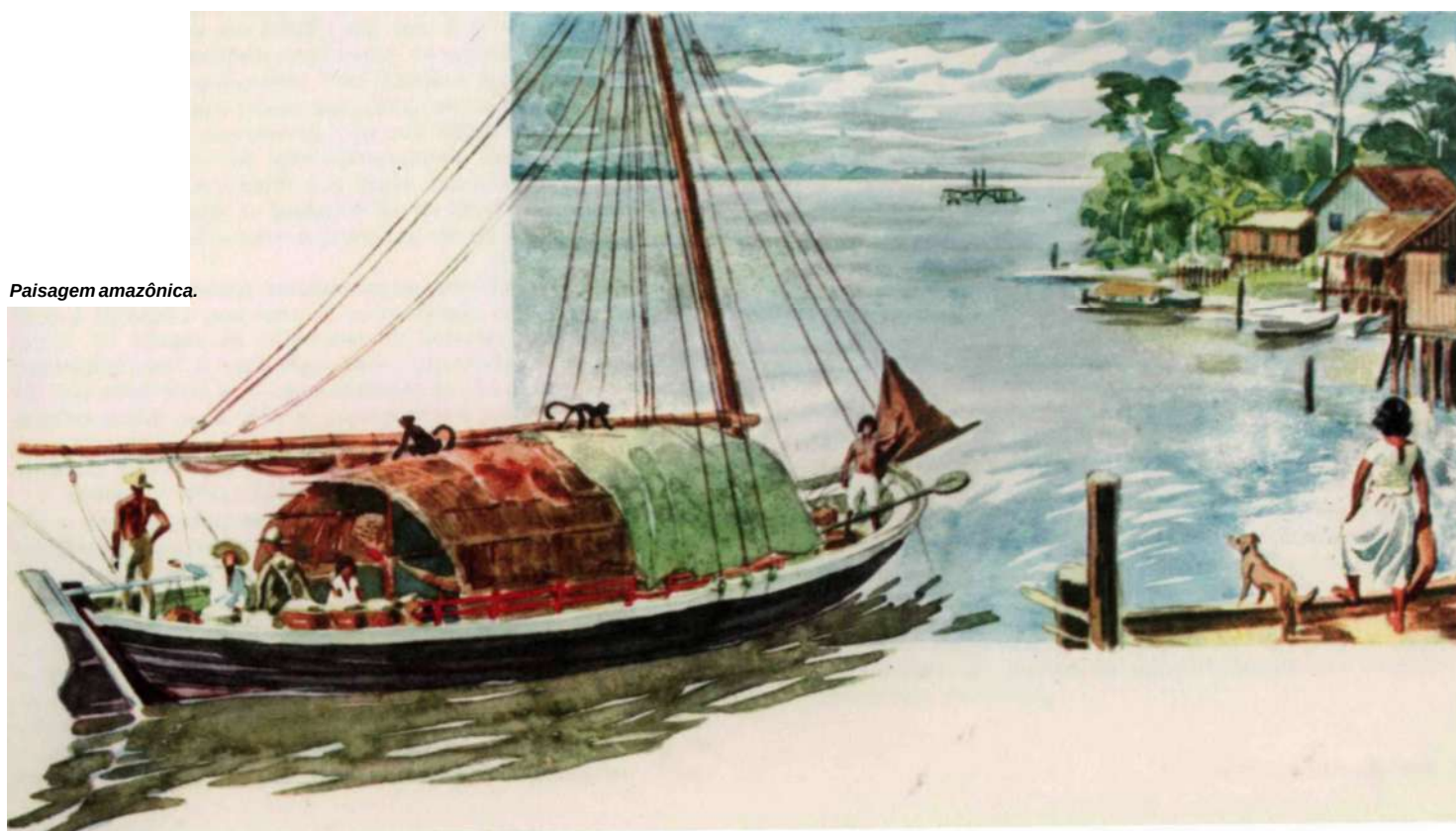
Além de participar constantemente das diversas etapas da política pan-americana, o Brasil também interveio nas duas Guerras Mundiais. Especialmente na Segunda, a colaboração com os aliados manifestou-se no fornecimento de recursos econômicos, em facilidades ao aproveitamento estratégico do litoral brasileiro e no envio de tropas à Itália. O mapa da Segunda Guerra Mundial assinala as principais operações militares, entre elas as vitórias de Monte Castelo e de Montese.



Seringueiro — O desbravamento e ocupação de várias áreas da Amazônia foi estimulado pelo extrativismo da borracha, realizado principalmente por trabalhadores nordestinos. Sua presença foi também marcante na incorporação do Estado do Acre ao Brasil.



Soldado da FEB — O "pracinha" tornou-se motivo de orgulho na contribuição brasileira em prol da democracia. Seu heroísmo granjeou-lhe a estima e a admiração de nossa gente, daí o apelido carinhoso com que se popularizou.



Paisagem amazônica.

história da América

A aproximação, a vinculação entre os povos americanos, tem sido incentivada na base de entendimentos comerciais, que produzem realmente um resultado positivo, mas não suficiente para assegurar a compreensão política e cultural. Restringindo-se a certas áreas, essa vinculação não tem sido levada a todas as camadas da humanidade continental, de maneira a criar um espírito efetivamente americano. Tem faltado a esse esforço apreciável a revelação, aos povos que compõem o quadro político do Novo Mundo, do que eles são, do que valem, do que estão efetuando e de como se vêm comportando no andar dos anos. Revelação que deve partir das raízes coloniais para chegar aos nossos dias, quando as conferências, os acordos e os órgãos de elevados objetivos tentam a grande tarefa da solidariedade mais positiva.

Há toda uma imensa necessidade de, através da História, esclarecer a América a propósito da conveniência, cada dia mais imperativa, de integrar-se num conjunto fraterno, essencial ao seu desenvolvimento e à sua dignificação, pondo-se termo às diferenças que encontram seu maior destaque no que chamamos hoje de subdesenvolvimento. Não se poderá criar a grande família americana enquanto os povos que a devem formar se ignorarem e, portanto, não se puderem estimar.

O ensino da História da América, por isso mesmo, impõe-se, como um dos melhores instrumentos para essa obra de tamanha significação, levando a um máximo de indivíduos a lição admirável das gerações de ontem. Ensino da História realizado com a preocupação de indicar as fases mais decisivas do processo de formação e de crescimento dos países que resultaram da aventura européia, iniciada pelos portugueses, continuada pelos espanhóis, pelos franceses, pelos ingleses e pelos holandeses, e assegurada, na continuidade temporal, pelo trabalho construtivo de seus nacionais.

Nos mapas que organizamos, servindo-nos da experiência de consagrados mestres portugueses, espanhóis, franceses e nor-

te-americanos e de nossas próprias concepções, procuramos seguir os programas, visando proporcionar aos estudantes os elementos indispensáveis para que obtenham, nessas peças cartográficas, os dados necessários a uma melhor compreensão do passado americano.

Partimos dos grupos pré-colombianos e das culturas mais importantes que elaboraram, registrando o que nos pareceu fundamental para caracterizá-los. A conquista e o domínio dos europeus foram indicados em várias cartas, em que procuramos distinguir as empresas de colonização uma das outras, de maneira a permitir uma informação mais nítida do que cada uma representou. No particular da ação da Espanha, tivemos a preocupação de estudar separadamente a conquista, a colonização e a organização do domínio. É que numa carta única seria difícil assinalar os episódios de maior importância. A conquista por si é uma página distinta, como o capítulo seguinte tem também sua esfera própria. Era necessário, ademais, fixar, além da atuação dos governantes civis, a que convencionamos chamar de conquista espiritual, efetuada pelas Ordens Religiosas, e a dos homens de negócio, que foram motivação fundamental na operação do Novo Mundo.

A independência está apresentada em vários mapas de maneira a permitir uma idéia precisa dos vários movimentos que ocorreram, nas suas diferenças de tempo, de espaço e de processos, inclusive as marchas dos exércitos libertadores.

Dos Estados Unidos figuram, além da parte relativa à independência, os episódios da guerra de Secessão e da formação da base física, isto é, a ampliação de seu território, bem como de sua projeção exterior, nas Antilhas e no Pacífico.

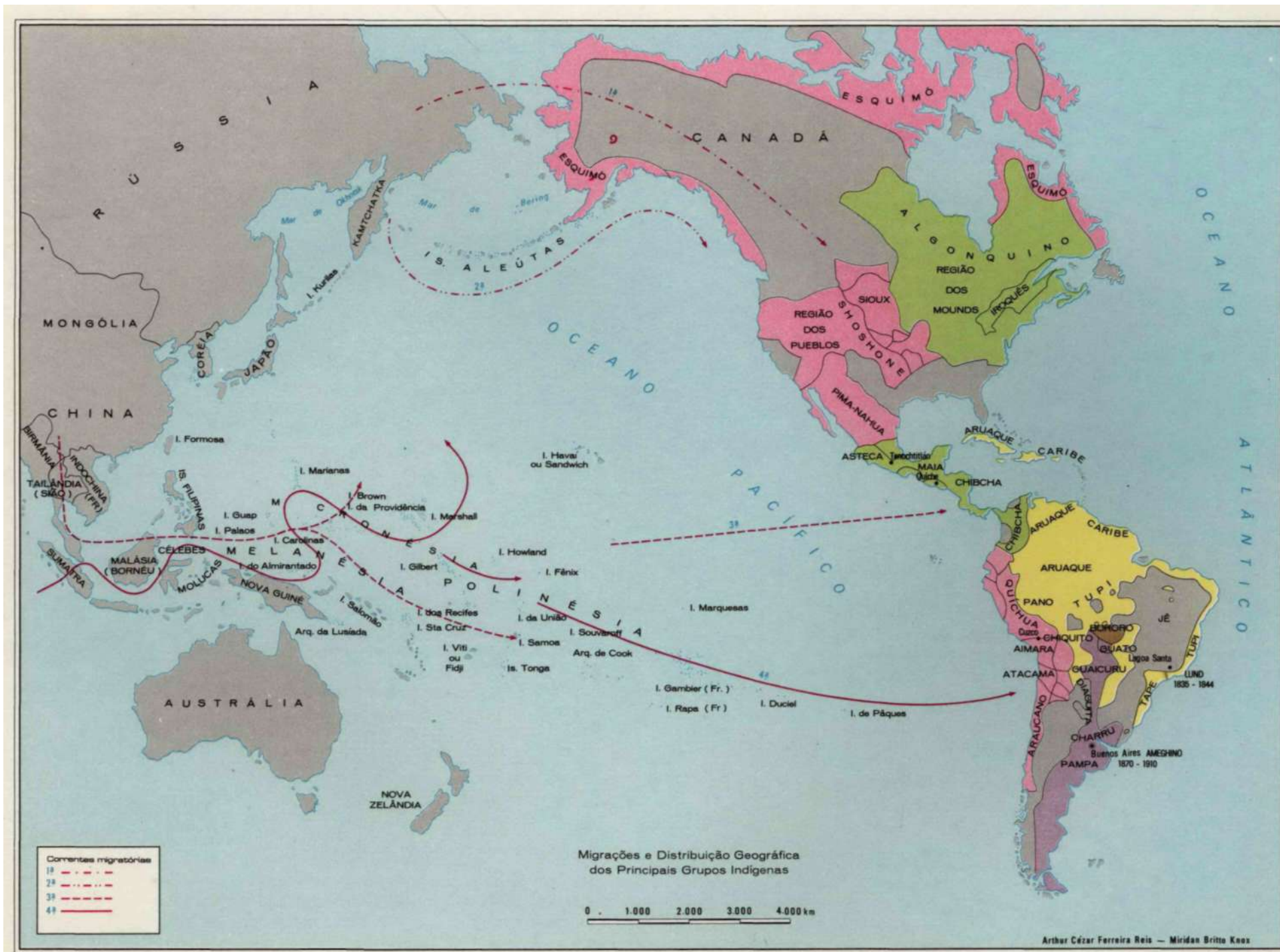
Os conflitos militares posteriores às jornadas da independência foram cartografados num mínimo de detalhes. Tivemos, assim, o propósito de evitar o avivamento de fatos que, se não podem ser esquecidos pelo que representam nos fastos nacionais de vários países, devem ser menos utilizados quando porfiamos para elaborar uma consciência de americanismo que se deve afirmar em sentimentos pacifistas e não em hegemonias resultantes de ações drásticas.

O mapa relativo à América em nossos dias inclui o Canadá com certo relevo, pelo que ele representa como realização atual no campo do progresso. Foi nosso propósito mencionar todos os grandes momentos em que os povos americanos, em conferências e assembléias pacíficas, procuraram dar sentido pragmático aos projetos e anseios de solidariedade. Igualmente, os movimentos migratórios que trouxeram nova seiva ao desenvolvimento continental e a contribuição das Américas nos sucessos militares que, em duas épocas do século XX, determinaram modificações profundas na vida universal.

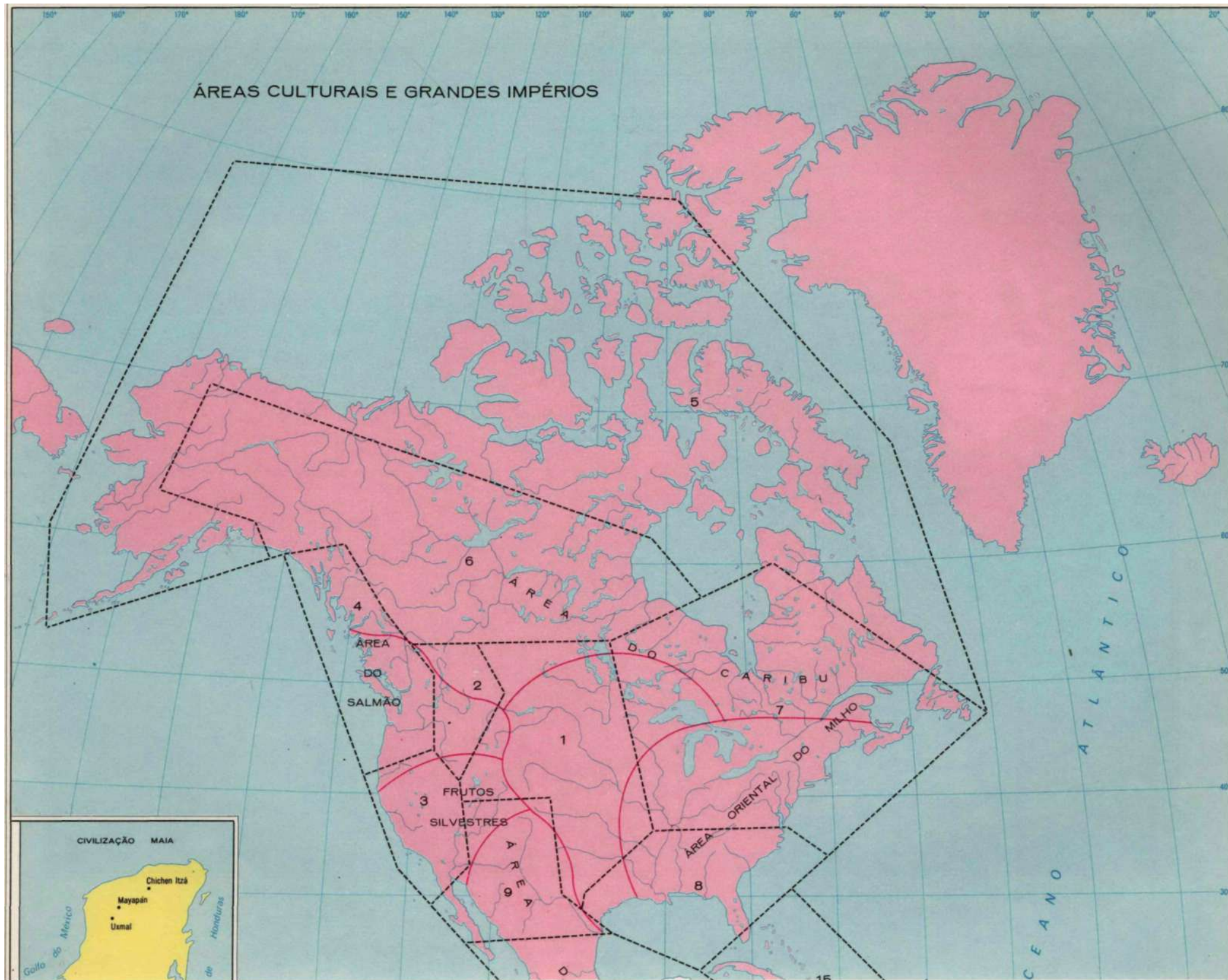
Por fim, queremos explicar que o Brasil, por haver parte especial a ele consagrada, apenas é referido no essencial para uma compreensão, em termos de comparação, da sua presença na comunidade americana.

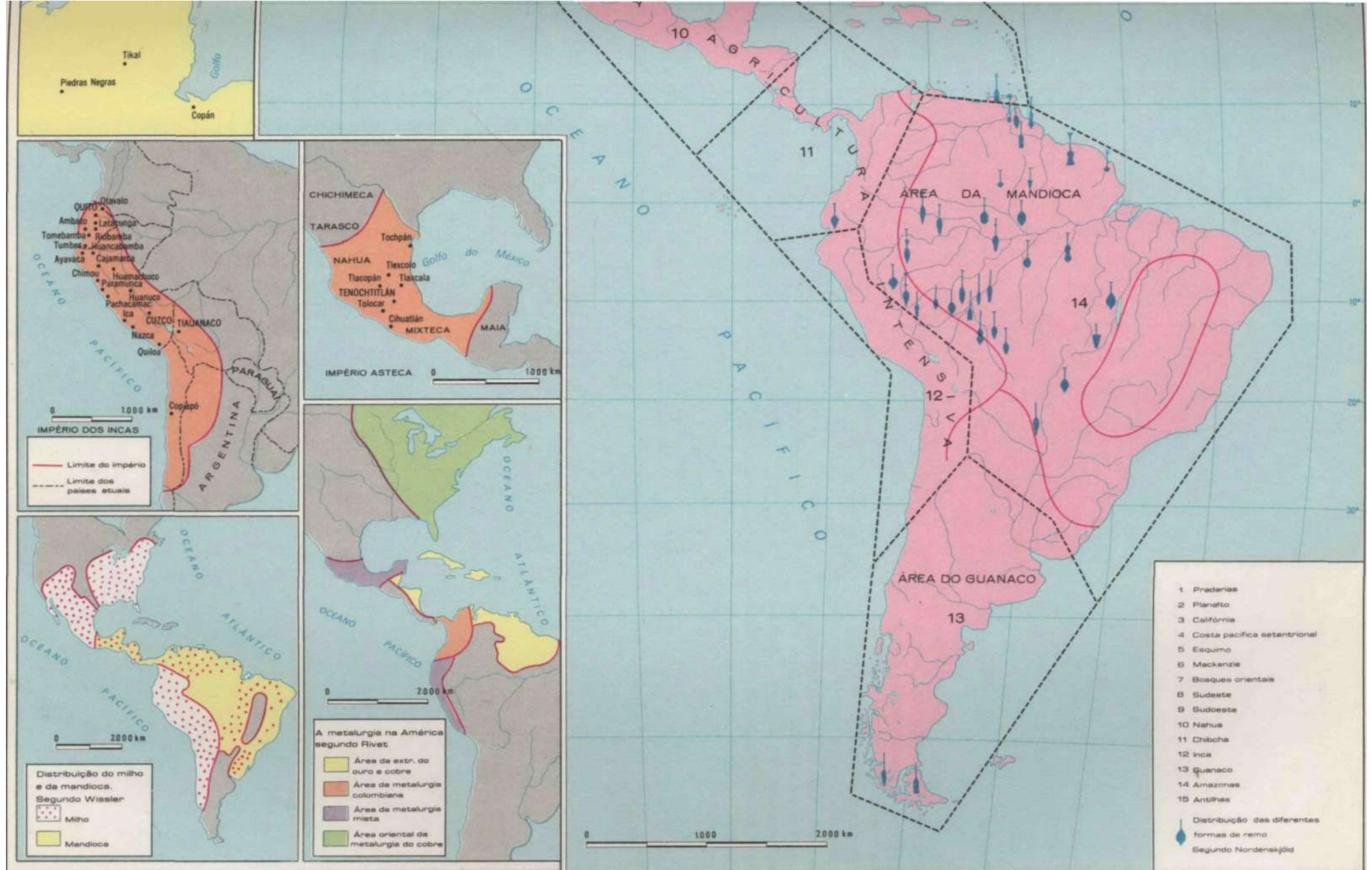
MIGRAÇÕES E DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PRINCIPAIS GRUPOS INDÍGENAS

A origem do primeiro habitante da América não se encontra ainda definitivamente assentada. Afirmam alguns historiadores que o homem da América é originário do próprio território americano. Asseveram outros estudiosos que foi em virtude de movimentos migratórios oriundos do Pacífico que se operou a vinda dos seres humanos para o nosso continente, através de vias marítimas ou terrestre (estreito de Bering). Os principais grupos indígenas encontrados pelos descobridores europeus foram os seguintes: Esquimó, Algonquino, Sioux, Shoshone, Nahua, Asteca, Pano, Araucano, Pampa, Je, Diaguita, Guaicuru, Chiquito, Guató, Maia, Chibcha, Aruaque, Quíchua, Aimara, Bororó e Tupi-Guarani.



ÁREAS CULTURAIS E GRANDES IMPÉRIOS





A AMÉRICA PRÉ-COLOMBIANA

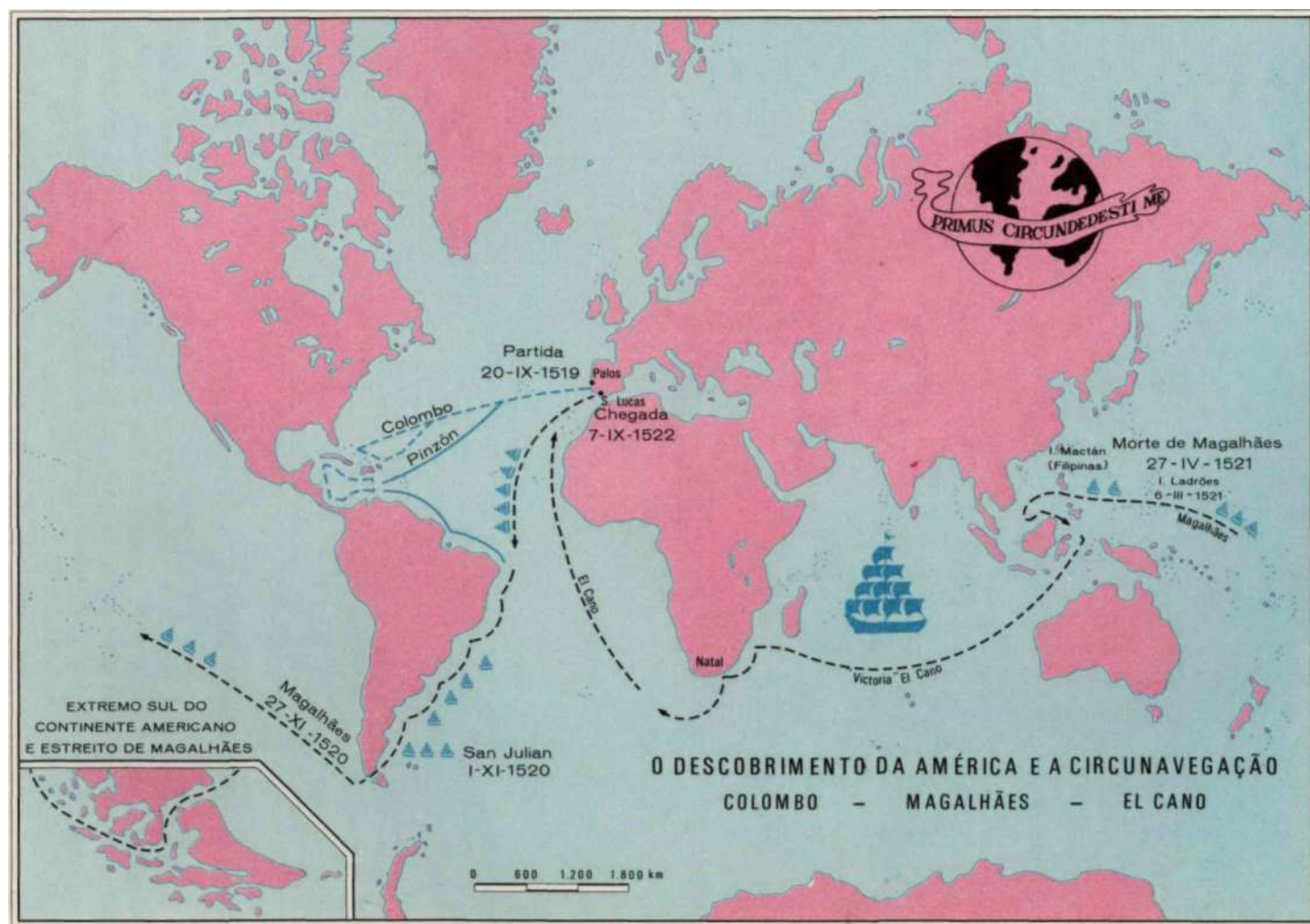
As culturas primitivas americanas são geralmente classificadas em quinze grupos, como se vê no mapa maior. Para tal classificação foram observados os tipos de habitação, remos de embarcações, alimentação, vestuário, cultura da mandioca, obtenção do fogo, tecido, uso de trombeta. Três Impérios — Inca, Maia e Asteca, o primeiro no Peru, o segundo na América Central e o

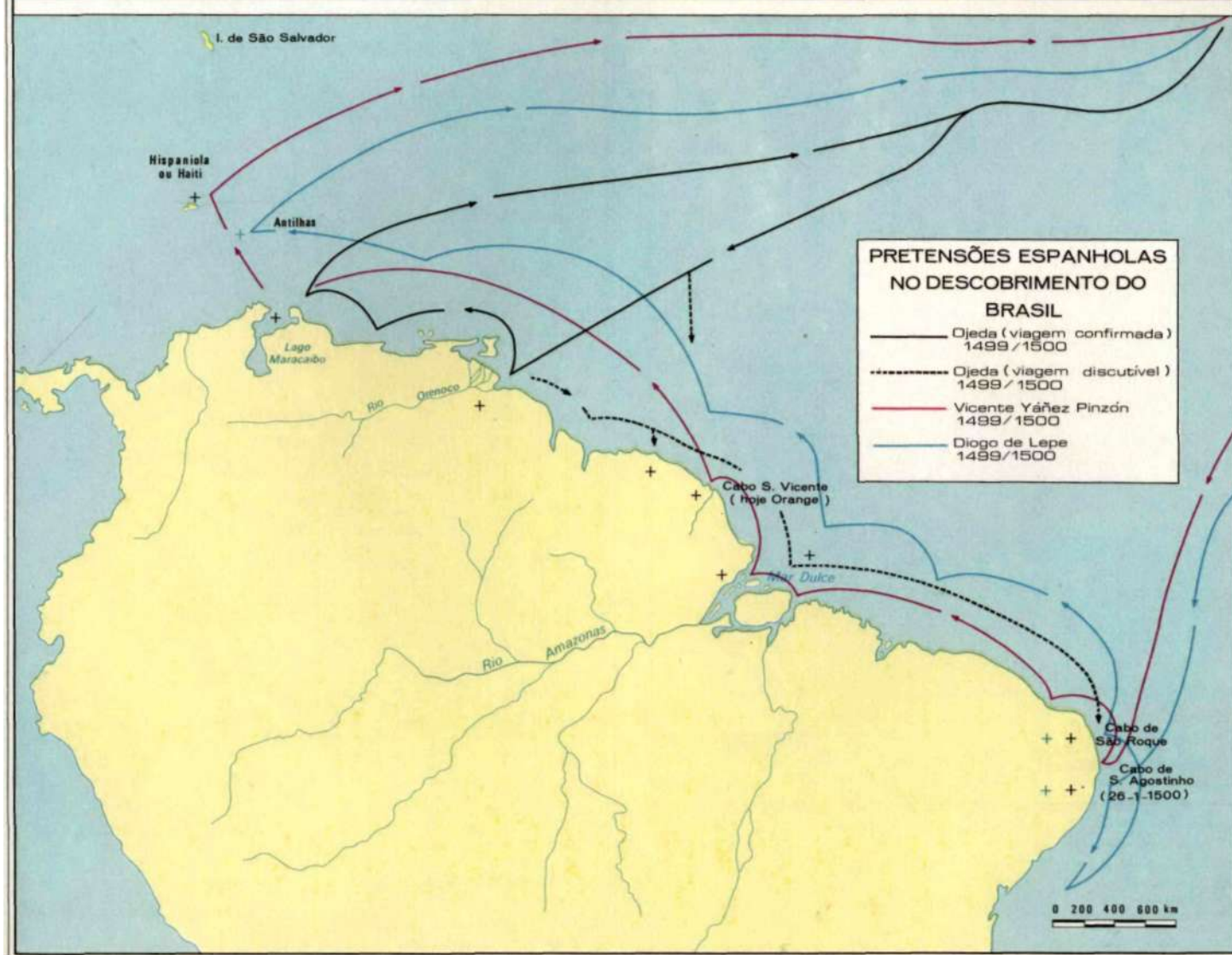
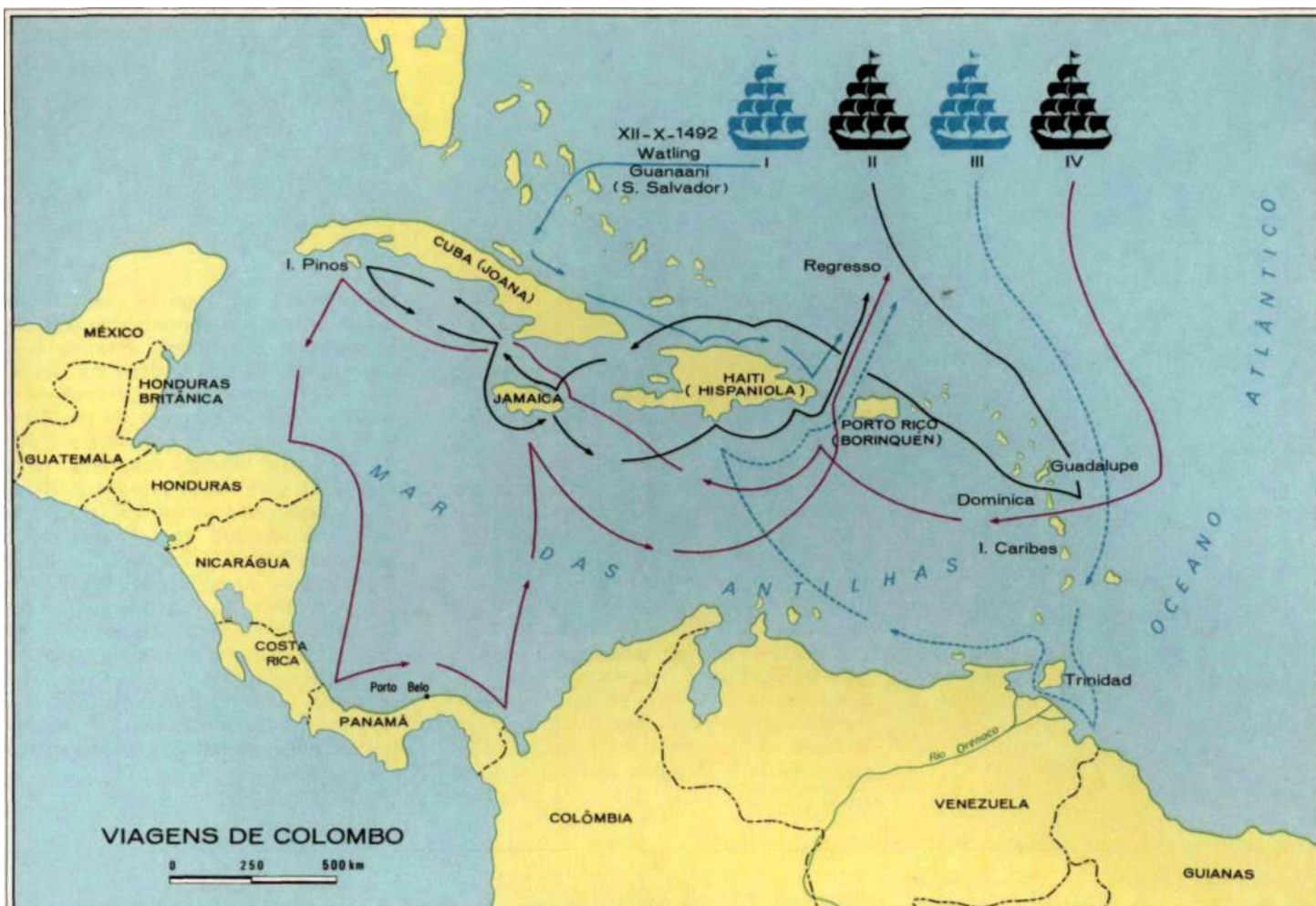
terceiro no México — distinguiram-se dos demais pela organização política, religião, monumentos materiais e espirituais, sistema de vida, comércio, produção artística e literária, conhecimento da matemática e da astronomia. A cidade de Cuzco era a capital do Império Inca, e Tenochtitlán, a do Império Asteca. À chegada dos espanhóis, o Império Maia estava em decadência.

VIAGENS DOS ESPANHÓIS

As quatro viagens de Cristóvão Colombo acham-se indicadas nos roteiros ao lado como também a da primeira volta ao mundo realizada por Fernão de Magalhães e Sebastião Elcano, que substituiu o navegador português a serviço dos reis da Espanha.

Os roteiros das viagens de outros navegantes espanhóis, no 1º século do achamento da América, Vicente Yáñez Pinzón, Juan Dias de Solis, Alonso de Ojeda e Diogo de Lepe encontram-se igualmente assinalados em outro mapa e constituem uma contribuição ponderável para o esclarecimento da dúvida se Colombo chegou às índias por um caminho que não aquele encontrado pelos portugueses, ou a um outro continente.



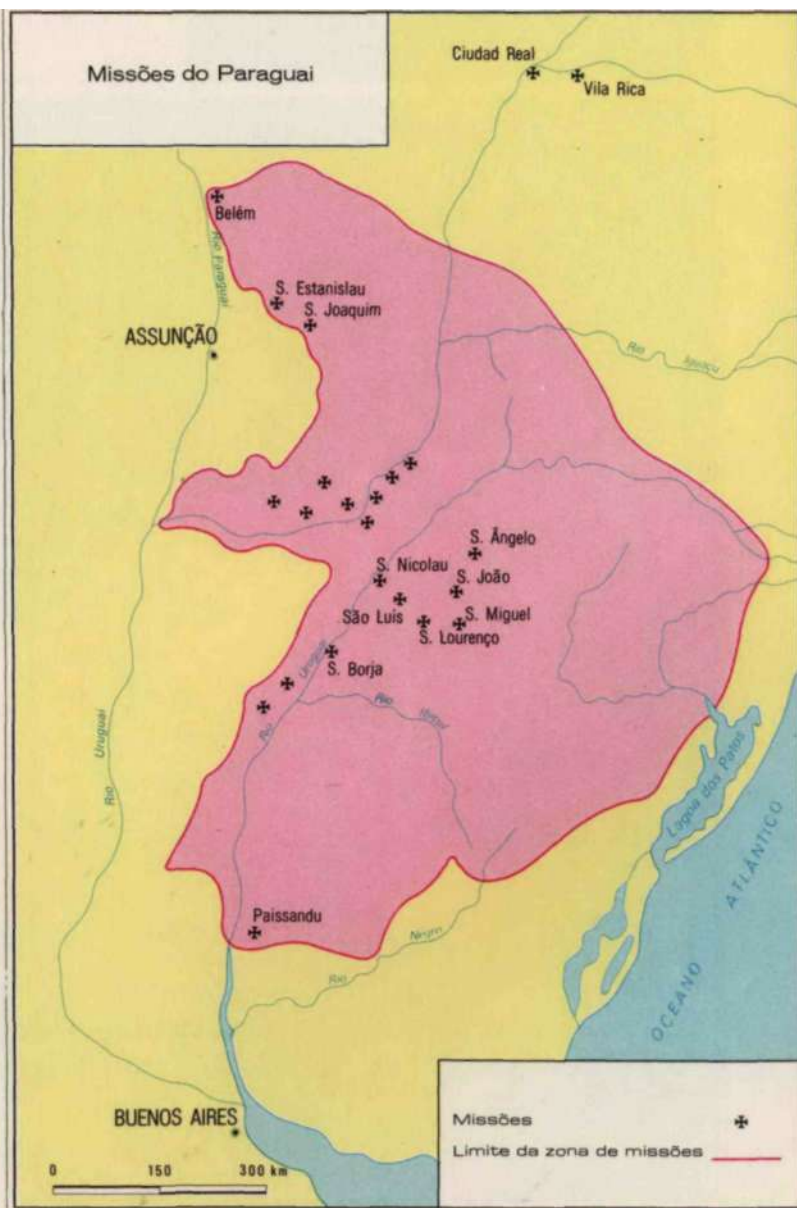
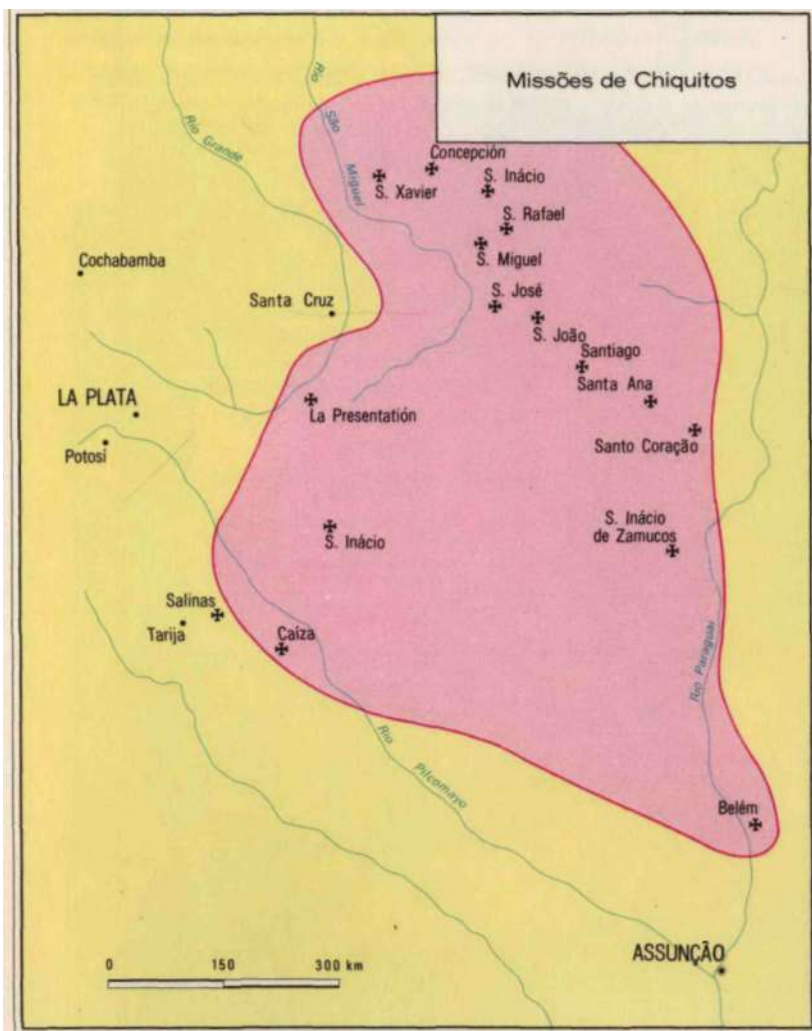


CONQUISTA ESPANHOLA

A conquista da América pelos espanhóis começou pela região das Antilhas. A ilha de Hispaniola foi a primeira terra ocupada.

Em seguida os conquistadores espalharam-se continentes afora, após duros e cruéis combates com os indígenas. Distingiram-se na façanha militar: Hernão Cortez, no México; Francisco Pizarro, no Peru; Diego de Almagro e Pedro de Valdivia, no Chile. Nos territórios que são hoje a Venezuela, Colômbia e na região do Rio da Prata, a penetração e conquista do espaço fez-se menos violentamente e nela se distinguiram: Rodrigo de Bastidas, Sebastião de Benalcazar, Nicolas Federman, D. Pedro de Mendonza, Martínez de Irala e Juan de Gara. Cidades e estabelecimen-

tos militares, ao longo da costa, marcaram a vitória e a permanência dos conquistadores, cuja atuação drástica provocou campanha contra Espanha, contida no que se denominou de "lenda negra". A superioridade de armas e de técnica na ação militar explicam a rapidez e o êxito da conquista. Missões religiosas realizaram então obra de pacificação e de conquista espiritual dos gentios, pondo fim ao conflito armado. As principais Ordens Religiosas foram: Jesuítas, Mercedários, Franciscanos, Agostinianos, Capuchinhos e Dominicanos. As missões mais importantes foram no Paraguai, em Chiquitos, Mojos, Maynas, no Orenoco e na Califórnia. As missões jesuíticas do Paraguai alcançaram fama mundial. O Pacífico, revelado em 1513 pelo navegante espanhol Vasco Nunez de Balboa, foi denominado Mar del Sul.

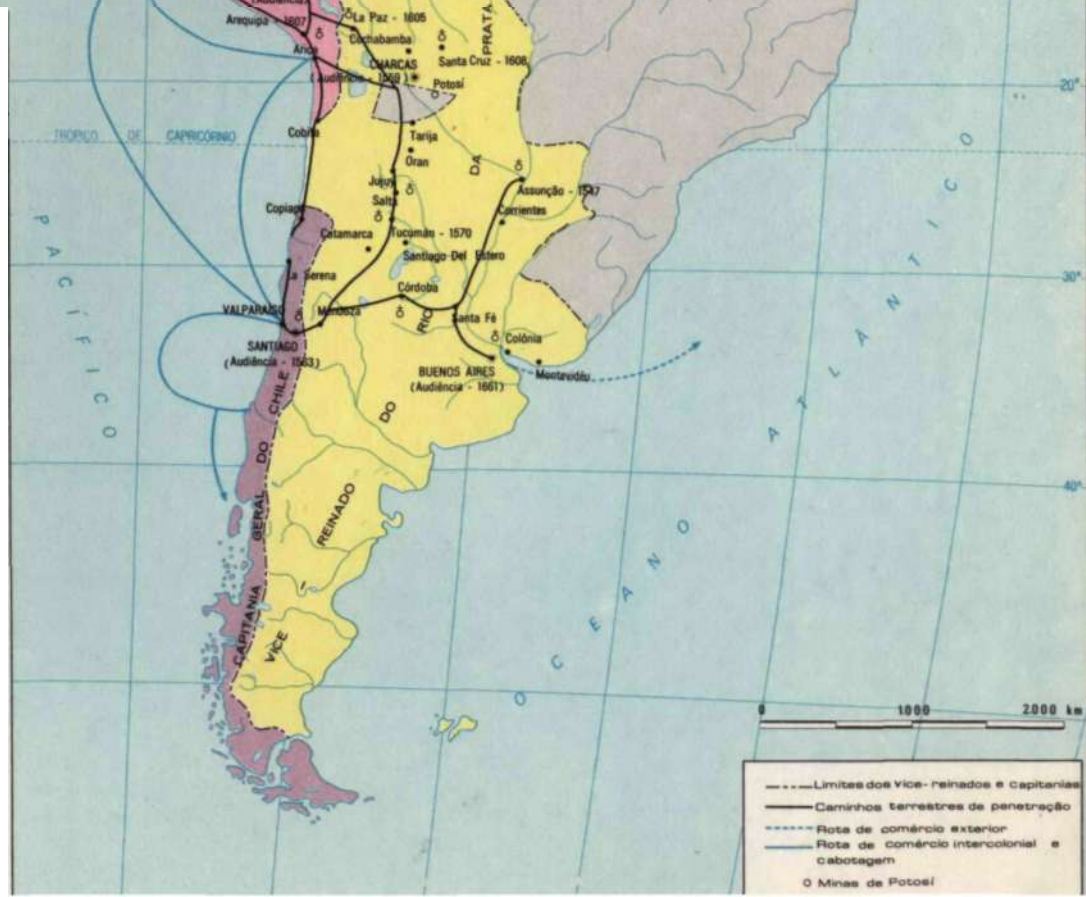


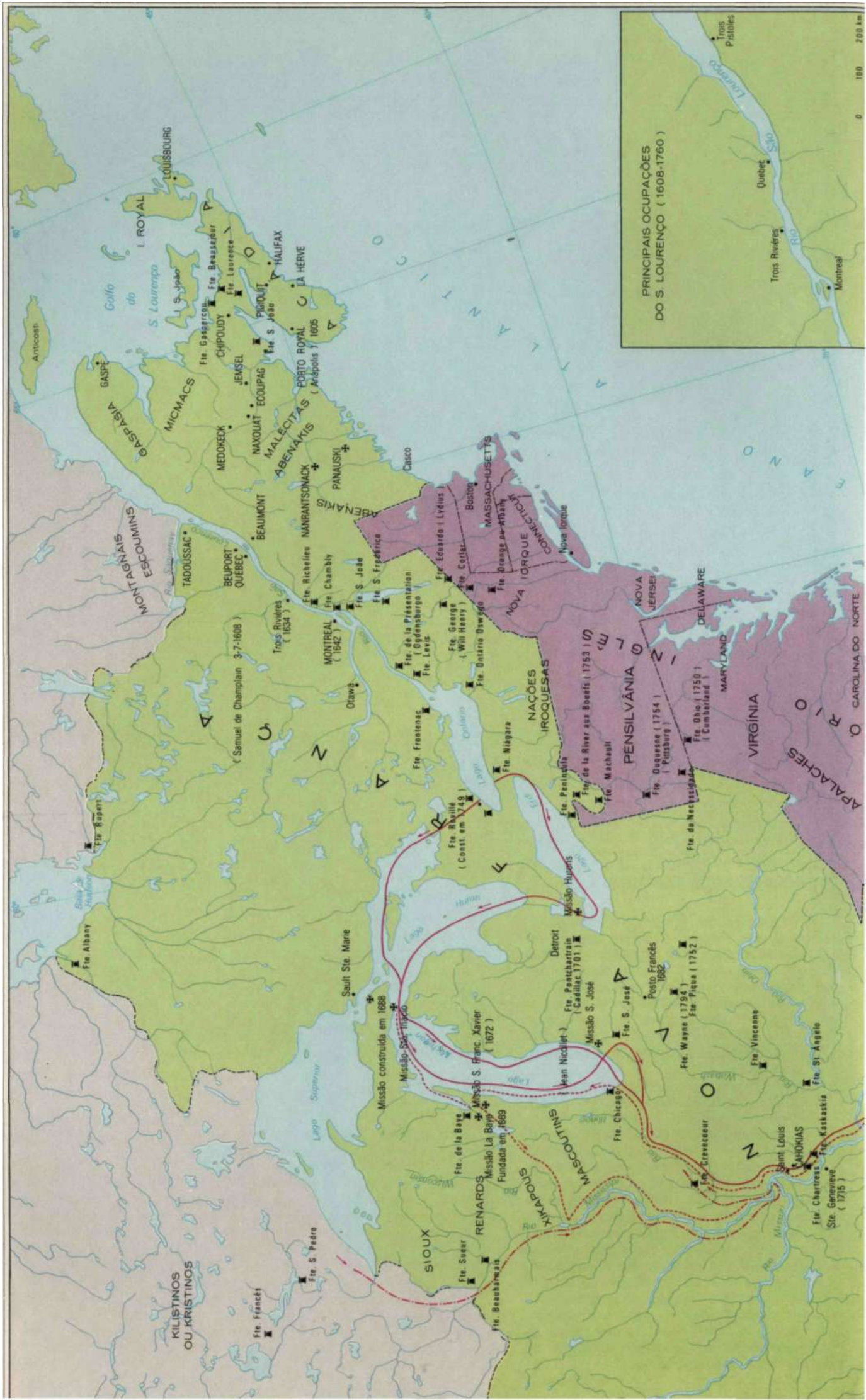




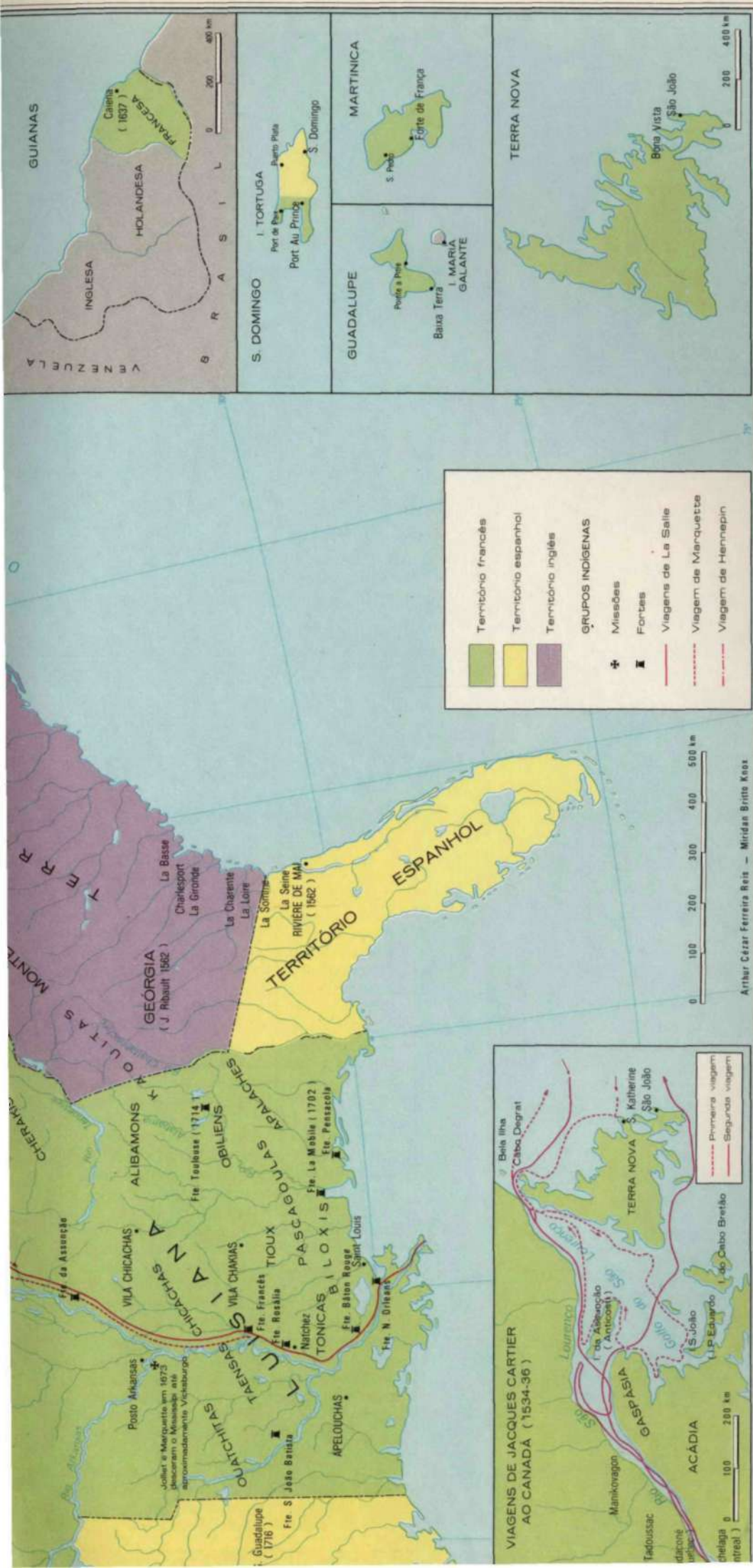
COLONIZAÇÃO ESPANHOLA

Os espanhóis, à medida que aumentavam suas responsabilidades com a ampliação da conquista, estabeleceram a seguinte organização para o domínio das terras americanas sob sua soberania: 4 Vice-Reinados, 4 Capitánias-Gerais, Intendências, "Gobernaciones" e, em relação à ordem judiciária, Audiências. Em cada núcleo urbano funcionava uma edilidade, denominada Cabildo. Os Vice-Reinados foram: Nova Espanha (México), Peru, Nova Granada (Colômbia e Equador), Prata (Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia). As Capitánias foram: Cuba, Flórida, S. Domingos e Porto Rico), Guatemala (América Central), Venezuela e Chile. As Audiências eram em número de 14. Para a direção da vida espiritual havia 4 arcebispos e 31 bispados. O controle político e econômico do Império processava-se através do Conselho das índias, sediado em Sevilha, e da Casa de Contratação, sediado em Cádiz. As relações de comércio, a princípio limitadas de acordo com o regime de monopólio vigente, perderam, no século XVIII, o seu caráter rígido. O mapa indica os principais caminhos do comércio interno e externo.





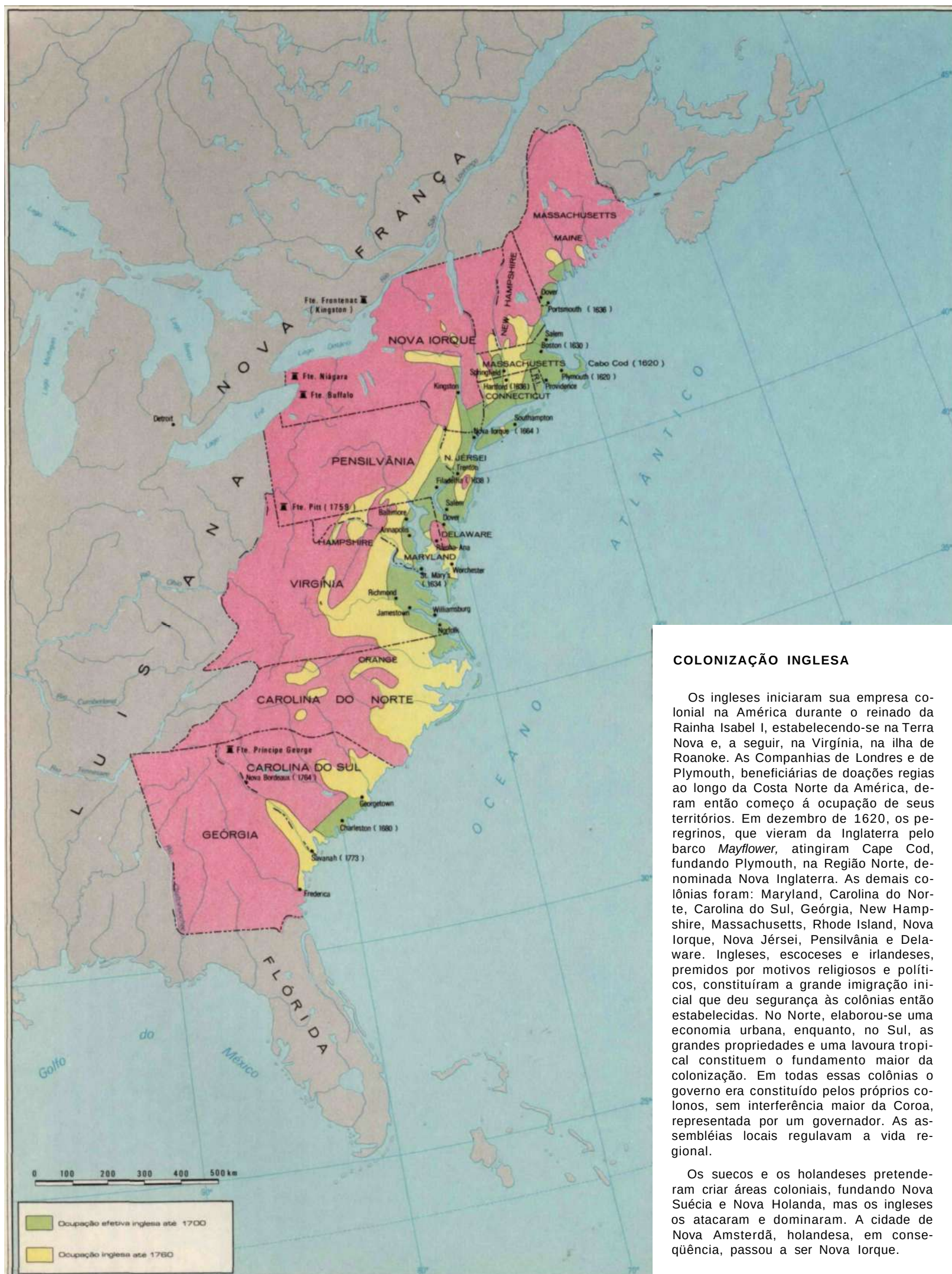
PRINCIPAIS OCUPAÇÕES
DO S. LOURENÇO (1608-1760)



COLONIZAÇÃO FRANCESA

Foi pela Terra Nova e pela Acádia, que os franceses principiaram, na América do Norte, sua empresa colonial. Prosseguiram-na através da exploração do rio São Lourenço, onde fundaram Quebec, Montreal e Porto Real. Samuel de Champlain, Jean Talon, Conde de Frontenac, Marquês de Montcalm distinguiram-se na montagem e na defesa do império, contestado pelos ingleses. Como o Padre Marquette, Joliet, La Salle, Iberville distinguiram-se na expansão pela Luisiana. Colbert foi o impulsionador da criação do império. Alcançaram depois a região dos grandes lagos e chegaram à bacia do Mississippi e ao golfo do México. A guerra com os ingleses fez com que perdessem os domínios do litoral atlântico e os territórios interiores. Na Flórida, a empresa colonial fran-

cesa teve menos expressão. Nas Antilhas, a colonização baseou-se na mão-de-obra negra e na produção de gêneros tropicais, principalmente no Haiti, Martinica e Guadalupe. Na América do Sul, além das tentativas no Rio de Janeiro e Maranhão, ocuparam a ilha de Caiena, na região das Guianas.

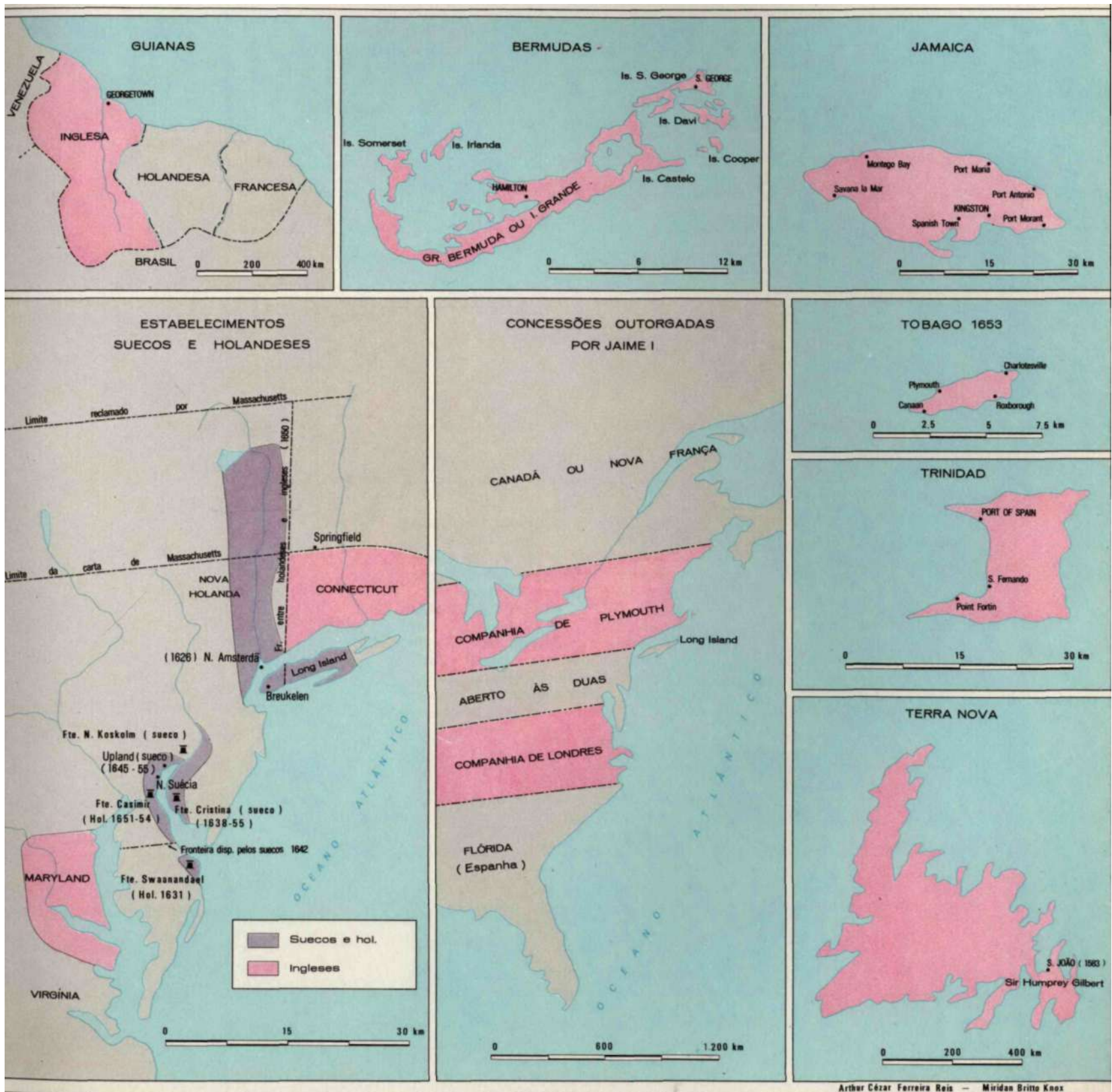
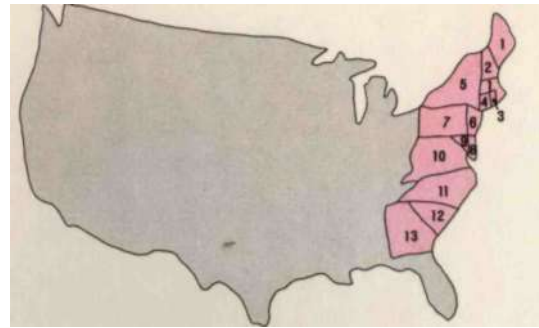


COLONIZAÇÃO INGLESA

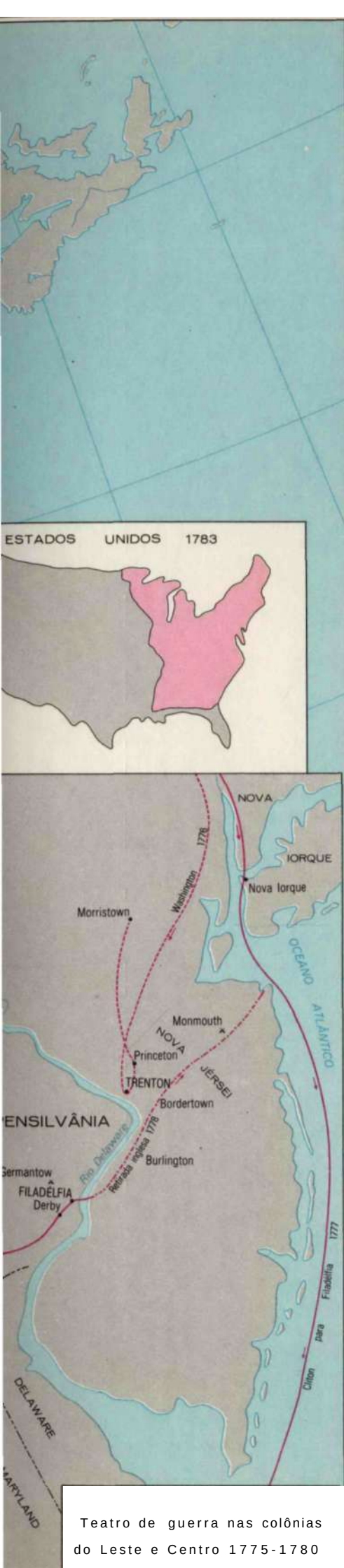
Os ingleses iniciaram sua empresa colonial na América durante o reinado da Rainha Isabel I, estabelecendo-se na Terra Nova e, a seguir, na Virgínia, na ilha de Roanoke. As Companhias de Londres e de Plymouth, beneficiárias de doações reais ao longo da Costa Norte da América, deram então começo à ocupação de seus territórios. Em dezembro de 1620, os peregrinos, que vieram da Inglaterra pelo barco *Mayflower*, atingiram Cape Cod, fundando Plymouth, na Região Norte, denominada Nova Inglaterra. As demais colônias foram: Maryland, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Geórgia, New Hampshire, Massachusetts, Rhode Island, Nova Iorque, Nova Jérsei, Pensilvânia e Delaware. Ingleses, escoceses e irlandeses, premidos por motivos religiosos e políticos, constituíram a grande imigração inicial que deu segurança às colônias então estabelecidas. No Norte, elaborou-se uma economia urbana, enquanto, no Sul, as grandes propriedades e uma lavoura tropical constituem o fundamento maior da colonização. Em todas essas colônias o governo era constituído pelos próprios colonos, sem interferência maior da Coroa, representada por um governador. As assembleias locais regulavam a vida regional.

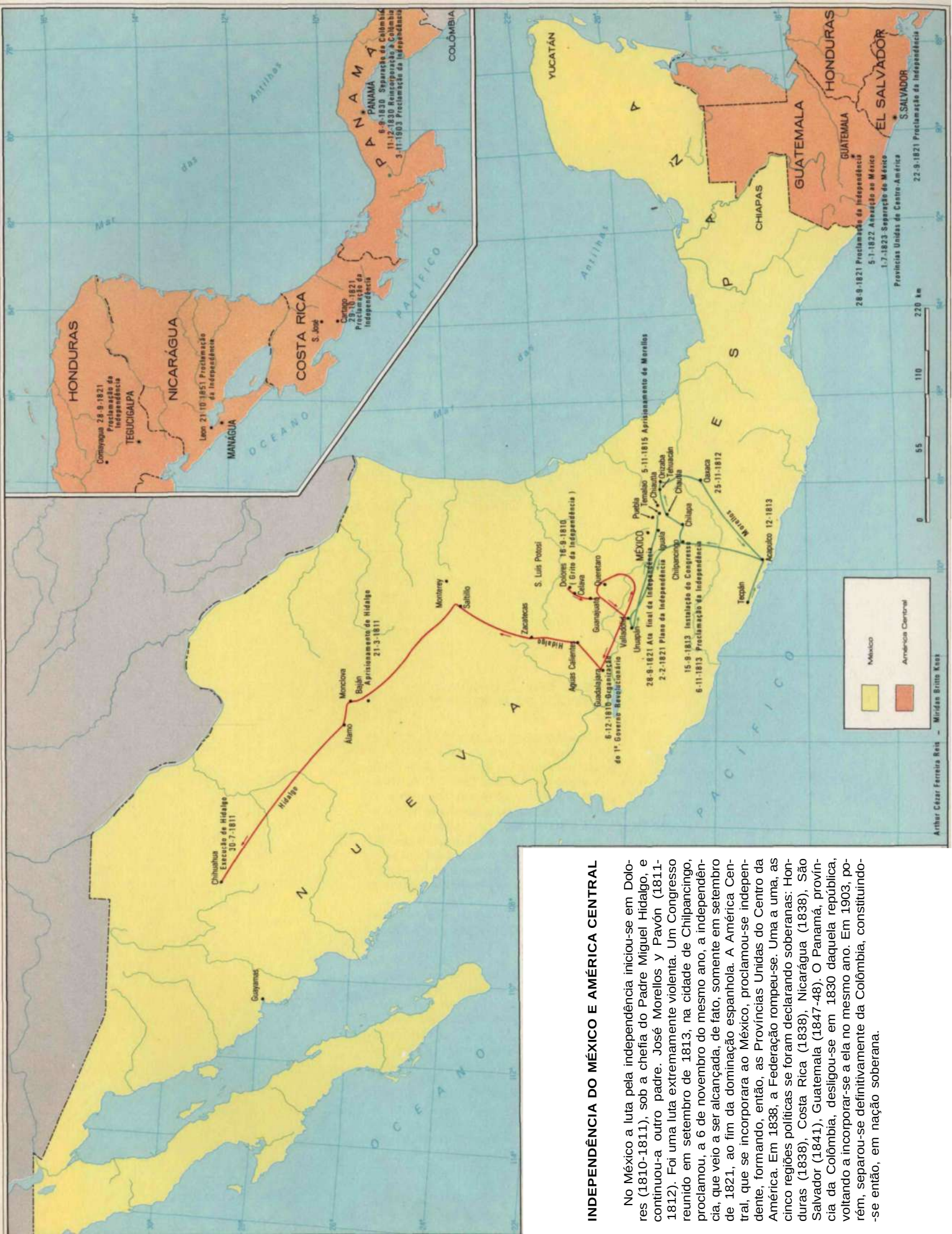
Os suecos e os holandeses pretendiam criar áreas coloniais, fundando Nova Suécia e Nova Holanda, mas os ingleses os atacaram e dominaram. A cidade de Nova Amsterdã, holandesa, em consequência, passou a ser Nova Iorque.

- 1 _ Massachusetts
- 2 _ N. Hampshire
- 3 _ Rhode Island
- 4 _ Connecticut
- 5 _ Nova Iorque
- 6 _ Nova Jérsei
- 7 _ Pensilvânia
- 8 _ Delaware
- 9 _ Maryland
- 10 _ Virgínia
- 11 _ Carolina do Norte
- 12 _ Carolina do Sul
- 13 _ Geórgia



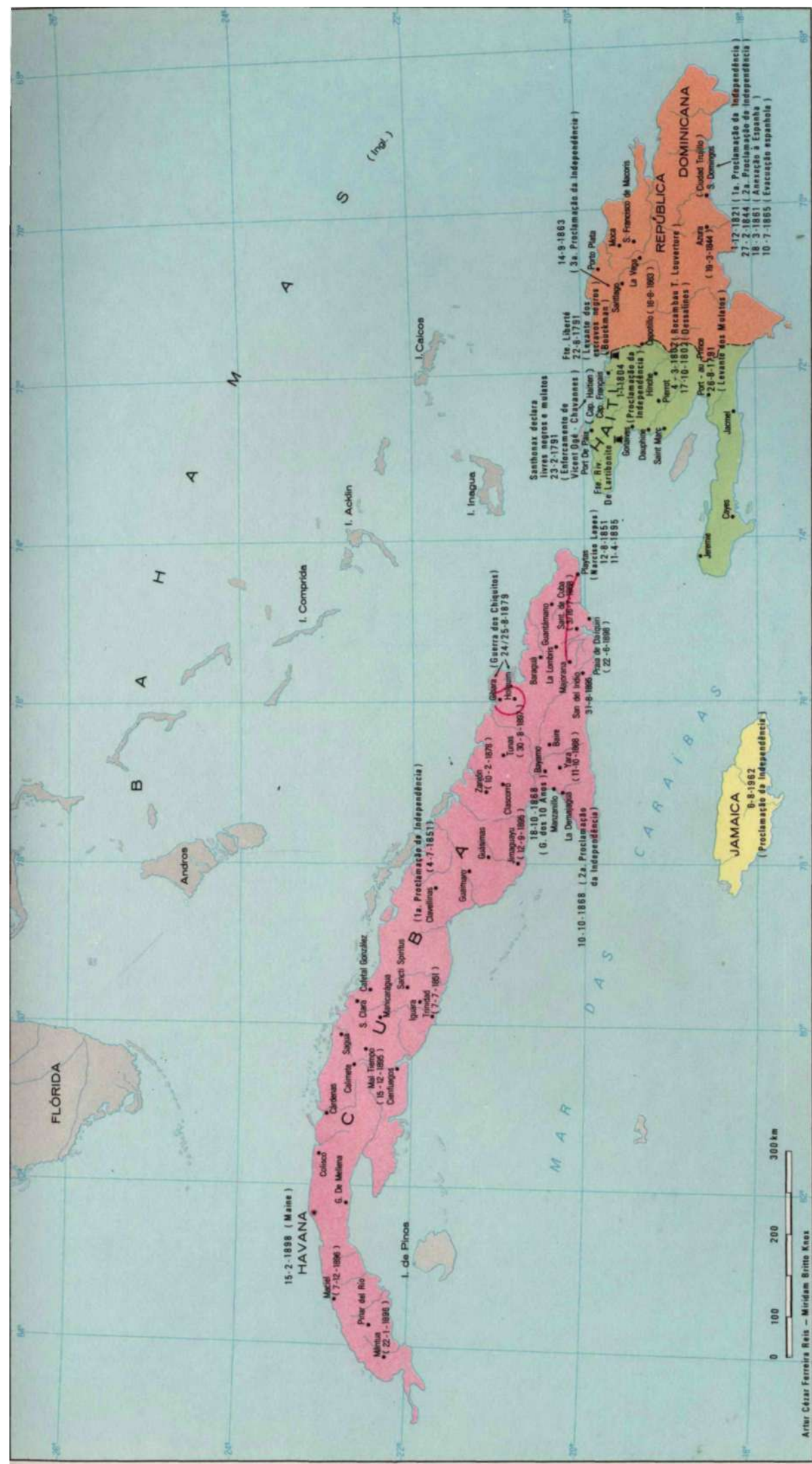






INDEPENDÊNCIA DO MÉXICO E AMÉRICA CENTRAL

No México a luta pela independência iniciou-se em Dolores (1810-1811), sob a chefia do Padre Miguel Hidalgo, e continuou-a outro padre, José Morelos y Pavón (1811-1812). Foi uma luta extremamente violenta. Um Congresso reunido em setembro de 1813, na cidade de Chilpancingo, proclamou, a 6 de novembro do mesmo ano, a independência, que veio a ser alcançada, de fato, somente em setembro de 1821, ao fim da dominação espanhola. A América Central, que se incorporara ao México, proclamou-se independente, formando, então, as Províncias Unidas do Centro da América. Em 1838, a Federação rompeu-se. Uma a uma, as cinco regiões políticas se foram declarando soberanas: Honduras (1838), Costa Rica (1838), Nicarágua (1838), São Salvador (1841), Guatemala (1847-48). O Panamá, província da Colômbia, desligou-se em 1830 daquela república, voltando a incorporar-se a ela no mesmo ano. Em 1903, porém, separou-se definitivamente da Colômbia, constituindo-se então, em nação soberana.

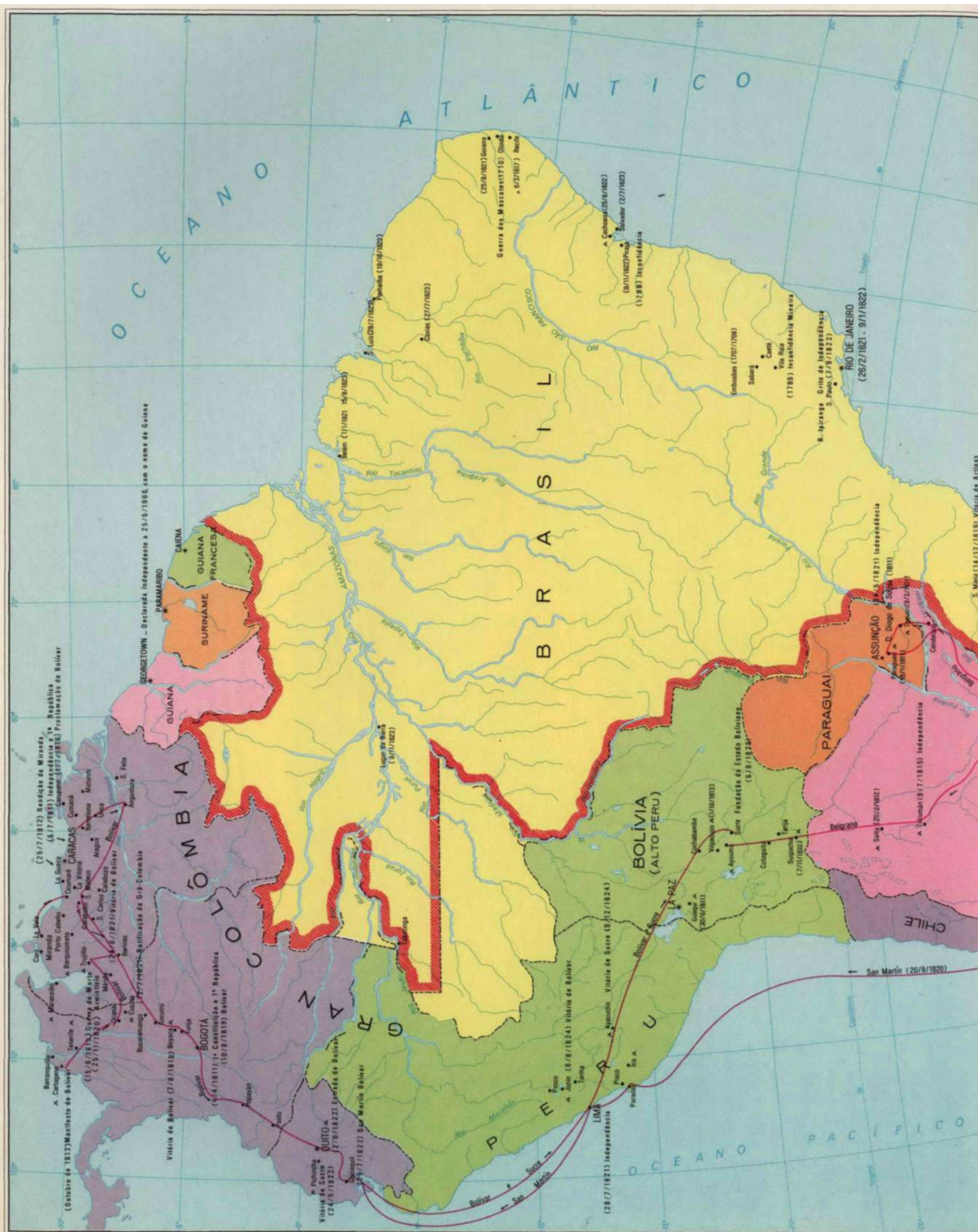


EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DAS ANTILHAS

O Haiti, colônia francesa, foi a segunda a alcançar a independência. A população escrava, chefiada por Baouckman, Toussaint Louverture e Dessalines, caminhou para a independência sem brancos a orientá-la, agitada pelos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa.

Em 23-8-1793, Santhonnax proclama livres os escravos da ilha. A independência foi finalmente obtida em 1-1-1804. São Domingos, em 1801, foi dominada pelos haitianos; de 1802 a 1806, esteve em poder dos franceses; Nunez de Cáceres proclamou a independência (1-2-1820), e, em 1822, voltou ao domínio do Haiti. Francisco Sánchez, em 1844, reprovocou a independência; em 1861 voltou ao domínio espanhol; em 1865, com Juan Pablo Duarte, a independência tornou-se realidade.

A luta armada pela independência de Cuba começou em 19-5-1850, com a tentativa de Narciso Lopes. Carlos Manuel de Cespedes proclamou a independência em 10-10-1868, iniciando a guerra dos dez anos. Em 1895, começou em Oriente a terceira guerra, que terminou com a intervenção norte-americana, devido ao afundamento do *Maine* (15-2-1898) e a destruição da esquadra espanhola em Santiago de Cuba (3-7-1898). Chefiou o movimento, com a pregação libertadora, o intelectual José Martí, morto logo no início do movimento. A empresa militar foi continuada por Antonio Maceo e Maximo Gomes. As forças norte-americanas deixaram o país em 1901, quando assumiu o governo o primeiro presidente da República, Tomaz Estrada Palma.



GEORGETOWN - Declarada independente a 25/6/1966, com o nome de Guiana

GUIANA

GUIANA FRANCESA

SURINAME

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

COLOMBIA

BOGOTÁ

PERU

LIMA

PARAGUAI

ASSUNÇÃO

CHILE

BOLÍVIA (ALTO PERU)

LA PAZ

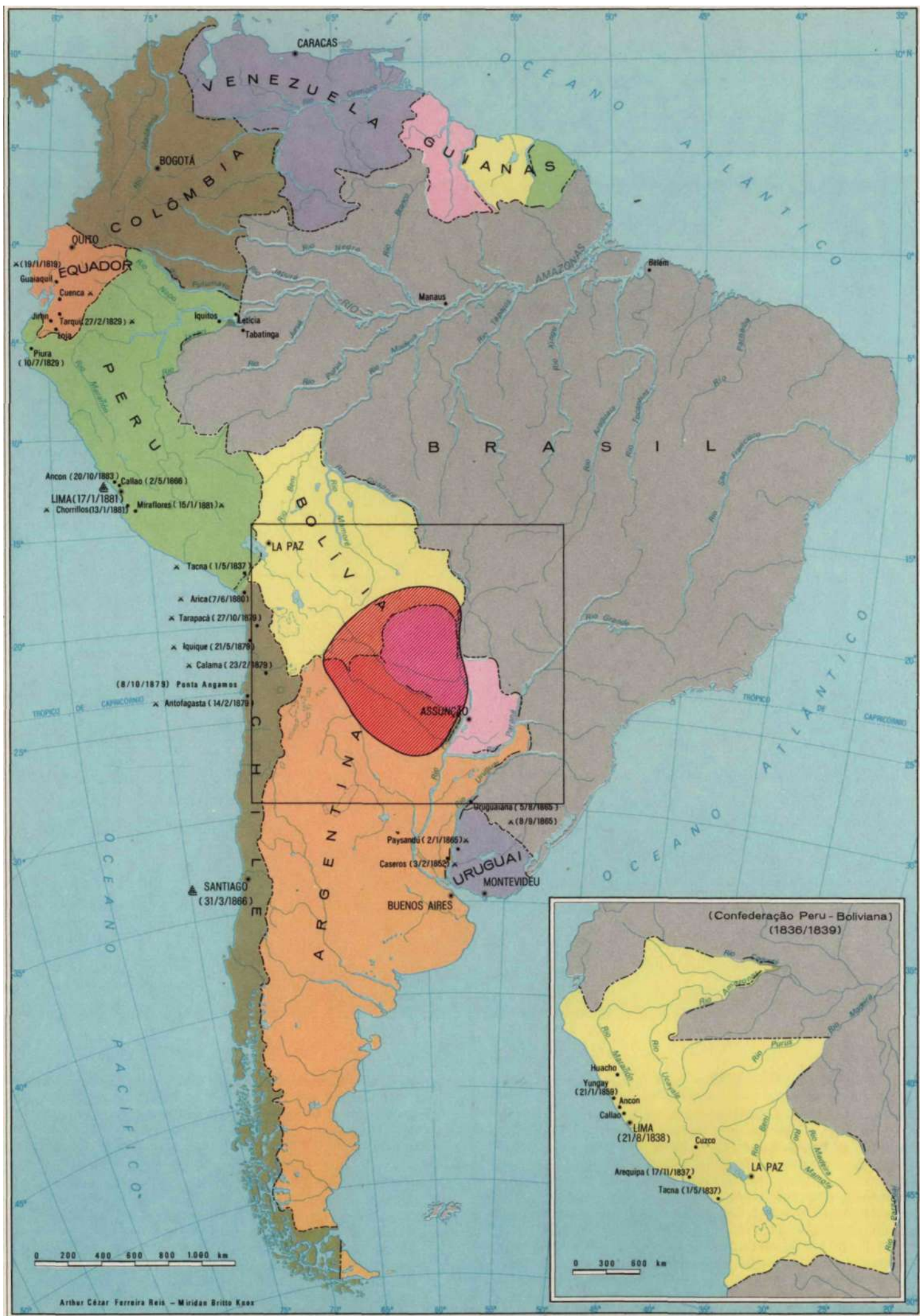
COLOMBIA

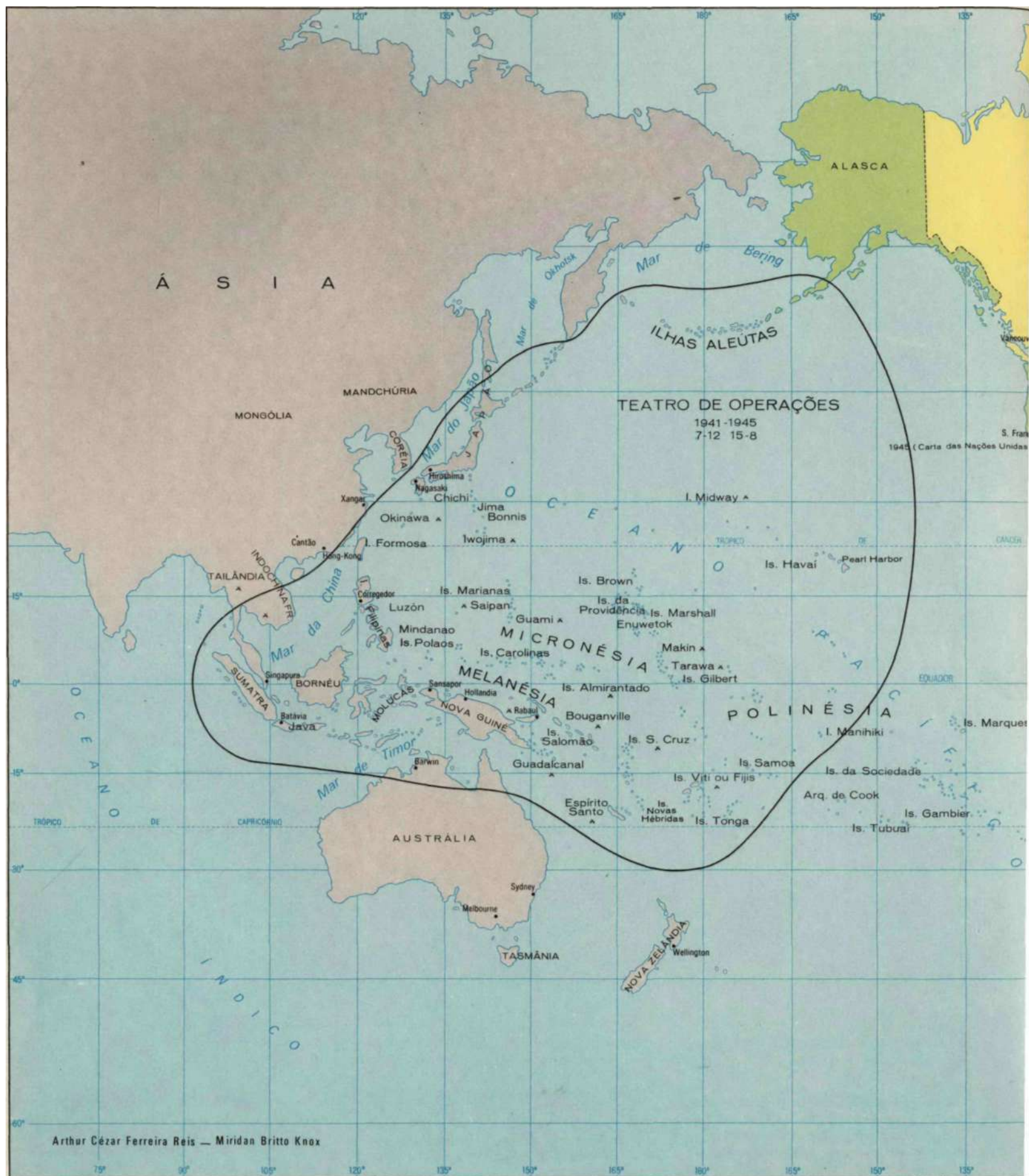


EXPANSÃO TERRITORIAL DOS ESTADOS UNIDOS

A expansão territorial dos Estados Unidos começou durante a Guerra da Independência, quando os colonos ocuparam terras situadas a leste do Mississípi. A Luisiânia foi comprada à França em 1803, por 60 milhões de francos. A Espanha cedeu-lhe a Flórida, mediante indenização de 5 milhões de dólares. Através de meios diplomáticos, obteve da Grã-Bretanha o território de Oregon, as montanhas Rochosas e o rio Santa Cruz, no Maine. A guerra contra o México proporcionou, pelo tratado de paz de 1848 e mediante a indenização de 15 milhões de dólares, novas áreas: Texas, Novo México, Arizona, Colorado, Califórnia superior. Em 1853, por outra indenização de 10 milhões de dólares, obteve nova retificação da fronteira com o México. Em 1867, comprou da Rússia, por 7 milhões de dólares, o que é hoje o Alasca. As

ferrovias, ligando o Atlântico ao Pacífico, facilitaram o povoamento desse vasto território, alimentado pelas correntes migratórias europeias. A expansão alcançou, no Atlântico, as Antilhas Danesas e Porto Rico, hoje Estado Associado; no Pacífico, o arquipélago do Havaí, as Filipinas, Wake e Midway. O canal do Panamá encerrou o movimento de ampliação da base física norte-americana. A história do deslocamento de fronteira constitui, em consequência, o motivo central do processo norte-americano de formação. À medida que avançam a fronteira, nas áreas incorporadas eram criados territórios federais, mais tarde elevados à condição de Estados.

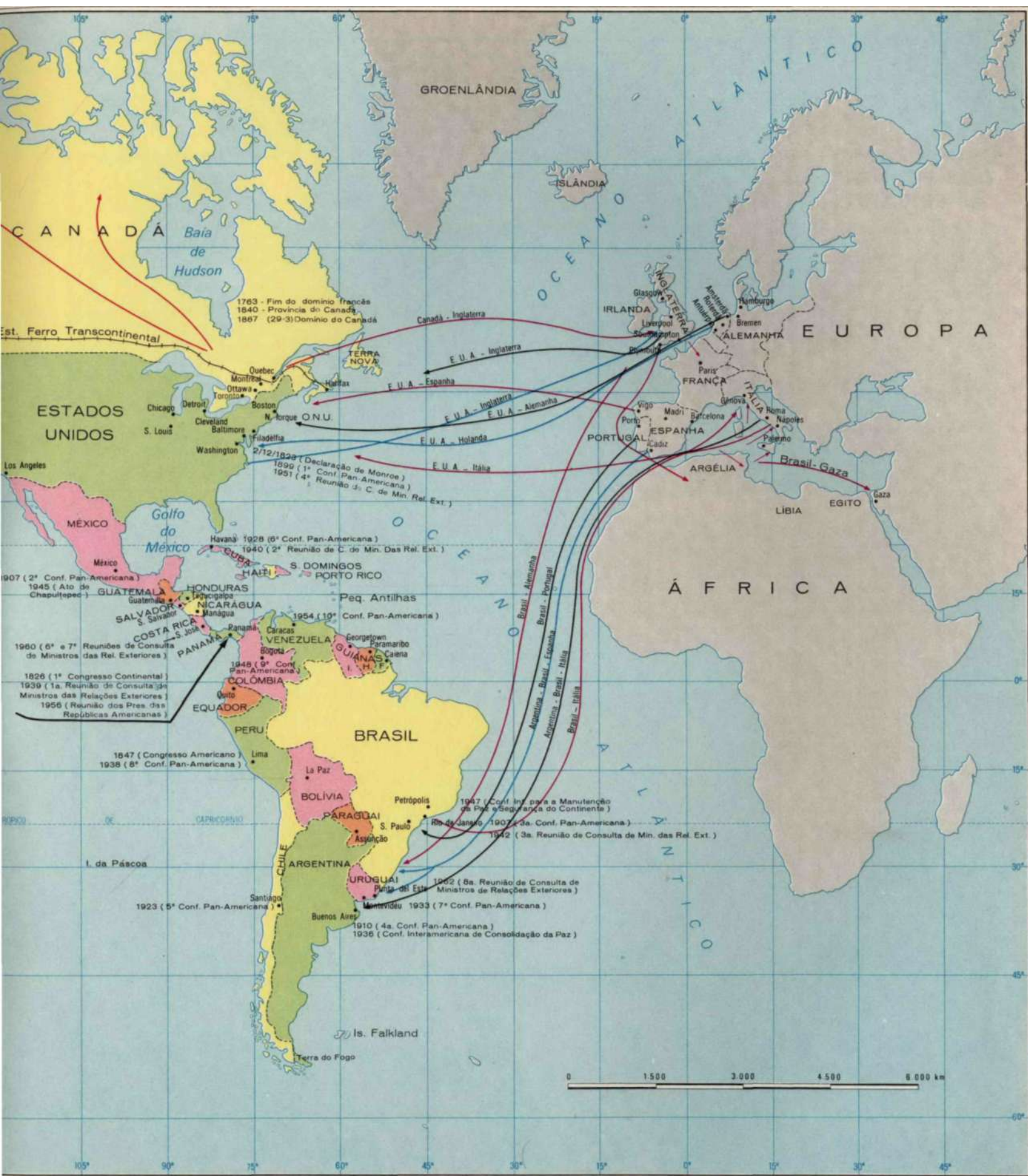




A AMÉRICA NO MUNDO

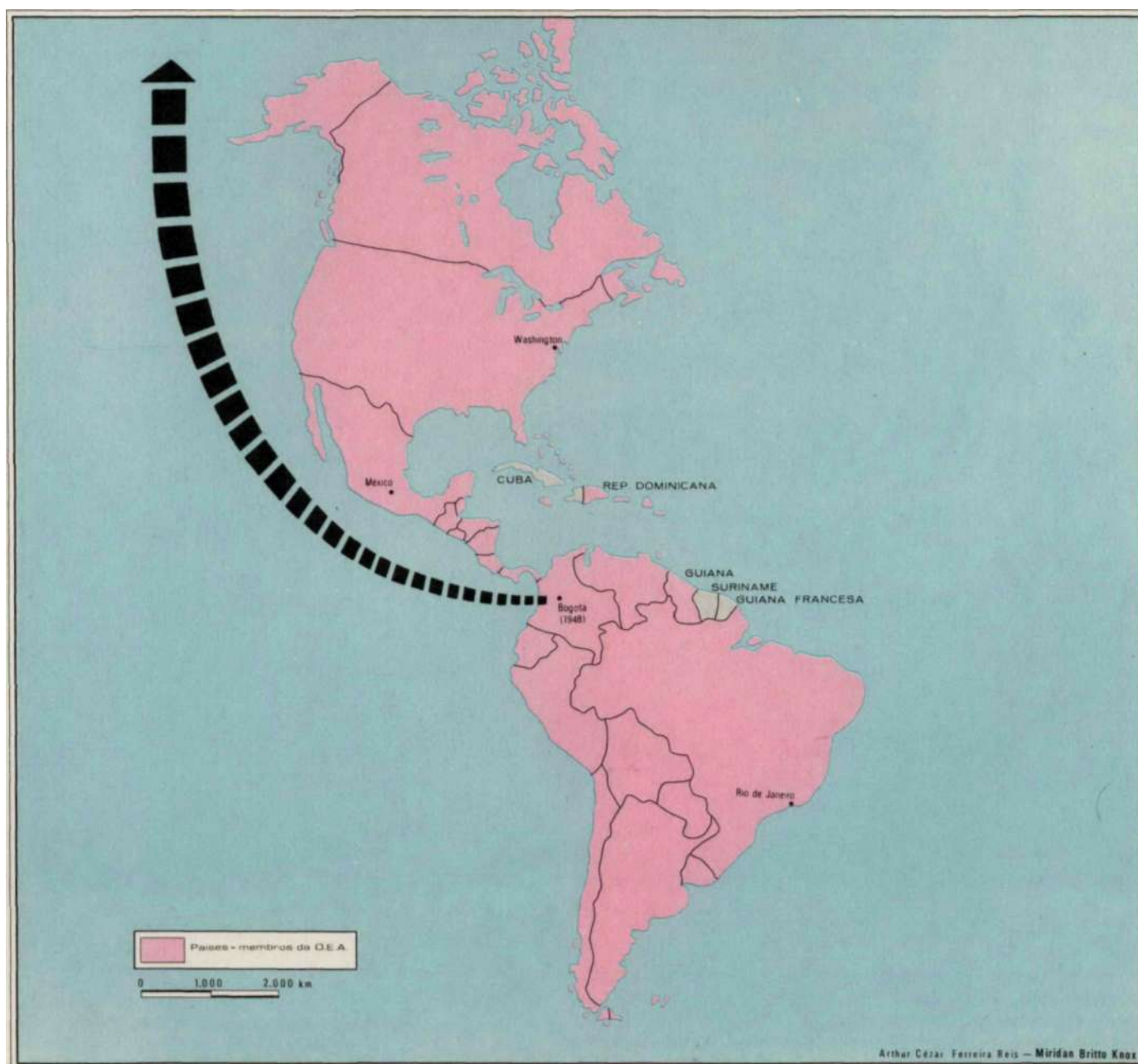
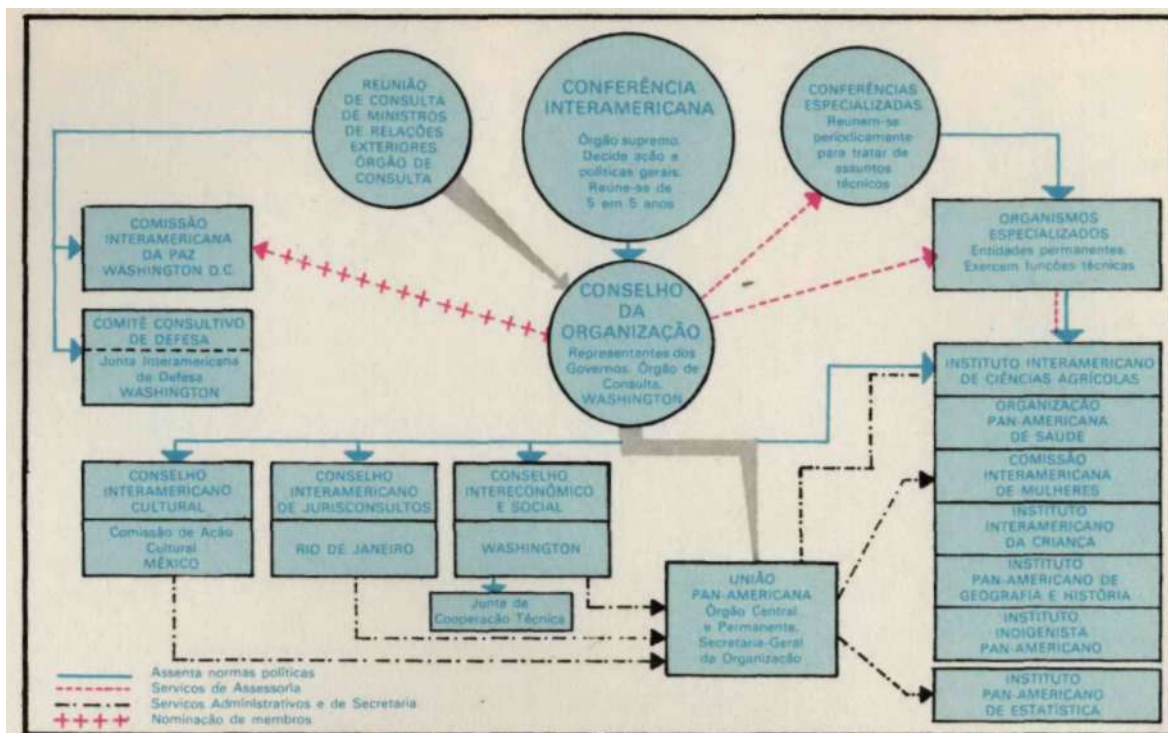
A América alcançou uma posição especial nos quadros do mundo, marcada principalmente pela estruturação de uma ordem comum, a Organização dos Estados Americanos (OEA), e emanada

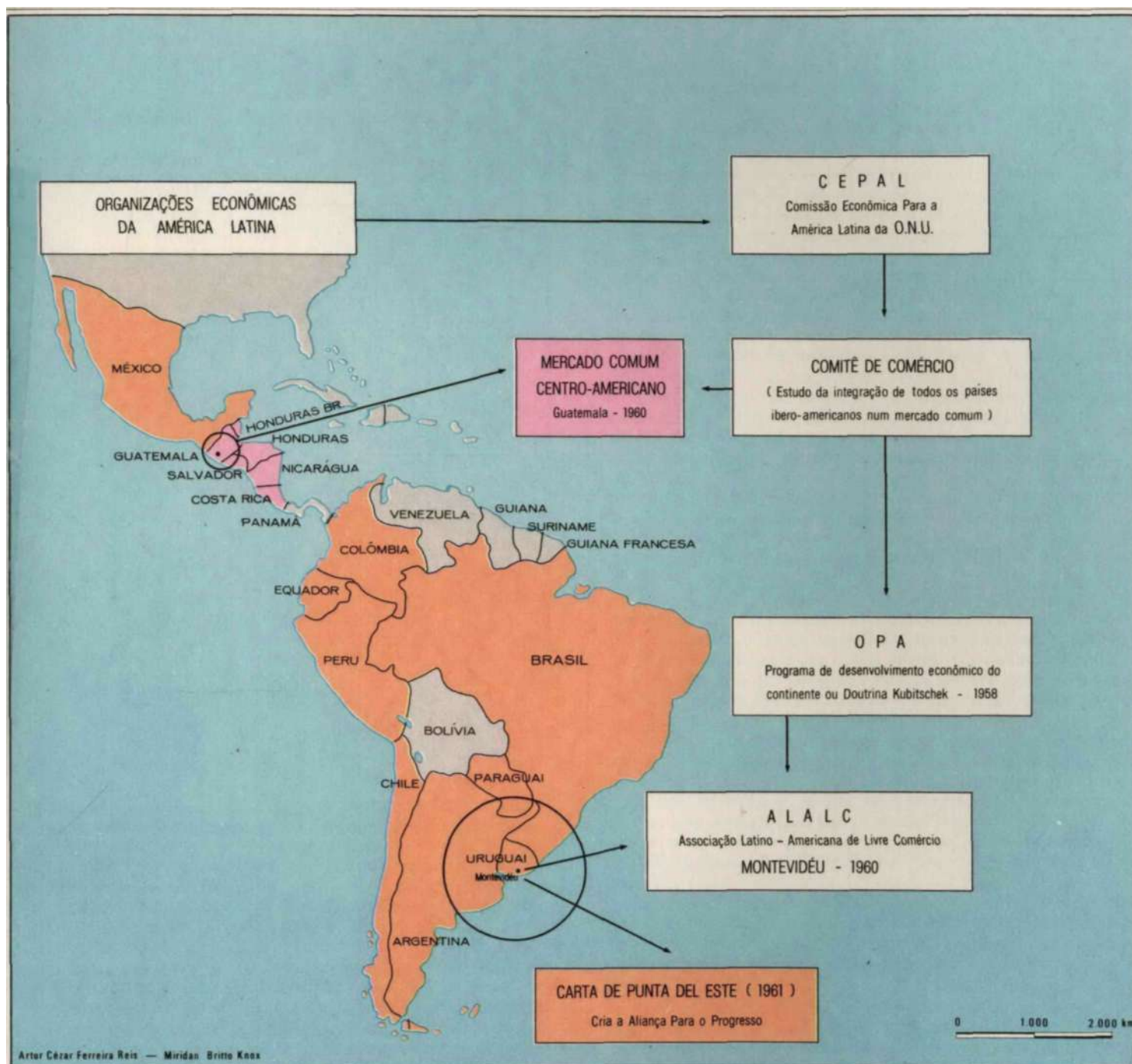
de assembléias continentais (do Panamá, em 1826, a Punta del Este, em 1962), pronunciamentos contrários ao regime colonialista (Monroe, 1823), princípios de cooperação e solidariedade (Pan-Americanismo), esforço pelo melhor desenvolvimento econômico (OPA) e acolhimento de multidões de imigrantes, vindos da



Europa e da Ásia. A América participou dos grandes conflitos internacionais (1914-1918 e 1939-1945), da Sociedade das Nações e faz parte da Organização das Nações Unidas (ONU). Seu objetivo maior é o desenvolvimento econômico, com o aproveitamento local de seu potencial de solo e subsolo.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS





ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

A Organização dos Estados Americanos resultou da IX Conferência Interamericana, realizada em Bogotá, no ano de 1948, e tem como sede a cidade de Nova Iorque. Sua função é ampla e abrange os mais variados aspectos das conjunturas que as Américas enfrentam no decorrer

dos tempos. De certo modo, vem satisfazer os anseios de criação de uma coletividade continental harmônica, cuja necessidade, logo nos inícios da experiência democrática e soberana que começava a viver, era considerada fundamental. O Organograma indica a estrutura e o funcionamento da OEA.

No quadro há informação sobre os organismos destinados a ocupar-se da

problemática econômica, que se pretende solucionar através de mercados comuns e legislação apropriada, regulatória dos sistemas de produção e de comercialização.

história geral

Todos nós temos consciência de que nosso País está em condições de se tornar, muito breve, uma Grande Potência e de desempenhar, nas relações internacionais, um papel mais decisivo do que lhe coube no passado. O Brasil possui, de fato, para assim se destacar, uma extensão territorial, uma população e recursos naturais que se acham valorizados pela sua posição geográfica no Continente Sul-Americano, no Atlântico e no mundo atual.

Nestas condições, surge no momento, para as gerações contemporâneas, um certo número de deveres e de obrigações que, até agora, não têm sido suficientemente focalizados na nossa educação cívica. Um deles é, incontestavelmente, a necessidade de conhecer melhor o mundo político, econômico, cultural e social no qual temos de exercer a nossa devida e justa influência.

A parte de História Geral, apresentada neste *Atlas Histórico Escolar*, procura exatamente completar as noções de que o brasileiro-americano precisa para interpretar, nas suas origens, no seu desenvolvimento e no seu estado atual, os fatos que se dão fora das Américas.

As Relações Internacionais, sem constituir uma disciplina separada, pois faziam parte das Ciências Políticas, não deixam de ser uma matéria distinta que em muitas universidades as Grandes Potências têm colocado ultimamente nos seus currículos.

As facilidades e a rapidez das comunicações têm reduzido as distâncias-tempo e tornado o mundo, por assim dizer, menor. Mas nós precisamos não é apenas de um mundo menor, é de um mundo melhor. Nele, bem sabemos, os contatos se tornam mais frequentes e mais íntimos; daí a necessidade da boa-vizinhança; daí também a urgência de melhor conhecimento e de maior cooperação.

O que visam os mapas históricos gerais é habilitar o estudante a seguir o processo histórico de cada continente e dos principais países estrangeiros, para daí tirar conclusões a respeito das situações atuais.

Em referência a estas interpretações da História dos tempos presentes, devo fazer aqui algumas ponderações:

— Os mapas de História Geral se acham muito simplificados. Bem sei que o ideal de uma combinação de Geografia com a História exigiria uma representação completa do mapa físico, com latitudes e altitudes. Num mapa histórico, em que fronteiras do passado e do presente, rios principais e feições litorâneas são de capital importância, o relevo tem de ser sacrificado ou raras vezes apresentado.

— É possível que a nomenclatura destes mapas e de seus encartes venha a sofrer críticas justas e acertadas; entretanto, lembro que ainda não existe em nossa língua uma reconhecida e generalizada ortografia para nomes estrangeiros ainda não totalmente aportuguesados.

— Nos mapas antigos e medievais, os traçados de fronteiras devem ser considerados apenas como tentativas de delimitações, baseadas sempre em cartas autorizadas mas cuja imprecisão deve ser considerada como uma necessidade de apresentação não tanto de *linhas* como de *zonas* de fronteiras. Somente nos mapas contemporâneos deixam estas considerações de ser indispensáveis.

— Apesar de ter procurado simplificar o mais possível os mapas desenhados, fui levado a apresentar com maiores detalhes os mapas relativos à época atual, isto é, os que se prestam a estudos de relações internacionais. Caso sejam necessárias informações complementares de Geografia Física, forçoso será recorrer ao *Atlas Geográfico Escolar*, também editado pela FENAME, e comparar os mapas físicos com o mapa histórico.

— Nos mapas históricos, em geral, as questões de latitudes são tidas de influência menor; precisam ser, entretanto, levadas em conta quando é iniciado o estudo de uma região em determinada fase histórica. Para não sobrecarregar os mapas foram dadas poucas indicações a este respeito, mas foi colocado, no final do *Atlas*, um mapa simples, com a projeção de Mercator, que servirá de ponto de referência para qualquer consulta sobre latitudes.

Espero que muitas sugestões úteis terão ocasião de ser mandadas a respeito dos mapas de História Geral para que sejam aproveitadas em futuras edições. Para tal fim, conto com os meus colegas, professores de História, de Geografia e de outras ciências sociais.

Com a colaboração da Professora Therezinha de Castro, redigi alguns textos explicativos muito resumidos que figuram no rodapé dos mapas. Resultam esses comentários da necessidade permanente de localizar todos os fatos históricos; no mesmo cenário físico fixo, o tempo vai modificando sempre o caráter histórico da posição e do espaço, variáveis segundo as épocas. É a ação da História sobre a Geografia. O estudioso notará nos mapas certos pontos nevrálgicos onde as mudanças são mais frequentes e mais radicais; nada há de mais sugestivo, sob este ponto de vista, do que a geografia das fronteiras: contatos de civilizações, contatos de Estados, contatos de idéias. Cada quadro pode ser explicado pelo quadro que precede: a Europa do século XVI resulta da ação dos homens representada na Europa do século XV. A Europa do século XVIII e o nosso quadro geográfico atual procedem de outros tantos precedentes.

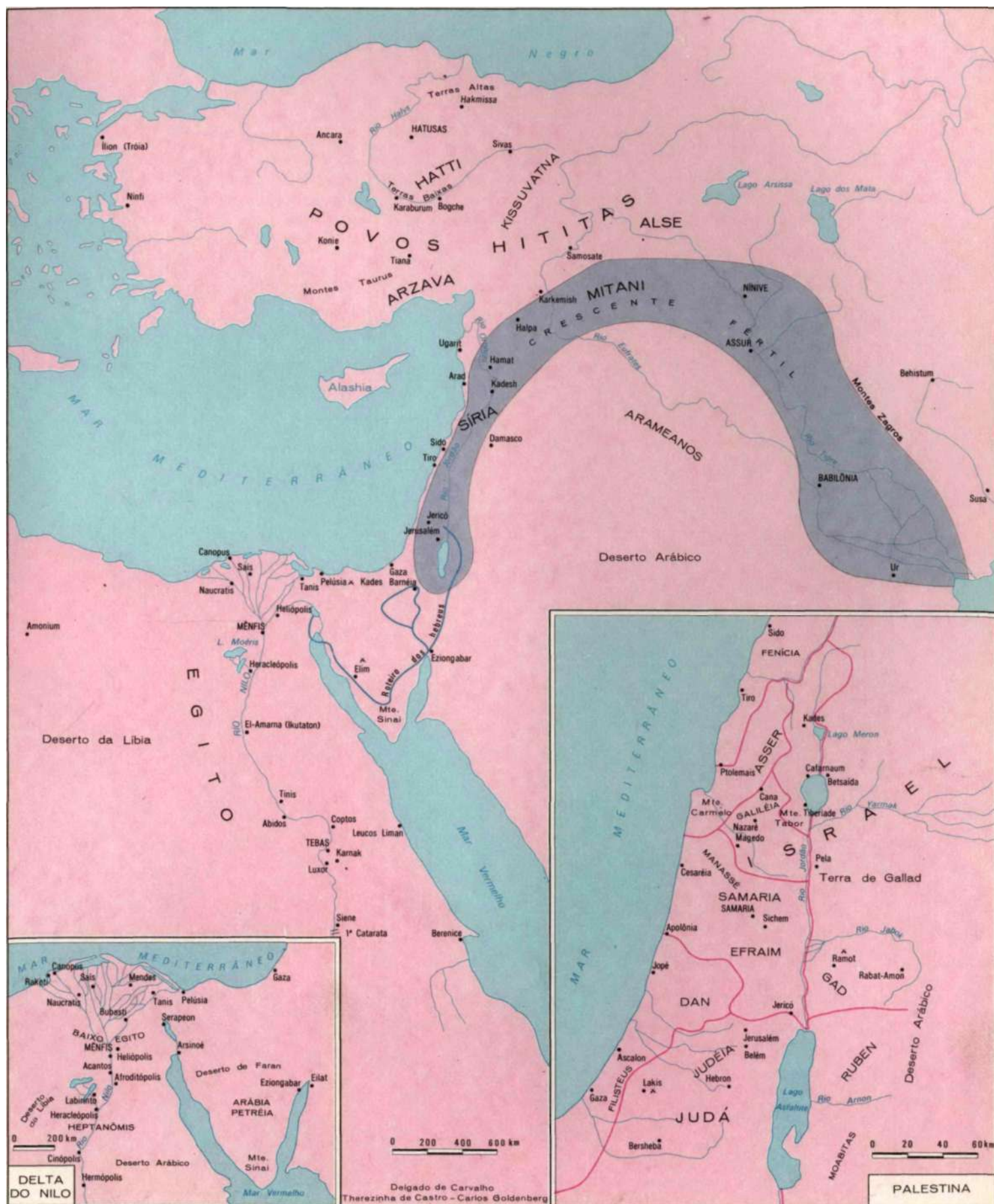
Quanto à grafia dos topônimos estrangeiros, devo esclarecer que a mesma obedece a um critério pessoal.

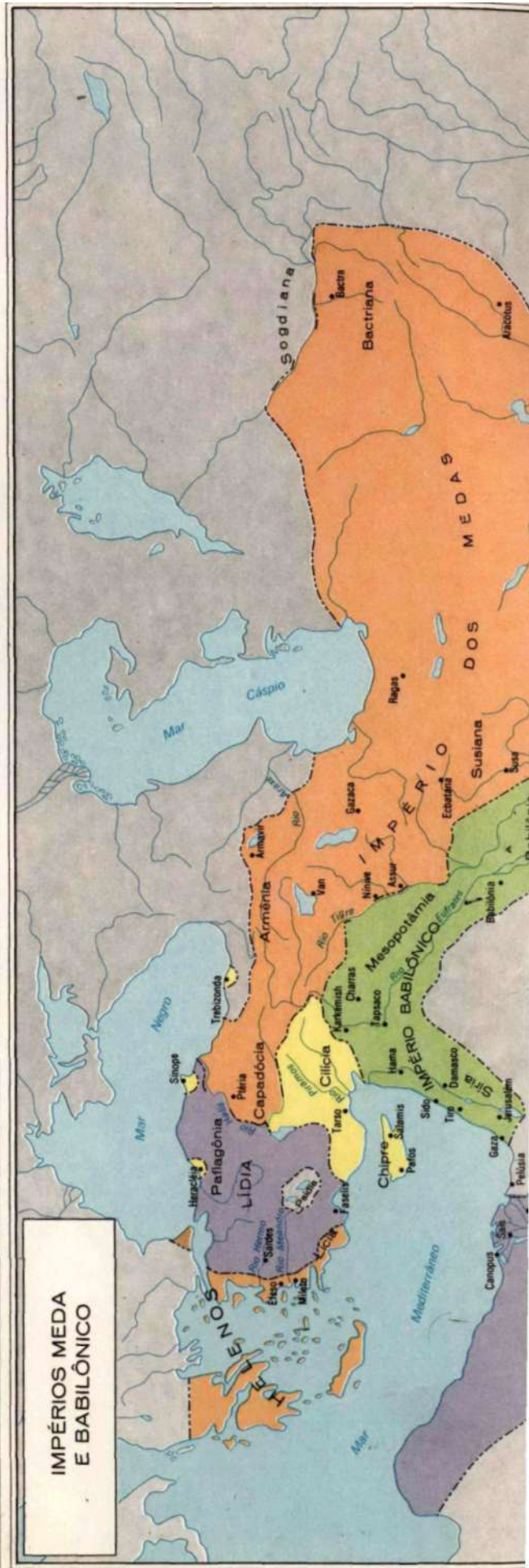
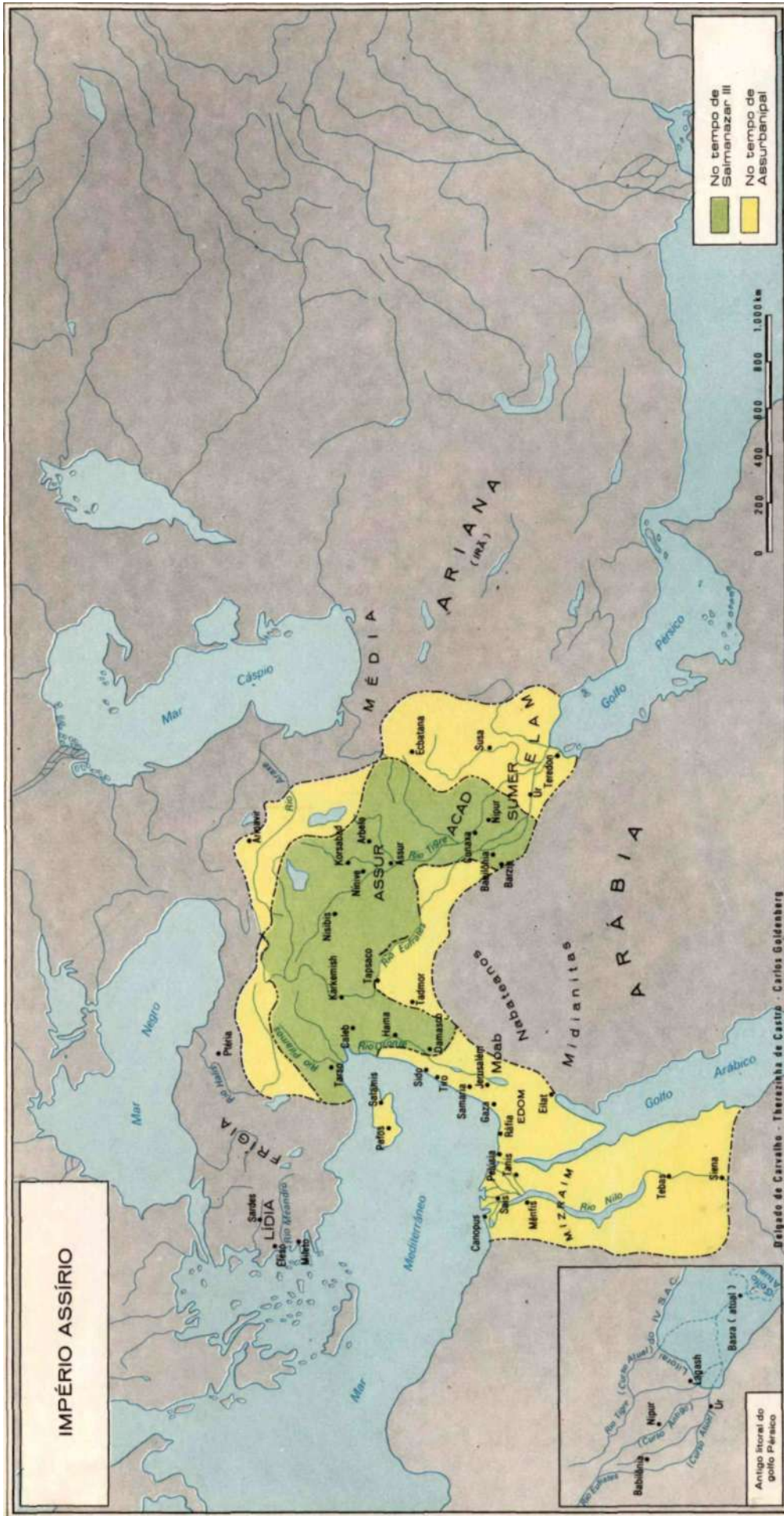
O EGITO DOS FARAÓS E O ORIENTE MÉDIO

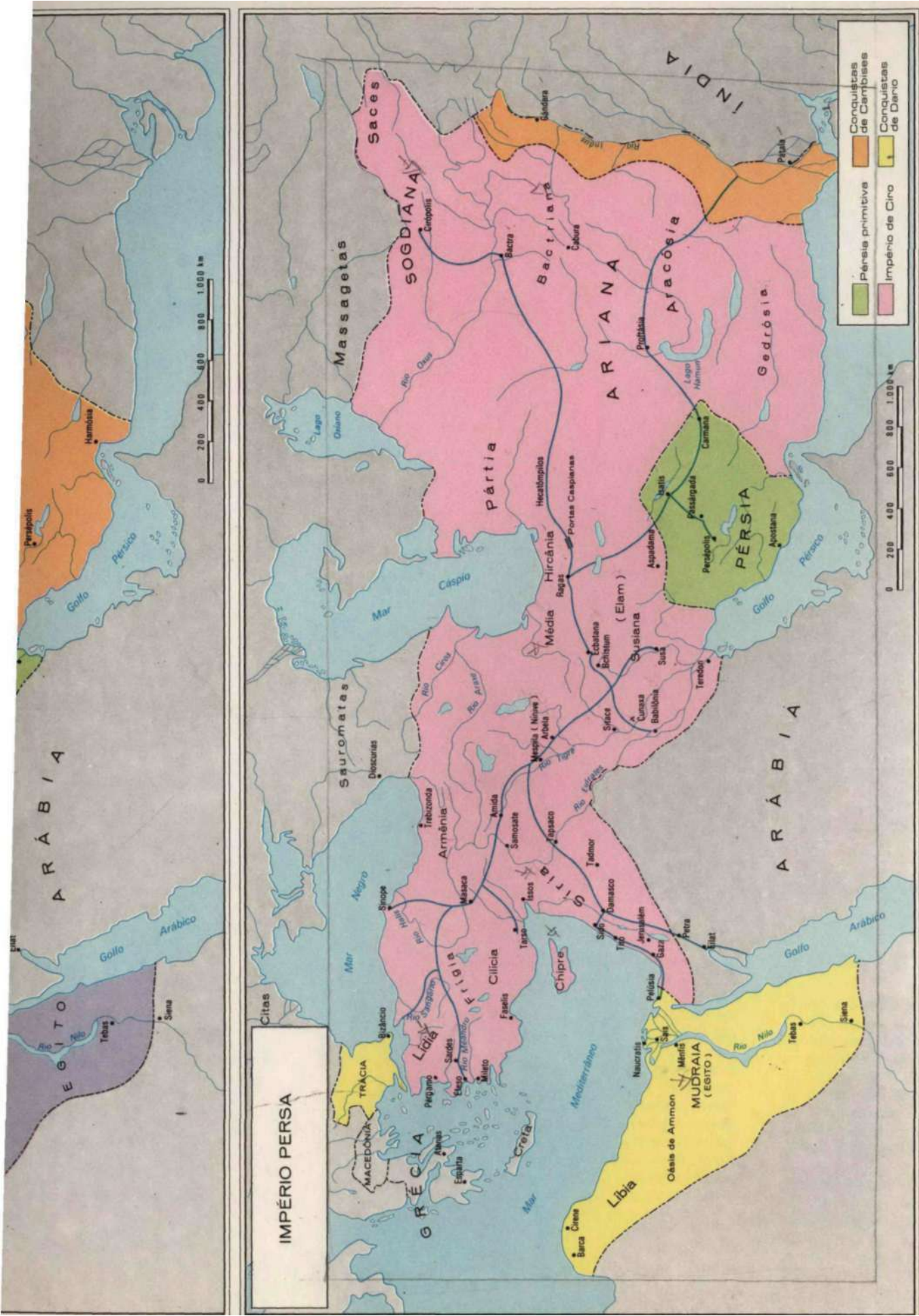
O Egito se estende entre 24 e 31 graus de latitude norte, no Nordeste da África, entre o deserto da Líbia e o mar Vermelho. As inundações anuais do Nilo tornaram a região fértil. Politicamente unificado cerca de três milênios antes de Cristo, o Egito foi governado por trinta e uma dinastias de faraós. Suas capitais foram Tebas, Mênfis e Sais. De lá saíram entre 1300 e 1250 A.C. os hebreus que, passando pela península do Sinai, foram estabelecer as suas tribos na Terra Prometida, ou Palestina, onde conquistaram Jericó. Primitivamente unidos, os judeus constituíram posteriormente dois reinos: o de Judá, com capital em Jerusalém, e Israel, com capital em Sichém e depois em Samaria.

Na parte noroeste da Palestina, a costa do Mediterrâneo ficou em poder dos fenícios, cujos portos principais foram Tiro e Sido.

Entre o mar Negro e o Mediterrâneo, dominaram os povos hititas, com capital em Hatusas. Durante muito tempo disputaram aos egípcios o domínio da Síria.







IMPÉRIOS ANTIGOS DO ORIENTE MÉDIO

Os três mapas do Oriente Médio, na Antiguidade, marcam três fases históricas principais daquela região. Permitem observar as sucessivas monarquias asiáticas que precederam a conquista helênica.

O primeiro mapa traça, aproximadamente, o Império Assírio nos reinados dos conquistadores Salmanazar e Assurbanipal. Antes, porém, da formação desta monarquia que constituiu o primeiro grande Império Asiático da região, populações sumerianas e invasores semitas haviam-se localizado na Mesopotâmia, nas terras

do chamado "Crescente Fértil" e fundado uma monarquia cujo centro político era Babilônia.

No segundo mapa, em que aparecem os Impérios Meda e Babilônico, observa-se que na Ásia menor apareceram novos Estados, entre os quais a Lídia, com sua capital em Sardes. A Capadócia e a Cilícia

são territórios desmembrados do Império Assírio.

Por fim, o terceiro mapa apresenta o Império Persa na sua maior extensão, em seguida às conquistas de Dário. Algumas estradas, em azul, marcam a importância que teve então a monarquia persa, cuja duração foi relativamente curta.



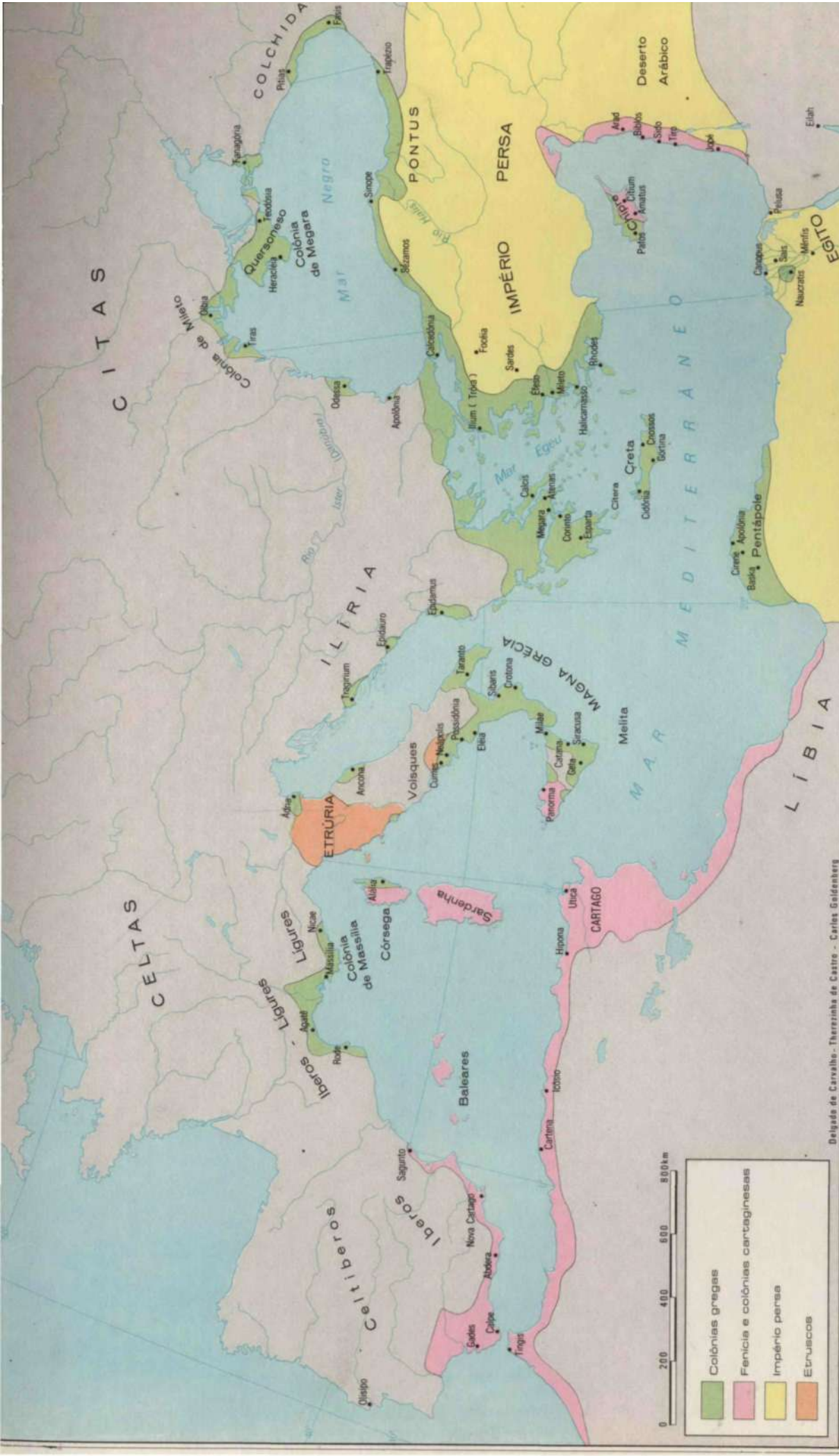
A GRÉCIA NO SÉCULO V A.C.

A Grécia dos tempos clássicos, antes da conquista macedônica (Queronéia — 338 A.C.) estendia-se até 40° de latitude norte. Faziam parte de seus domínios os diversos arquipélagos do mar Egeu e as ilhas da costa ocidental (Corfu, Cefalônia, Zanto). A serra do Pindo separava o Épiro da Tessália. Um istmo, perto de Corinto, ligava a Grécia Central à península do Peloponeso.

Migrações oriundas do Norte ocuparam a terra grega em ondas sucessivas. Os deslocamentos de populações determinaram a formação de colônias nas costas asiáticas. As três cores do mapa indicam os setores em que se estabeleceram as três etnias helênicas (dórios, eólios, jônios).

A posição geográfica de Tróia, na proximidade do Helesponto, explica a importância histórica daquela cidade. Para conquistá-la, partiam as expedições gregas das principais cidades da Argólida: Micenas, Tirinto, Argos.

O relevo manteve a Grécia dividida em pequenas regiões naturais que constituíam unidades políticas (cidades-estado), como Atenas (Ática), Tebas (Beócia), Esparta (Lacônia), Megalópolis etc. No encarte, podem ser observadas as diretrizes seguidas pelos invasores persas, no século V, vindos por terra e por mar.



Delgado de Carvalho - Theresinha de Castro - Carlos Goldenberg

COLONIZAÇÃO GREGA (DOMÍNIOS FENÍCIOS E CARTAGINESES)

O mundo grego estava restrito, inicialmente, a uma pequena península montanhosa, de terras não muito férteis, onde se desenvolveu uma série de cidades-estado, destacadamente Esparta e Atenas. A investida de novos invasores tornou a Grécia superpovoada. A opressão por parte de famílias dominadoras e a falta de recursos que passaram a sofrer os gregos

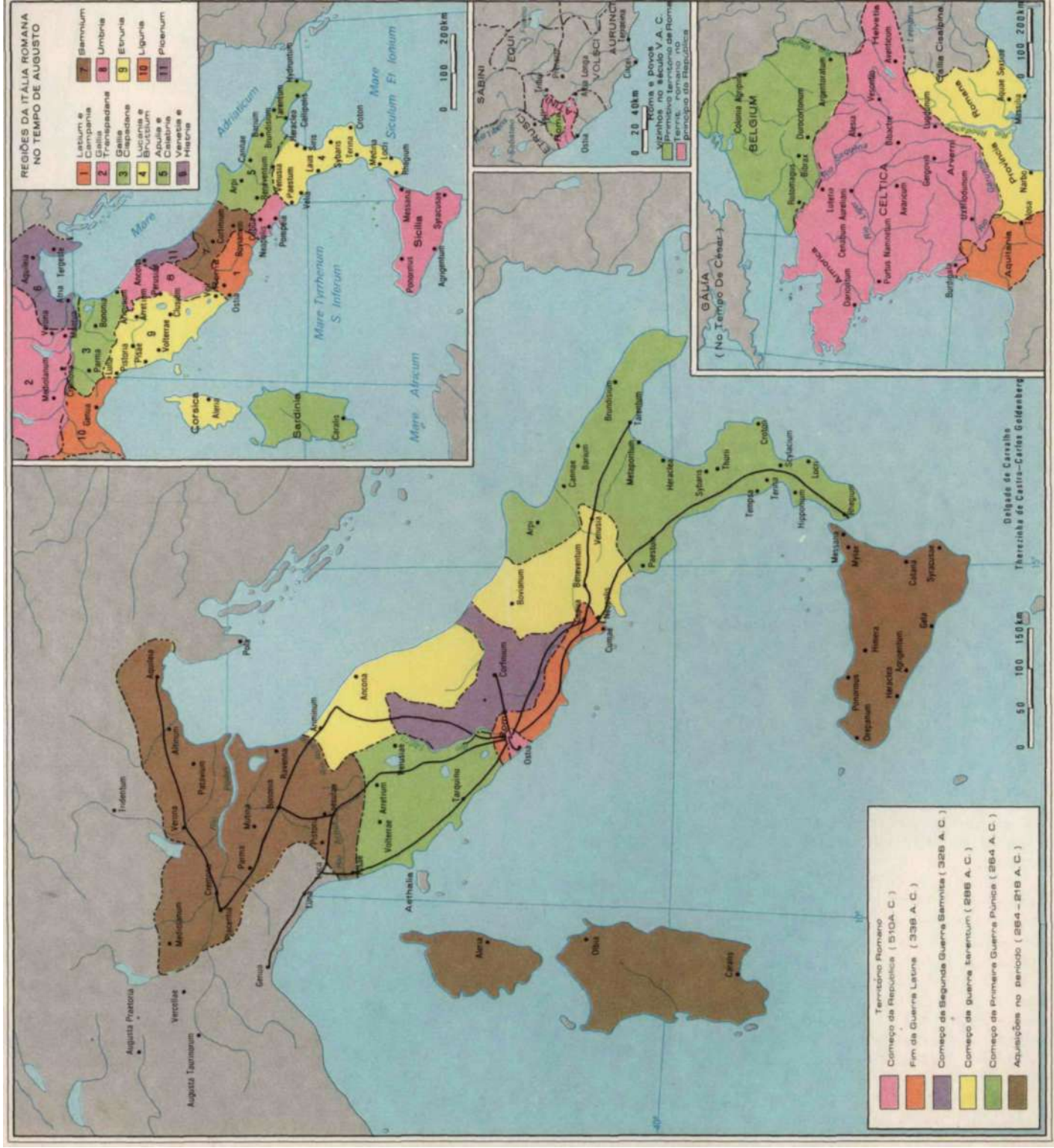
os animaram a emigrar em bandos. Inicialmente, dirigiram-se para a Ásia Menor, onde se destacaram logo Éfeso e Mileto. As ilhas de Rodes, Chipre e Creta também foram ocupadas. Caminharam depois os gregos para o Oeste e, estabelecendo-se no Sul da Península Itálica e parte da ilha de Sicília, passaram a denominar a região de Magna Grécia. Um conjunto de colônias prósperas surgiu logo: Siracusa, Sibaris, Taranto e Neápolis (atual Nápoles). Foram para o continente

(atual Sul da França), onde fundaram Massília (Marselha) e Nicae (Nice), cabendo-lhes também a glória de fundadores de Sagunto. No Norte da África estabeleceram-se em Cirene e Apolônia da região chamada de Pentápole, e finalmente em Naucrátis, no delta do Nilo.

Por sua situação geográfica, isoladas no litoral pelos montes Líbano, as cidades da Fenícia — Arad, Biblos, Sido e Tiro — lançaram seus habitantes também ao mar Mediterrâneo. Coube a Sido iniciar essa

expansão pela Ásia Menor. Mas foi Tiro que fundou Cartago (800 A.C.), no Norte da África, que se tornou depois mais importante que a própria metrópole.

As colônias cartaginesas também se espalharam pelo Mediterrâneo. Ocupando a parte oeste da ilha da Sicília, estabeleceram-se na Sardenha e Baleares, tornando mais ativo o comércio com o Sul da atual Espanha, onde tiveram intenso movimento os portos de Nova Cartago e Gades.



ITÁLIA ANTIGA

O nome de Itália foi aplicado sucessivamente a territórios da península, de sul a norte. Primitivamente, Itália designava apenas a extremidade meridional. No tempo de Sula estendeu-se o nome até Rubicon; César estendeu-o à Gália Ocidental.

A primeira dominação mais importante na península foi a dos etruscos, como indica o encarte. A Sicília e o Sul foram ocupados pelas colônias gregas ditas Magna Grécia. Por sua vez, os cartagineses conquistaram a Sardenha e a Sicília Ocidental.

Ao estender os seus domínios, Roma criou, no III século A.C., numerosas colônias: Alba, Ariminum, Beneventum, Brundisium, Cremona, Aquilêia foram as fundações principais.

O mapa indica as conquistas romanas que seguiram as guerras mais decisivas: a Guerra Latina, a Guerra Samnita, a Guerra Tarantina contra Pirro, rei do Épiro, e as Guerras Púnicas, contra Cartago.

O encarte relativo à Gália, no tempo de César, mostra aproximadamente os limites da Céltica, da Província Romana e da Bélgica, e localiza os principais pontos conquistados.

IMPÉRIO ROMANO

Depois de ter sucessivamente conquistado a Itália e o Mediterrâneo, Roma estabeleceu o seu império sobre a parte do mundo conhecido, situado entre os três continentes. Os seus domínios se estendiam do 25° até além de 55° de latitude norte. Marcavam limites naturais os rios Danúbio (Ister) e Reno. A Bretanha foi ocupada até os limites da Caledônia, sendo lá construídas as muralhas de Adriano e de Antonino.

O Império era dividido em províncias que no tempo de Augusto foram trinta e, no tempo de Trajano, quarenta e seis. A Itália compreendia onze regiões. As províncias eram de tamanhos muito diferentes, mas a maior parte delas era de grande extensão, como a Lugdunesa, Tarraconesa e o Egito. No século III de nossa era, o Império envolve o mar Mediterrâneo na sua totalidade. Tendo alcançado os seus limites naturais, deixaram de pensar os imperadores em ocupar outros territórios que só viriam tornar mais difícil a defesa do Império. Assim, depois de Trajano, foram abandonadas a Armênia e a Mesopotâmia aos partas. Também abriu mão, Roma, da Dácia conquistada.

As províncias, cuja defesa e segurança eram ainda tidas por insuficientes, constituíam as denominadas províncias *imperiaes*, que eram submetidas diretamente à autoridade do "príncipe". Entravam nesta categoria, no tempo de Augusto, a Lusitânia, a Tarraconesa, a Aquitânia, a Lugdunesa, a Bélgica, a Rétia, a Ilíria, as duas Moésias, a Cilícia, a Síria, a Numídia, o Egito. Eram ditas províncias *senatoriais* a Bética, a Narbonesa, a Macedônia, o Épiro, a Acaia, as províncias da Ásia Menor e a África-Cirenaica. Eram *estados vassalos* a Mauritânia, a Trácia, o Ponto e a Capadócia.

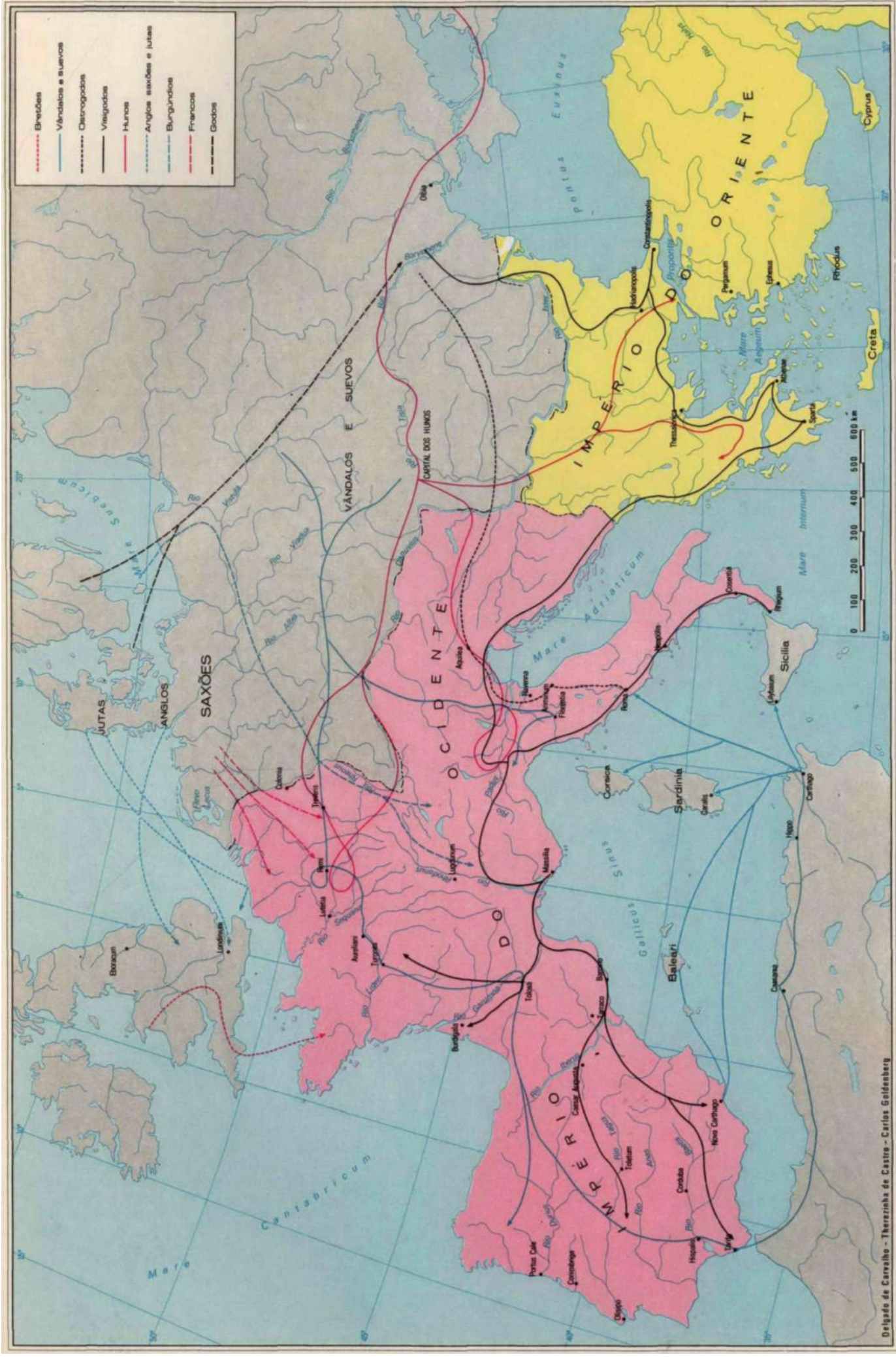
No encarte da Britânia Romana estão traçadas as estradas que de sul para norte penetravam na ilha. Seus nomes são dados segundo a nomenclatura inglesa sob a qual são atualmente conhecidas.

No encarte relativo às adjacências e vias principais de Roma acham-se indicados os trechos iniciais da Via Ápia, da Via Latina, da Via Flâmnia, da Via Aurélia.

Na parte média do rio Reno estão indicadas as fortificações dos *limites*, nos Campos Decumatas, entre o Reno e o Danúbio; eram terras germânicas ocupadas no século I, além das fronteiras naturais.







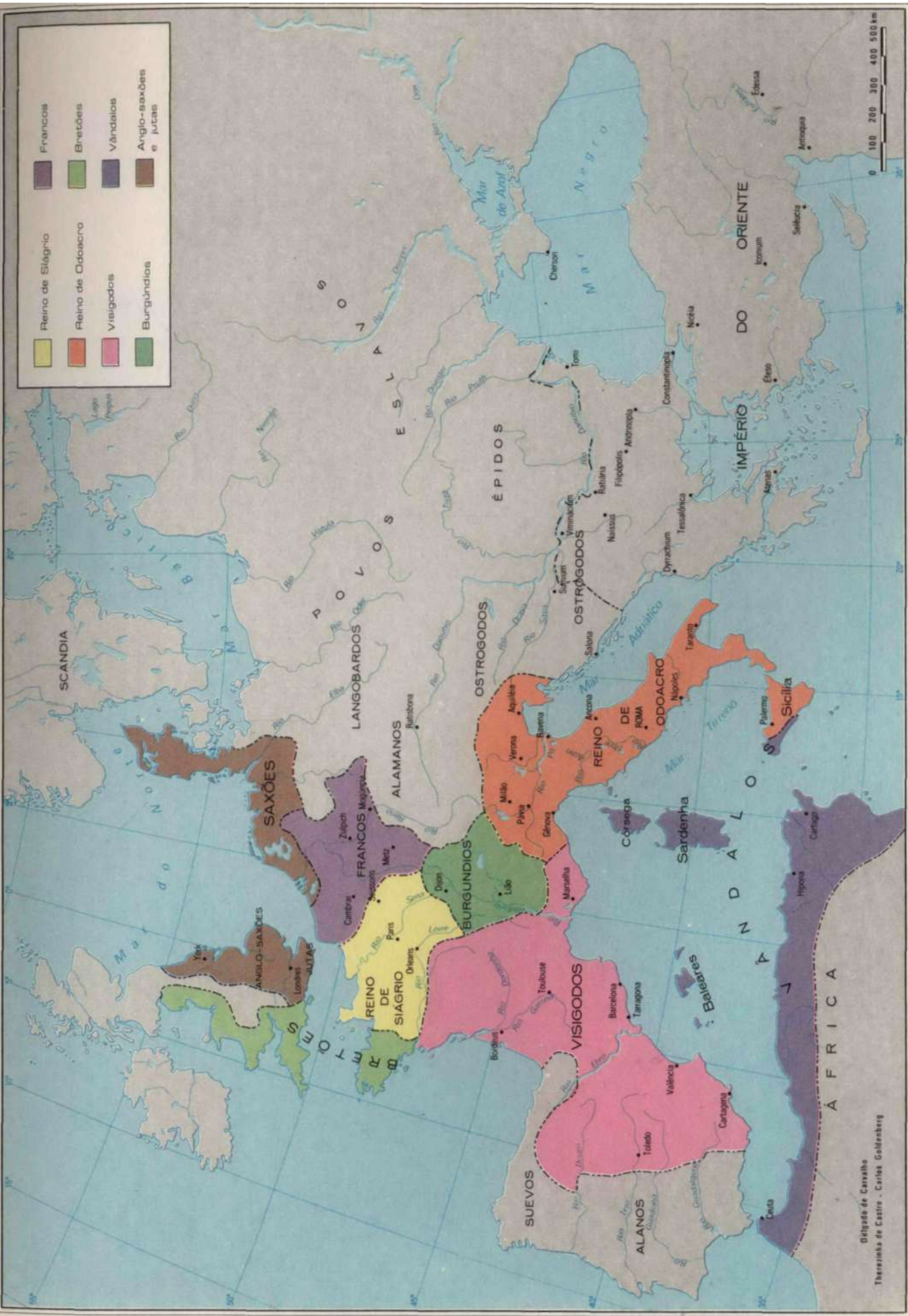
MIGRAÇÕES DE POVOS E INVASÕES

Em 395, com a morte de Teodósio, o Império Romano foi dividido em dois: o Império do Ocidente, com capital em Roma, e o Império do Oriente, com capital em Constantinopla.

em Constantinópolis (atual Constantinopla). Já então estava o Império Romano do Ocidente em plena decadência. É nesta situação que as primeiras ondas migratórias de bárbaros o vão encontrar. Roma não pôde resistir às invasões sucessivas e, em 476, cai em poder do bárbaro Odoacro.

O Império do Oriente conseguiu sobreviver ao do Ocidente de um milênio, como unidade política. Separado do mundo bárbaro, o também chamado Estado Bizantino, apesar de considerar-se como o legítimo herdeiro de Roma, tornou-se profundamente helenizado. Evoluiu depois para estado semi-oriental, por sua aproximação com os problemas orientais.

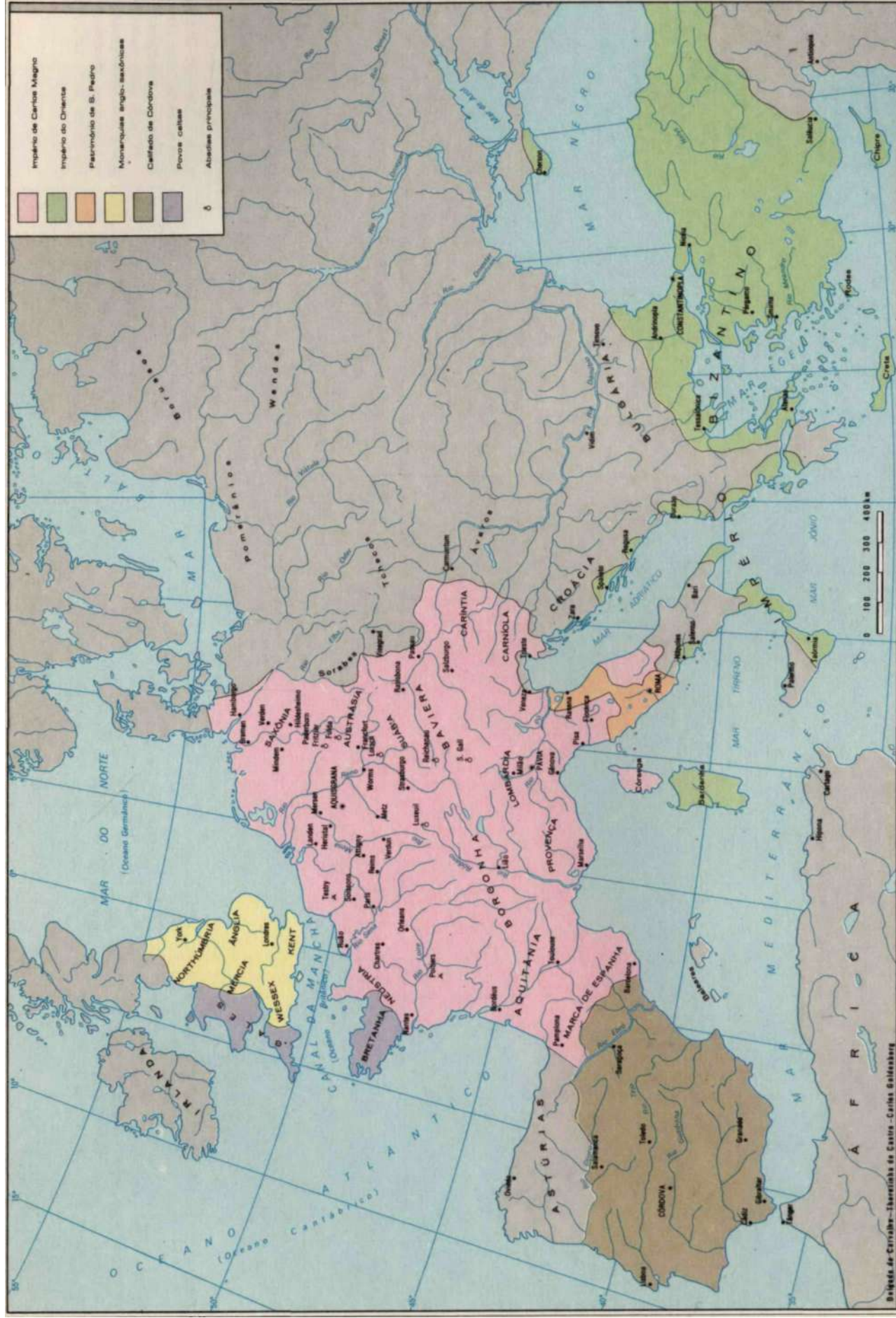
A expansão do Islamismo alcançou o Império Bizantino. Coube aos turcos tomar Constantinopla, o que conseguiram em 1453, no tempo de Maomé II.



ESTADOS BÁRBAROS NO SÉCULO V sob Teodorico, passaram os Alpes em 489 e invadiram a Itália. Entre os rios Saona e Loire, não se estabeleceu nenhum chefe bárbaro, baros um general romano, Siágrio, conseguiu que alamanos manter-se algum tempo. Mais feliz foi, na

Os visigodos, que entraram como aliados de Roma, instalaram-se na Gália Meridional. Cedo, porém, expandiram-se para o Sul, passando os Pireneus e ocupando a Ibéria. Por sua vez, os ostrogodos, o bárbaro Odoacro, que lá se fixou na Saboia. Expandiram-se para a região com seus hérulos; pouco depois foi derrotado pelos ostrogodos.

O mais bem sucedido dos chefes bárbaros foi, incontestavelmente, o franco venceu sucessivamente Siágrio, os e os visigodos.



O IMPÉRIO DE CARLOS MAGNO

Neste mapa, a Itália setentrional (Lombardia) e a Córsega estão incorporadas ao Império de Carlos Magno, mas o Extremo Sul e a Sardenha ainda pertencem ao Império do Oriente.

Os Estados da Igreja, garantidos por Pepino desde 755-56, compreendiam, além do "ducado" de Roma e Pentápole,

Ancona e o Exarcado de Ravena. Estes territórios se achavam independentes de direito, mas, de fato, sob a proteção imperial que contava Roma e Ravena como metrópoles do Império. Mais ao sul, apresentava a península itálica os ducados de Espoleto e de Benevento; Nápoles ainda era bizantina.

A Bretanha Continental conservava seus chefes locais, e a insular, conquista-

da pelos saxões, jutas e anglos, apresentava então cinco monarquias (das sete que teve): Kent, Wessex, Eastanglia, Mária e Nortúmbria. Os limites orientais do Império Carolíngio são mais imprecisos; podem ser considerados os rios Elba inferior e Saale como fronteiras da Saxônia conquistada por Carlos Magno de 772 a 802. Para sudeste, a fim de enfrentar os ávaros, últimos vestígios dos hunos, fo-

ram criadas as Marcas, territórios militares governados por margraves ou margueses, como a Caríntia, a Carníola e a Baviera, no Alto Danúbio.

O SANTO IMPÉRIO ROMANO GERMÂNICO

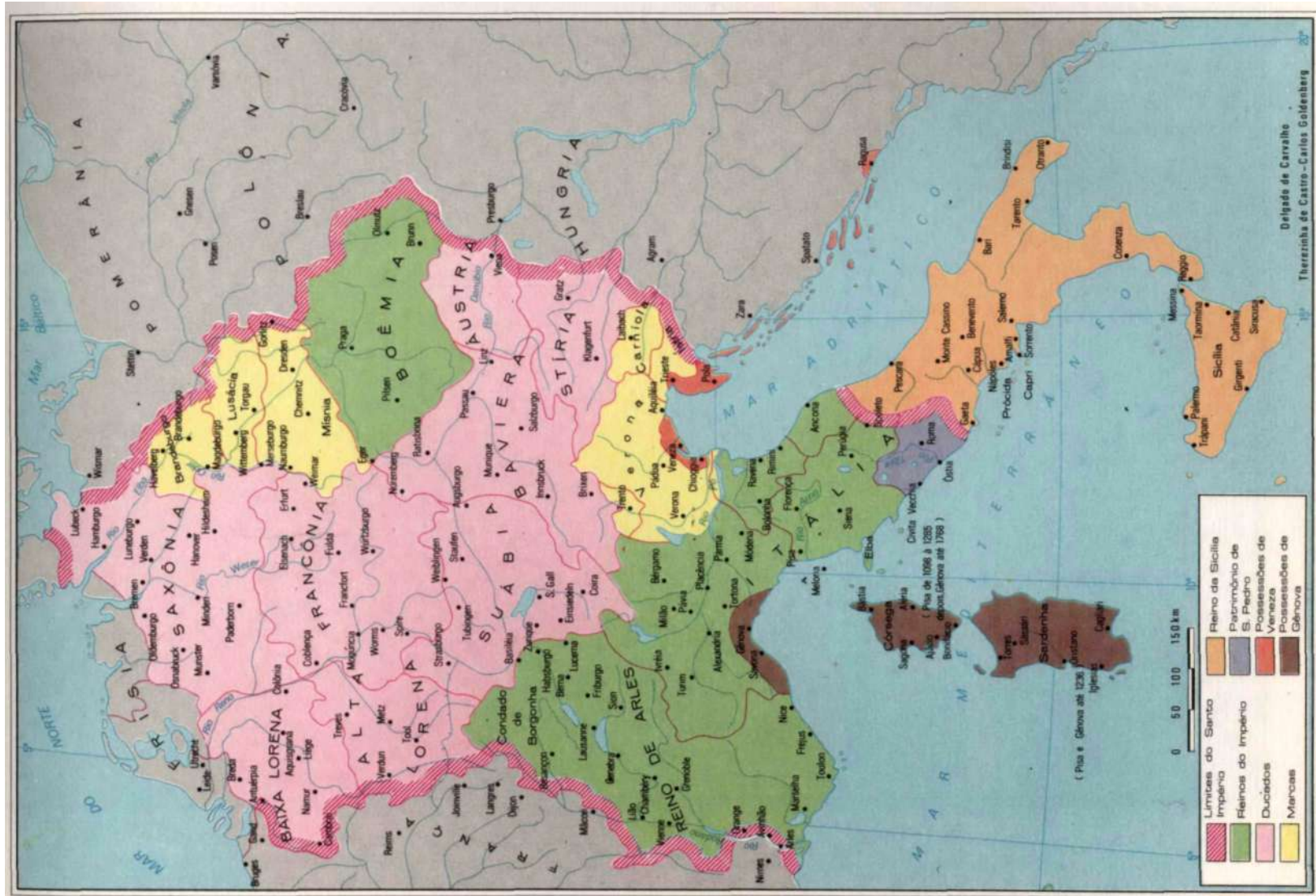
O mapa representa a Alemanha no tempo dos Hohenstaufens (suabos) com os seus limites aproximados de 1250. Verifica-se que o Império se estende do mar Mediterrâneo ao mar do Norte, abrangendo quase toda a Europa Central, sob o comando de quinze graus de latitude. É limitado a leste pelos Reinos da Hungria e Polónia e pelo Ducado de Pomerânia, do lado do oeste é vizinho do Reino da França.

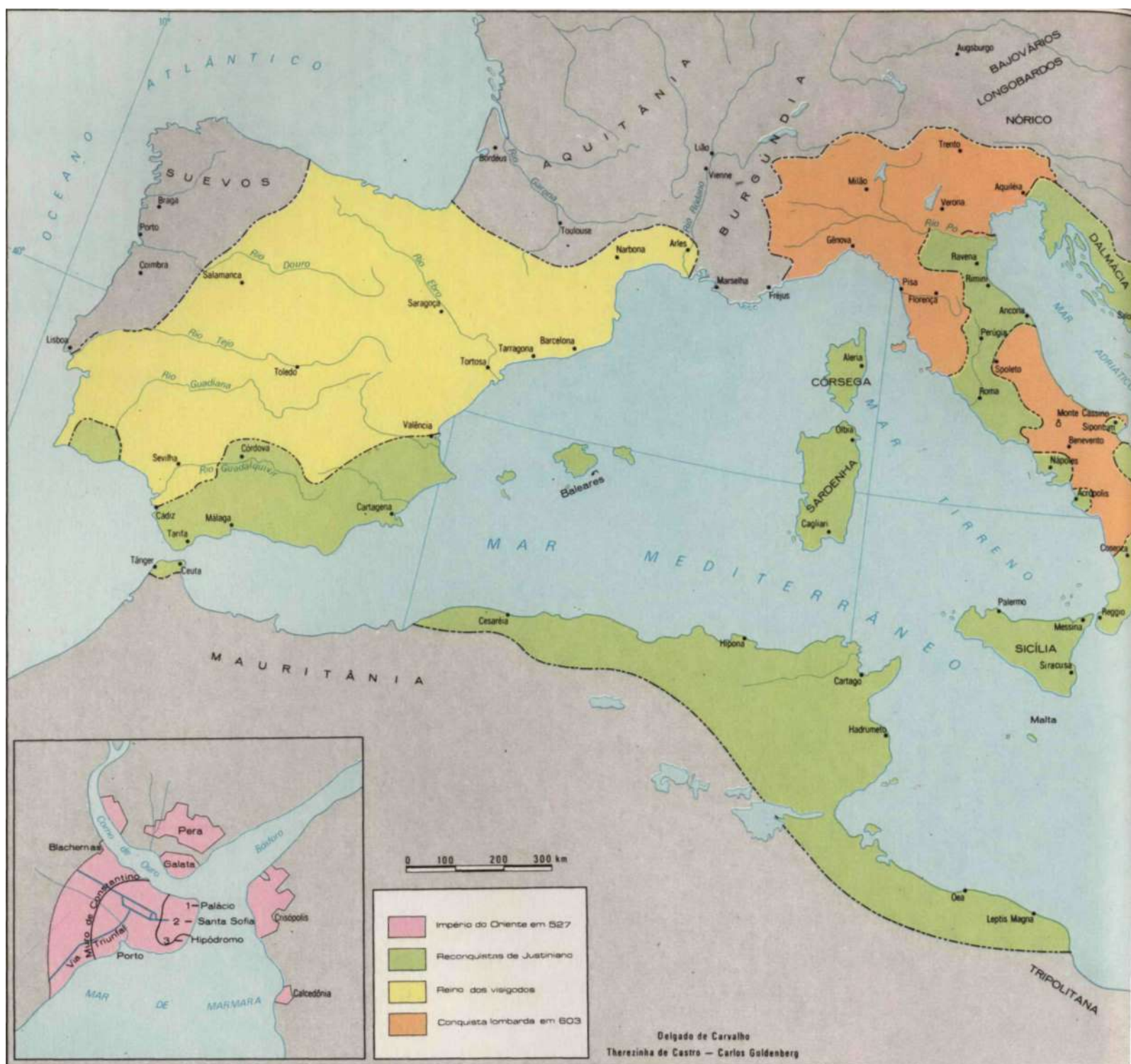
O que de mais notável se apresenta neste mapa é a localização dos ducados constituídos por populações germânicas da mesma etnia e língua. Além dos ducados que forneceram imperantes à Monarquia, isto é, Saxónia, Francónia, Suábia. Baviera e, mais tarde, Lorena, figuram os reinos de Aries, da Itália e da Boémia (no século XII), as Marcas de Brandeburgo, Lusácia, de Misnia, de Verona, de Carníola e de Istria. Nos séculos seguintes, a História Moderna regista a extrema complexidade geográfica que apresentam as divisões e subdivisões destas unidades primitivas. É, pois, de interesse conhecê-las enquanto ainda oferecem certa simplicidade, porque são denominações que, no decorrer dos tempos, vão ter importância histórica (Boémia, Brandeburgo, Saxónia, Lorena etc).

Roma, no Património de S. Pedro, continua a ser incontestavelmente a capital da Europa Ocidental, pois lá vão ser coroados os imperadores.

No tempo dos Hohenstaufen, porém, os Estados da Igreja se acham envolvidos nos limites do império, e a autoridade imperial mal reconhece a soberania temporal dos papas.

Na Itália, a cidade de Génova ocupa uma faixa costeira, no fundo do golfo mediterrâneo, ao qual deu seu nome. Pertencem-lhe as ilhas da Córsega e da Sardenha.





IMPÉRIO DO ORIENTE E A RECONQUISTA BIZANTINA

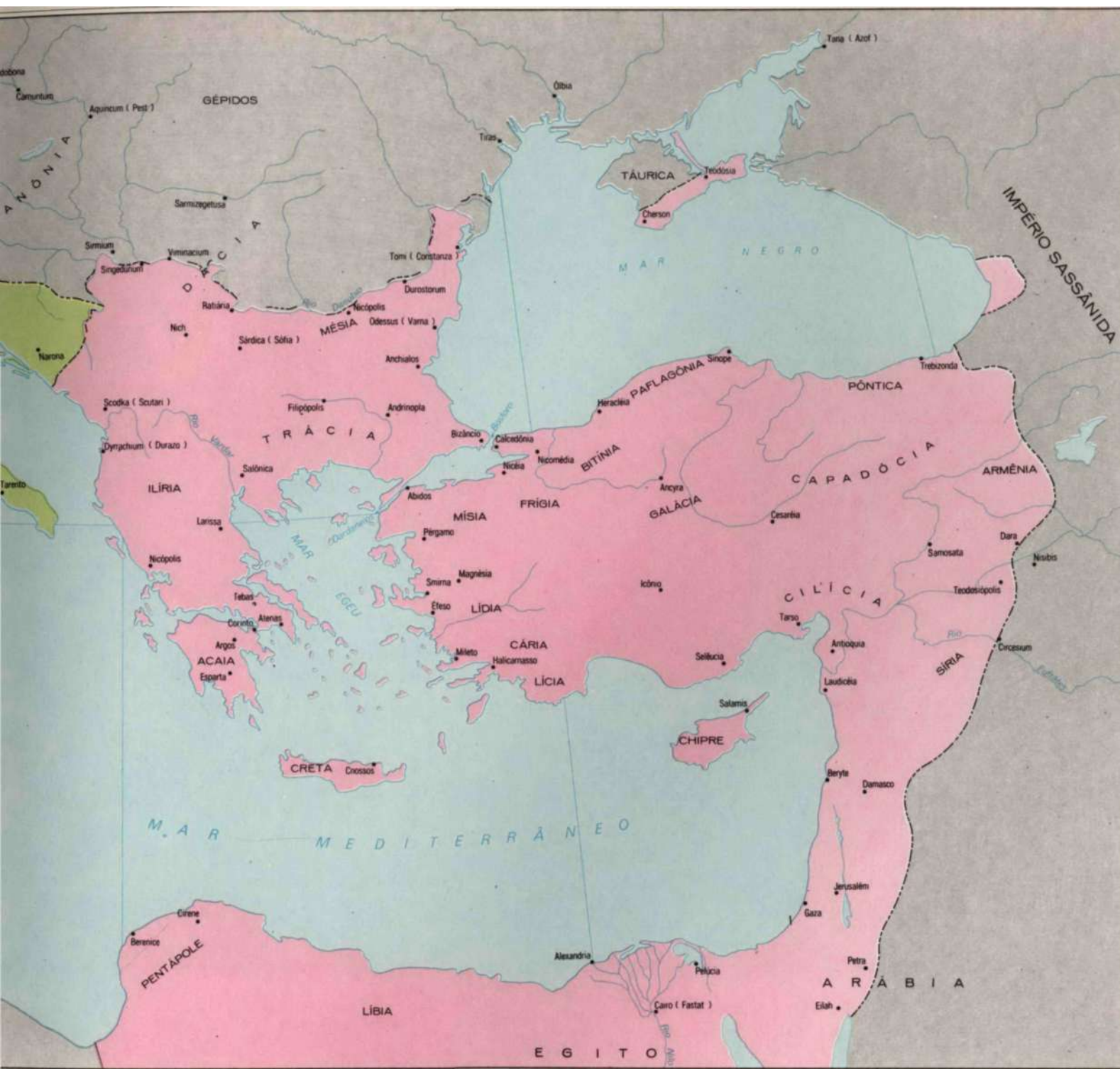
A cisão definitiva do Império Romano no século V deixou a parte ocidental aos invasores bárbaros, enquanto se conservava intacta a parte oriental ou bizantina. Nem por isso abdicaram os imperantes de Bizâncio os seus direitos históricos sobre o mundo ocidental. Coube a Justiniano restaurá-los na realidade (527-565).

A África foi reconquistada aos vândalos, não em sua totalidade, mas Septum (Ceuta) e Tíngis (Tânger) foram ocupadas. Da Península Ibérica foi recuperada a parte meridional. Do mesmo modo foi restaurada a preponderância bizantina no Mediterrâneo Ocidental com a ocupação das ilhas de Córsega, Sardenha e Baleares. Mais penosa foi a reconquista da Península Itálica, que levou dezoito anos; mesmo assim, escapou a Justiniano parte do Extremo Norte. O mapa indica, em laranja, a posterior conquista da Península pelos lombardos, pois Pisa, Gênova, Verona e Milão haviam sido restituídas ao Império.

Do lado do Oriente, o Império Sassânida não permitiu tão marcados progressos: houve pequenos avanços na Armênia e no Cáucaso, mas, nestes setores (mar Negro, Síria, Arábia), deu-se uma diplomática propaganda religiosa que criou laços de vassalagem bizantina.

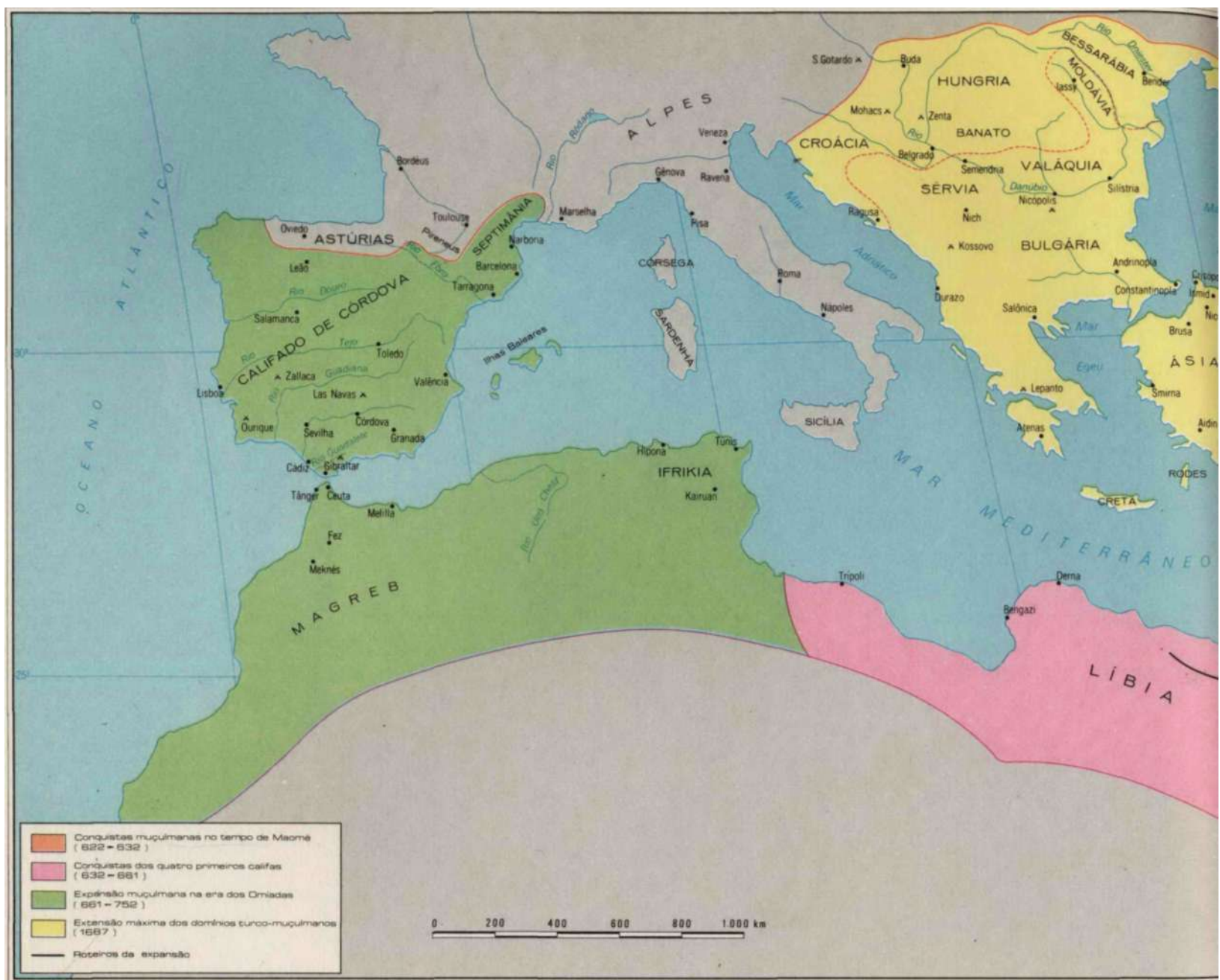
Justiniano procurou restaurar no Império o sistema administrativo romano, mas, no que diz respeito à divisão em províncias, julgou preferível estabelecer unidades mais extensas, isto é, criar províncias maiores, restabelecendo poderes civis e militares sob a mesma autoridade. Eram medidas que visavam satisfazer às necessidades de defesa. A linha do Danúbio, de Singedunum ao mar Negro, foi dotada de oitenta castelos fortes, construídos nos locais de antigos postos romanos. Fortes em linha também foram estabelecidos ao lado do *limes* da fronteira persa (Dará, Teodosiópolis, Ciresium).

Foi no tempo de Justiniano que S. Bento fundou o mosteiro do Monte Cassino, a 75 quilômetros de Nápoles. O mapa indica as



idades em que se reuniram, na Idade Média, Concílios Ecumênicos (Nicéia, 325 e 787; Constantinopla, 381, 553, 680 e 869; Éfeso, 431; Calcedônia, 451; Latrão, isto é, Roma, 1123, 1139, 1179 e 1215; Lião, 1245 e 1274; Viena, 1311; Florença, 1438).

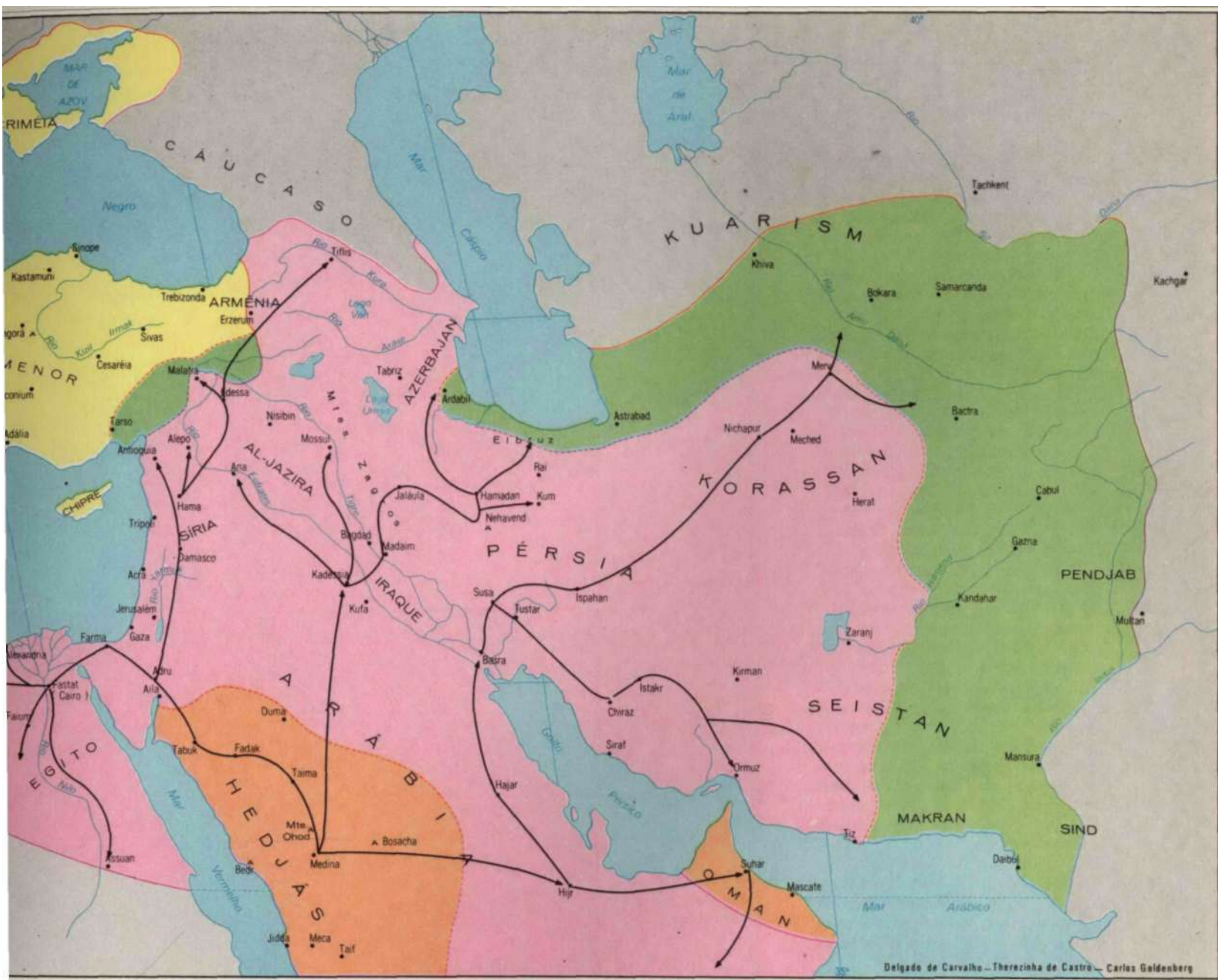
O encarte localiza a cidade de Bizâncio no mar de Mármara, à margem do Bósforo. Era uma colônia de Mégara, fundada em 658 A.C.; reconquistada aos persas, foi perdida pelos atenienses em 405 A.C. Constantino a reconstruiu e tornou-a capital do seu império em 330.



EXPANSÃO DO ISLÃO

Foi no tempo das lutas religiosas que apareceu, em Meca, Maomé, fundador da nova religião. Sob as influências diversas dos cristãos romanos e bizantinos, dos cristãos abissínios, dos masdeanos persas e dos israelitas, viviam então, na Arábia, tribos de semitas nômades e politeístas. Os árabes, de etnia, língua e tradições, não estavam localizados exclusivamente na Península da Arábia, mas se encontravam também em grande número nos domínios de Roma, da Pérsia, do Egito. Esse fato explica a rapidez que caracterizou as conquistas efetuadas pelos quatro primeiros califas, em seguida à morte de Maomé. Em 632, era ainda restrita a área do Islão em que o Profeta havia pregado; mas, conquistada a Península, a tomada de Madain (637) foi o sinal da derrocada do reino sassânida da Pérsia, consumada em Nehavend, em 643.

Os primeiros califas, amigos de Maomé, residiam na Arábia, em Medina; a dinastia Omíada, que lhes sucedeu em 660, passou a ocupar Damasco, na Síria. Mais políticos do que chefes religiosos, cogitaram de expansão e riqueza; por eles foi realmente criado o califado monárquico, hereditário e conquistador. A ocupação da África do Norte, Ifríquia e Magreb, foi obra deles na primeira meta-



de do século VIII. Nestas conquistas, porém, os elementos não eram mais exclusivamente árabes, mas predominantemente berberes, já muito ligados aos árabes no Egito.

Ocupado o Magreb-al-Acsa ou "Extremo Ocidente", o chefe muçulmano Tarik aproveitou uma situação política confusa em Ceuta e atravessou o estreito que hoje conserva o seu nome (Djebel-al-Tarik) e iniciou a conquista da Espanha visigoda (711). O reino dos francos também chegou a ser invadido; as ilhas do Mediterrâneo Ocidental foram ocupadas. Em 732, porém, foram os invasores batidos em Poitiers, pelo avô de Carlos Magno, abandonando, em seguida, a Gália merovíngia.

Os muçulmanos (árabes-berberes) do Magreb-al-Acsa desempenharam um papel geográfico importante pela sua penetração no Centro da África. Atravessando o Saara e o Sudão, alcançaram a Nigéria e estabeleceram suas comunicações com o Mediterrâneo.

Do lado da Ásia, isto é, a nordeste do Irã, foram mais difíceis e mais longas as conquistas muçulmanas; na Transoxiana (Amu-Dária) encontraram os árabes a resistência turca. Depois de 750, reinaram os abássidas, que estabeleceram em Bagdá a capital de seu reino.

A PENÍNSULA IBÉRICA

No mapa relativo à expansão muçulmana na Ibéria, observa-se, nesta primeira fase da Idade Média a existência de uma prefiguração da unidade espanhola: a monarquia visigótica que se havia formado em toda a Península, incluindo, assim, Portugal. Os seus reis, batidos pelos francos, haviam transferido sua capital de Tolosa para Toledo e, além dos Pireneus, só conservavam a Septimânia.

Durante muito tempo a ortodoxia romana havia entrado em lutas religiosas com o Arianismo. Vencedora finalmente, reunia Concílios, verdadeiras assembleias políticas, antecipação das futuras cortes.

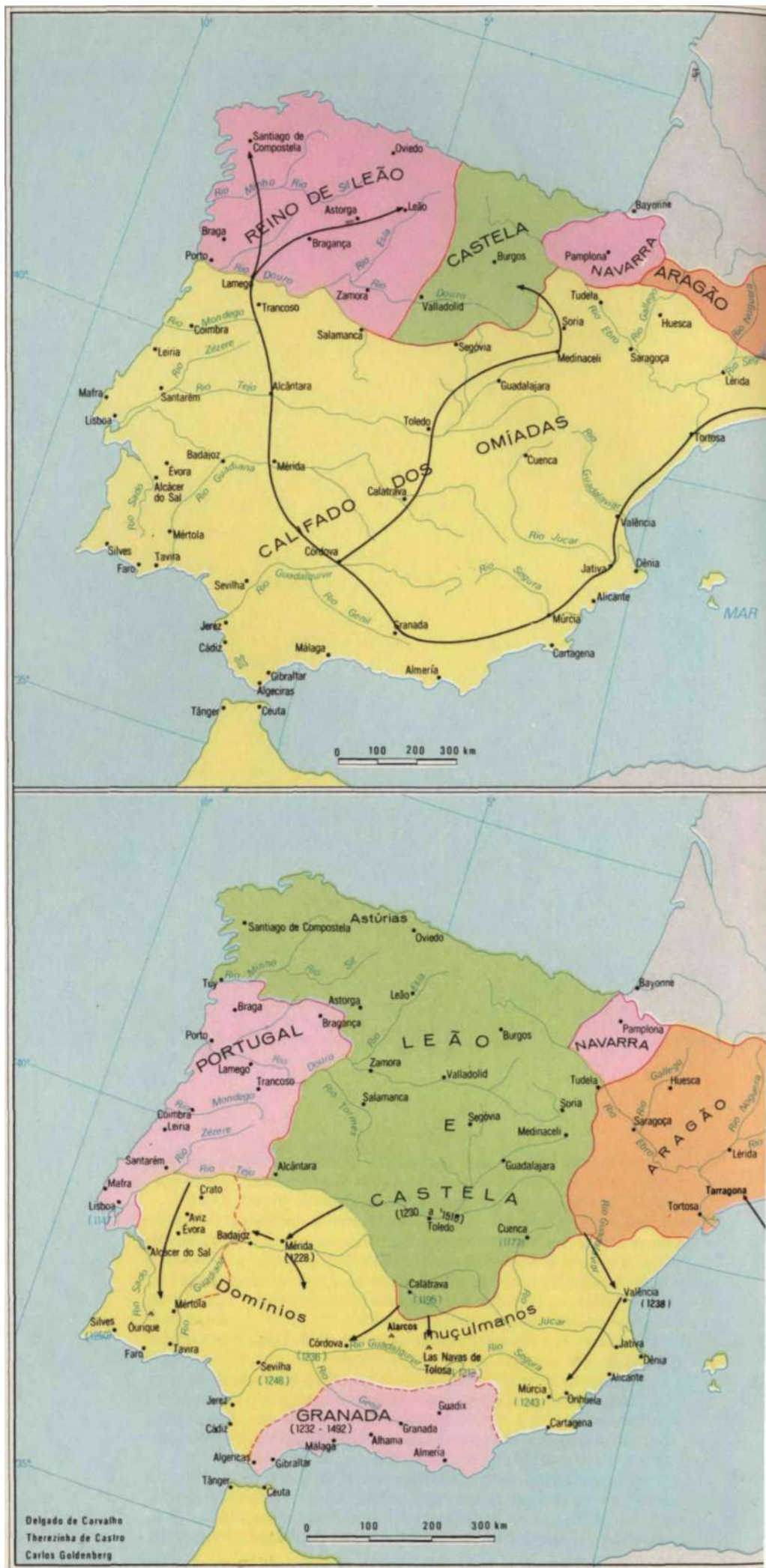
Diante da invasão muçulmana no século VIII, organizou-se a resistência nos montes Cantábricos, isto é, nas Astúrias e na Navarra. Depois de Covadonga (718), os árabes-berberes recuaram, mas continuaram ocupando o planalto castelhano. Foi então Oviedo, a capital visigótica, ponto de apoio da Reconquista.

O mapa relativo aos séculos IX e X indica as monarquias cristãs que se formaram no Norte da Península. No centro da resistência asturiana formou-se o reino de Leão, do qual se destacou, no século XI, o reino de Castela (1037). No centro da resistência pireneana, formaram-se por sua vez os reinos de Navarra e de Aragão. Os episódios mais famosos do século X, na Península ocupada pelos omííadas, foram as campanhas de Almançor, que chegou a saquear Barcelona e Compostela.

No século XII são mais marcados os progressos da Reconquista de territórios sob os Almorávidas. Afonso VI de Leão ainda era batido em Zalaca, mas no ano anterior (1085) havia conseguido apoderar-se de Toledo, auxiliado então por Rodrigo Díaz de Vivar, o "Cid Campeador".

O quarto mapa descreve as últimas fases da Reconquista, quando o vale de Guadalquivir, na planície andaluza, é alcançado depois da vitória luso-castelhana de Las Navas de Tolosa, em 1212. Mais de dois séculos ainda devia durar o reino muçulmano de Granada, cuja queda marcaria a união definitiva das duas monarquias cristãs sobreviventes, Castela e Aragão.

O mapa de Portugal, além das indicações que figuram nos mapas da Ibéria, permite seguir cronologicamente a expansão para o Sul e a ocupação do Algarve. Marca, igualmente, as principais batalhas da história de Portugal.





A PENÍNSULA IBÉRICA NOS SÉCULOS IX E X SOB OS CALIFAS OMÍADAS

Campanhas de Almançor



A PENÍNSULA IBÉRICA NO SÉCULO XII



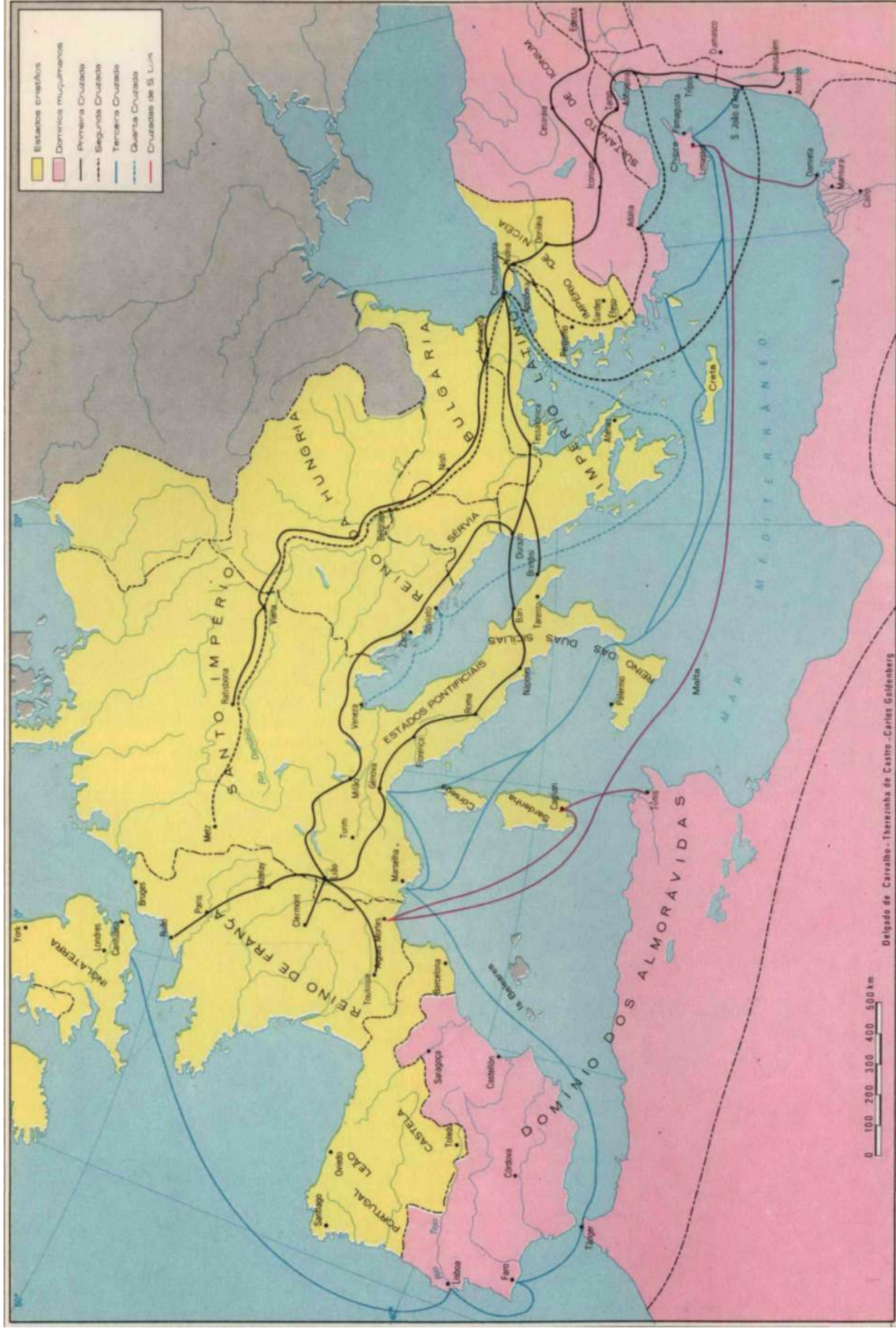
A RECONQUISTA NO SÉCULO XIII



EXPANSÃO MUÇULMANA NA IBÉRIA

	Reino dos visigodos	invadido e conquistado
		invadido mas não ocupado
	Campanha de Tarik (711)	
	Campanhas de 712 a 714	
	Campanha de Abderramão (732)	





EUROPA DAS CRUZADAS

Em sua expansão, o Islã ameaçava a Europa cristã. Já haviam os muçulmanos se apossado dos lugares santos de Jerusalém, e, após ocupar todo o Norte da África, chegaram à Península Ibérica.

De um apelo formulado pela Santa Sé, surge uma série de expedições feudais — as Cruzadas — de caráter religioso inicialmente, transformadas depois em empreendimentos político-econômicos.

A 1ª Cruzada, organizada e dirigida por barões, notadamente franco-normandos, foi a mais bem sucedida. Era uma expedição de cerca de 150 mil cruzados, que, atravessando vitoriosamente a Ásia Menor, conquistou Antioquia, Edessa e Jerusalém. Para a defesa da Terra Santa deixaram aí Ordens Militares e Religiosas (Templários, Hospitalários de S. João de Jerusalém e Cavaleiros Teutônicos), que constituíram os exércitos permanentes do Oriente Cristão.

Nova investida muçulmana e os turcos se apoderaram de Edessa, reconquistando parte do Principado de Antioquia. A reação da Europa se faz sentir, com a organização da 2ª Cruzada, pelos reis da França e da Alemanha. Em Constantinopla foram os cruzados mal recebidos e aí mesmo a expedição se divide, embora o objetivo geral fosse Damas-

co. Os grupos não chegaram lá, pois foi este nome, pelo objetivo político-

ram derrotados antes pelos turcos. -econômico de que se cercou. Atendia essa

3ª Cruzada, organizada por três reis. A Veneza e políticos de um imperador bizan-

morte de Frederico Barba-Ruiva deixou a tino depositado. Assim, a ação desses cruza-

expedição sob o comando de Filipe Augusto se reuniu em tomar Bizâncio (Constantinopla),

Leão, da Inglaterra. Ao contrário das duas que durou mais de meio século (até rota

primeiras, esta expedição seguiu sempre 1261).

por mar. Conseguiram os cruzados, apesar As

de sempre em desacordo, tomar Chipre e a 5ª e 6ª não são mencionadas pela pou-

S. João d'Acre. A 4ª Cruzada pouco mereca

importância que tiveram. As expedições

de S. Luís encerram o sentido primi-

do empreendimento religioso.

Quando, em 1244, Jerusalém estava

inteiramente sob o domínio dos turcos,

realiza-se a 7ª Cruzada, tendo como obje-

inicial o Egito. Aí S. Luís tomou Da-

mieta, logo depois devolvida, com a der-

de Mansura (1250). Preso, o rei fran-

foi resgatado por alto preço. A 8ª Cru-

também sob o comando de S. Luís,

os muçulmanos em Túnis (1270);

faleceu ele, vítima da peste.



HANSA E CAVALEIROS TEUTÔMICOS

A criação do Santo Império (século X) despertou na Alemanha o ardor conquistador das forças germânicas, para leste. O objetivo era a incorporação das populações eslavas na civilização cristã e a expansão econômica das comunidades alemãs. Durante o século XI o movimento para leste foi lento e não ultrapassou a linha do rio Elba.

O mapa destina-se a indicar graficamente dois elementos principais desta expansão: a Hansa e os Cavaleiros Teutônicos. Por sua vez, a feição administrativa desta conquista de territórios se concretizava na organização de Marcas. Os margraves procuravam chamar para suas terras despovoadas, colonos alemães que vinham em grande número da Westfália e da grande Frísia. Os margraves vendiam lotes e fundavam cidades.

No princípio do século XIII foram chamados os Cavaleiros Teutônicos pelo Duque Conrado de Mazóvia para auxiliar na conversão dos prussianos que resistiam aos monges de Oliva. Assim foi ocupada a região do Vístula Inferior. Depois de unidos os Cavaleiros Espatários, em 1237, a influência germânica foi levada até o golfo de Finlândia. No século seguinte o rei da Dinamarca lhes vendia a Estônia. Coube ao eleitorado do Brandeburgo recolher mais tarde os frutos da obra realizada, depois de eles terem sido vencidos pela Polônia, em Tannenberg, em 1410, e de o Eleitor ter secularizado o Estado Teutônico, que se tornou luterano em 1525.

Importante também foi o trabalho de germanização efetuado pela Liga Hanseática, além da expansão comercial que lhe coube promover a partir de 1241.



COMÉRCIO MEDIEVAL NA EUROPA CENTRAL

Este mapa tem por objetivo principal mostrar graficamente as relações que se estabeleceram, na Idade Média, entre o Sul da Europa, isto é, o Mediterrâneo e a Europa Setentrional, o mar do Norte e o Báltico. As principais estradas estão marcadas e, atravessando a região montanhosa dos Alpes pelos passos do Monte Cenis, do São Bernardo, do São Gotardo e do Brenner, estabeleciam comunicações entre as grandes cidades industriais italianas, como Milão, Florença, Gênova, Veneza, e os portos do Norte, como Bruges, Bremen, Hamburgo e Dantzig.

Nos percursos dos roteiros sul-norte para o intercâmbio de mercadorias, várias cidades eram atravessadas, e logo sentiram algumas delas solidariedade de interesses. Dal cresceram as Ligas. Ao longo do Reno devia formar-se a Liga Renana; no planalto bávaro, para o qual levava o passo do Brenner, constituiu-se a Liga Suábica. A que mais se salientou na História Medieval, porém, foi a Liga Hanseática, formada em 1241. Do lado da França, eram muito procuradas as famosas Feiras da Champagne (Troyes, Bar, Provins, Lagny, Chartres, Ruão).

Apesar de dividida e perturbada pelas lutas internas, a Itália via florescer algumas cidades-estado ou repúblicas que,

temporariamente, exerciam certa hegemonia, devido a sua prosperidade econômica. Foi assim que Pisa dominou até o fim do século XIII, Veneza e Gênova tiveram fases de grande influência no comércio. O centro industrial que Veneza representou levou-a a se especializar em transações monetárias, tornando célebres os seus banqueiros. Salientou-se igualmente na indústria a capital lombarda, Milão.

ÁSIA MEDIEVAL ECONÔMICA

O mapa abrange situações sucessivas da Ásia do século IX ao século XIV, salientando principalmente as relações entre o continente e o oceano Índico, principal fator de sua vida econômica. As regiões historicamente mais importantes (aproximadamente delimitadas) são a China no tempo da dinastia Sung (século X a XIII), o Império Kmer (século IX a XII), o Reino de Delhi e o Império de Tamerlan (século XIV).

A China, desde os tempos da sua expansão sob a dinastia Tang (618-907), dominava o Tibet e mantinha relações comerciais com o Japão e com a Índia, pelo porto de Kuang-tcho (Cantão).

Na península indochinesa haviam-se dado invasões indianas e javanesas quando, entre as bacias do Mecongo e do Menão, se libertou, no início do século IX, o Reino Kmer, sob a dinastia de Angkor. Desenvolveu-se então uma civilização brilhante que construiu palácios espetaculares, cujas ruínas ainda existem. Limites secundários aproximados são traçados no mapa, na parte setentrional da Ásia; marcam os territórios desmembrados do Im-

pério de Gôngis-Cã. Na China, o Império Ming (1368-1644) foi mais ou menos o Império do Grão-Cã depois da morte de Cublai-Cã (1224). O Império de Jagatai é localizado na Ásia Central, na bacia do Tarim, importante região de trânsito comercial. O Império de Hologu abrangia a Pérsia e a Mesopotâmia. O Império de Batu foi o domínio da Horda de Ouro.

No fim do século XIV, outro mongol afamado apareceu na Ásia Ocidental para aterrorizar as populações, Tamerlan, que devastou a Pérsia, a Mesopotâmia e o Norte da Índia, até Delhi. A capital de seu reino era Samarcanda e seu império se estendeu do Cáucaso ao Indo. Pouco durou o reinado desse conquistador, mas seus sucessores ainda reinaram um século. Com o declínio da dominação mongol, os europeus perderam um tanto o contato que, no século XIII, tinham tido com a China.

Durante a Idade Média desenvolveu-se consideravelmente o comércio da Ásia. Além dos roteiros da seda e das especiarias, as exportações para o Ocidente eram: têxteis e porcelanas da China; ouro, cânfora, perfumes, madeiras, essências e estanho da Indonésia; pedras preciosas e marfim do Ceilão.



A ÁSIA MUÇULMANA NOS SÉCULOS XV, XVI E XVII

Depois de haver resistido durante três séculos à invasão muçulmana, a Índia Medieval tinha sido presa de conquistadores vindos do Norte e acabava desmembrada em pequenos Estados que viviam em perpétuas lutas entre si. O Sultano de Delhi havia sido um dos que Tamerlan tinha visitado.

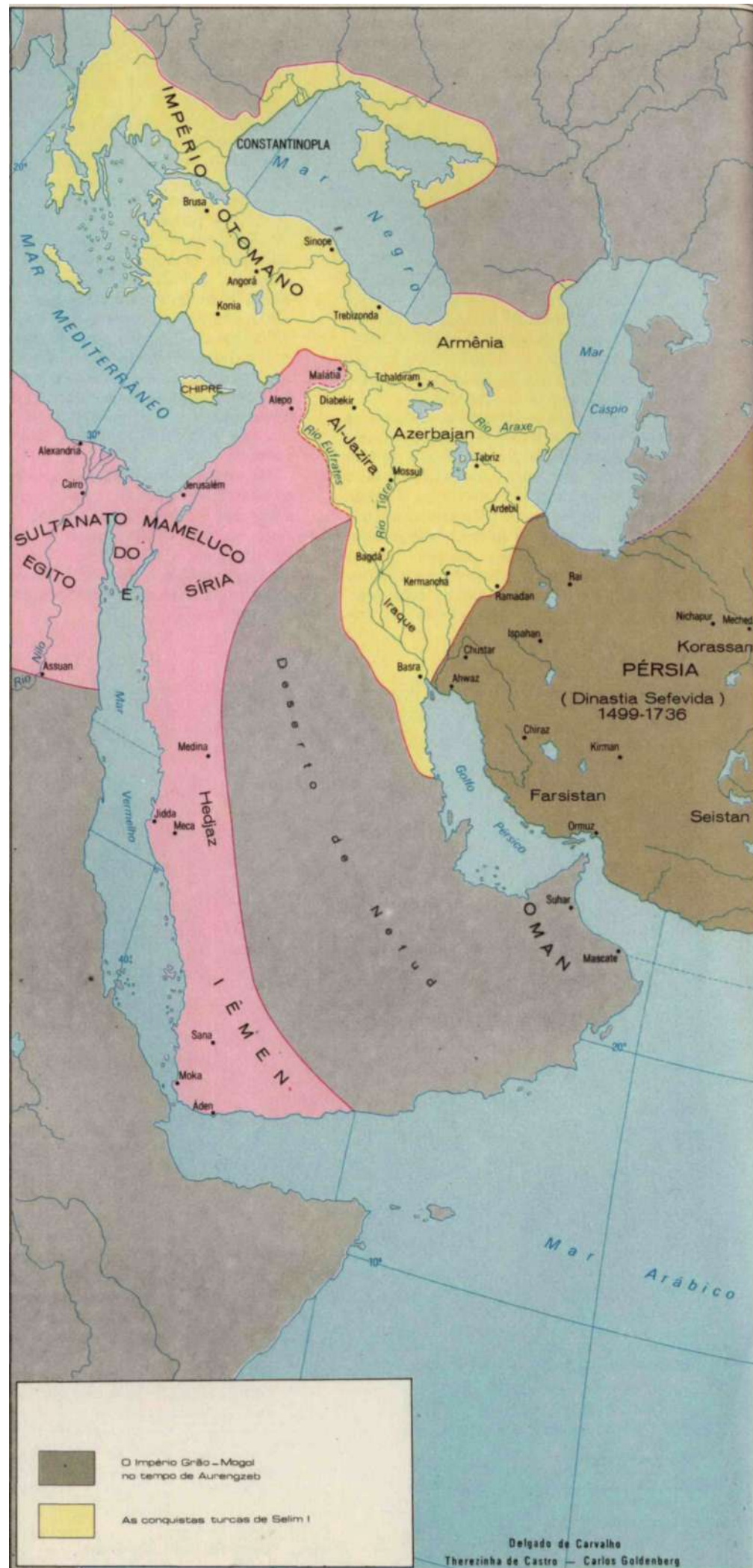
O esfacelamento territorial da península favoreceu então a intervenção de um guerreiro turco que ocupava o trono de Cabul. Vencedor na batalha de Panipat (1526), entrou Baber em Delhi e consolidou o seu domínio na planície indogangética. Estava assim criada a dinastia dos Mogóis, que ocupou a Índia até 1858, isto é, até o motim dos cipaio, sob a dominação britânica, quando se extinguiu a dinastia.

Durante o reinado de Akbar, neto de Baber, o Império Mogol apoderou-se do Malva e do Gondwana; foi adquirido também o Gudjerat, que dava acesso ao mar Árábico e comunicação com os portugueses, mas o Rajputana, campeão do hinduísmo, resistia. Para o Norte expandiu-se a monarquia, conquistando Multan (1591) e Kandahar (1595). Para o Sul estendeu a sua autoridade até o rio Krishna. Jahangir, filho de Akbar, continuou lutando contra os rajputas e entrou em contato com os ingleses em Surate. A conquista do Decan foi seguida por uma tentativa contra Golconda pelo Ha Jahan, o construtor do famoso mausoléu de Taj Mahal, em Agra. Um dos últimos grão-mogóis foi o filho de Ha Jahan, Aurenzeb, que reinou meio século em Delhi (1658-1707). Levou este o seu domínio até o Assam, onde ocupou Chittagong. Conseguiu conquistar o Sultanato de Golconda, mas inutilmente combateu os Maharatas, na costa ocidental. Principiou então a decadência dos mogóis.

O mapa apresenta o reino da Pérsia sob a dinastia fundada pelo Xá Ismail Selevi no fim do século XV, depois de desmembrado o império de Tamerlan (ver encarte). O reinado mais brilhante dos Selevidas foi o de Abas I, que constituiu um período de renascimento nacional para a Pérsia. Sua capital era Ispahan, que contava 600.000 habitantes; era uma das mais belas cidades da época, grande centro artístico e cultural.

Uma invasão afgana, em 1722, derrubou o domínio selevida, e um chefe da tribo do Korassan estabeleceu no Irã uma anarquia que favoreceu os turcos e os russos nas suas incursões na Transoxiana e no Cáucaso.

N.B. — Mogol é a forma árabe-persa da palavra *mongol*. Foi aplicada ao império muçulmano da Índia fundado por Baber. *Grão-mogol* foi o nome atribuído pelos portugueses aos imperadores de Delhi e, em seguida, adotada pelos europeus em geral [Enciclopédia Britânica].



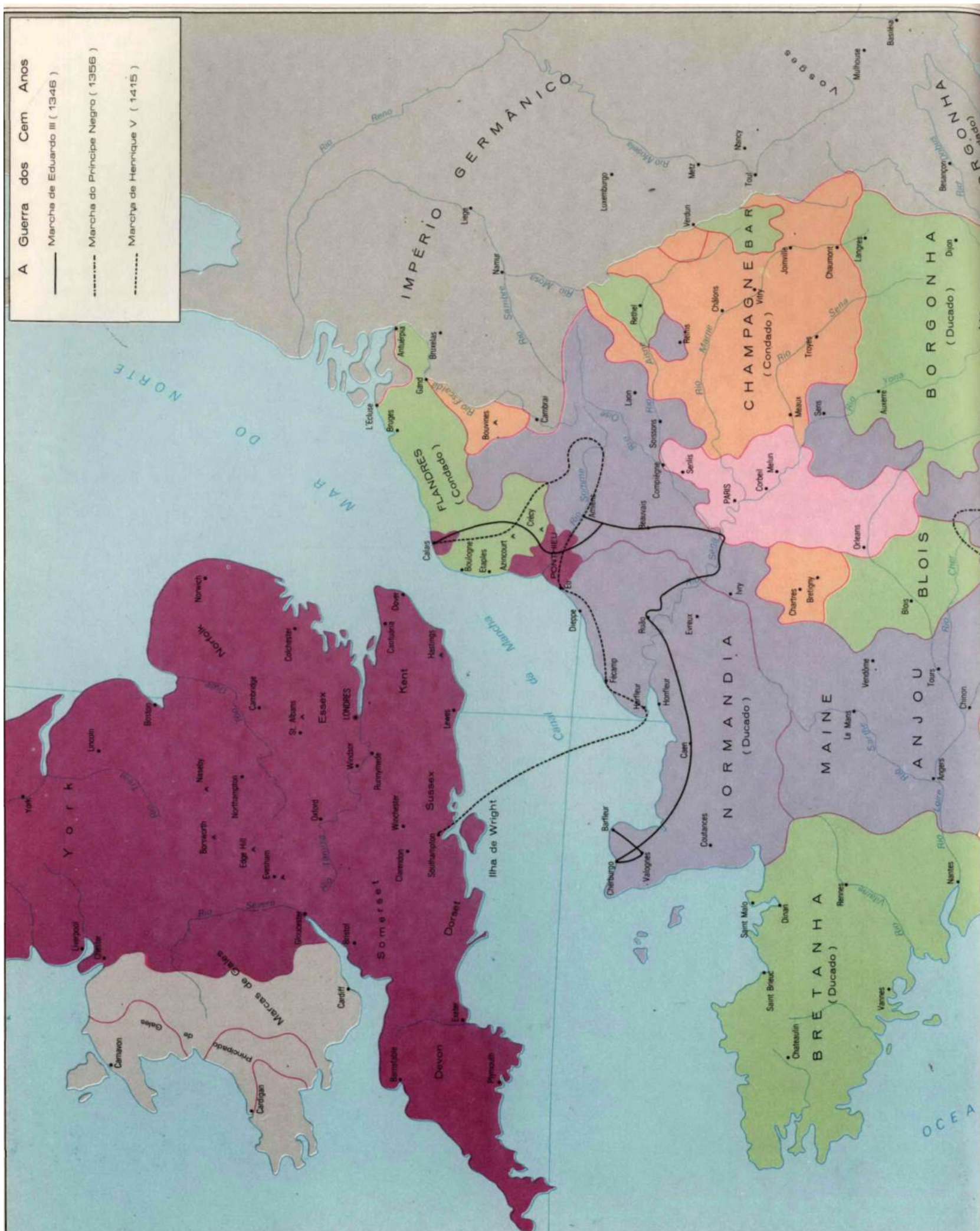


A Guerra dos Cem Anos

— Marcha de Eduardo III (1346)

- - - - - Marcha do Príncipe Negro (1356)

..... Marcha de Henrique V (1415)





FRANÇA E INGLATERRA NA IDADE MÉDIA

O mapa representa principalmente as fases sucessivas da formação da monarquia francesa sob o domínio dos reis capetíngios. Subsidiariamente indica episódios posteriores da Guerra dos Cem Anos e da Guerra das Duas Rosas na Inglaterra.

Apesar de a carta não mencionar os domínios franceses dos reis angevinos da Inglaterra, isto é, dos plantagenetas (1154-1189), poderia ser traçada a carta destas possessões, juntando à Guiena e Gasconha o Poitou, a Marche, a Arvénia,

o Anjou, o Maine, a Bretanha e a Normandia. Era, pois, toda a França atlântica e central. Eram estas províncias adquiridas por cessão (Normandia), por herança (Anjou) e por casamento (Guiena e Gasconha).

A maior parte desses territórios, constituindo, na Idade Média, senhorios, condados ou ducados, eram feudos que as circunstâncias políticas criavam, cediam ou transferiam, passando, como se fossem propriedades privadas, de um membro de família real a outro, sem interferência das comunidades interessadas.

Quando se deu a Guerra dos Cem Anos, os domínios ingleses no continente

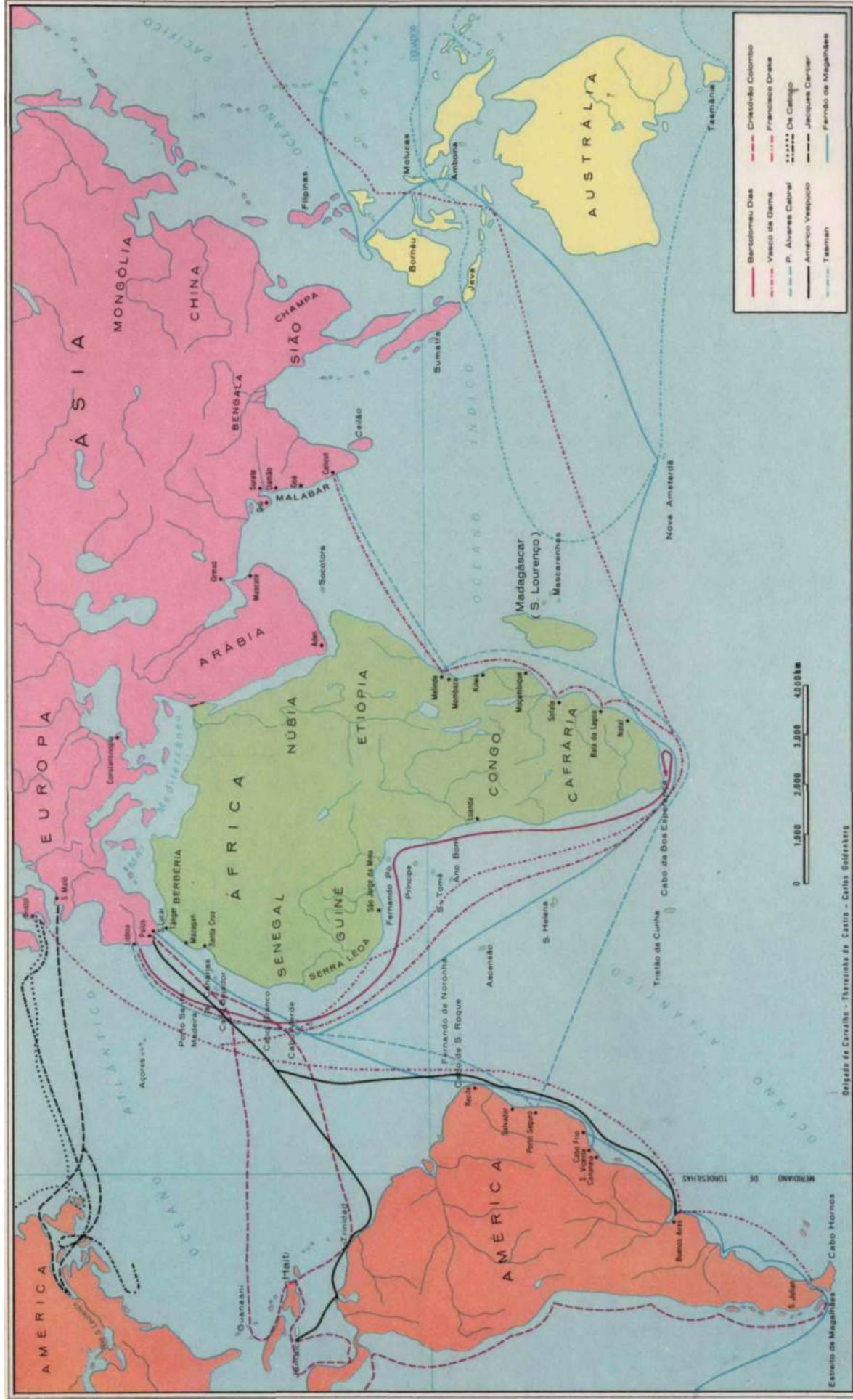
já haviam sido consideravelmente reduzidos, graças à política dos reis franceses que visava expulsá-los. Ainda restavam, porém, à Inglaterra os Ducados de Guiena e Gasconha, de grande valor econômico.

Em seguida às derrotas francesas, na primeira fase da Guerra dos Cem Anos, o Tratado de Brétigny, em 1360, acrescentou aos domínios ingleses o Poitou, a Marche e parte do Languedoc; no Norte, ocupavam os ingleses o Ponthieu e Calais. Esta última cidade, porto de mar, em frente de Dover, tinha de ficar em poder dos ingleses até 1558.

O mapa reproduzindo a Ilha Britânica indica a situação inglesa no século XIV,

no tempo de Eduardo III (1327-1377). No País de Gales, ocupado por populações celtas, os reis normandos haviam estabelecido Marcas no século XII. Conquistado o território galês por Eduardo I, havia sido feito principado e em 1301 tornado domínio do herdeiro, por isso chamado Príncipe de Gales. Só foi incorporado à Inglaterra o País de Gales no reinado de Henrique VIII.

Apanágio análogo obteve o herdeiro do trono de França, com o delfinado, adquirido em 1349, que o tornou delfim.



VIAGENS E DESCOBRIMENTOS

Tendo como objetivo principal a busca de um caminho marítimo para as Índias, lançam-se portugueses e espanhóis ao mar Tenebroso (atual Atlântico). Surgem assim os dois grandes ciclos de navegação:

a) O *Oriental*, seguido pelos portugueses, que, costeando a África, procuravam atingir a Ásia. O ponto de partida desses descobrimentos foi Ceuta (1415); se-

guem-se Madeira (1420), o cabo Bojador (1433), e, assim, vai sendo desvendado o litoral africano. O primeiro passo para que chegassem os portugueses à cobiçada rota coube a Bartolomeu Dias, descobridor do cabo das Tormentas, depois chamado da Boa Esperança (1488). Alguns anos depois, Vasco da Gama transpunha o referido cabo, encontrando o caminho marítimo para as Índias (1498). O descobrimento do Brasil, em 1500, foge ao roteiro do ciclo.

b) O *Ocidental*, que tinha como objeti-

vo atingir o Oriente diretamente pelo Poente. Era o roteiro dos espanhóis, que, através de Cristóvão Colombo, vieram a redescobrir a América (1492). A ideia de que, por esse caminho, seria atingida a Ásia era certa, pois, em 1521, Fernão de Magalhães, atravessando o estreito que tem seu nome, chegou às Filipinas, onde foi morto pelos nativos; Sebastião El Cano concluiu esta viagem de circunavegação. Américo Vespúcio fez também várias viagens à América. Coube-lhe a glória de revelar que não se havia chegado às ín-

dias como supunha Colombo, mas sim a um novo continente, que recebeu o seu nome. Da Inglaterra partiram: João Caboto (1497), que visitou a embocadura do S. Lourenço; Sebastião Caboto (1498), que, além de visitar as imediações da ilha de Terra Nova, seguiu para o Norte, tendo alcançado a Groenlândia; e Francisco Drake, que entre 1577-80 realizou novamente a viagem de circunavegação. Pela França, Jacques Cartier realizou duas viagens (1534-35) à região do rio S. Lourenço.

EXPLORAÇÕES NO PÓLO NORTE

A conquista da Terra foi-se realizando por etapas, através das viagens de explorações. Assim, às grandes descobertas e partilhas das terras, até a Idade Moderna não incluídas no mundo civilizado, sucederam as conquistas dos pólos. Estas se iniciaram pelo Pólo Norte ou Terras Árticas, no século XIX, por se encontrarem mais próximas dos países europeus. Explorado o Ártico, este se tornou excelente ponto para as viagens aéreas e rotas marítimas, por encurtar a distância entre a Europa, Ásia e América.

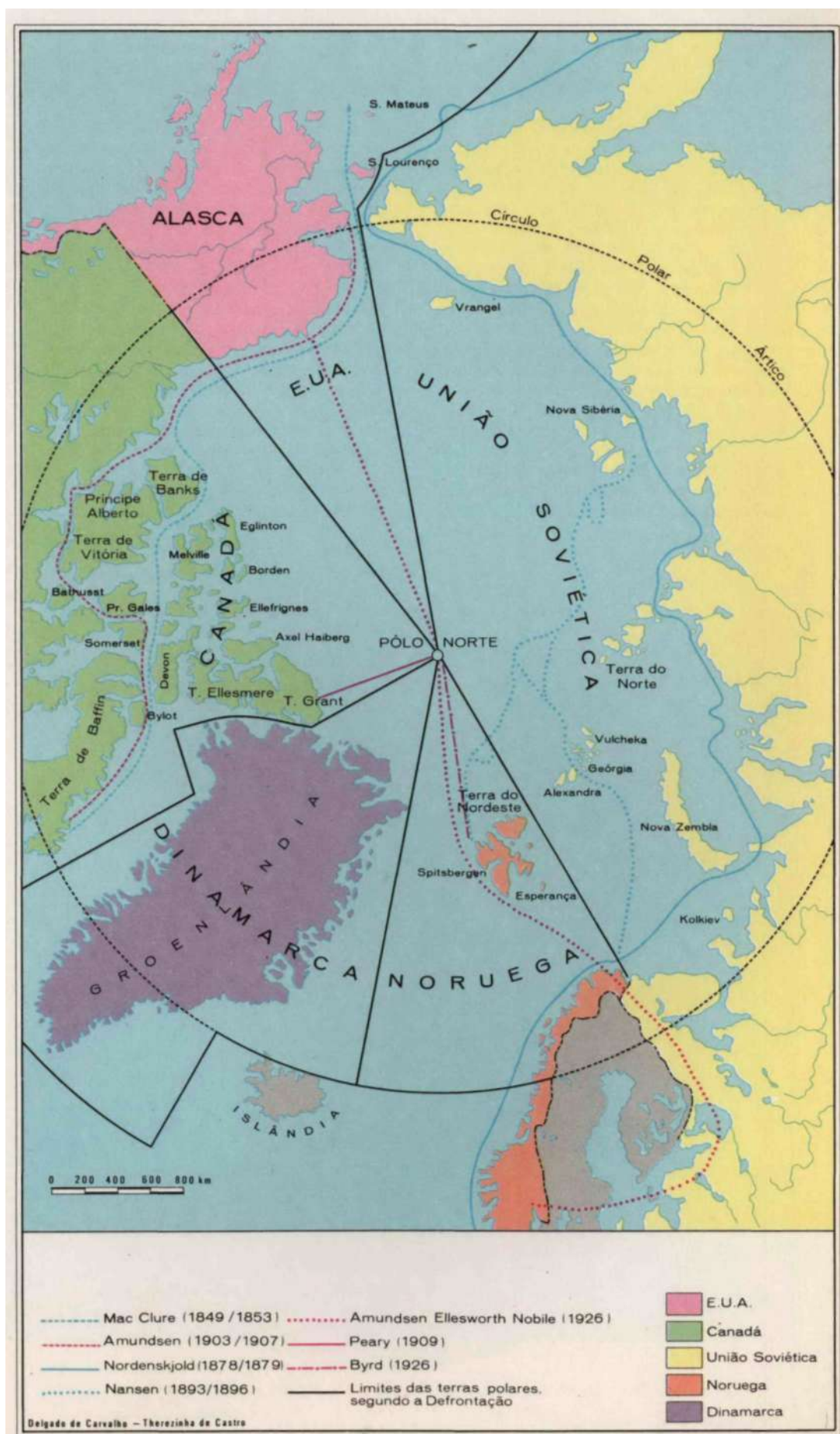
Considera-se como terras polares do Norte as que estão incluídas acima do chamado círculo polar ártico. São formadas por numerosas ilhas e arquipélagos, das quais a maior é a Groenlândia, que é também a maior do mundo, com 2.175.600 km², com área de pouco mais do dobro do nosso Estado do Amazonas. Estão ainda incluídos na Região Ártica territórios da Rússia, da Noruega, do Canadá e dos Estados Unidos, representados pelo Alasca.

Numerosas foram as viagens de exploração feitas na Região Ártica, dentre as quais destacamos as seguintes, cujos roteiros poderão ser seguidos no mapa. Uma das mais produtivas explorações foi a de Mac Clure, que, partindo da Terra de Baffin, descobriu a Terra do Príncipe Alberto e a tão procurada Passagem do Nordeste.

Outro grande explorador foi Amundsen, que, muitos anos depois, realizou a mesma viagem, mas em sentido contrário, já que o seu ponto de partida foi o Alasca. O mesmo Amundsen realizou com Ellsworth e Nobile o mais extenso vôo então feito na região, partindo da Noruega; sobrevoaram o Pólo Norte, chegando ao Alasca. No entanto, três dias antes desta façanha (9 de maio de 1926), Byrd havia chegado ao Pólo Norte em seu aeroplano, em viagem bem mais curta. Mas, a descoberta do Pólo Norte já havia sido efetuada na viagem marítima de Peary (1909).

Nordenskjöld e Nansen exploraram a região polar fronteira ao continente euroasiático. O primeiro efetuou o percurso completo; o segundo, afastando-se mais do litoral, tocou em várias ilhas e no arquipélago da Nova Sibéria.

Em se tratando da partilha da região, prevaleceu a idéia do senador canadense Pascal Poirier; herdariam as ilhas árticas os países que com elas se defrontassem. Pela teoria da defrontação, a Rússia herdou a maior fatia polar, onde estão localizados vários arquipélagos e ilhas, entre as quais a de Nova Zembla; à Dinamarca coube a Groenlândia, enquanto o Canadá ficaria com maior número de ilhas.



EXPLORAÇÕES NO PÓLO SUL

Denomina-se Antártica a um enorme bloco de terras emersas, escondidas por espesso manto de gelo, onde se localiza o ponto geodésico denominado Pólo Sul. Associando-lhe os 13.000 km² correspondentes às ilhas, o tronco continental foi estimado em 13.897.000 km², sendo portanto bem maior que o Brasil, com seus 8.511.965 km². E a região mais fria do globo, daí a dificuldade de sua ocupação permanente; a temperatura média anual é de 25° abaixo de zero, descendo no inverno a 70° abaixo de zero, mantendo-se nos meses consecutivos a 50° abaixo de zero.

Distando 3.600, 4.600 e 7.000 km, respectivamente, da Terra do Fogo, Nova Zelândia e cabo da Boa Esperança e quase todo incluído dentro do círculo polar antártico, o continente polar sul é geralmente dividido em 3 setores: o americano, o oceânico ou australiano e o africano. A Antártica encontra-se bem afastada dos continentes; já a América acha-se ligada por uma série de ilhas e arquipélagos que, desenhando um arco para oeste, chegam à Terra de Graham.

A idéia de se estudar as regiões geladas surgiu na Áustria-Hungria, no ano de 1880, embora a Antártica já tivesse sido visitada anteriormente por Cook e Ross.

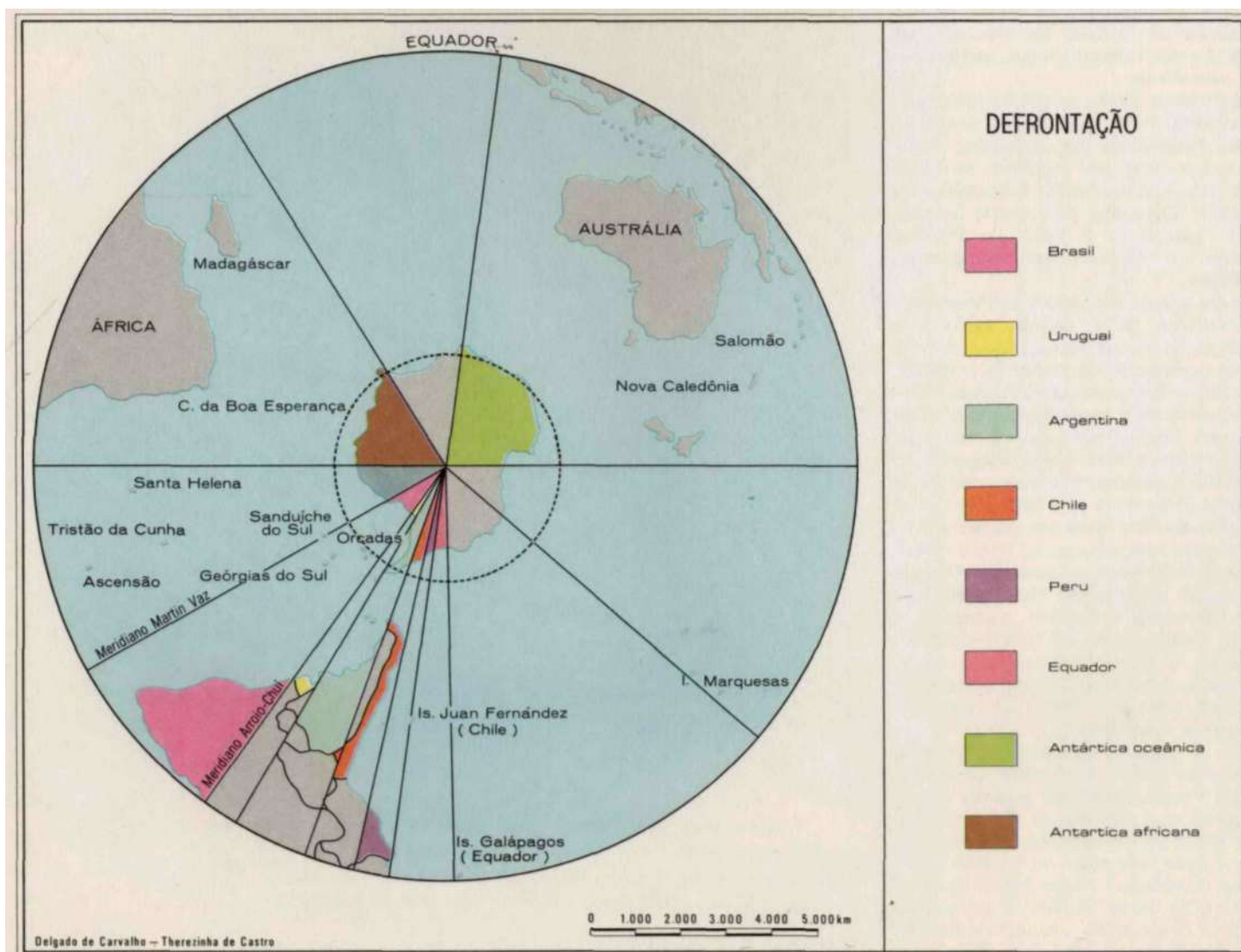
O interesse científico pela Antártica acentuou-se nos chamados "Anos Polares" (1882-83 e 1932-33), que culminaram com o Ano Geofísico Internacional (1957-58); a este último aderiram inicialmente 37 nações, entre as quais o Brasil.

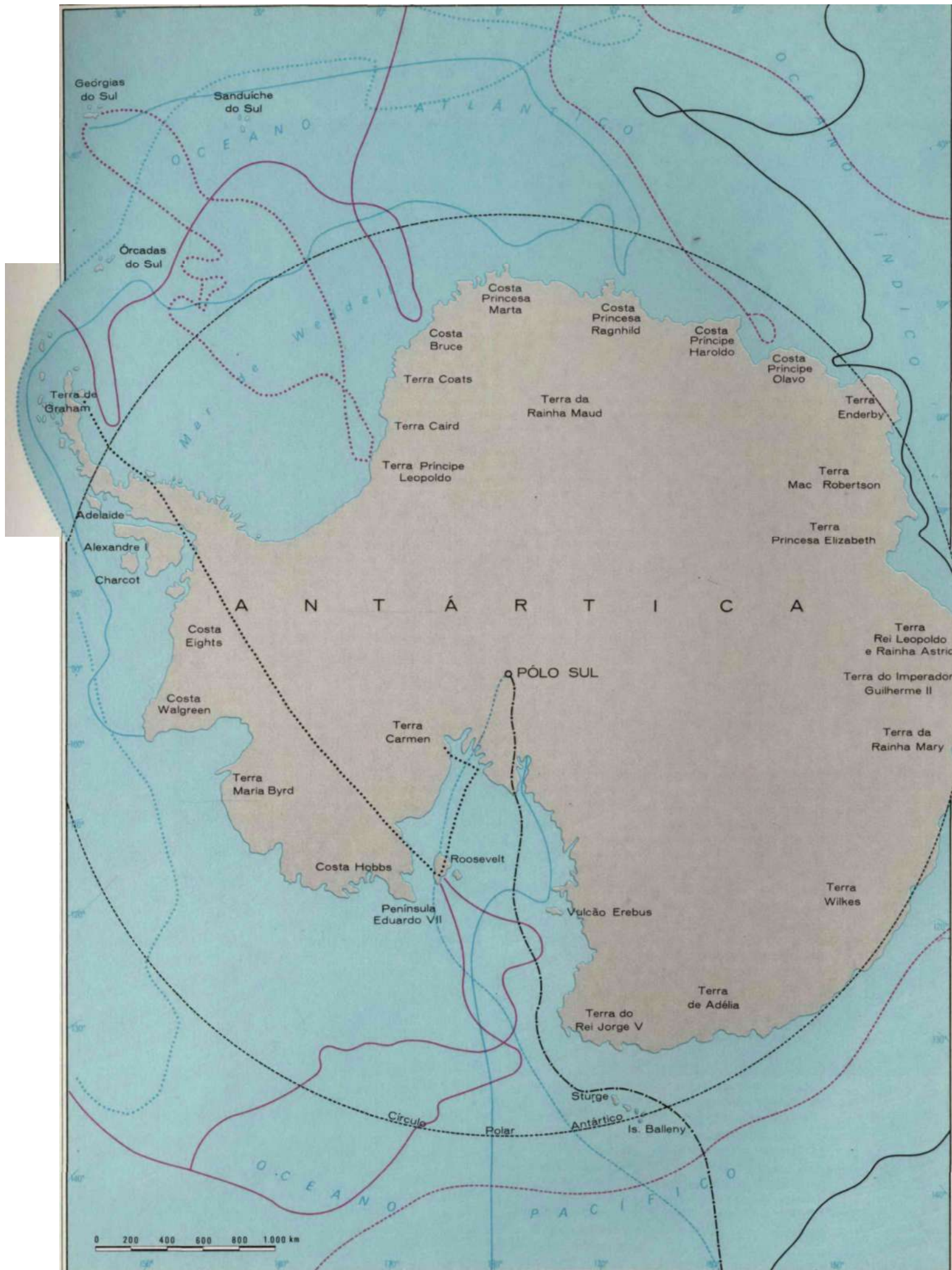
O fator econômico foi o causador das reivindicações na Antártica, representado inicialmente pela pesca da baleia e, atualmente, pela comprovada riqueza mineral: alia-se a isto o problema estratégico. Os territórios reivindicados pela Inglaterra, Argentina, Chile, França, Noruega etc. se sobrepõem uns aos outros. Os Estados Unidos não aceitam as reivindicações de setores, apontando-os como contrários ao princípio da liberdade dos mares. A Rússia, através do Memorando de 7 de julho de 1950, propôs uma Conferência Internacional para a resolução do problema. Em fins de 1959, reuniu-se a Conferência de Washington, para tratar da questão da Antártica, mas dela esteve ausente o Brasil. Dois pontos apenas tiveram o apoio dos congressistas: o da cooperação internacional no que diz respeito à investigação científica do continente, e o da proibição do uso da região para fins militares; quanto às reivindicações territoriais apresentadas não se chegou a um acordo.

A divisão da Antártica, baseada na teoria da defrontação, foi posta em prática quando se efetuou a partilha das terras do

Pólo Norte. Caso venha ela ser posta também em prática no continente do Pólo Sul, o Brasil seria, juntamente com outros países da América do Sul, beneficiado.

Podemos observar que o continente antártico vem sendo visitado por numerosos exploradores. Coube a Amundsen, já experimentalmente com as explorações da Região Ártica, atingir pela primeira vez o Pólo Sul do continente antártico. Scott, no ano seguinte (1912), repetiu o feito. Outra grande façanha era levada a efeito na mesma época por Filchner, ao alcançar a maior latitude meridional, penetrando no mar de Weddell. Em 1935, Ellesworth ia de avião da Terra de Graham até a ilha Roosevelt.





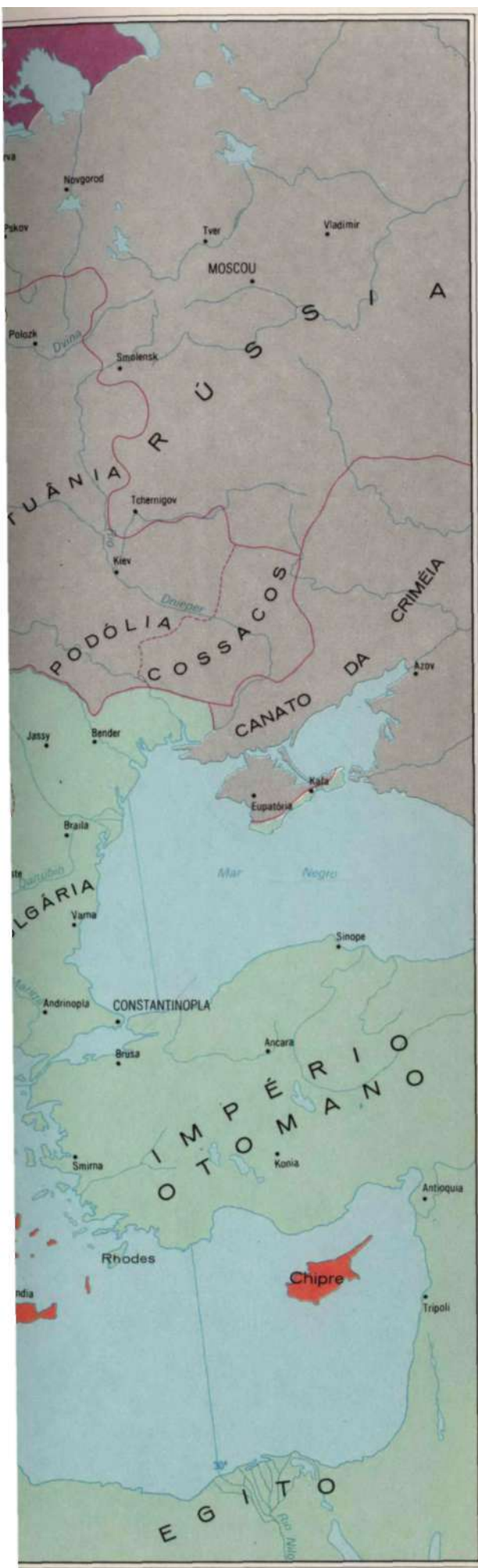
ATLAS - Exploração no Pólo Sul

— Cook (1773)
— Ross (1843)
— Shackleton (1907-1909)

— Scott (1912)
— Filchner (1911)
— Amundsen (1911)

..... Ellesworth (1935)
- - - Isachsen (1930-1931)
..... Riser-Larsen (1929-1930)





A EUROPA NO SÉCULO XVI

Este mapa é a primeira representação gráfica da Europa Moderna. Sua feição mais característica é a considerável extensão do Império de Carlos V. Já não coincide mais com as fronteiras do Santo Império Germânico, pois o ultrapassa em todos os setores. O Reino de França fica, em consequência, rodeado de possessões daquele imperador. De fato, Carlos V, além de sucessor de seu bisavô Maximiliano, na parte germânica de suas heranças, passou a ser rei da Espanha unificada por Fernando e Isabel, a Católica, depois da conquista de Granada. Ainda não ocupa Portugal, mas tem praças africanas em Ceuta, Melilla, Oran, Argel, Bône, Túnis. Desta herança espanhola provêm também os seus domínios no Mediterrâneo insular, as ilhas Baleares, a Sardenha, as duas Sicílias, isto é, o Reino de Nápoles. A leste da França, Carlos V incorporou ao Império o Franco Condado. Quanto à Boêmia, à Morávia, à Silésia e parte da Hungria, domínios angevinos até 1519, cabem aos Habsburgo, representados por Ferdinando, irmão de Carlos V.

A incontestável hegemonia hispano-germânica que revela a posição geopolítica do Império de Carlos V apresenta os seus pontos fracos. As comunicações existentes entre as diferentes e afastadas possessões do monarca se acham sob a dependência de potências estrangeiras, por vezes inimigas. A França se acha evidentemente cercada e ameaçada, mas tem a vantagem de ver concentrada a sua força de resistência e ataque numa monarquia consolidada e poderosa. O principal perigo apresenta-se a leste, com a força ainda respeitável dos turcos de Solimão, o Magnífico, apesar da derrota de 1526, em Mohacs. Por sua vez, as possessões da Itália ainda são precárias. Quanto à Alemanha propriamente dita, coincide o reinado de Carlos V com as lutas religiosas da Reforma, o que muito enfraquece o seu poder real.

O mapa permite observar a maior parte dos domínios eclesiásticos, isto é, além dos Estados da Igreja e de Avinhão, os Arcebispos de Salzburgo, Bamberg, Mogúncia, Colônia, Munster, Tréveris, Bremen etc. Nota-se a posição do Bispado de Liège, que corta em dois setores os Países Baixos. Na Escandinávia, a Dinamarca, além da Noruega, ocupa ainda a orla báltica dos estreitos.

A EUROPA NO SÉCULO XVII

Os Tratados de Westfália (1648) fixaram os resultados das guerras de religião e principalmente os da Guerra dos Trinta Anos, que tinham movido contra a Alemanha, a França e seus aliados. O mapa então traçado pela política e pela diplomacia foi mais ou menos conservado até a Revolução Francesa, pelo menos nas suas grandes linhas. Findos os movimentos religiosos de Reforma e de Contra-Reforma, dividem-se os países da Europa entre católicos e protestantes; a confusão dos credos localiza-se, especialmente, na Europa Central, onde cada um dos numerosos príncipes alemães exige de seus súditos a obediência a seu próprio culto.

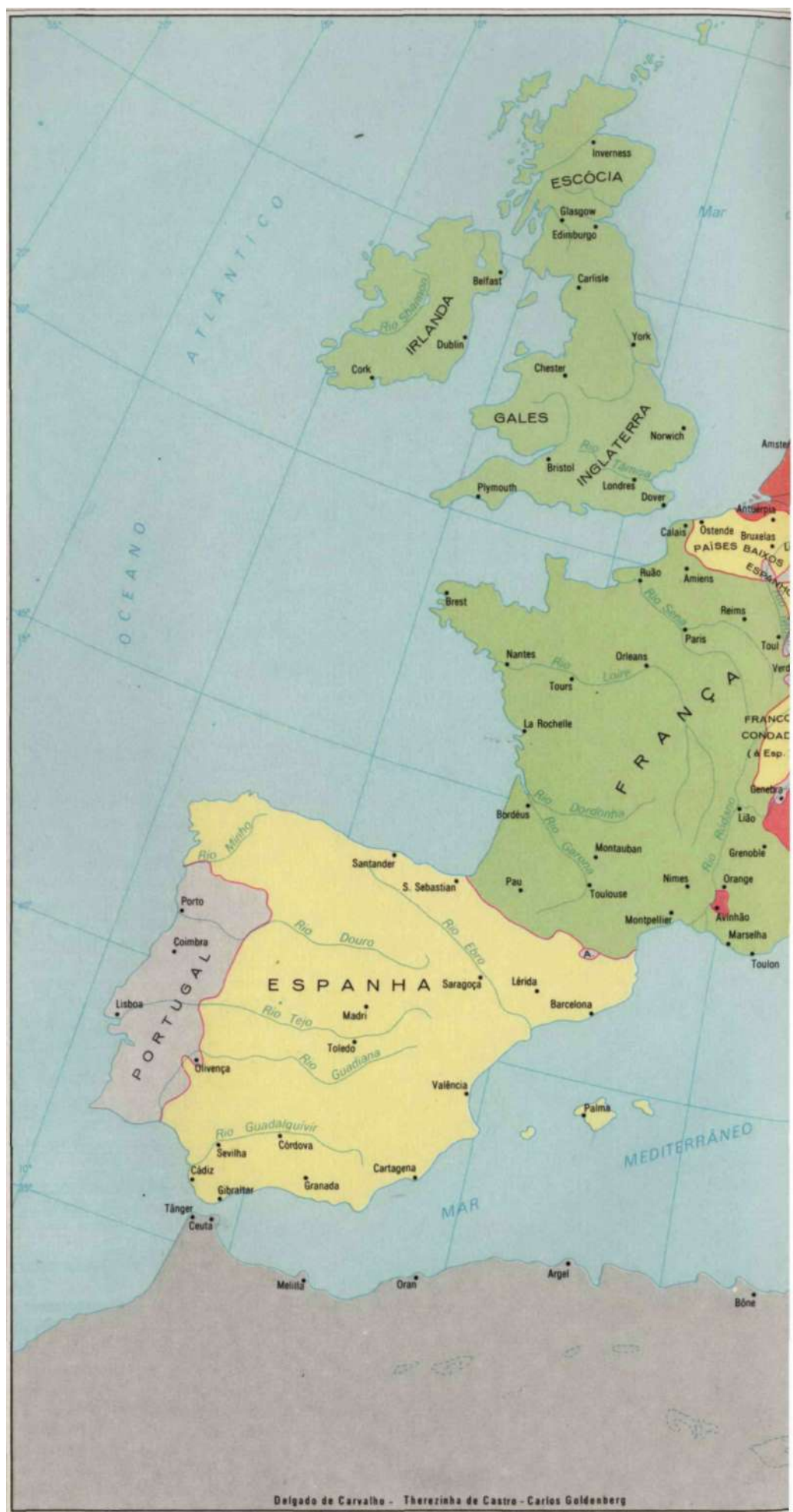
Os Tratados de Westfália assinados em Munster e Osnabruck, ambas cidades westfalianas, operaram profundas alterações territoriais.

Da Guerra dos Trinta Anos saía vitoriosa a França dos Bourbon, onde reinava Luís XIV. Suas aquisições foram em suas fronteiras orientais. Os três Bispados de Metz, Toul e Verdun lhe foram confirmados e reconhecidos como franceses. À França também foi cedida a Alsácia. Embora conquistas feitas às custas da Alemanha, eram pontos de partida para maior expansão. O reconhecimento da República das Províncias Unidas deixava em situação geográfica difícil os Países Baixos espanhóis, que continuavam católicos, enquanto que a parte norte se separava do Santo Império.

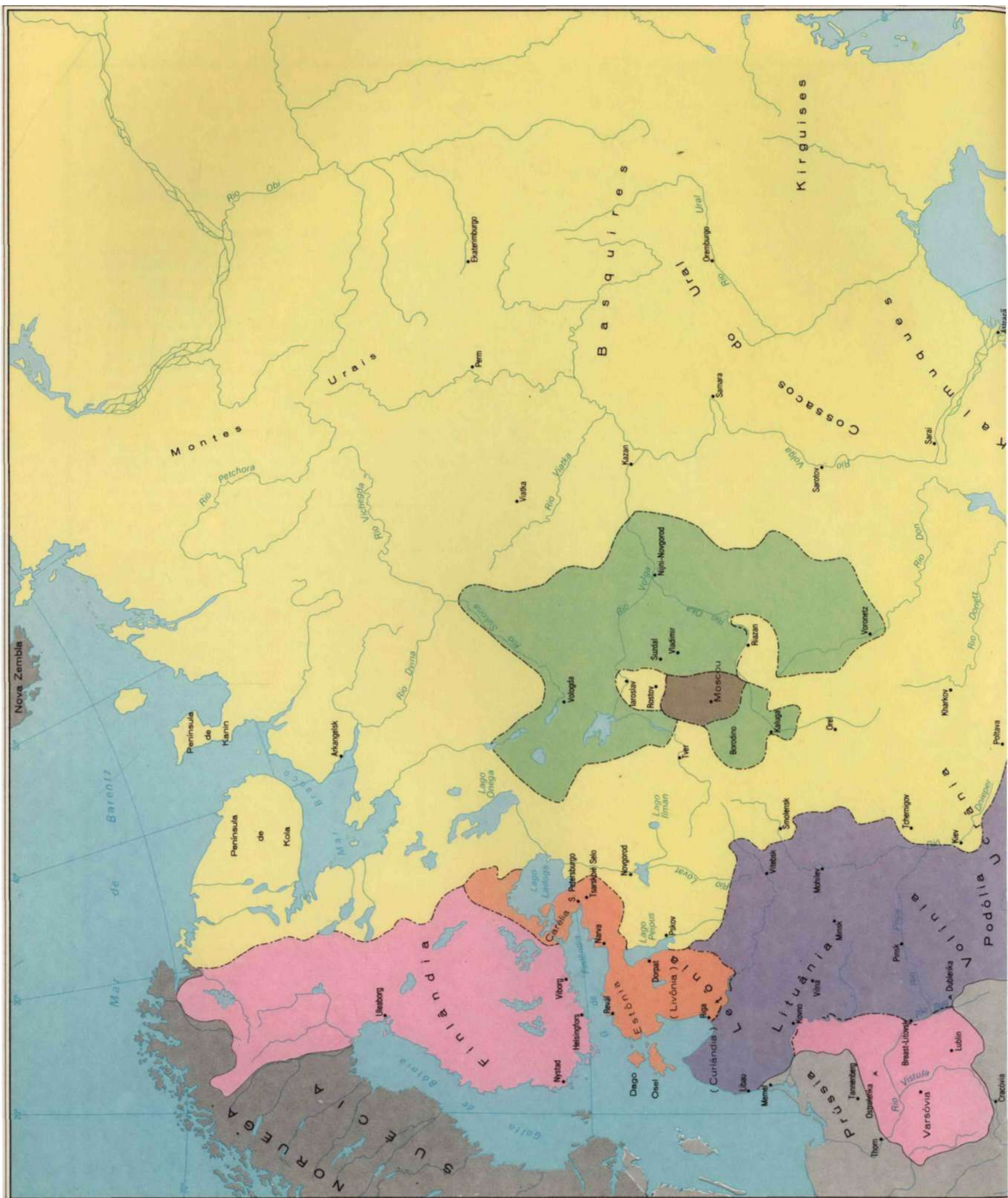
Passou então uma nova potência nórdica, a Suécia, por uma fase de gloriosa expansão. O mar Báltico veio a ser um lago sueco, pois além de dominar a Finlândia, adquiriu, da Rússia, a Ingria e obteve, da Polônia, a Estônia e a Livônia. No setor alemão, além da Pomerânia Ocidental, assenhoreou-se dos Bispados de Bremen e de Verden. Geopoliticamente, o poderio da Suécia, que aliás foi de curta duração, fechou o golfo de Finlândia aos russos e apoderou-se do controle dos estuários do Elba, do Weser e do Oder.

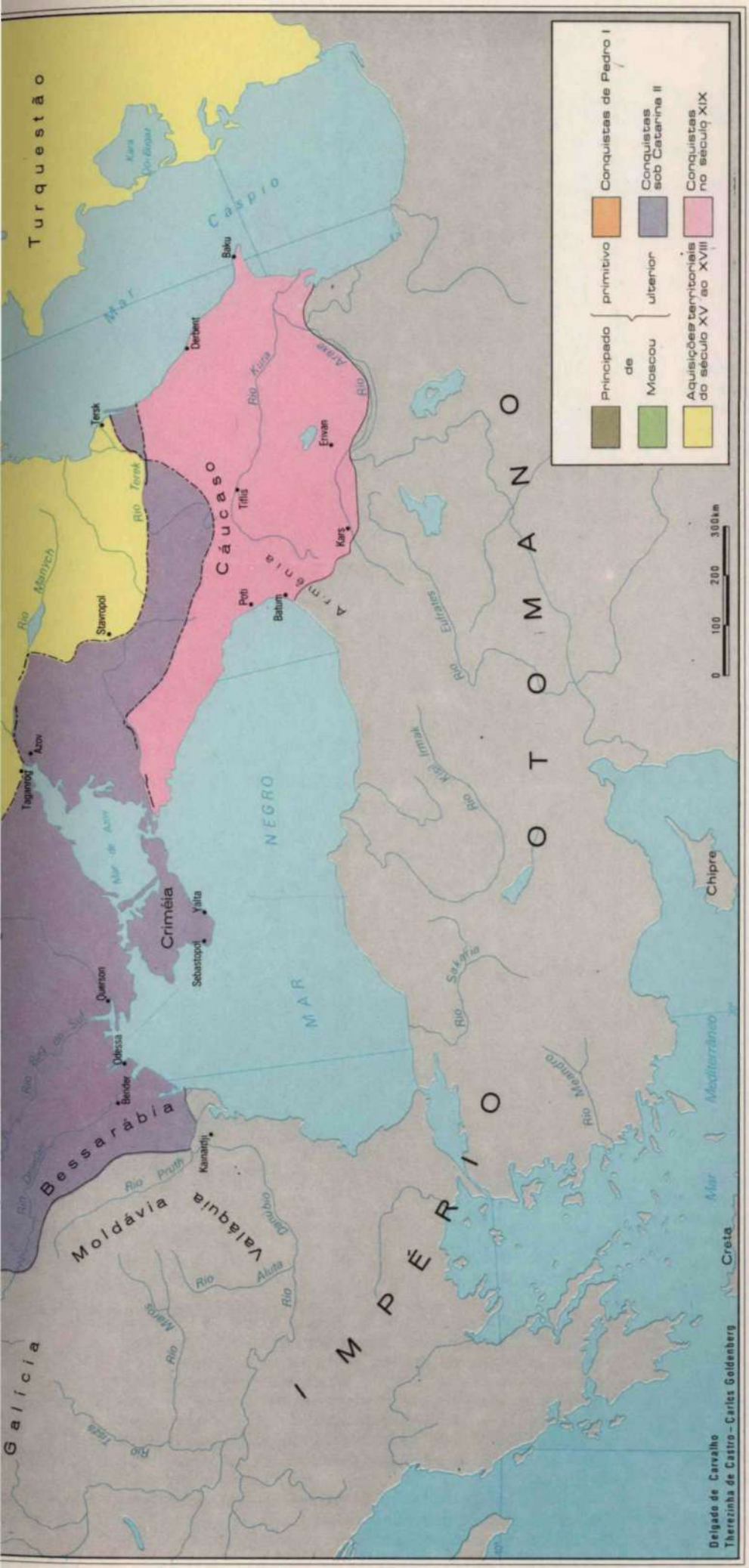
Assim como havia sido reconhecida a independência das Províncias Unidas, foi igualmente reconhecida a dos Cantões Suíços.

De toda esta remodelação territorial, a potência que mais se achava prejudicada era a Alemanha: eram os Habsburgo vencidos pelos Bourbon, e desaparecia definitivamente a ameaça de um conflito permanente entre territórios hispano-germânicos. O Santo Império se achava então depauperado e desorganizado, sofrendo ainda da longa guerra que se tinha ferido em seu território. O único príncipe alemão que saía ganhando era o Eleitor de Brandeburgo.









FORMAÇÃO DA RÚSSIA

A chamado dos eslavos, resíduos étnicos das invasões nas regiões do mar Cáspio ao Báltico, penetraram na planície russa os varagues, escandinavos chefados por Rurik, em meados do século IX. Estabeleceram-se Novgorod e foram até Kiev. As extensas terras da Europa Oriental foram repartidas entre os parentes e descendentes do chefe escandinavo e, no século XII, a Rússia se achava dividida em numerosos principados. Os do Norte, como Novgorod, Pskov, Viatka, eram ditos "repúblicas"; no Oeste, o grupo abrangia Smolensk, Tchernigov, Kiev; ao grupo oriental, pertenciam Suzdal, Iaroslavl, Tver, Riazan, Moscou, Nijni-Novgorod. Não havia ainda "Rússia", mas apenas Rússias. O que tinham de comum era a língua, o

parentesco da maioria dos príncipes, a religião grega ortodoxa e um certo respeito pelo grão-príncipe de Kiev, a metrópole cultural.

Cedo, porém, começaram a se destacar um do outro, o grupo de Leste e o grupo do Oeste. Os russos orientais eram tidos por eslavos puros; os ocidentais incluíam muitos elementos alógenos. A Rússia de Leste era a Rússia primitiva; a do Oeste era a Rússia de colonização. Neste último setor destacava-se Novgorod-a-Grande, que estendia seus domínios do lago Ilmen aos montes Urais e às costas do mar Branco.

Do XIII ao XIV século, ambos os grupos foram sujeitos a invasões. O grupo ocidental foi conquistado pelos lituanos que, unidos aos poloneses, formaram um Estado, em 1386. Graças a esta coligação, os

lituano-russo-poloneses derrotaram, em 1410, os Cavaleiros Teutônicos em Tannenberg e lhes impuseram o Tratado de Thorn (1466) que os tornou feudatários do rei da Polônia.

O grupo oriental, por sua vez, foi conquistado pelos tártaros-mongóis dos cãs de Karakorum. Limitaram-se estes, porém, a exigir tributos dos príncipes russos; mesmo no tempo dos cas da Horda de Ouro, estabelecidos em Sarai, pouco interferiram nas comunidades eslavas.

Destas duas ordens de conquistas resultaram influências polonesas e germânicas, isto é, ocidentais nos principados do oeste e influências muçulmanas, asiáticas, nos principados de leste. Daí a formação da Rússia Branca e Pequena Rússia, de um lado, mais européia e alógena, e, do outro, da Rússia Grande, mais mon-

gólica em suas feições, apesar de usar a mesma língua e seus dialetos.

Mais importante ainda foi o resultado do jugo tártaro, pois sendo mais leve e quase indiferente, favoreceu o crescimento da autoridade do grão-príncipe de Suzdal e determinou a hegemonia de Moscou, núcleo da Moscúvia. Este, no século XVII, por aquisições sucessivas, se estendeu do mar Branco ao mar Cáspio, e permitiu a Pedro, o Grande, e seus sucessores a incorporação à Grande Rússia dos territórios ocidentais, embora fossem estes de cultura mais apimorada. Assim, se tornaram os seus soberanos "Czares de Todas as Rússias".

OS ESTADOS BÁLTICOS DE 1914 A 1967

Do ponto de vista do esfacelamento da Europa Central e Oriental em novas nações, a Primeira Guerra Mundial foi pródiga; no entanto, em matéria de modificações territoriais, a Segunda Guerra Mundial foi mais drástica, já que raros foram os países que não sofreram alterações em suas fronteiras. Na Europa Setentrional, os Estados bálticos não ficaram alheios às remodelações estipuladas pelos tratados de 1946.

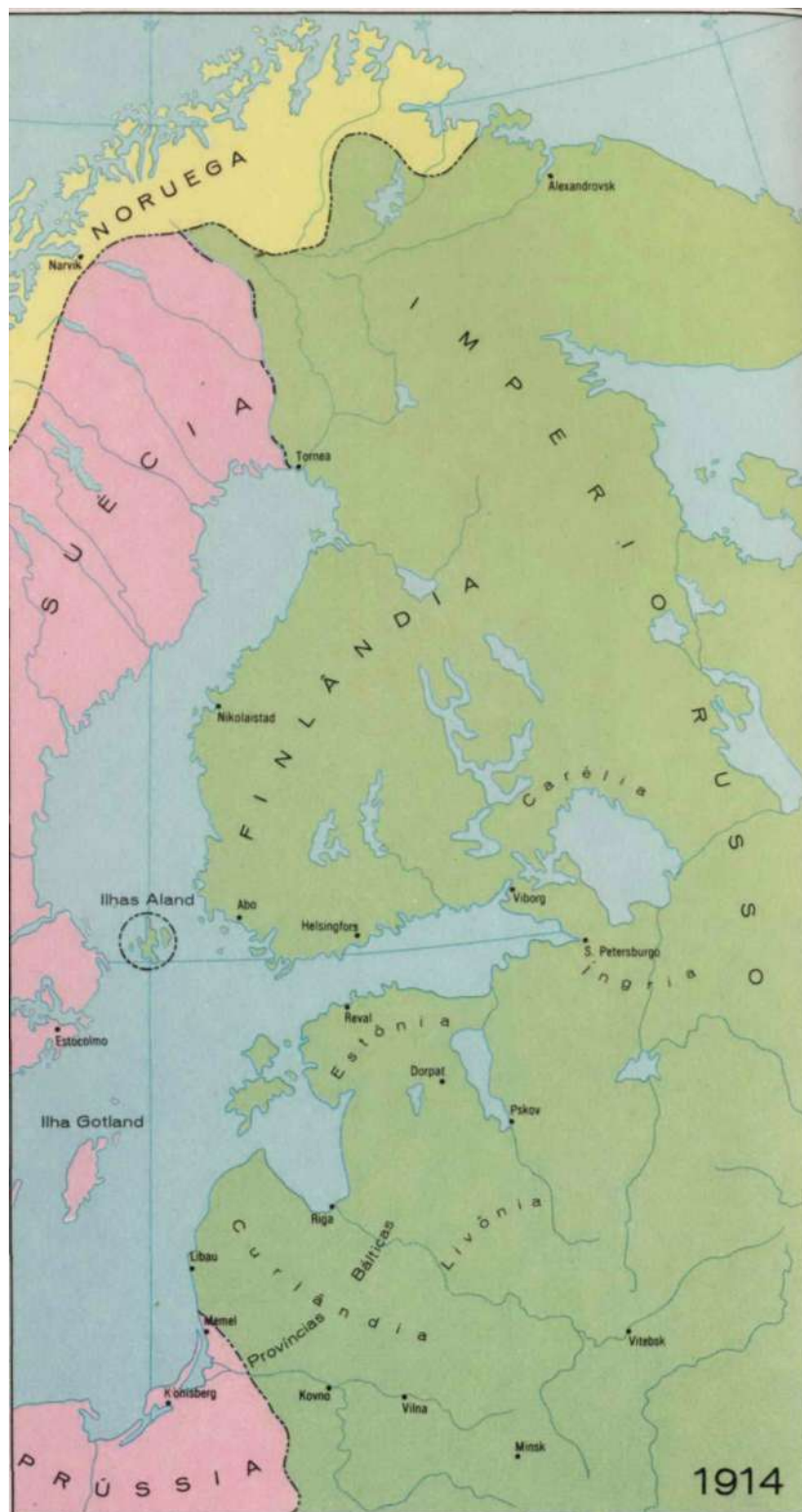
A Finlândia, primitivamente povoada por lapões e finos, foi ocupada no século XI por mercadores de Gotland e cristianizada no século seguinte pelos suecos. Durante séculos ficou sendo uma possessão autônoma da Suécia, mas, no Tratado de Nystad (1721), perdeu a Carélia, até então parte integrante deste território, que foi entregue aos russos. Quando, em 1809, a Finlândia passou a ser russa, foi transformada num grão-ducado governado pelo czar-duque da Rússia, ligada, no setor da política externa, ao governo central de S. Petersburgo. A autonomia existiu nos vários campos, econômico, cultural e outros, durante o período chamado de reação, antes mesmo do reinado de Alexandre II, muito embora a ligação com a Rússia tenha sido uma espécie de "união pessoal". Quando em 1917 caiu o regime czarista, a burguesia finlandesa reivindicou sua independência. As potências europeias hesitaram, subordinando o reconhecimento ao "assentimento do povo russo". Conseguindo em 1918 a independência, a Finlândia procurou chamar para o trono um príncipe alemão: a França se opôs, motivo pelo qual a nova nação se transformou numa república. Uma vez reconhecida pela Rússia, foi-lhe cedida Petsamo no Extremo Norte em virtude da Paz de Tartu, em 1920. Vinte anos depois, o seu duplo conflito com os russos (1940-47) fez a Finlândia restituir novamente à Rússia a Carélia, em seu poder desde 1812, e Petsamo. Neste mesmo tratado russo-finlandês, assinado em Moscou no ano de 1948, além dos territórios mencionados, era ainda concedida a ponta de Porkkala, por cinquenta anos, à Rússia como base naval; mas em 1956, os russos abriam mão desta concessão.

As províncias russas denominadas Curlândia, Livônia e Lituânia foram, em 1914, transformadas em três Estados independentes uns dos outros. Suas populações eram, no entanto, bastante misturadas; eram de origem fino-ugriana e baltas, havendo recebido freqüentes levas de letões e lituanos. A esses pagãos vieram juntar-se as missões religiosas, compostas principalmente por alemães que iniciaram sua ação naquela região, no século XIII, quando se deu a fundação de Riga (1201). A intervenção pontifical entregou depois a colonização aos Espatários que se uniram pouco depois aos cavaleiros da Ordem Teutônica (1237). Os comerciantes da Liga Hanseática contribuíram para aumentar ainda mais o elemento alemão nestas províncias bálticas, sob a administração dinamarquesa.

A Reforma teve nessas antigas províncias russas, transformadas em 1920 na Lituânia, Letônia e Estônia, sérias repercussões; as duas últimas aderiram ao credo luterano, mantendo-se apenas católica a Lituânia, graças à influência polonesa.

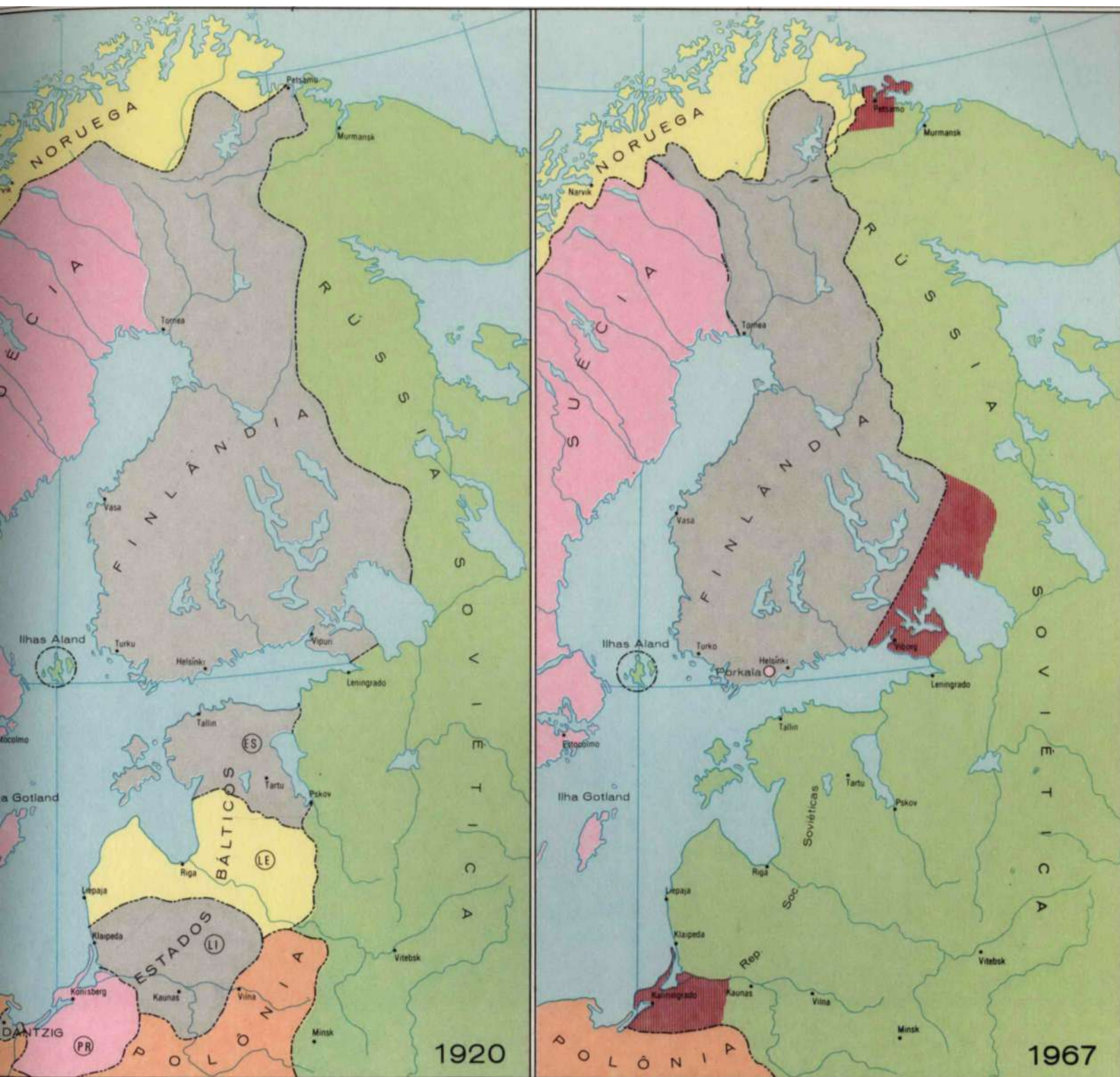
Após 20 anos de independência, a Estônia, a Letônia e Lituânia voltaram a fazer parte da União Soviética, sob o nome de Repúblicas Socialistas Soviéticas (1940).

O caso das ilhas Aland provocou discussões diplomáticas entre os países bálticos e a Liga das Nações, logo em seguida à Primeira Guerra Mundial. São cerca de 300 ilhas e ilhotas



que se acham mais próximas da Suécia do que da Finlândia, mas que desta última são separadas por águas mais rasas; por isso, no inverno, quando as águas se congelam, ficam essas ilhas ligadas à Finlândia. Fizeram sempre parte administrativa de Abo (hoje Turku) e representam para os finlandeses uma posição estratégica de importância. Por isso, foram neutralizadas em 1947, como aliás já haviam sido desmilitarizadas em 1856, após a Guerra da Criméia, pelo acordo de 1922.

Com o desmembramento da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial desaparecia a Prússia; a parte oriental ficou sob administração russa, quando Königsberg passou a chamar-se Kaliningrado.

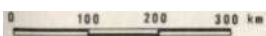


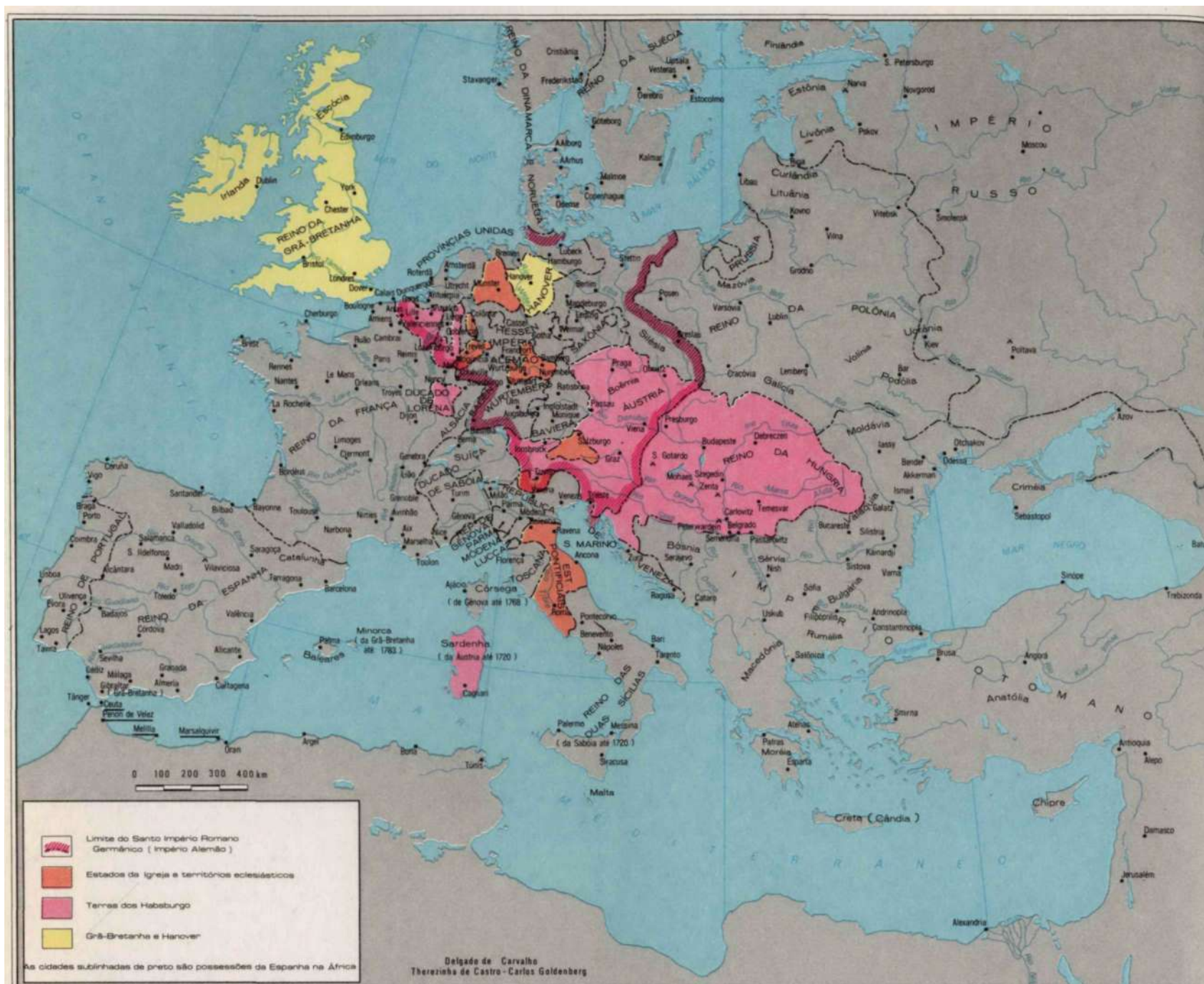
Porkala : base naval de 1947 a 1956

Territórios adquiridos pela Rússia (Estados bálticos
Viborg , Petsamo , Prússia Oriental)

Estados bálticos	
(ES)	Estônia
(LI)	Lituânia
(LE)	Letônia
(PR)	Prússia

Ilhas Aland	
1809	Russas
1930	Finlandesas
1967	Neutras





A EUROPA NO SÉCULO XVIII (Do Tratado de Utrecht à Revolução)

Os dispositivos dos Tratados de Westfália haviam sido modificados pela expansão francesa. As campanhas de Luís XIV alargaram os domínios franceses à custa dos Países Baixos espanhóis. Dunquerque, Lille, Arras, Valenciennes tornavam-se cidades francesas. Strasburgo e outras eram incorporadas à França pelas Câmaras de Reunião. Só a Lorena é que estava ainda para ser anexada, em 1738-1766.

O acontecimento político mais importante nos primeiros anos do século XVIII foi a tentativa de Luís XIV para unir a França e a Espanha sob a mesma coroa de seus sucessores. Se passassem deste modo para a França as possessões americanas da Espanha, era a hegemonia da

França no mundo ocidental que iria comprometer os interesses coloniais e comerciais da Grã-Bretanha e da Holanda. Daí a coligação contra Luís XIV, na qual entrou a Áustria, e se juntaram também a Saboia e Portugal.

Sem ser vitoriosa, a França conseguiu sair honrosamente do grande conflito (Guerra de Sucessão da Espanha) com o Tratado de Utrecht, que manteve o neto do rei Bourbon no trono da Espanha.

No Mediterrâneo houve algumas importantes redistribuições territoriais: Gibraltar e Minorca ficaram com a Grã-Bretanha; a Sicília coube à Saboia; Nápoles e os Países Baixos foram dados à Áustria. Em 1720, porém, houve troca de territórios; a Áustria deu a Sardenha à Saboia e dela recebeu a Sicília.

Na Europa Setentrional, a Inglaterra e

Gales passaram a constituir o Reino da Grã-Bretanha, com a união da Escócia em 1707. Alterações mais consideráveis em favor da Grã-Bretanha foram efetuadas nas colônias, à custa da França.

Na Europa Oriental, o episódio histórico mais dramático foi o aparecimento de Pedro, o Grande, na Rússia e a conquista da Suécia pela Carélia, Ingria e Estônia, tendo a Suécia perdido seus Bispados de Bremen e Verden em favor do Hanover, e parte da Pomerânia em favor da Prússia.

No Sudeste europeu, recuavam os turcos, que ainda em 1683 haviam ameaçado Viena. A defesa austro-polonesa os havia levado ao Danúbio, reconquistando a Hungria pelos Tratados de Carlovitz e de Passarowitz (1699-1718).



A EUROPA NAPOLEÔNICA

O mapa nos dá uma visão geral da Europa desde a Revolução Francesa até 1812.

Em 1789, os domínios do Estado correspondiam mais ou menos aos atuais, faltando-lhe apenas a Saboia, Nice e Avinhão.

Coube ao Diretório acrescentar novos territórios. Pelo Tratado de Lunéville, foram incorporados aos domínios franceses a Bélgica, a Saboia e o Condado de Nice. O território de Avinhão alcançava as fronteiras naturais da Gália Antiga, isto é, Pireneus, Reno e Alpes.

O Império Francês de Napoleão sofreu notável modificação de limites. As conquistas napoleônicas foram as seguintes: Genebra; grande parte da Itália (incluindo

Estados da Igreja); a costa adriática e grande parte do litoral do mar do Norte até o Elba. Napoleão ainda cercou o Império Francês de reinos dependentes, distribuídos a parentes seus. Destacaram-se o reino da Holanda, entregue a seu irmão Luís; o da Itália, ao seu enteado Eugênio de Beauharnais; o de Nápoles, ao seu cunhado Murat, e o da Espanha, ao seu irmão José.

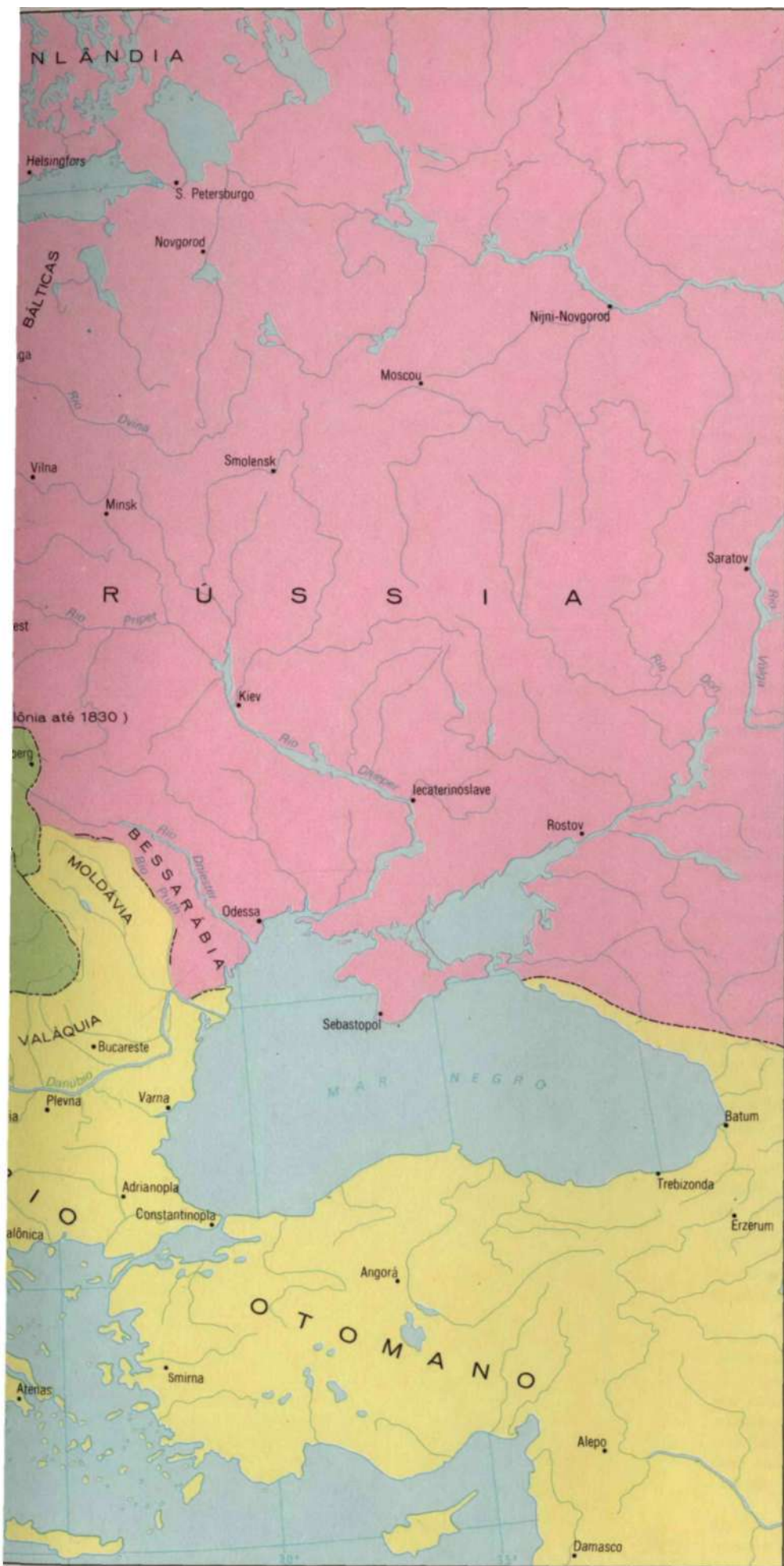
A Polônia, que havia desaparecido depois do terceiro e último desmembramento, em 1795, foi, em parte, restabelecida por Napoleão, com a criação do Grão-Ducado de Varsóvia, formado à custa de territórios poloneses adquiridos pela Rússia, Áustria e Prússia, em partilhas anteriores.

Outra feição característica da Europa napoleônica foi a criação da Confederação do Reno, da qual faziam parte a Sa-

xônia, a Baviera, a Westfália, grande número de pequenos principados alemães e o Hanover.

No encarte, o local das principais campanhas de Napoleão, até Waterloo, em 1815.





A EUROPA DO CONGRESSO DE VIENA — 1815

Tendo a grande coligação, formada contra Napoleão, conseguido vencê-lo, foi reunido em Viena o Congresso incumbido da liquidação imperial, isto é, da redistribuição dos territórios ocupados pelos franceses, fora da França. De fato, já havia sido decidida pelos aliados a fronteira imposta aos vencidos, nos tratados de Paris de 1814 e 1815.

Em Viena, os representantes dos Estados vencedores, ditos aliados, julgaram ter uma oportunidade única de remodelar o mapa da Europa de acordo com as ambições dos seus respectivos soberanos. Só um deles devia ser sacrificado por ter-se conservado fiel a Napoleão: o rei da Saxônia. De fato, mais de 50% de seus domínios, na bacia do Elba e de seus afluentes, foram-lhe retirados para serem entregues à Prússia.

Substituindo a Confederação do Reno, foi criada a Confederação Germânica, com sede em Francfort e sob a presidência da Áustria. Era uma organização imperial de pouca eficiência, que reuniu os numerosos soberanos alemães e na qual tinham parte também soberanos estrangeiros com possessões na Confederação, como o rei da Dinamarca e o rei dos Países Baixos. Fora dos limites da Confederação, soberanos alemães, por sua vez, possuíam territórios extensos que não faziam parte dela.

Entre os principais assuntos tratados em Viena, dois deram ensejo a lutas diplomáticas mais ásperas: a questão da Saxônia, desmembrada em parte, como foi dito, e a questão da Polônia. Para apoio às pretensões da Prússia à Saxônia, o czar exigiu a formação de um Reino da Polônia, do qual seria rei. Desapareceu, assim, mais uma vez, a Polônia, bem como o Grão-Ducado de Varsóvia, criado por Napoleão. Tomaram parte no desmembramento a Rússia, a Prússia e a Áustria. Foi apenas respeitada a cidade de Cracóvia, que se tornou república livre. A Rússia conservou o Grão-Ducado da Finlândia e a Bessarábia (anexada em 1812).

Uma nova monarquia era criada em favor do rei dos Países Baixos, aos quais foi incorporada a Bélgica. Também, acrescida de Gênova e da Saboia, era restaurada a monarquia sarda.

A Áustria, além da presidência da Confederação Germânica, obtinha da Itália o Reino Lombardo-Veneziano e restabelecia seus arquiducos nos tronos italianos da Toscana, de Parma e Módena. Adquiria a Dalmácia e a Galícia. Entre os mais bem aquinhoados, na Alemanha, destacava-se a Baviera, que recebia a Francônia e o Palatinado.

A Suécia perdia a Finlândia, mas se unia à Noruega, retirada da Dinamarca.

A Cracóvia foi transformada em cidade livre, enquanto Francfort, Bremen, Hamburgo e Lübeck já o eram antes do Congresso de Viena.

ZOLLVEREIN

Ao ser liquidada a situação política e econômica da Europa, criada pelas guerras napoleônicas, a Alemanha ficava dividida em mais de 30 Estados e algumas cidades livres. Várias eram as unidades alfandegárias cujos produtos importados, exportados ou em trânsito, eram de tal modo taxados que quase paralisavam o intercâmbio alemão.

A posição da Prússia, a monarquia territorialmente mais extensa, era crítica. Além da expansão comercial, esse reino tinha dois objetivos: impedir a Áustria de se integrar num sistema econômico alemão, já que ela só poderia criar obstáculos à formação de um império que a Prússia ambicionava para si; e chegar por meio da união econômica à coesão nacional, sob sua hegemonia.

O economista List foi um dos inspiradores da nova doutrina nacional alemã, embora desde 1818 tenha a Prússia abolido suas barreiras alfandegárias internas. A união alfandegária era para ela, no início, uma obra mais fiscal do que política, pacientemente elaborada pelo respeitável funcionalismo prussiano. A primeira parte da obra era facilitada pelo fato de alguns pequenos Estados se encontrarem encravados no território prussiano; assim, o Hesse Ducal (Darnstadt) e o Ducado de Anhalt entravam para o Zollverein, em 1828.

Neste mesmo ano de 1828, três outras uniões aduaneiras eram levadas a efeito, umas separadas das outras. Para fazer frente justamente à associação prussiana, os Estados do Sul, liderados pela Baviera com o seu Palatinado e o Württemberg, estabeleciam o seu Zollverein. Sentindo o perigo do isolamento, os Estados centrais, formados pela Saxônia, Turingia e Hesse Eleitoral, unem-se no chamado Handelsverein. Surgindo ainda, em 1828, o Steuerverein, união aduaneira constituída em torno do Hanover.

O trabalho da Prússia consistiria, então, na política de união destes diferentes grupos econômicos, formados separadamente dentro da Alemanha.

A união aduaneira do Centro (Handelsverein) desapareceria com a aproximação entre a Prússia e a Saxônia (1831); seguiu-se a adesão de todo o Centro, possibilitando que, a 1º de janeiro de 1834, entrasse em vigor o Zollverein, ainda principiante. Em 1833 aderiam também a Baviera, Palatinado e Württemberg.

Em seguida, a Prússia resolve empregar a política do isolamento, criando dificuldades ao escoamento dos produtos de pequenos Estados que lhe faziam fronteira; consegue assim a adesão do Lippe, Brunswick e Luxemburgo ao Zollverein (1842). Após vários entendimentos, consegue a Prússia atrair os demais Estados formadores do Steuerverein; passavam assim a participar do Zollverein o Hanover e o Oldenburgo (1854).

No Norte, os Grão-Ducados do Mecklemburgo e o Sleswig-Holstein só entraram no Zollverein em 1867, depois da derrota da Áustria, que, por várias vezes, havia tentado entrar na União, mas que, finalmente, depois de Sadowa (1866), era expulsa da Comunidade Alemã. A Alsácia-Lorena seria integrada em 1872 após ter sido a França vencida pela Prússia. As cidades livres de Hamburgo e Bremen só iriam se decidir a participar do pacto bem mais tarde (1888).

Com as guerras austro-prussiana e franco-prussiana aparecia o sentido político da união econômica, sob o impulso de Bismarck. O Zollverein foi incontestavelmente um fator capital na formação político-econômica da unidade alemã. Não pode, entretanto, ser esquecida a simpatia que os Estados sulistas de formação católica demonstraram sempre pela Áustria; procuraram estes conseguirem entrada da Áustria no Zollverein, fato este sempre obstado pela Prússia, que contava com o apoio dos Estados do Norte de formação protestante.

O Zollverein, como regime de desenvolvimento econômico da Alemanha, foi o alicerce do Império e a condição da rápida e significativa industrialização da pátria de Bismarck.





FORMAÇÃO DA UNIDADE ALEMÃ E SUA EVOLUÇÃO

Os cinco mapas nos permitem seguir a formação do que foi a Alemanha num período de dois séculos, isto é, desde a obra política e territorial de Frederico II, até o estado em que a deixou a obra de Hitler.

O drama alemão se desenrola, em sua totalidade, em torno da Prússia, elemento propulsor de maior intensidade política.

No primeiro mapa, o Eleitorado de Brandeburgo, ponto central na Europa, já se havia tornado reino desde 1700 e adquirido terras austríacas, por meio de guerras, e terras polonesas, através de partilhas (Silésia, Bromberg, Dantzig). Posen foi anexada depois da morte de Frederico II.

No segundo mapa, a Prússia, desmembrada por Napoleão (1806), é restaurada, recebendo em Viena (1815) substanciais compensações no Reno. O trabalho de absorção de terras alemãs pela Prússia continua depois de Sadowa.

O terceiro mapa representa a obra de Bismarck. Vencidas a Dinamarca, a Áustria e a França, ergue-se o Império Alemão (o II Reich), onde ainda existem pequenas monarquias alemãs: quatro reinos, onze grão-ducados, sete principados e três cidades livres (Bremen, Hamburgo e Lubeck) e a Nova Terra do Império (Alsácia-Lorena). É o apogeu de uma situação que durou meio século (1871-1914-1919).

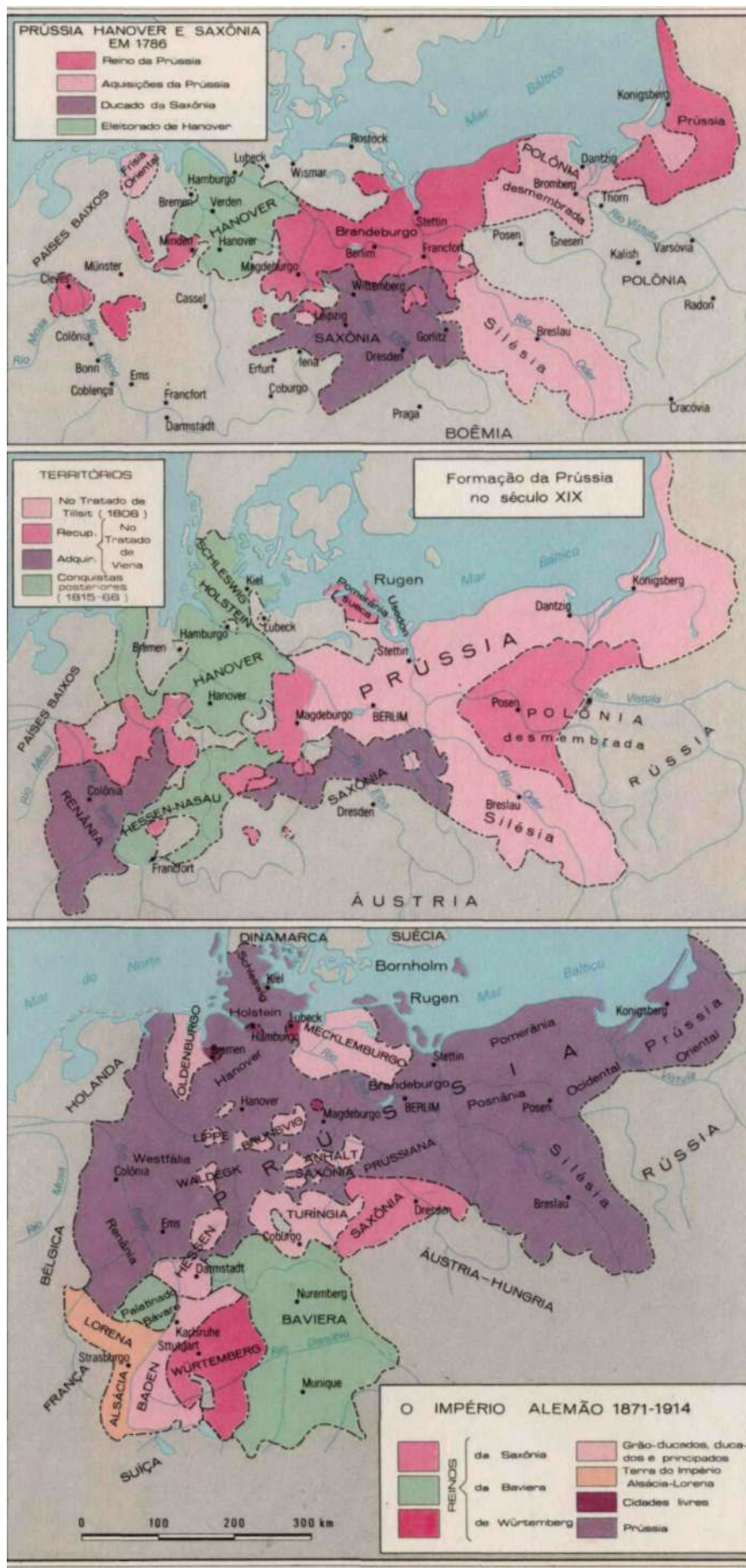
O quarto mapa indica as perdas alemãs estipuladas no Tratado de Versalhes. A Dinamarca recusou-se a recuperar o território perdido em 1865 em sua totalidade. A Posnânia passou para a Polônia, e a Alsácia-Lorena para a França. Foi, porém, criado o Corredor de Dantzig, que separava a Prússia Oriental da Alemanha Central. Alguns plebiscitos devolveram certos territórios (Alta Silésia, Allenstein, Sarre). A desmilitarização foi outro dispositivo de Versalhes, para isolar a zona do Reno.

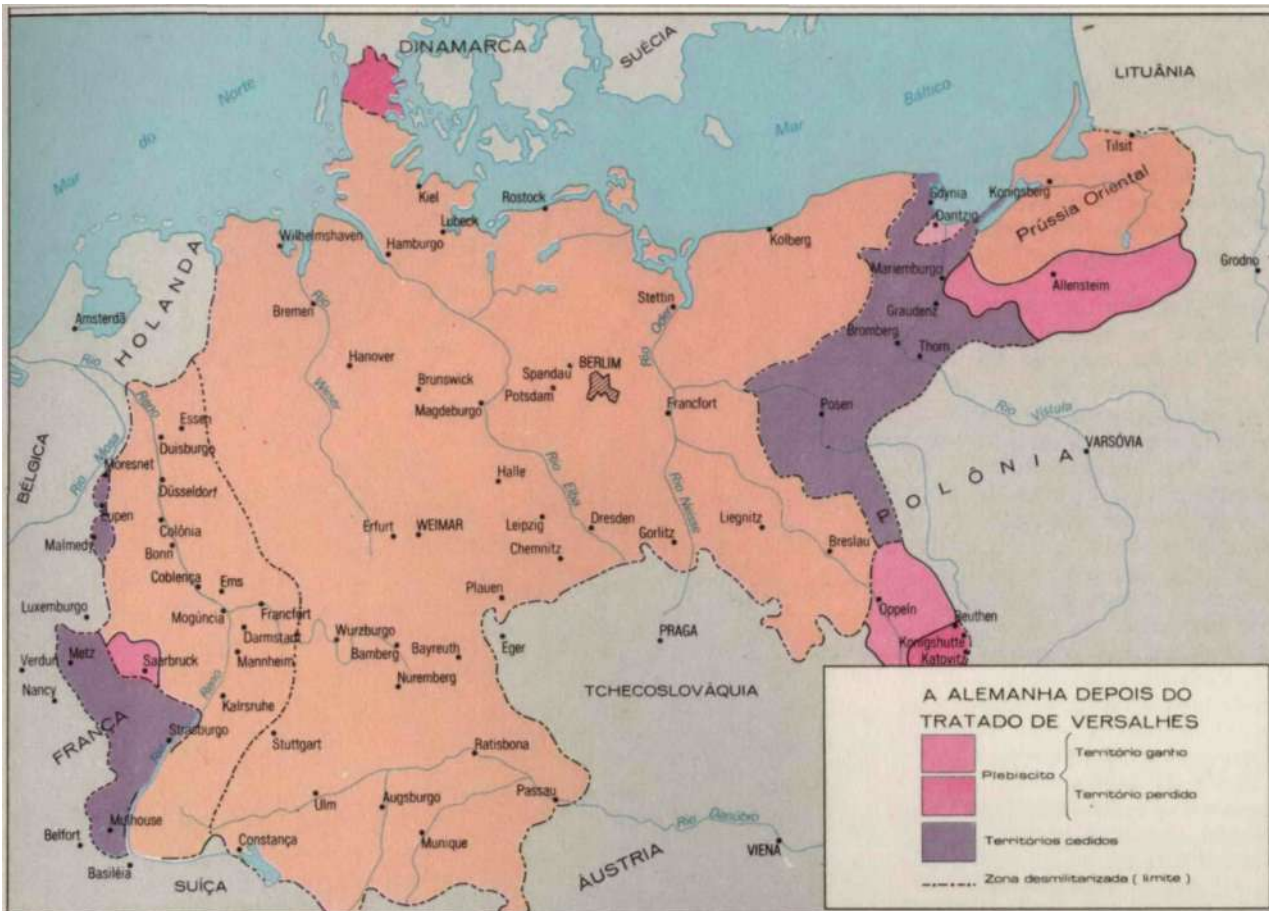
O quinto mapa representa a situação atual das Alemanhas (Oriental e Ocidental). Em seguida ao conflito de 1939-45, o país havia sido dividido em 4 zonas de ocupação, hoje evacuadas, mas que subsistem em Berlim.

A nova fronteira é marcada pela linha Oder-Neisse, ficando a Silésia e a Pomerânia sob a administração polonesa, como é também o caso da Prússia (Oriental). O mapa indica em duas cores a nova Polônia, uma vez que a linha Oder-Neisse foi dada pelo artigo X do acordo de Potsdam (2 de agosto de 1945), como provisória; solução definitiva será dada pela Conferência da Paz que decidirá sobre a questão de limites e o destino das Alemanhas.

NOTA: A solução do problema da unificação da Alemanha foi prevista na Conferência de Genebra de 14 de maio de 1959. Diz o acordo: "O tratado de paz deverá ser negociado livremente e assinado pelo governo da Alemanha unificada." Antes desta unificação, entretanto, foi assinado o tratado definitivo que resolve a questão de limites entre a Alemanha e a Polônia.

As relações germano-polonesas foram normalizadas pelo tratado de 7 de dezembro de 1970, em virtude do qual a Alemanha Ocidental reconhece como permanente e inviolável o limite ocidental da Polónia definido pela Conferência de Potsdam, a 2 de agosto de 1945, isto é, a linha dita Oder-Neisse.





FORMAÇÃO TERRITORIAL DA ITÁLIA

O Congresso de Viena havia restaurado as pequenas monarquias que ocupavam a península antes das conquistas francesas e da formação do Reino da Itália, criado por Napoleão. Foram, pois, restabelecidos os seguintes Estados:

1. O Reino das Duas Sicílias, com sua capital em Nápoles, voltando para lá os reis Bourbon, para substituírem o Rei Murat, cunhado de Napoleão.

2. Os Estados da Igreja, restituídos à Santa Sé, recuperaram o território romano, a Úmbria, Ancona e Ravena até o rio Pô. O Estado pontifical foi integralmente reconstituído, reservando à Áustria o direito de estabelecer guarnições nas legações de Ferrara e Ravena.

3. Os Ducados de Módena, Parma e Lucca e o Grão-Ducado de Toscana voltaram a ser governados por príncipes austríacos.

4. A Lombardia e a Venécia caíram novamente sob o domínio dos Habsburgo, formando o Reino Lombardo-Vêneto, limitado pelo Pô e pelo Tecino.

5. O Reino da Sardenha restaurado foi acrescido de Gênova, de Nice e da Saboia.

A atuação da administração napoleônica havia esboçado uma parcial unificação da Itália, que, apesar de sua pouca duração, havia despertado nos povos da Península um sentimento de nacionalismo e de limitação que visava à unidade italiana, sob um dos imperantes, Papa ou rei, e contra o domínio da Áustria. As tentativas de revoluções nacionais em 1821, 1830 e 1848 não foram bem sucedidas. Foi necessário ao rei da Sardenha (ou Piemonte) o auxílio da França de Napoleão III, para a parcial expulsão dos austríacos. Anexou então à Sardenha a Lombardia, conquistada em 1859 pelos franco-sardos.

Tirando partido do apoio francês, o governo de Turim procedeu, em 1860, a uma série de anexações, mais ou menos pacíficas, dos ducados, dos Estados da Igreja (exceto Roma) e dos territórios napolitano-sicilianos. O mapa indica as datas das fases sucessivas de expansão piemontesa pelas terras da Península.

Uma aliança com a Prússia bismarckiana, em 1866, permitiu que nova guerra, apesar de perdida, conduzisse à anexação também da Venécia ao novo Reino da Itália, fundado em 1861, com capital em Florença.

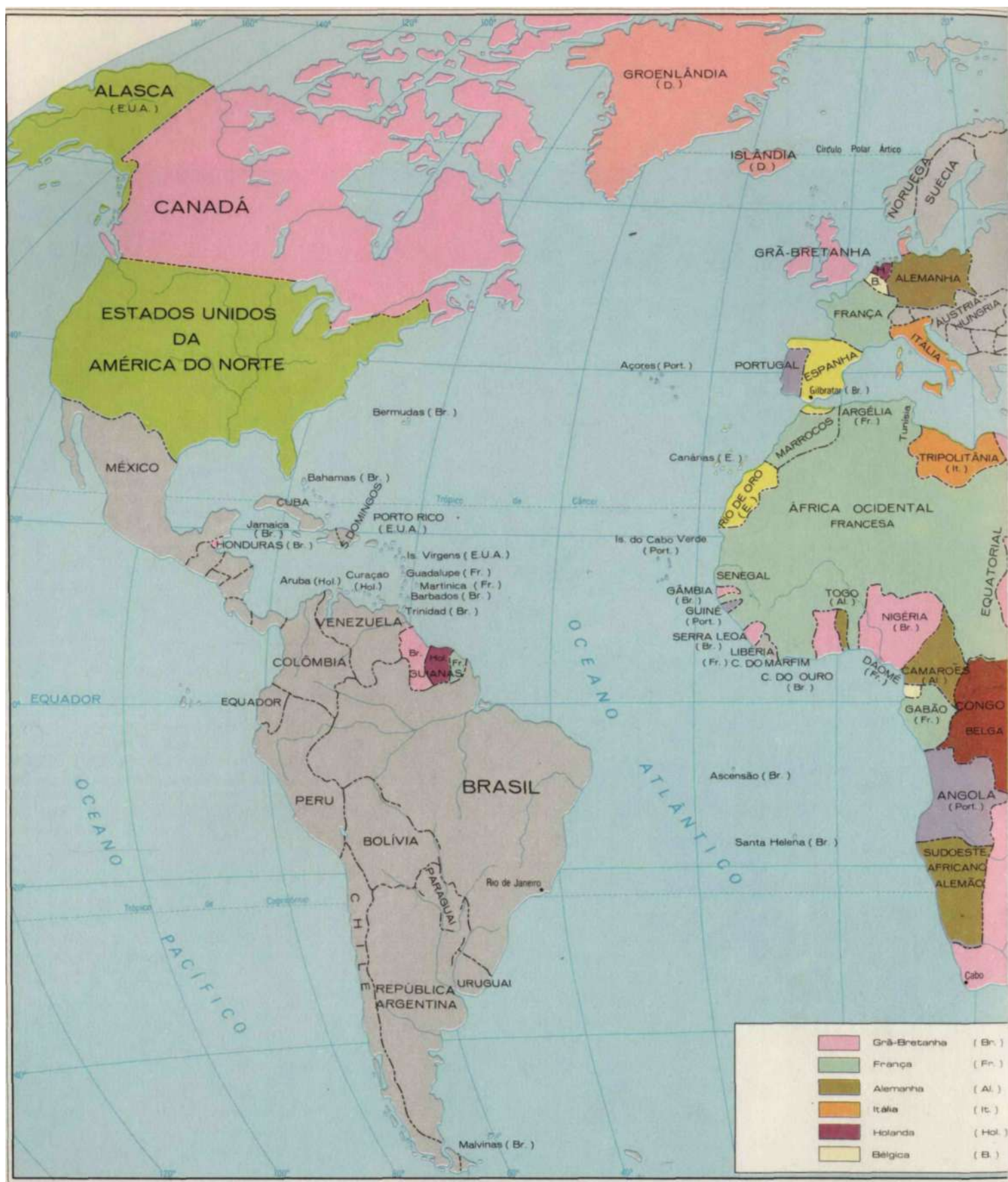
Os territórios perdidos (Saboia, Nice, Ístria) e o adquirido (Trentino) podem ser observados.

O encarte que representa a "coroa" de cidades que se acham ao redor do maciço alpino permite observar os principais passos que tiveram importância histórica no passado e hoje continuam a determinar posições estratégicas e facilidades comerciais.

A última questão territorial que surgiu após a última guerra mundial foi a da ocupação da Ístria. Finalmente em Londres, a 25 de outubro de 1954, foi restituída à Itália a zona de Trieste, conservando a Iugoslávia o resto da Península. (Veja mapa p.150.)







COLONIZAÇÃO E MODERNO IMPERIALISMO

Os primeiros povos europeus, cuja expansão ocupou a História Moderna, foram os ibéricos e os batavos. Surgiram em seguida os franceses e os ingleses e, por fim, no século XIX apareceram tardiamente os alemães e os italianos. Enquanto se processavam estas atividades extra-europeias, cresciam, na Ásia, a Rússia e mais tarde o Japão.

A fase de expansão iniciada do século XIV ao XVII teve por objetivo o colonialismo puro, isto é, a aquisição de pontos afastados, nos quais os holandeses, portugueses e espanhóis pudessem

abastecer-se de mercadorias necessárias ao estágio de civilização em que se achavam. Do Oriente, principalmente, vinham especiarias, drogas e madeiras finas. Abandonados os roteiros continentais, que desde tempos antigos eram caminho para a China, Índias e Oriente, passaram então os mares a serem trafegados pelos marinheiros peninsulares e holandeses.

O século XVIII apresenta-se como uma fase de transição, em que passam a salientar-se os novos concorrentes. Fica ainda a política adstrita ao sistema do monopólio. No século XIX, entretanto, aparece, em vez de simples colonialismo, o que se chamou de imperialismo. As metrópoles, depois das guerras napoleônicas e da Revolução Industrial, passaram a visar à expansão econômica e militar. Necessitavam ainda de postos de abastecimento em



matérias-primas; requeriam mercados para suas indústrias em progresso; precisavam de portos em todos os roteiros marítimos para as suas frotas mercantes e militares, e procuravam, por fim, colocação para os seus capitais e por vezes, também, para seus colonos nacionais.

Foi assim que, dotados de considerável força de expansão, os ingleses tiveram a oportunidade de encontrar ainda territórios de fácil ocupação em zonas temperadas: o Canadá, a África do Sul, a Austrália, sem prejuízo de suas aquisições nas regiões tropicais e equatoriais. A expansão francesa efetuou-se em zonas menos favoráveis e, a não ser na Argélia, só adquiriu terras na Indochina e em regiões tropicais e equatoriais.

O exemplo dos franceses e ingleses seduziu a Alemanha, que

apesar da oposição inicial de Bismarck, conseguiu alguns pontos na África e Oceania. A Itália, outra retardatária, procurou iniciar um império pela África. Dos antigos colonizadores, ficaram com suas possessões até a Segunda Guerra apenas a Holanda e Portugal. A Espanha, em 1914, já havia perdido tudo, com exceção de Rio do Ouro, na África. Por sua vez, a Rússia havia progredido no Turquestão e na Ásia Central, e o Japão, no Extremo Oriente.

A INGLATERRA MEDIEVAL E A MODERNA EXPANSÃO BRITÂNICA

A apresentação sinótica da Inglaterra Medieval permite seguir os estágios mais característicos de sua história, desde a invasão dos anglo-saxões até a conquista normanda. A história anterior já foi traçada nos mapas do Império Romano e da Europa Medieval. Um esboço dos domínios do Rei Canuto da Noruega e Dinamarca revela como os nórdicos haviam reduzido o mar do Norte a um lago norueguês.

No primeiro mapa figuram as sete monarquias da chamada Heptarquia. Convém localizá-la sem esquecer, todavia, que nunca coexistiram. No segundo mapa, é indicado o Danelaw, território reconhecido aos dinamarqueses pelo Tratado de Wedmore (878). Estão sublinhadas as chamadas "Cinco Cidades", feudos nórdicos, cujas funções os historiadores não conhecem com exatidão. (Veja Breasted, Huth, *Harding-European History Atlas*. p. XXXV.)

Dois mapas da Inglaterra Medieval na época da conquista de 1066 e depois dela permitem interpretar o aspecto que tomou, na ilha, o feudalismo: marcas e palatinados. A maior parte do território se acha administrada pelos xerifes do rei.

O encarte relativo à Irlanda indica apenas a situação geográfica atual da República Irlandesa na ilha e seu contato com o território britânico de Ulster.

O mapa do Império Britânico no seu apogeu, em 1914, reproduz, em projeção de Mercator, a "linha vermelha" que ligava todas as possessões britânicas da época. As aquisições resultantes do Tratado de Versalhes (1919) foram principalmente "mandatos".

A Índia é estudada em dois

encartes; no primeiro, em suas linhas gerais, na data da vitória de Robert Clive, em Plassey (1757), e, no segundo, cem anos mais tarde, quando se deu a Revolta dos Cipaios, cujos episódios mais dramáticos ocorreram em Cawnpore e Lucknow. O Império das Índias foi proclamado em 1876 e a independência data de 1949, continuando, porém, a Índia república democrática soberana a ser membro da Comunidade, que aceita a rainha como símbolo de "livre associação" (Acordo de 17 de maio de 1949). A sua Constituição entrou em vigor em 1950.

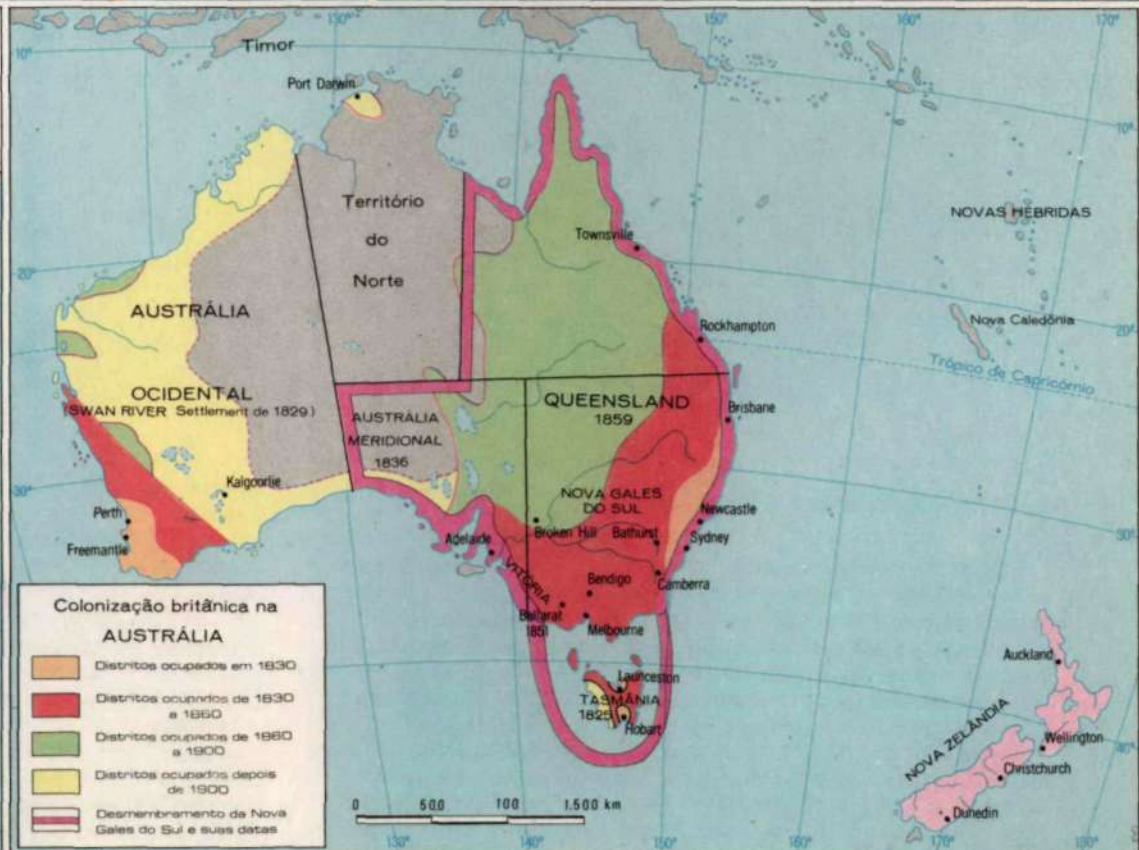
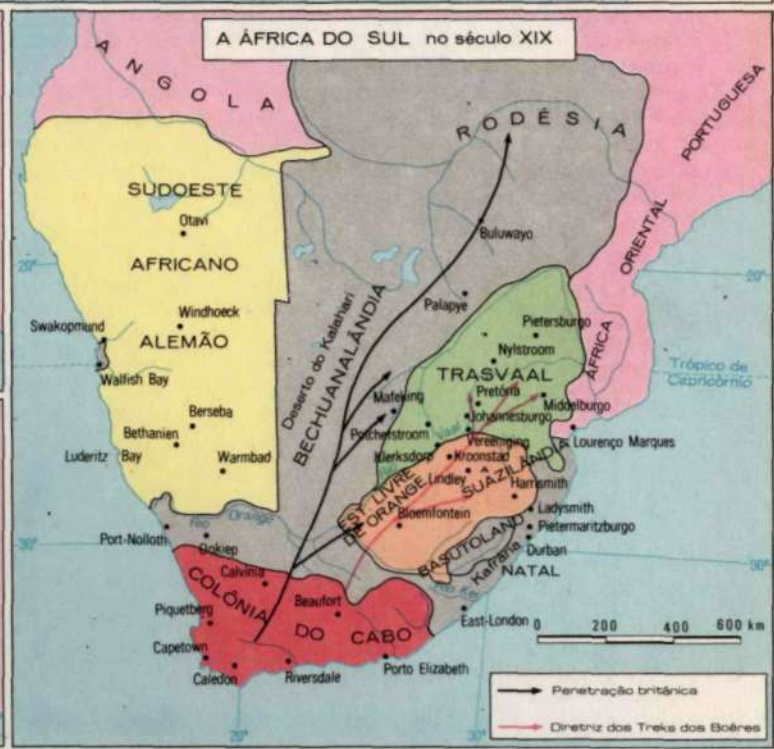
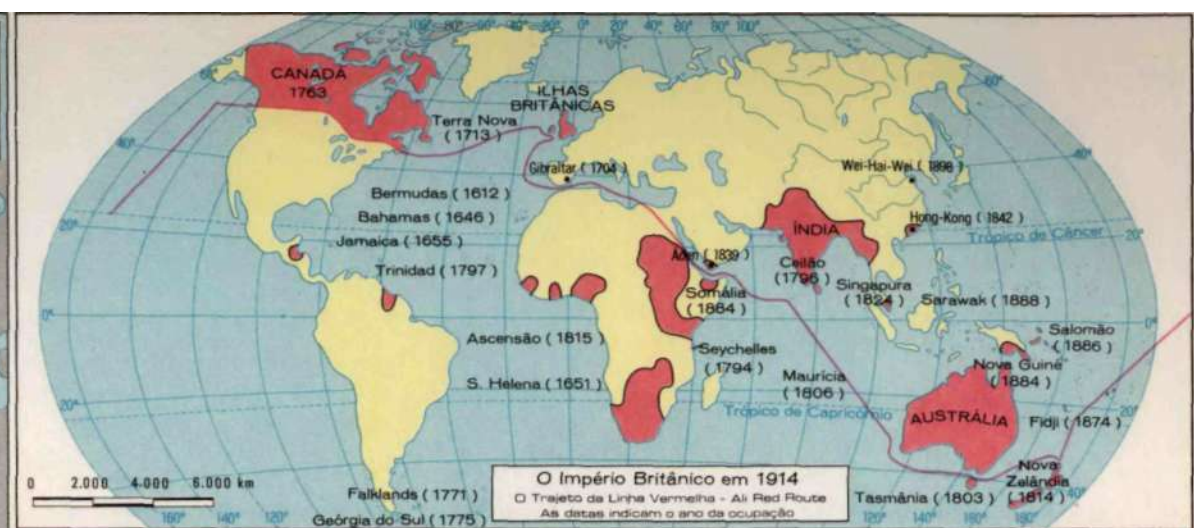
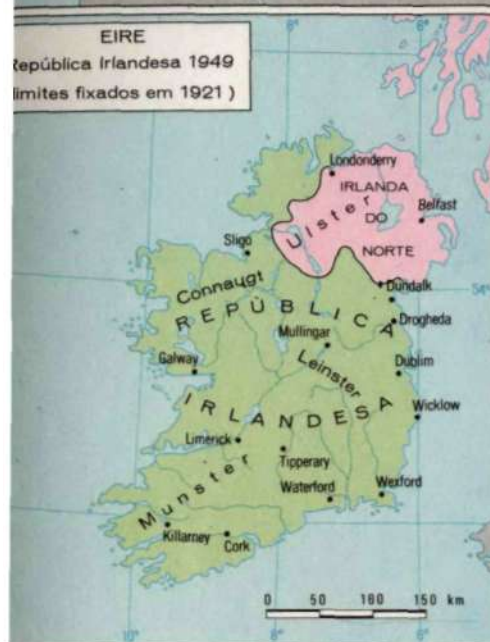
O objetivo principal do mapa da África do Sul no século XIX é de localizar as duas repúblicas bôeres de Orange e Transvaal, indicando as diretrizes de penetração britânica e holandesa. Majuba Hill, Ladysmith e Mafeking marcam os episódios das lutas terminadas pelo Tratado de Vereeniging, em 1902.

O mapa da colonização da Austrália relata a história da penetração da ilha-continente, cujas costas meridionais foram ocupadas em primeiro lugar. Ainda hoje apresenta-se deserto o interior, pois 77% da população residem nos Estados do Sueste da Federação. Camberra é a nova capital, inaugurada em 1927.

A Primeira Guerra Mundial não parece ter destruído a preeminência naval e econômica do Império Britânico. A Segunda Guerra, porém, modificou a situação, afrouxando os laços com suas possessões ultramarinas.

O Império passou a ser Comunidade das Nações Britânicas, constituída de nações associadas, de federações, protetorados e mandatos. É uma associação sem poder centralizado, com voz comum para todos os seus membros, o que, na expressão de Hartley Grattan, "muito contribui para desnothear e tornar misteriosa esta entidade aos olhos do mundo exterior".







ESTADOS Balcânicos NO SÉCULO XX

Quando os turcos otomanos conseguiram em meados do século XIV atravessar o estreito de Dardanelos, encontraram na Península Balcânica o Reino Sérvio, como potência dominadora, o Império do Oriente e a Bulgária. Na batalha de Kossovo (1389) os turcos conseguiram vencer os sérvios e, no fim desse século, já haviam conquistado a Península até o Danúbio, excluindo-se Constantinopla, cuja queda só se deu em 1453.

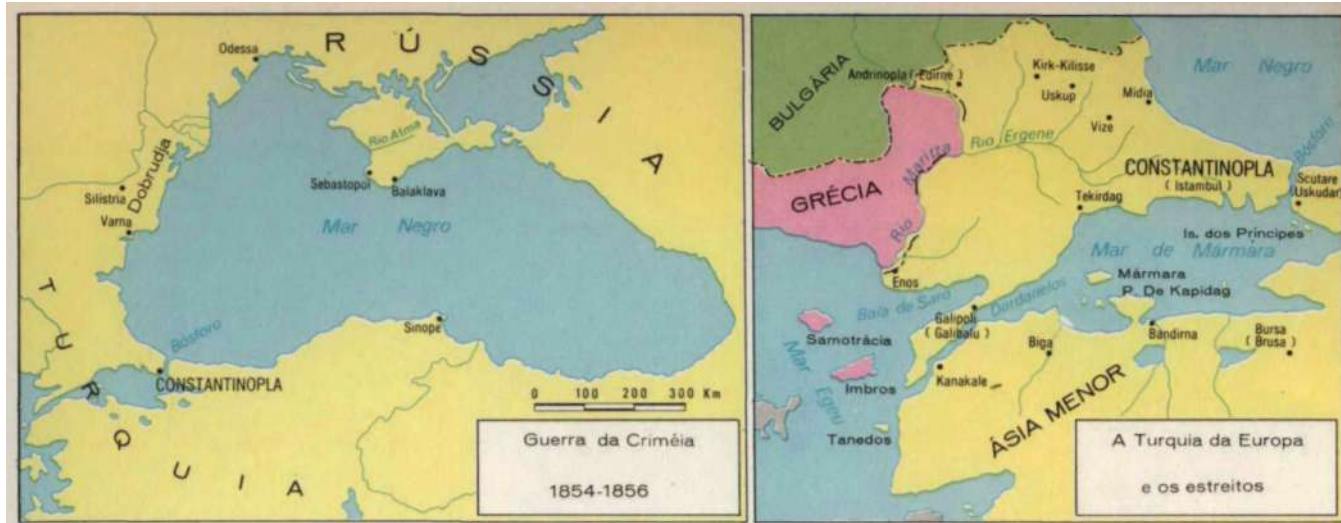
O Império Otomano aí estabelecido pelos turcos atingiu no século XVI sua extensão máxima: do Adriático ao mar Negro, dos Cárpatos ao Egeu. Derrotados em Lepanto, por venezianos e espanhóis, não puderam os otomanos chegar à Península Itálica, onde pretenderam apossar-se de Otranto. Cumpre destacar, também,

que o Principado do Montenegro jamais foi incorporado ao grande Império.

O século XVIII marca a derrocada do Império Otomano. Inicialmente vemos a Áustria anexando a seus domínios toda a Hungria; depois a Rússia, apossando-se de vasto trecho do mar Negro e, em 1812, acabando por anexar toda a Bessarábia. As nacionalidades começam também a se manifestar: primeiro foi a Sérvia, depois a Romênia (com a unificação da Moldávia, Valáquia e Dobruja), depois a Grécia e finalmente a Bulgária.

O Mapa de 1914 mostra o recuo do Império Otomano, adstrito a pequeno território na Península, que, por sua vez, se encontra dividida em cinco países. A Albânia havia surgido como estado-tampão, em virtude da oposição da Áustria e Itália à chegada da Sérvia ao Adriático.

Em 1959, a feição política dos Balcãs também vai apresentar



profundas modificações. A Bulgária, tendo em 1914 entrado na guerra ao lado da Alemanha, perdeu para a Grécia (Tratado de Neuilly, 1919) sua posição no mar Egeu, recuperando em 1937, ao começar a cooperar com os poderes germânicos, o Sul da Dobrudja. (Veja mapa p. 110.)

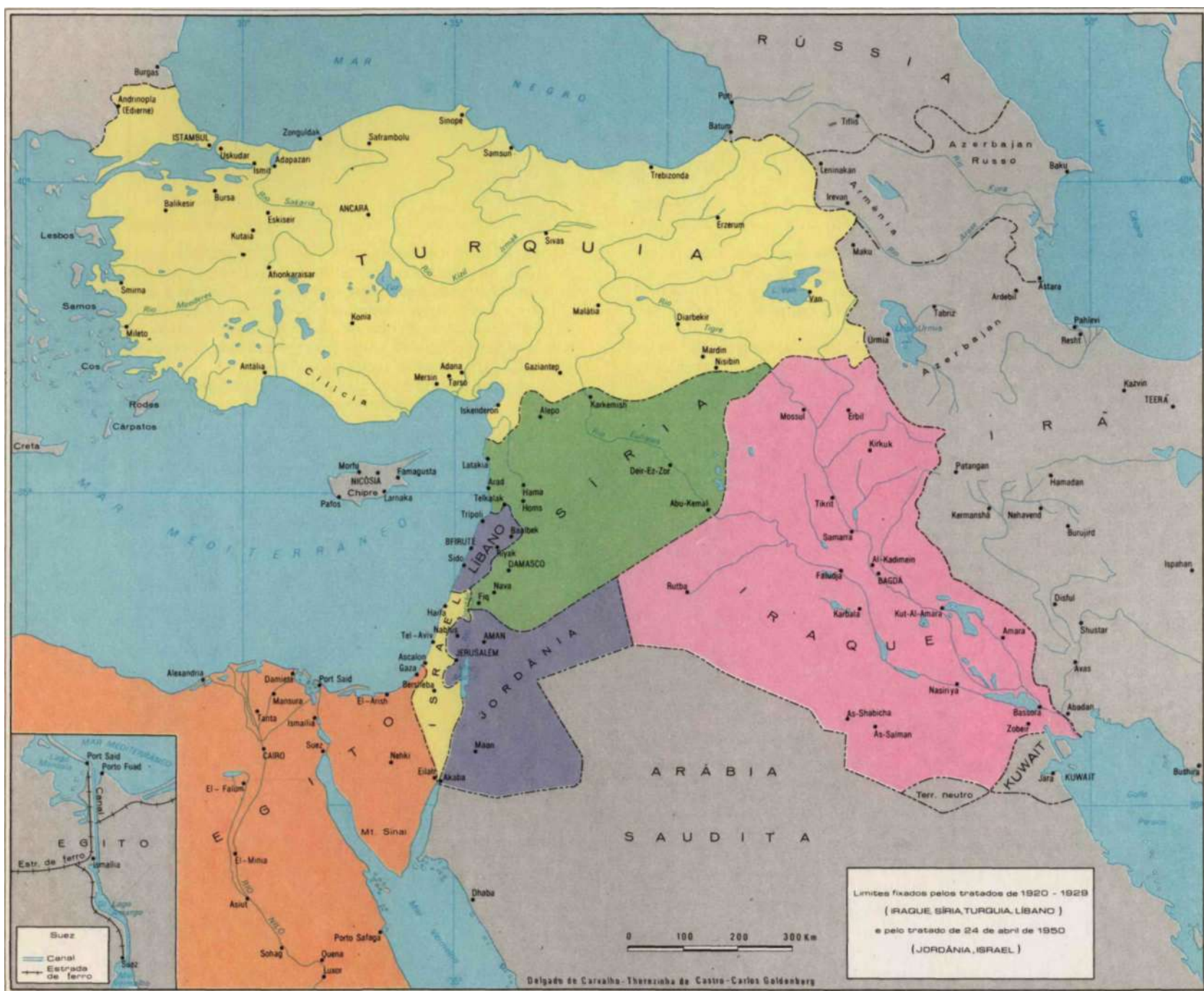
A Romênia lutou na Primeira Guerra Mundial com os aliados e seu território foi acrescido da Bessarábia, Transilvânia, Banato de Temesvar e Bukovina. No mapa de 1967 já se nota a Romênia, que na Segunda Guerra lutou ao lado do Eixo, sem a Bessarábia,

reconquistada pela Rússia, em 1941. A Iugoslávia, que aparece no mapa de 1967, teve como núcleo geistórico a Sérvia, depois transformada em Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos.

Foi em redor deste núcleo que se formou a Unidade Iugoslava em 1918, como na Península Itálica se havia formado, no século XIX, a Unidade Italiana em torno do Piemonte e, na Europa Central, a Unidade Alemã apoiada na Prússia.

O encarte nos dá uma visão mais detalhada da atual Turquia europeia, que ainda detém os estreitos de Dardanelos e Bósforo.





ORIENTE MÉDIO

O final da Primeira Guerra Mundial marcou o esfacelamento do Império Otomano. Passaram então a vigorar sistemas de mandatos, protetorados e de esferas de influência, estabelecidos na conferência de San Remo, em 1920. Foi principalmente o Oriente Médio ali discutido, ficando as suas divisões políticas mais ou menos respeitadas, embora atribuídas às potências mandatárias — França e Inglaterra.

A sede do novo governo da Turquia passou a ser Ancara. Abandonavam os turcos, aos aliados, suas possessões no Oriente Médio. A Síria e o Líbano foram mandatos concedidos à França pela Liga das Nações. O Iraque, a Transjordânia e a Palestina couberam ao mandato britânico.

Esta situação do Oriente Médio manteve-se, durante alguns anos, no período de entreguerras. A primeira alteração foi o reconhecimento da independência do Iraque, em 1927, sendo o país admitido na Liga das Nações em 1932.

Foi, porém, depois da Segunda Guerra Mundial que se deram as maiores alterações no Oriente Médio. A agitação que se produ-

ziu na Síria durante o conflito comprometeu o mandato francês, que vigorou até 1941.

No ano de 1945 foi criada a Liga Árabe, cuja iniciativa coube ao Egito (Protocolo de Alexandria — Convênio do Cairo). Hoje, dela fazem parte o Iraque, a Síria, o Líbano, a Jordânia, a Arábia, o Iêmen, a Líbia e o Sudão.

Em 1944 tornou-se independente o Líbano; a Transjordânia, em 1946, sendo admitida na ONU em 1955.

Israel foi proclamado república em 1948, e membro da ONU no ano seguinte. Encontra-se entre Estados árabes que consideram sua posição geográfica e política um obstáculo à unificação do mundo árabe muçulmano, visado pela liga de 1945. Esta política de integração é hoje tentada pelo Egito, que já a conseguiu, em parte, com a República Árabe Unida (Egito e Síria).

Os limites traçados no mapa correspondem ao que foi fixado em abril de 1950, depois da Transjordânia se ter transformado em Jordânia, obtido uma parte da antiga Palestina (Cisjordânia) e ocupado um setor de Jerusalém.



A EUROPA NA SEGUNDA PARTE DO SÉCULO XIX

O mapa fixa graficamente a situação da Europa resultante dos tratados de 1815, que perdurou até a Primeira Guerra Mundial, com um certo número de modificações territoriais. Foi um período de relativa estabilidade, no qual só se efetuaram alterações resultantes de conflitos armados nos Balcãs, na Península Itálica, na Alsácia-Lorena e nos ducados do Elba (Schleswig-Holstein). Nos demais setores, as mudanças foram pacíficas, como a separação completa da Suécia e da Noruega e a da Bélgica e dos Países Baixos, à anexação da Bósnia-Herzegovina ao Império Austro-Húngaro.

O mapa dos Balcãs oferece a distribuição territorial que vigorava em 1912, isto é, antes das guerras balcânicas.

No princípio do século XIX, o Império Otomano ainda ocupa na Europa Sul-Oriental uma posição estratégica da maior importância, pois não somente domina os estreitos que levam ao mar Negro, mas também as ilhas do Egeu, a entrada do Adriático, Creta, Chipre e, de um modo geral, o mundo muçulmano do Oriente Médio.

A Península Itálica já se acha, na segunda parte do século, quase totalmente unificada; em 1866 o Reino da Itália adquire a Veneza e apodera-se, em 1870, de Roma, para onde transfere a sua capital, temporariamente fixada em Florença. No Extremo Norte da Península restam para ser anexadas as províncias irredentas com Trento e Bolzano.

O que ressalta, pois, mais claramente do século XIX é a anulação da obra diplomática de Viena. As uniões então forjadas se dissolvem (Suécia-Noruega; Bélgica-Holanda) e os esfacelamentos mantidos à força se integram à custa da Confederação Germânica (Itália, Alemanha). A Europa é abalada pelos conflitos deflagrados pelo Princípio das Nacionalidades formadores de novas nações. Nos Balcãs esses movimentos recebem apenas a aprovação formal do Congresso de Berlim de 1878, data em que Chipre passou a ser cedida administrativamente à Grã-Bretanha.

A EUROPA DE ENTREGUERRAS (1919-1939)

Durante a trégua de vinte anos que ocorreu entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, a Europa conheceu, sob o ponto de vista geográfico, um período relativamente estável. A não ser os territórios submetidos a plebiscito (Sarre, Schleswig-Holstein, Alta Silésia, Prússia Oriental, o Burgenland), deram-se algumas anexações imprevistas nos tratados (Fiúme, Vilna) e por fim as incorporações hitlerianas (Áustria, sudetos).

As principais modificações efetuadas pelos tratados de paz foram as seguintes:

O Tratado de Versalhes restituiu à França a Alsácia-Lorena, que lhe tinha sido retirada pelo Tratado de Francfort de 1871. O Schleswig-Holstein devolvido à Dinamarca não foi aceito em sua totalidade: a Dinamarca só quis ficar com o Schleswig do Norte por meio de plebiscito; o do Sul possuía alemães e iria lhe trazer muitas dificuldades. A Polónia, tantas vezes desmembrada, foi reconstituída, ficando, porém, o chamado Corredor de Dantzig entre terras prussianas. A cidade de Dantzig, por sua vez, ficou sendo cidade livre, sob o controle da Liga das Nações.

O Tratado de Saint-Germain reduziu a Áustria a seus elementos germânicos, entregando à Itália o Trentino e a Istria; à Iugoslávia (então chamado Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos) eram cedidas a Eslovênia e a Dalmácia, a Croácia e a Bósnia-Herzegovina. A Polónia recebeu a Galícia de volta e a Romênia adquiriu a Bucovina. Ficava a Áustria reduzida a 83.850 km² e formava-se, à custa de seus domínios tchecos, um novo Estado, a Tchecoslováquia.

O Tratado de Neuilly impunha à Bulgária a restituição a seus vizinhos de todos os territórios de etnia não-búlgara, a saber: o Sul da Dobruja à Romênia; a Trácia, de Cavala, à Grécia; o Sudeste da Macedônia à Iugoslávia. O Tratado tornava o Danúbio rio internacional.

O Tratado de Trianon reduziu a Hungria a um terço de sua superfície de 1914. Cedia a Croácia, a Eslováquia e a Rutênia à Tchecoslováquia e a Transilvânia à Romênia. Era dividido o Banato de Temesvar.

O Tratado de Sèvres, imposto à Turquia, não foi aceito pelo governo de Ancara e, em 1925, foi assinado o Tratado de Lausanne. As perdas turcas eram todas em setores asiáticos (Arábia, Mesopotâmia, Palestina, ilhas do Egeu).

Estes tratados, assinados todos em subúrbios de Paris, confirmavam apenas, a maior parte das vezes, situações criadas durante o conflito. Nenhum foi recebido sem resistência pelos signatários vencidos e deles resultou, em parte, a Segunda Guerra Mundial.

Um mapa de 1960, isto é, um mapa geográfico da atualidade, traça forçosamente limites na Europa Central que ainda não foram definitivamente fixados. Semelhante mapa, de fato, não seria muito diferente do mapa de 1939 aí representado, visto que as modificações mais importantes se deram apenas em territórios da Europa Oriental (absorção da Estônia, da Letônia, da Lituânia, de Viborg, da Bukovina, da Rússia Branca, até Brest Litovsk, e da Bessarábia pela Rússia). Todas essas alterações, aliás, são registradas nos mapas regionais que seguem.





A ÁSIA MODERNA

Os mapas representam territórios do Extremo Oriente, que nos tempos modernos, isto é, nos séculos XIX e XX, sofreram alterações políticas, mudando do domínio de uma nação para outra. A apresentação das fronteiras himalaianas permite colocar o estado atual (1959) da Índia, do Paquistão, do Nepal e do Butão. A coloração neutra salienta a posição de Caxemira e Jammu.

O mapa relativo à Indonésia indica a posição da nova República, criada em 1945. Unida aos Países Baixos em 1949, pela Mesa-Redonda de Haia, foi definitivamente separada em 1956. Ainda conservavam os holandeses a parte ocidental da Nova Guiné. Na península de Malaca, a Federação Malaia (capital em Kuala-Lumpur) tornou-se Estado soberano da Comunidade das Nações Britânicas, em 1957. Singapura já tinha ficado "colônia da Coroa" desde 1946, data em que fora dissolvida a colônia dos Straits Settlements. O Bornéu do Norte, antigo protetorado britânico, também passou a ser, em 1946, como Sarawak, "colônia da Coroa".

A importância que deram ao Japão moderno suas guerras de 1894 e 1904 contra a China e contra a Rússia torna conveniente seguir-lhe na Coreia e no mar da China os principais episódios: passagem do rio Yalu, desembarque em Takushan e Pitsevo, sítio e tomada de Porto Artur, batalhas de Mukden e de Liao-Yang; no estreito, batalha naval de Tsushima. No Sul do Japão, Simonosaki lembra o tratado que lá foi assinado no fim da guerra chinesa (1895). No mapa da formação territorial do Japão acham-se indicadas as principais aquisições japonesas desde 1875 (Kurilas, Riu-Kiu, Sakalina, Formosa, Porto Artur e os mandatos no Pacífico). Em seguida à guerra sino-japonesa, as potências européias conseguiram

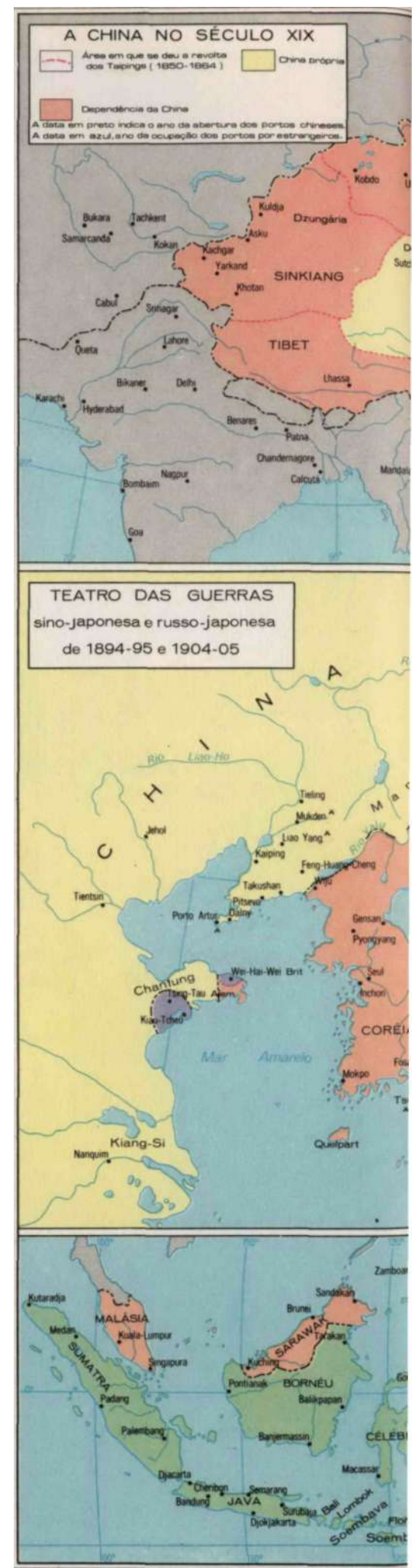
ocupar também territórios chineses. A Rússia czarista obteve Porto Artur (que perdeu em 1905); da intervenção alemã resultou a ocupação de Kiau-tcheu, no Chantung (1898). Wei-hai-wei, na mesma península, foi cedida à Grã-Bretanha, que a restituiu em 1930. À França coube, em 1898, ocupar baía de Kuang-tcheu (mapa da China), cujo porto estava aberto desde 1876.

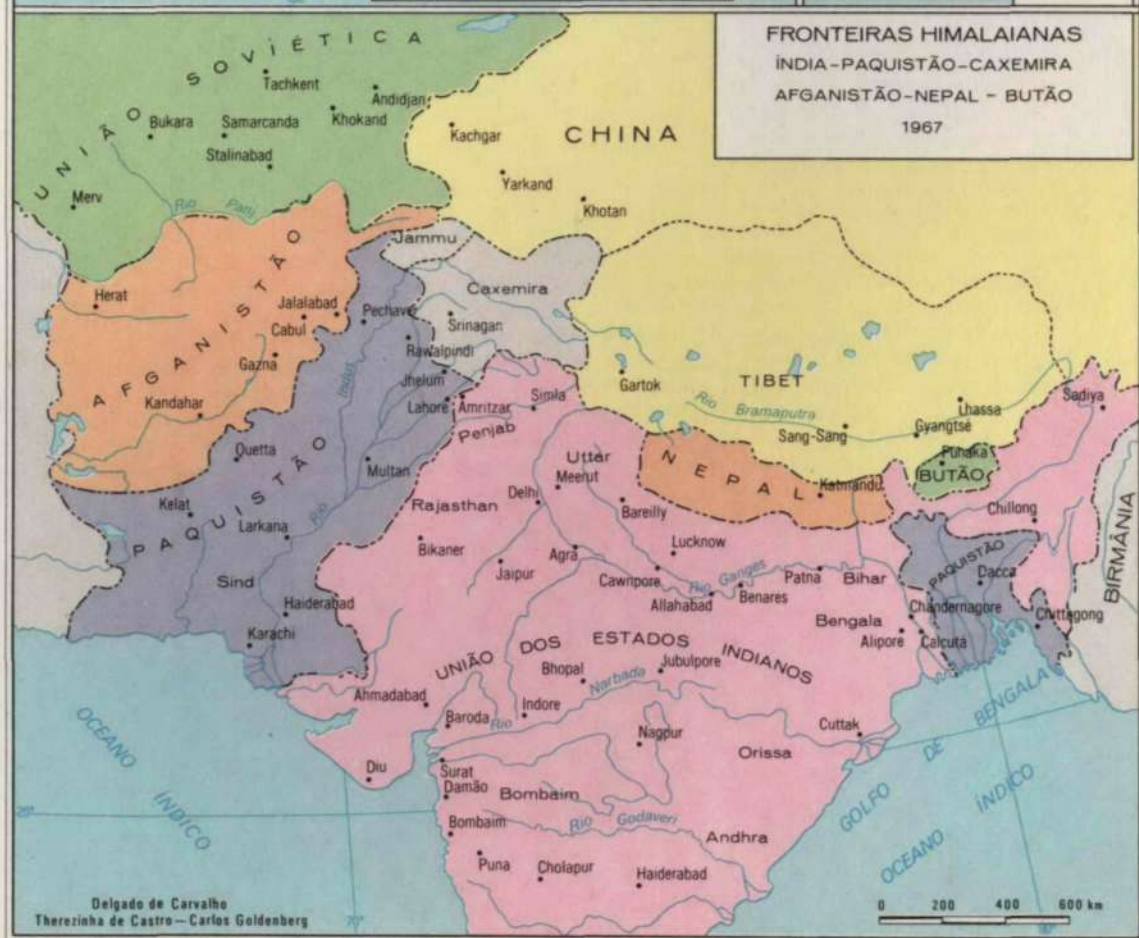
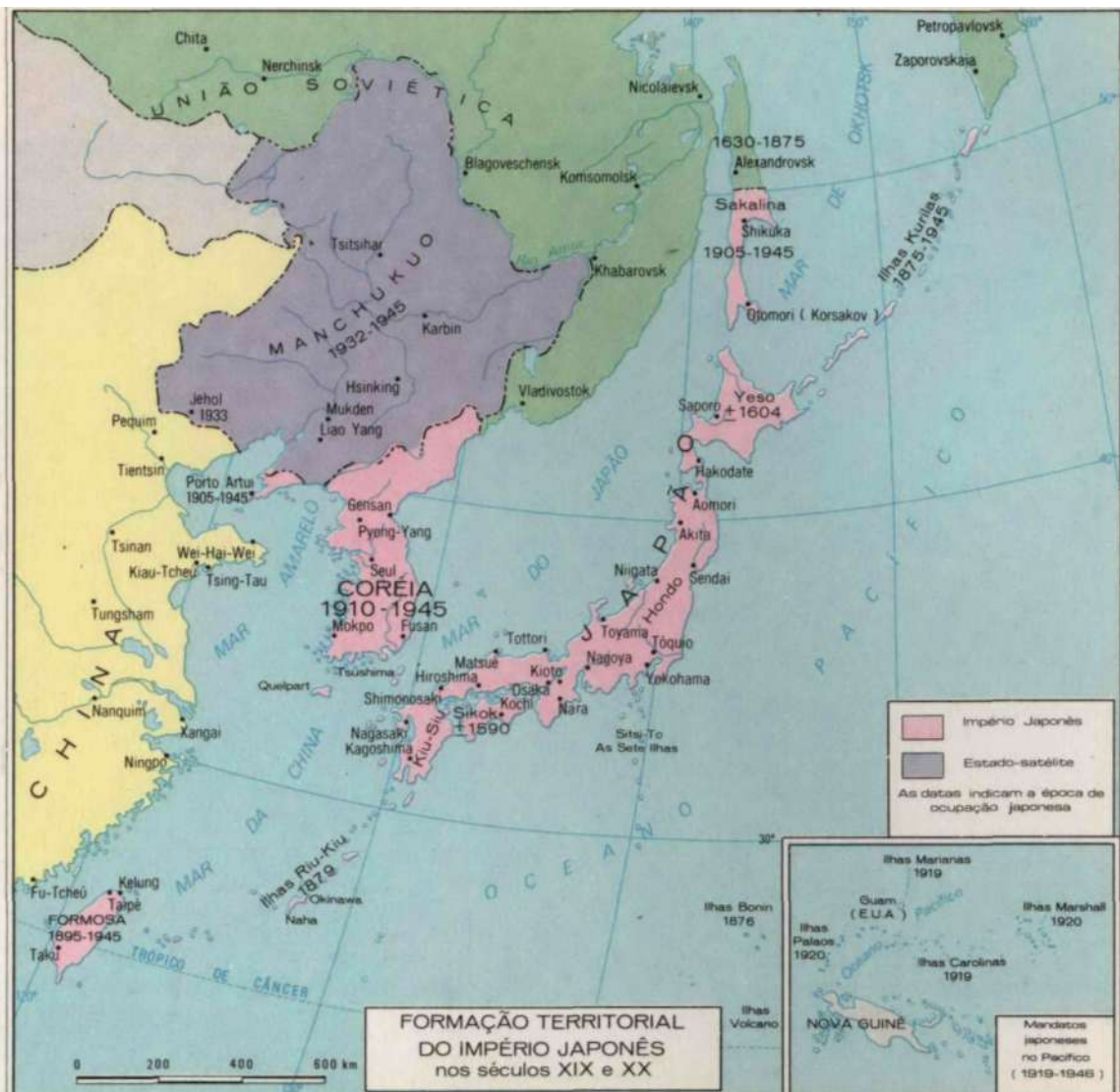
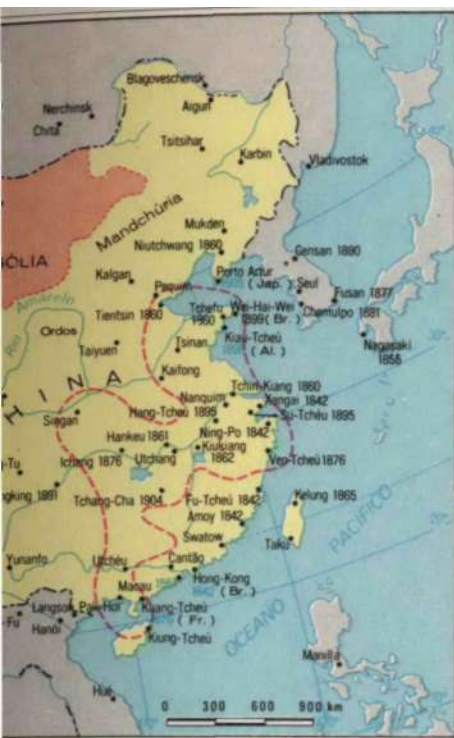
A situação da China, no século XIX, é examinada no mapa que marca as datas de abertura dos portos chineses ao comércio internacional. A China é apresentada com as regiões que faziam parte do seu império, no tempo da dinastia manchú: Tibet, Sin-Kiang, Mongólia, Manchúria. A área delimitada na China própria indica aproximadamente o território em que se deu a Revolta dos Taipings.

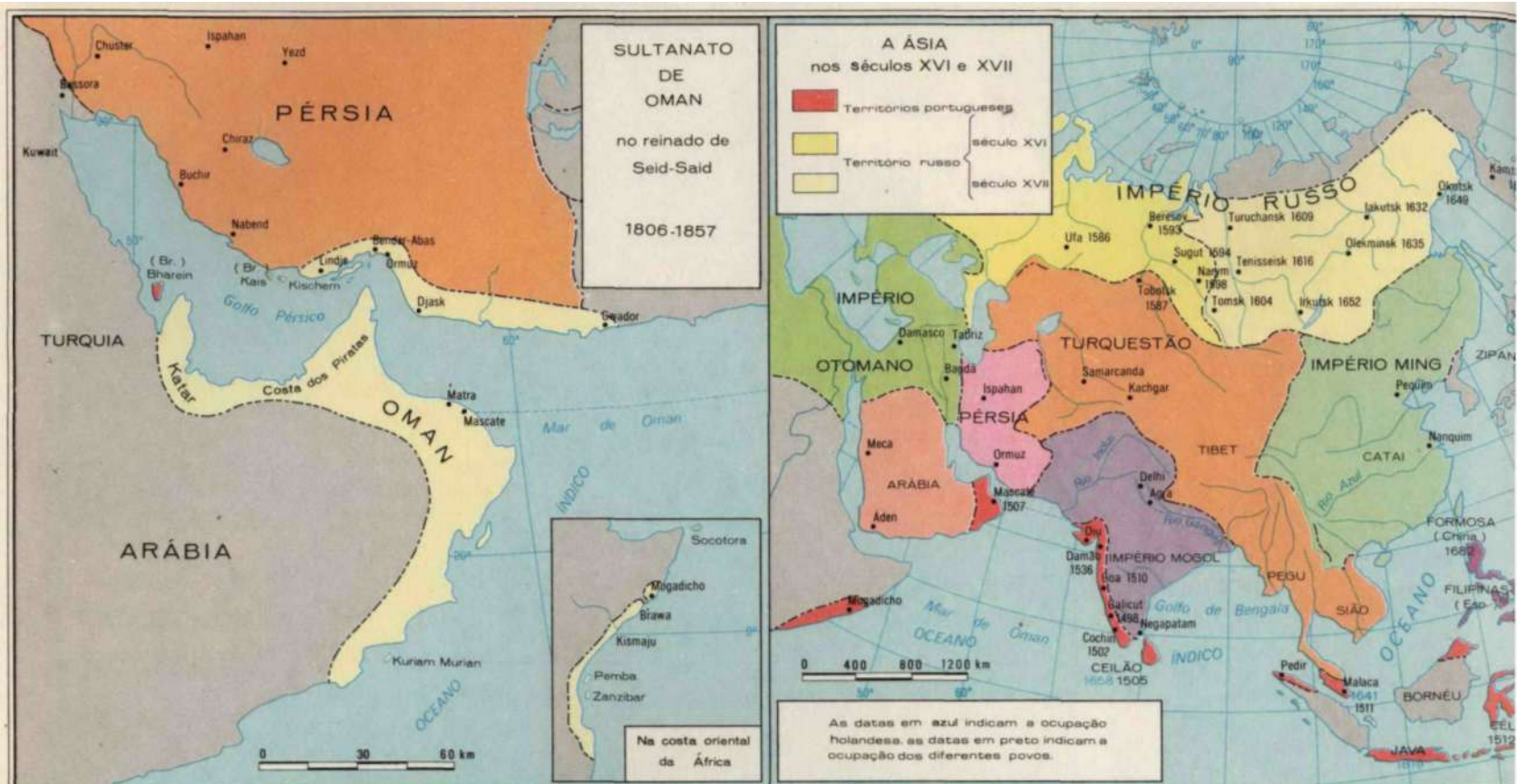
A imprecisão dos limites setentrionais e orientais do Tibet (serra do Kuen Lun) equivale à indecisão de sua situação política entre as nações. Os tratados de limites concluídos com a China (1870, 1914) nunca foram aceitos por Lhasa. Seguindo a tradição da China Imperial, a China Republicana sempre procurou reduzir o Tibet à categoria de província. Invadido pelas forças da China Popular, o Tibet apelou para as Nações Unidas sem resultado (1950).

A 23 de maio de 1951 foi assinado em Pequim um tratado sino-tibetano em virtude do qual foram entregues à China as relações exteriores e a defesa do Tibet, deixando ao dalai-lama o cuidado da política interna.

Este soberano tibetano tomou parte no primeiro Congresso Nacional Chinês em 1954. Foi criada uma comissão preparatória para a autonomia tibetana, cujo trabalho foi adiado por seis anos, em 1957. Em 1964 foram destituídos os lamas e em 1965 o Tibet foi reconhecido "região autônoma" com regime administrativo idêntico ao da Mongólia Interior. (Veja mapa p. 138.)









ÁSIA CONTEMPORÂNEA (1863-1913-1959)

O objetivo principal destes mapas da Ásia é mostrar as fases sucessivas da ocupação européia no continente. No mapa relativo aos séculos XVI e XVII são indicadas as posições ocupadas pelos portugueses (Mascate, Goa, Calecute, Ceilão, Malaca, Macau e ilhas de Sonda). Em seguida, as datas em azul marcam os pontos em que foram substituídas pelos holandeses, no século XVII. Naqueles séculos continuaram imprecisos os limites dos maiores Estados asiáticos, como a China dos Ming, o Império Mogol e a Pérsia. No Norte do continente, as datas permitem seguir os progressos da expansão russa pela Sibéria.

Já no século XIX (segundo mapa geral) observam-se condições muito diferentes. Na época da abertura dos portos da China e do Japão operou-se um verdadeiro desmembramento do Extremo Oriente. A Índia pertencia então à Grã-Bretanha; a França havia se apoderado da metade da península indochinesa; os holandeses e portugueses conservavam, ainda, boa parte de suas colônias dos séculos passados. Grande número de portos era ocupado pelos europeus — britânicos, franceses e alemães, principalmente.

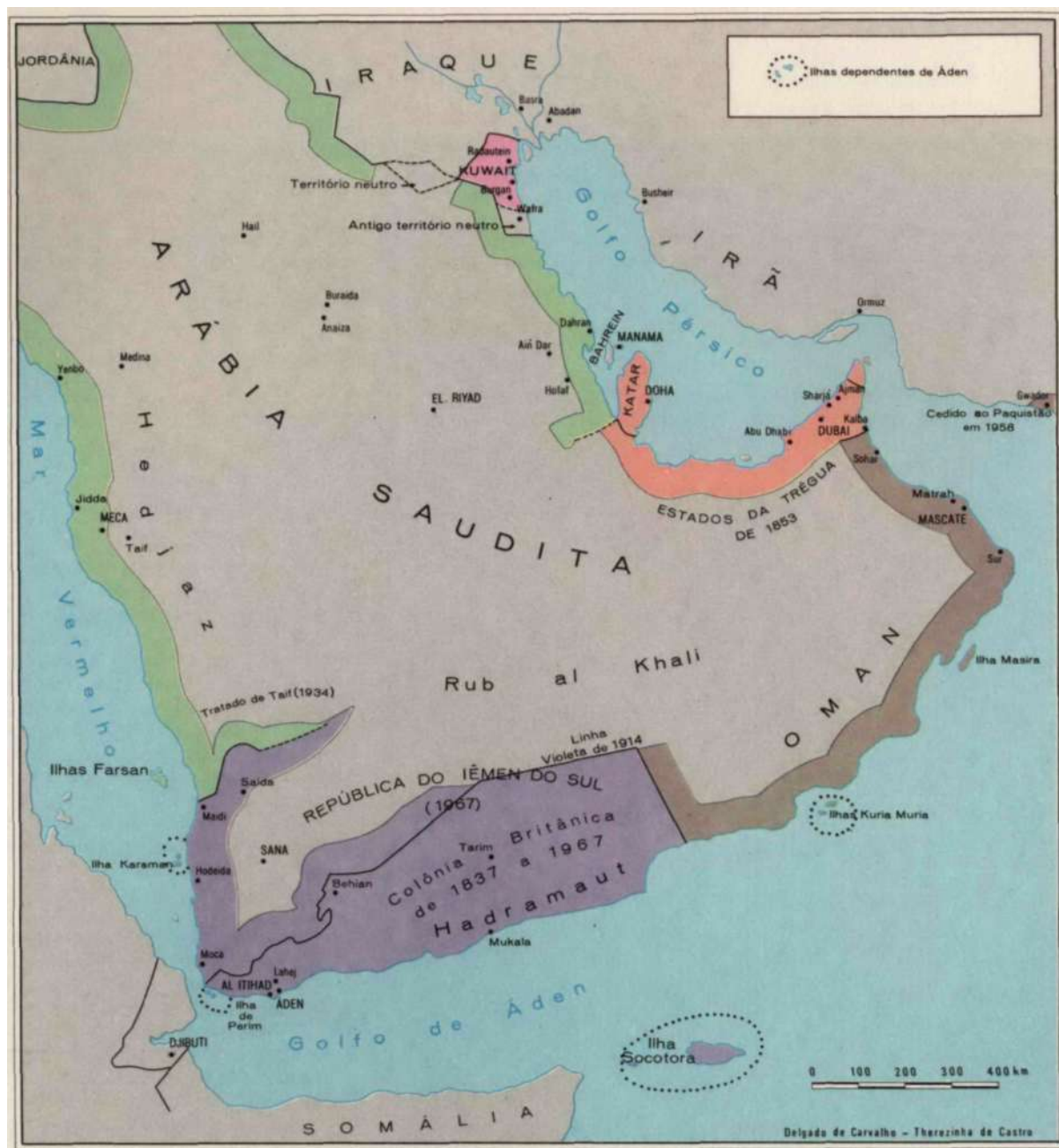
Os encartes permitem localizar mais claramente os pontos de ocupação escolhidos. No golfo de Petchili: Porto Artur, conquistado aos russos pelo Japão, e Wei-hai-Wei, ocupado pelos britânicos (1898); Kiau-tcheu, no Chantung, foi ocupado pelos alemães, como indenização pelo massacre de dois missionários. O outro encarte localiza as possessões estrangeiras no Sul da China: franceses, portugueses, britânicos e japoneses dominam o mar da China Meridional.

O mapa relativo a 1959 representa uma Ásia que duas grandes guerras modificaram consideravelmente. A não ser Portugal e a Grã-Bretanha, todos os países colonizadores abriram mão de suas possessões. Não há mais portos franceses na Índia, pois todos os cinco foram restituídos. O Vietnã forma hoje dois Estados: Vietnã do Norte e Vietnã do Sul. A Birmânia separou-se da Grã-Bretanha; a Indonésia é república; o mesmo se dá com a Coreia, embora dividida; a Mongólia é igualmente independente; a Mandchúria foi devolvida à China, mas o Tibet é problema. Na Índia, as comunidades muçulmanas constituíram o Estado bipartido do Paquistão.

Um encarte relativo à Pérsia, atual Irã, permite determinar o que foi a realidade política de 1906, quando a Grã-Bretanha e a Rússia, em conflito de interesses na Ásia, precisaram ligar-se para resolver questões internacionais na Europa.

Finalmente, um outro encarte representa um episódio da história dos árabes, na primeira parte do século XIX: o Sultano de Oman, que se estendia nas duas margens do golfo Pérsico, possuindo terras africanas até Zanzibar.

Situações mais ou menos transitórias se apresentam nos movimentos de unificação e de integração nacional em certos países asiáticos. O fator geopolítico, determinado por ideologias em conflito, supera o fator de unidade geográfica natural, impondo uma divisão artificial. É o caso dos Vietnãs do Norte e do Sul, das Coreias do Norte e do Sul e das duas Chinas: Formosa e Popular.



ESTADOS ÁRABES

Em fevereiro de 1513, Afonso de Albuquerque não conseguiu tomar Áden em virtude de as "escadas se terem quebrado na escalada" (Antônio G. Matoso). Já em **1538**, os turcos ocupavam este ponto estratégico, vizinho da saída do mar Vermelho (Bab-el Mandeb). Áden é, ainda hoje, importante escala no caminho das índias, como porto de reabastecimento, fazendo parte da Comunidade Britânica.

Isto porque, trezentos anos após a conquista turca, em 1839, a Inglaterra anexou Áden, ocupando a ilha de Perim (1857), conseguindo assim o controle marítimo da navegação entre o Egito e a Índia. A abertura do canal de Suez deu grande importância comercial ao porto, cuja zona de influência se foi estendendo através do interior montanhoso da península, entre o Iêmen e o Sultanato de Oman (Mascate).

O Centro da Península Arábica, em grande parte desértica, constitui a chamada Arábia Saudita, por ter sido formada aos poucos por Abdul Aziz Al Saud, rei do Hedjaz. A delimitação de seus territórios foi efetuada com o Iêmen (1937), com o Kuwait (1942) e com a Jordânia (1962).

Na vertente do golfo Pérsico estão localizados vários Estados árabes, entre outros o Kuwait, o Bahrein, o Katar, que enriqueceram os seus respectivos governos com as reservas de petróleo consideráveis em seus territórios. Na parte meridional do golfo, o

litoral é ocupado pelos sete "Estados da Trégua" (Dubai, Sharja, Ajman, Abu Dhabi etc), assim denominados em virtude da Trégua Marítima Perpétua que assinaram em 1853 com a Inglaterra, comprometendo-se a não mais hostilizar a East India Company, conformando sua política exterior às diretrizes inglesas.

Quanto ao Iêmen, ocupado pelos egípcios e turcos desde o início do século XIX, conseguiu, graças à intervenção britânica, libertar-se do domínio turco, fixando suas fronteiras em 1914. Com a derrota turca na Primeira Guerra Mundial, os iemenitas alargaram seus domínios mas tiveram que tratar desta feita com a Arábia Saudita. Por sua vez, a Inglaterra adquirira, para Áden, as ilhas Karaman (sem mencioná-las no tratado de paz), conseguindo do Oman as ilhas Kuria Muria — que restituiria em 1967.

A fim de tornar mais eficiente a administração britânica nestas regiões árabes e associá-las a sua colônia de Áden, foram organizadas várias formas políticas sucessivamente. Assim sendo, o Protetorado de Áden foi substituído pelo Protetorado da Arábia do Sul, agrupando vários Estados. Em 1960 era criada a Federação da Arábia do Sul, incluindo Áden, mas excluindo outros protetorados e ilhas. A independência estava marcada para 1968, mas a oposição do povo de Áden, temendo cair o poder entre Estados e tribos do interior, organizou uma revolta e os distúrbios levaram a idéia ao esquecimento. Mas a solução política sobreviria em 1967; o conjunto dos Estados do Sul arábico, Áden e o Iêmen constituíram a República do Iêmen do Sul.

ÁSIA CENTRAL SOVIÉTICA

Desde o século XVIII, a Rússia havia entrado em relações com os príncipes locais das regiões da Ásia Central situadas a leste do mar Cáspio. Só no século XIX foi, porém, chamada a atenção dos russos para estas planícies semidesérticas aos pés da serra do Turquestão, onde se criavam bovinos e bichos-da-seda e se cultivava o fumo e cânhamo; nas serras estavam as afamadas minas de ouro.

A partir de 1834, o Governo russo cuidou da ocupação do litoral oriental do Cáspio, fazendo em seguida a malograda tentativa contra o Canato de Kiva (1839). A ação militar russa havia sido destinada a assegurar as comunicações entre o forte de Orenburgo (no rio Ural) e o forte de Omsk na região ocupada pelos cossacos. No entanto, esta estrada da Sibéria se achava sob freqüentes incursões dos nômades agressivos.

Esta tentativa russa despertou a atenção da Inglaterra, já que seus domínios indianos e o Afeganistão se encontravam nas vizinhanças dos Canatos de Kiva, Bokara e Khokand.

A Guerra da Criméia fez a Rússia adiar um pouco sua penetra-

ção planejada para consolidar suas fronteiras siberianas do Sul.

Cresciam, porém, as necessidades russas de algodão, linho e outros recursos do Turquestão para suas fábricas. Daí haverem recomeçado em 1865 as tentativas russas com a ocupação ou conquista de Tachkent (1865), de Bokara (1866) e da velha cidade imperial de Samarkanda, capital de Tamerlan e antigo centro intelectual da Ásia Central (1868); Kiva caía em 1873, seguida por Khokand em 1876. Finalmente, o General Skobelov tomou de assalto a fortaleza de Gock-Tepe no Tukmenistão (1881), enquanto o oásis de Merv era ocupado em 1884. Por fim, a Rússia Soviética substituiu os canatos e emiratos sob a soberania russa e redistribuiu sobre bases nacionais os territórios do Turquestão em cinco Repúblicas Socialistas Soviéticas (1924).





A ÁSIA EM 1967

A Ásia é, politicamente, um continente velho. Adotou mecanismos do Ocidente na Era Contemporânea, embora o Ocidente muito tenha ficado a lher dever as invenções que aperfeiçoou na Idade Moderna.

A Ásia foi sede de civilizações que os ocidentais desconheciam, tendo sido o seu comércio o mais antigo do mundo. Só no século passado começou a se fechar o hiato entre o Ocidente e o Extremo Oriente; hoje, isto

constitui a principal ameaça que a geopolítica reservou ao mundo civilizado.

Em vez de adaptar suas iniciativas a uma compreensiva colaboração, a expansão dos ocidentais na Ásia apresentou-se sob forma de dominação colonial, amparada por forças armadas ainda desconhecidas pelos orientais. Abriu-se o século XX com a revelação do desacordo entre o Leste e o Oeste e a resistência oriental transformando-se em nacionalismo do tipo ocidental.

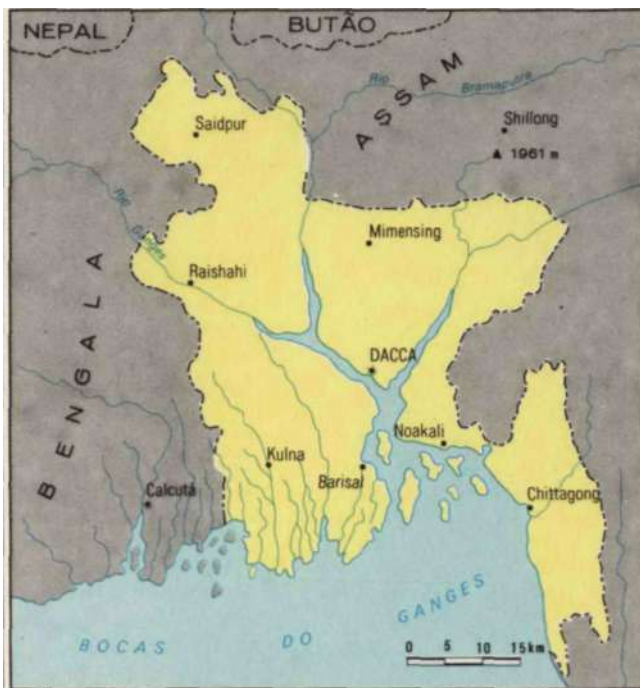
Na hora presente, a Ásia é o maior dos continentes, povoado por 1 bilhão 790 milhões de habitantes. Até o início do século atual, os russos cuidaram exclusivamente

da expansão no setor norte, chamado Sibéria; do setor sul, nas penínsulas e áreas monçônicas, ocuparam-se os europeus ocidentais (portugueses, holandeses, ingleses e franceses). Para estes últimos foi mais difícil a tarefa pelo fato de aportarem em terras superpovoadas. No entanto, os colonizadores não chegaram a fórmulas de cooperação permanente. Daí os problemas que se vêm multiplicando no "Crescente Marginal Externo do Heart-land" (China, Indochina, Índia, Arábia etc).

O problema fundamental é o simples fato de 53% da humanidade (estabelecida na Ásia) disporem apenas de

10% da renda mundial. Tal fato define a pobreza do continente, explicando o seu subdesenvolvimento. Daí as tentativas de adoção de tipos de economia socialista em certos países do continente. Em muitos setores, as transformações são rápidas, embora acarretem problemas políticos, já que nem todos os ocidentais parecem se desinteressar dos problemas da Ásia.

Os encartes do mapa incluem dois casos: a posição de Hong-Kong e Macau em relação a Cantão na China comunista; e a posição de Formosa, bastião chinês da democracia.



BANGLADESH

(República de Bengala)

O contraste econômico, as diferenças étnico-sociais e a grande distância que separavam as duas regiões do Paquistão foram fatores da oposição que vinham se acentuando desde a independência proclamada em 1956. Em fins de 1971, passaram estes fatores a determinar um estado de guerra. Aos projetos de "autonomia" foi oposto um plano de "separação". Por ocasião das grandes enchentes das regiões dos Sandarbans, milhões de bengaleses se refugiaram na Índia, o que determinou a intervenção deste país em favor da independência do Paquistão Oriental.

A situação se tornando internacional, a Rússia, de acordo com a Índia, manifestou-se a favor de uma Bengala independente, enquanto a China favorecia a causa do Paquistão Ocidental. O caso não teve maiores consequências internacionais e por fim, depois de lutas internas, foi proclamada a independência do Bangla-Desh, que a União Soviética reconheceu a 24 de janeiro de 1972. O mesmo vão fazendo as diferentes nações durante os meses seguintes.

O território desta república bengalesa é formado de parte das províncias indianas de Bengala e de Assam. Sua superfície é de 143.000 quilômetros quadrados, povoados por mais de 50 milhões de habitantes.

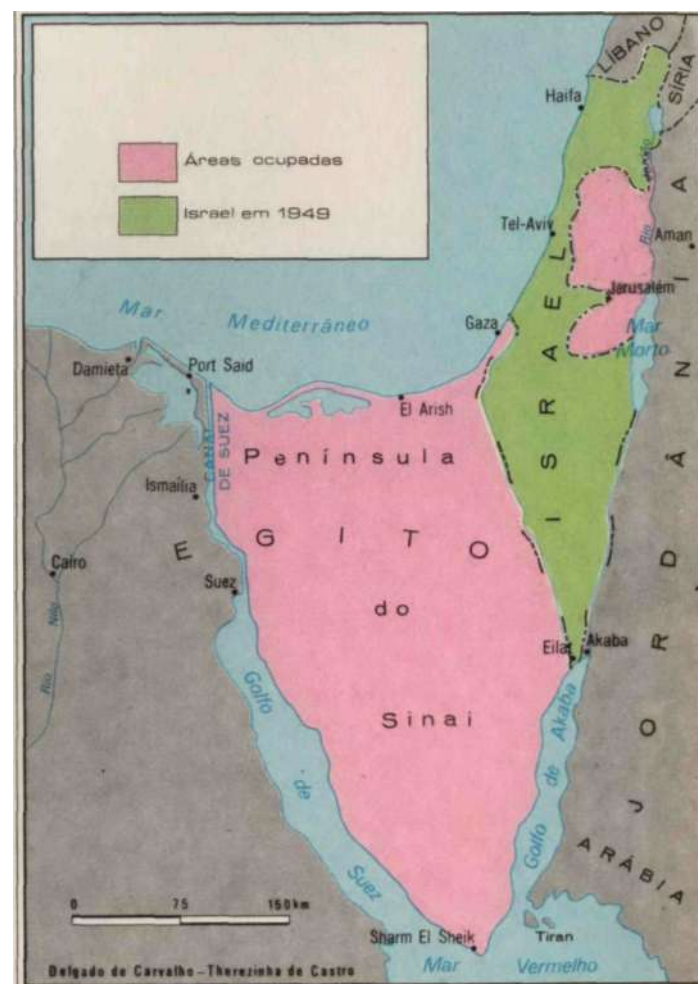
ÁREAS SOB CONTROLE DE ISRAEL (1967)

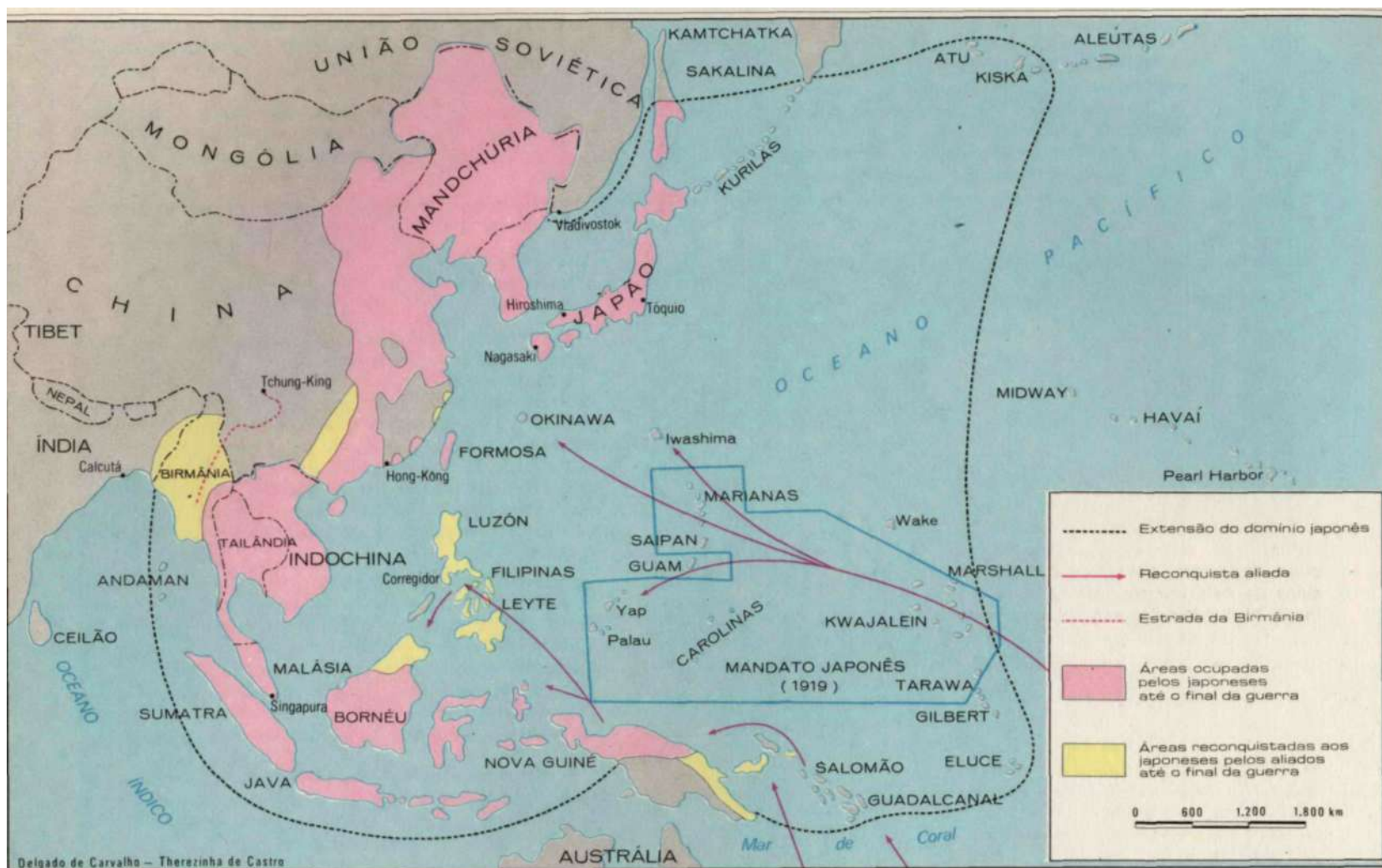
A instabilidade política de Israel nada mais é do que um dos aspectos das crises sucessivas por que passa o Oriente Médio, na atualidade. Havendo, além disso, a agravante: os árabes de um lado, alegando sua maioria étnica e o predomínio absoluto da Idade Média; os israelenses, afirmando, por sua vez, que já é tempo de manterem a "Terra Prometida", herdada de seus antepassados que há mais de 4.000 anos aí se instalaram sob o comando de Abraão.

Israel, nascido no ano de 1948, é um pequeno país isolado no meio de uma multidão de inimigos, representados pelos países árabes que não o aceitam como uma realidade política.

O fechamento do canal de Suez aos navios israelenses, ao lado de vários incidentes de fronteira, levou à luta o Egito e Israel, ocasionando a intervenção franco-britânica. Durante esta guerra de 1956, Israel invadiu a península do Sinai, de onde retirou suas tropas no ano seguinte, graças à intervenção da ONU. Dez anos depois (1967) começava nova guerra; desta vez, além de ocupar a estratégica península do Sinai, as conquistas israelenses triplicaram-lhe o território primitivo, englobando também o enclave jordânico a oeste do rio Jordão, zona de operação das bases guerrilheiras do país vizinho inimigo.

Nesta área, subtraída a Jordânia, destaca-se a cidade santa de Jerusalém, dividida em parte velha e parte nova. Ocupada pelos israelenses, foi abolida a divisão, com a demolição das muralhas e o levantamento de todas as restrições ao acesso de ambos os setores. Proclamada a "reunificação irrevogável", deixava Jerusalém de ser fronteira militar, ficando livre ao acesso de fiéis de todas as religiões.





A GUERRA DO PACÍFICO (Segunda Guerra Mundial)

O inesperado ataque a Pearl Harbor (7 de dezembro de 1941) foi seguido pela rápida conquista da Birmânia pelos japoneses já em guerra com a China, que ocupavam em parte. Cedo também foi levada a efeito a ocupação da Indochina, da Tailândia e da Malásia. Em dezembro de 1941, isto é, cem anos depois de cedido à Inglaterra (1842), era tomado o grande centro comercial de Hong-Kong. O não menos importante porto de Singapura caiu nas mãos dos japoneses a 15 de fevereiro de 1942, privando-se, assim, a Grã-Bretanha de sua maior base estratégica no Sudeste asiático. Aproveitando a sua superioridade naval do momento, o Japão ocupou sucessivamente as ilhas Guam, Wake, as de Salomão e, no Pacífico Norte, as ilhas Aleútas. Em janeiro de 1942, já tinham sido ocupadas as ilhas holandesas Bornéu, Java, Sumatra e outras. Nas Filipinas, os japoneses encontraram a forte resistência da pequena guarnição de Corregidor (abril de 1942). Sob o domínio japonês havia, pois, países sob protetorado (Mandchúria, Birmânia, Filipinas), colônias sem metrópole (Indochina) e territórios de exploração, economia de importância estratégica (Indonésia, Malásia).

Ainda no primeiro ano de conflito, o Japão sofreu dois reveses: a sua tentativa

contra a ilha de Midway e a derrota aeronaval do Mar de Coral. A ocupação de toda a ilha da Nova Guiné e das ilhas Salomão visava, principalmente, à Austrália, mas, no Mar de Coral, a reconquista americana de Guadalcanal deu a contra-ofensiva americana em base naval importante.

Em princípio de 1943, Washington elaborou um plano estratégico, que foi aplicado com segurança e precisão. Consistia em reconquistar a Birmânia com o auxílio chinês, pela famosa Estrada da Birmânia, e, em segundo lugar, efetuar a Operação Torquês, partindo da Nova Guiné para as Filipinas e partindo das ilhas Marianas e Marshall para o próprio Japão. De fato, em saltos sucessivos da ilha Gilbert para a ilha Marshall, desta para Saipan, alcançada em julho de 1944, partiram os americanos para as suas vitórias de Okinawa, em janeiro de 1945, e de Iwashima, em março do mesmo ano. A reconquista das Filipinas havia aniquilado a marinha japonesa, e a defesa do Japão se tornava difícil. No continente perdia também a Birmânia.

De Potsdam, onde conferenciavam os aliados, recebeu o chefe das forças americanas a ordem de empregar a bomba atômica contra as ilhas japonesas. Deram-se então, a 6 e 9 de agosto de 1945, as operações de Hiroshima e de Nagasaki.

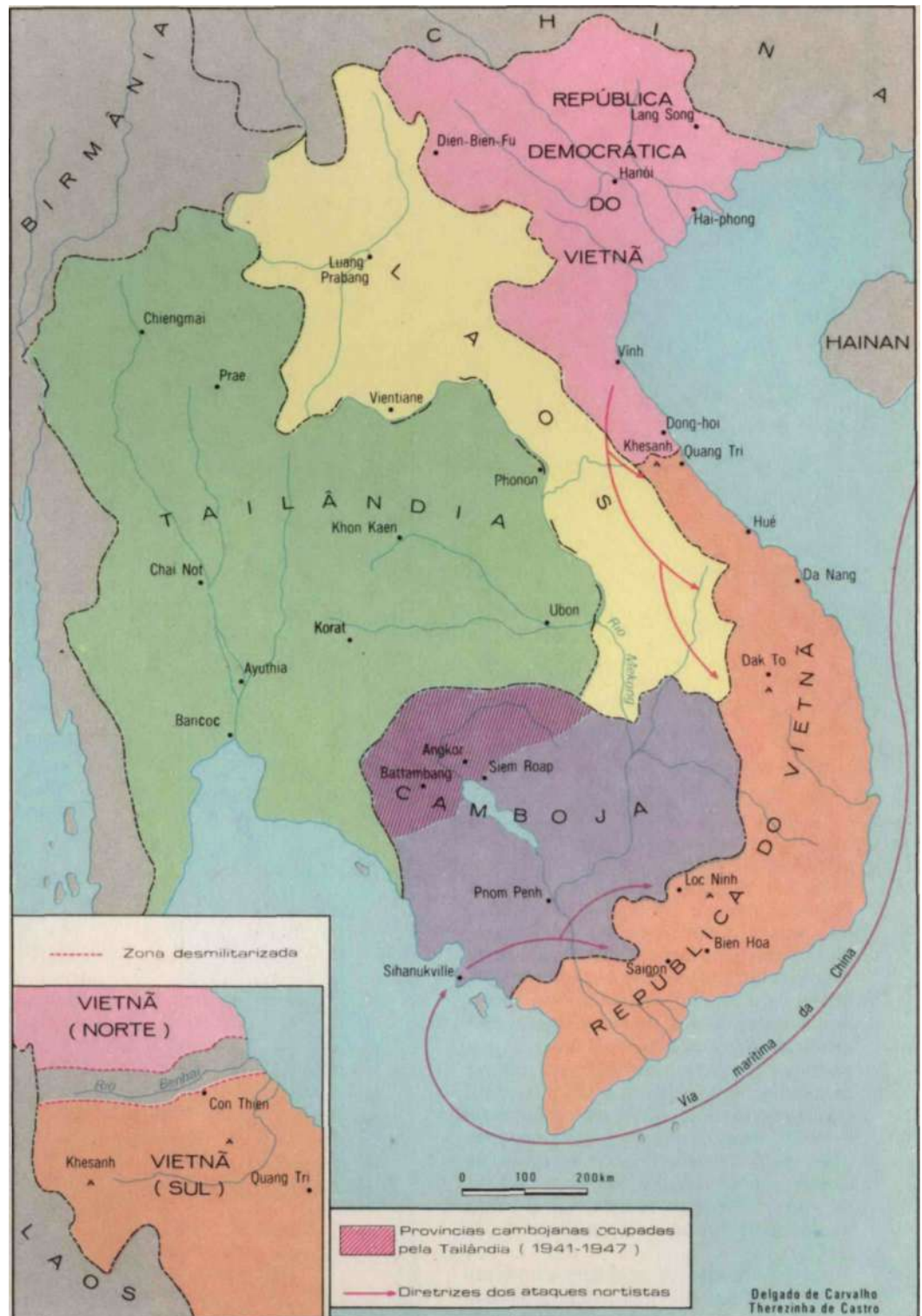
OS DOIS VIETNÃS

A Tailândia, o Camboja, o Laos e os dois Vietnãs constituem a chamada Indochina, isto é, uma das três grandes penínsulas da Ásia intertropical. O nome que lhe foi atribuído pelos geógrafos caracteriza a região intermediária entre a Índia e a China, e explica também as duas correntes étnicas que nelas se encontram: a corrente mongólica do Norte e a corrente indonésia do Sul. A existência de dois Vietnãs mais ou menos distintos através da sua história não deixa de ser representada nos tempos modernos pelo Tonquim e pelo Anam, formado este último de população malaio-polinésia indianizada. O Vietnã do Norte ou Tonquim foi conquistado pelos chineses no tempo da dinastia Han. Aos poucos, os vietnamitas do Norte foram descendo para o Sul; o século XVII marcou a longa fase das lutas entre Norte e Sul, que venceu auxiliado pelos portugueses. O século XIX foi ilustrado pelos imperadores, como Gia-Long e Tu-Duc, que tiveram de ceder aos necessários protetorados franceses depois de 1860, apesar de repetidas tentativas para obter do suserano chinês intervenção mais ativa contra os "bárbaros do Ocidente".

A colonização francesa ficou efetiva depois de 1885 (Tratado de Tien-Sur) e estabeleceu uma união indochinesa com o Camboja, o Tonquim e o Anam. Ocupada a península pelos japoneses, durante a Segunda Guerra Mundial, foi restituída à França em 1945. Não chegou a durar dois anos a nova colonização francesa, que, depois de vários regimes (imperial e republicano), acabou em Dien-Bien-Fu, em 1954, com a retirada final da França em 1956.

Naquele mesmo ano de 1954, a Conferência de Genebra separou as duas repúblicas vietnamitas.

O Governo de Hanói ficou sob a autoridade de Ho-Chi-Min, e o governo sulista de Saigon coube a Ngo-Din-Dien, que sofreu a oposição dos budistas, dos nacionalistas e dos comunistas, e, finalmente, foi assassinado (1963). Com a instabilidade reinante no Sul e o não cumprimento das eleições prometidas em Genebra, o governo dos Estados Unidos julgou oportuno a intervenção militar para auxiliar o governo de Saigon na sua luta contra o Vietcong. É esta a ala militar da Frente Nacional de Libertação, organizada em



1960, destinada a promover, no Vietnã do Sul, uma luta nacionalista em vista de uma solução unificadora dos Vietnãs, mas de tipo socialista.

O fato de serem numerosos os grupos vietcongs estabelecidos nos campos e cidades sulistas tornou a resistência às forças americanas estrategicamente mais fácil, não só com o auxílio patente do Norte, como também com os recursos enviados por Estados comunistas.

A Guerra do Vietnã tornou-se uma das questões vitais da política internacional. A sua duração e a sua violência ultrapassaram todas as expectativas. Paris reuniu os representantes das potências em conflito para fixar as bases de uma paz na península indochinesa.

DUAS CORÉIAS

Depois de ter estado, durante séculos, sob a suserania da China, o Reino da Coreia, um dos maiores fatores de cultura do Extremo Oriente, passou para o domínio japonês (1905) e constituiu colônia do Japão durante 35 anos (1910-1945).

Quando se deu a retirada das forças japonesas da península, no fim da Segunda Guerra Mundial, em conformidade com uma decisão tomada em Yalta, os Estados Unidos e a Rússia se incumbiram de preparar a Coreia para a vida internacional independente. A comissão mista russo-americana discutiu as condições políticas da unidade prometida aos coreanos, mas as forças de ambos os países, obedecendo ao acordo de Potsdam, respeitaram o paralelo de 38° para ocupar respectivamente o Norte e o Sul do país. Os russos, pela sua vizinhança siberiana e limítrofe, desde os tempos dos czares, tinham-se interessado pelos recursos da Coreia. A eles coube a ocupação do Norte. Aos americanos muito longe de suas buscas estratégicas, coube a ocupação do Sul.

As dificuldades de se chegar a uma solução definitiva do caso coreano, acabaram levando as Nações Unidas a discutir as medidas a serem tomadas em relação aos dois Estados em formação. Surgiram, então, muitas sugestões, destacando-se as da Índia e do Egito, mas sem resultados práticos.

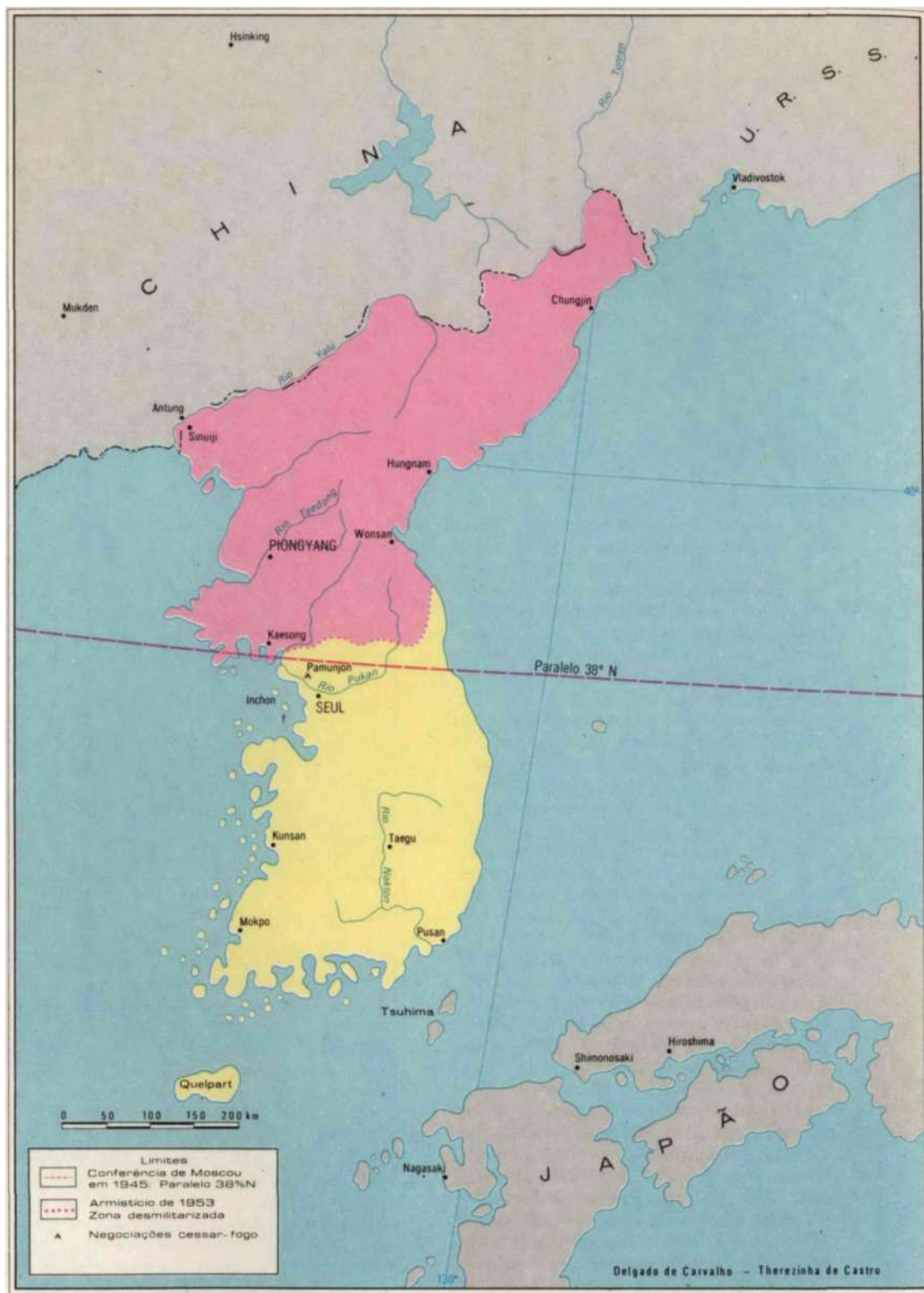
Em junho de 1950, incidentes da fronteira provocaram a entrada de forças nortistas no território sulista. O Conselho de Segurança das Nações Unidas declarou o Norte agressor e, com a ausência temporária do representante soviético, decidiu a intervenção internacional. Em outubro, as forças americanas e as forças simbólicas de quinze nações, sob o comando do General Mac Arthur, atravessaram o paralelo de 38°. Em ofensiva rápida, porém, os coreanos do Norte já haviam tomado Seul, a capital do Sul. Com maiores reforços, Mac Arthur desembarcou em Inchon, recapturou Seul e invadiu o Norte até a

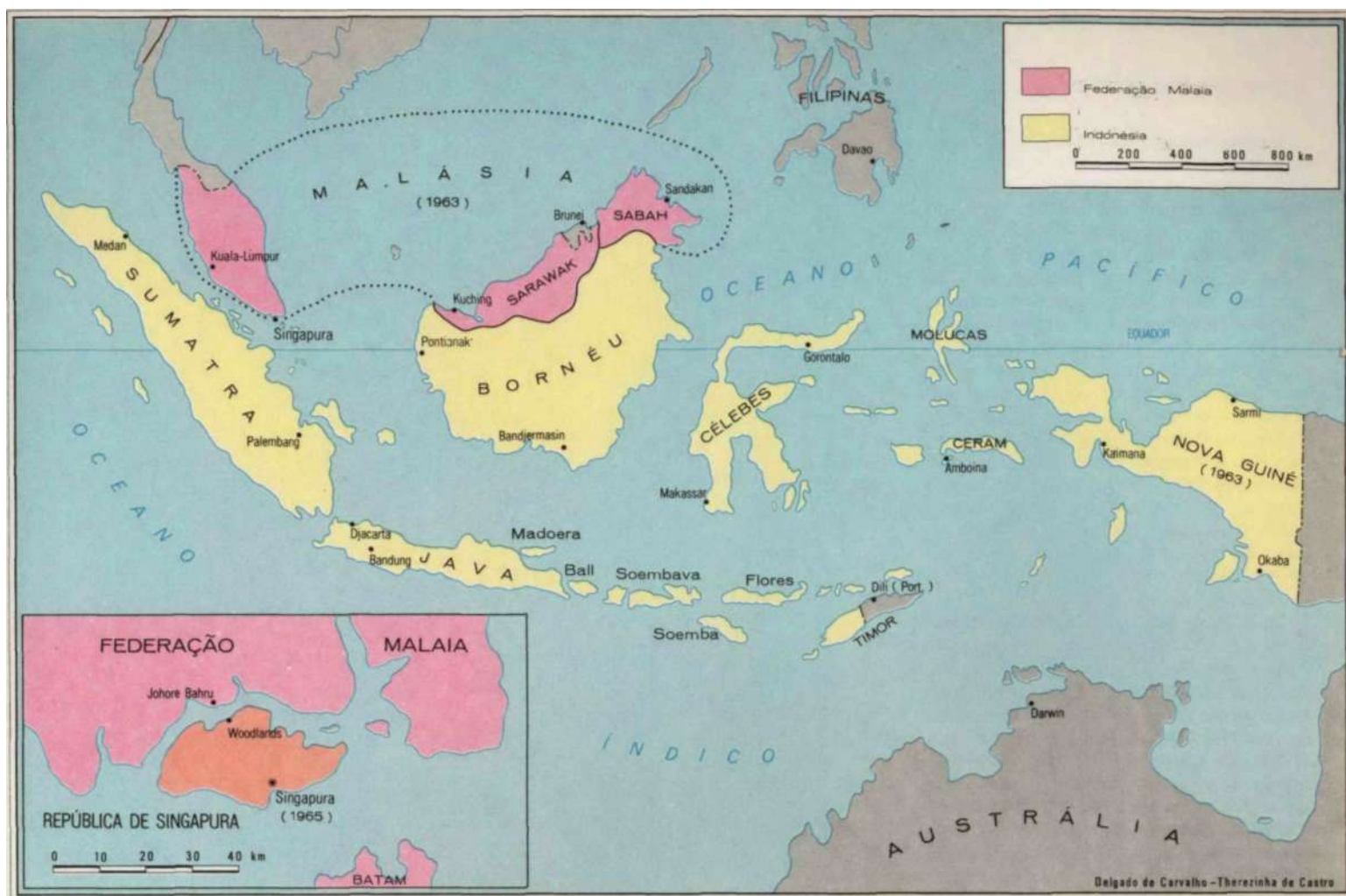
linha do rio Yalu, em rápida contra-ofensiva.

Inesperadamente, abriu-se, então, a segunda fase da Guerra da Coreia com a intervenção de trezentos mil voluntários chineses. Entrava assim, pela primeira vez, na cena internacional, a China comunista, agravando o desacordo entre Este e Oeste. Rápida também foi então a invasão da Coreia do Sul, e chegou a tornar-se crítica a posição dos americanos e sulistas.

O General Mac Arthur julgou que havia chegado a hora de, dispondo de armas superiores e bombas atômicas, atacar diretamente a China. Este plano causou apreensões entre as potências ocidentais,

e sua intervenção diplomática levou o presidente dos Estados Unidos a substituir o chefe americano das forças na Coreia do Sul. O delegado soviético nas Nações Unidas sugeriu um armistício que foi aceito, em princípio, e novas negociações foram entabuladas em Kaesong, sem resultados. Nas conferências ulteriores de Panmunjon chegou-se, finalmente, ao armistício de 1953. A Coreia ficou dividida em duas Repúblicas: a do Norte ou República Popular, com mais de 12 milhões de habitantes, e a do Sul, "Han Kook", com cerca de 30 milhões de habitantes. Ambas têm sido auxiliadas pelos seus respectivos aliados para a reestruturação econômica do país.





PAÍSES DO INDO-PACÍFICO

Na região onde geograficamente se encontram o Índico e o Pacífico formaram-se, depois da Segunda Guerra Mundial, três unidades políticas: a Indonésia (1949), a Federação Malaia (1963) e a República de Singapura (1965).

A Indonésia, país insular, formado por inúmeras ilhas que se estendem de Leste para Oeste nas proximidades do equador, foi bastante visitada quando das grandes navegações que caracterizaram o início da Idade Moderna. Ocupadas essas ilhas pelos muçulmanos dos séculos XIII e XV, viram nascer na centúria seguinte os estabelecimentos comerciais portugueses, suplantados em 1595 pelos dos holandeses que se expandiam através da Companhia das Índias Orientais. Não constituíam mais uma unidade geográfica sob o ponto de vista étnico, já que, quando da chegada dos europeus, grupos diversos (australianos, negritos e malaio) partilhavam o arquipélago em lutas internas.

O monopólio comercial imposto pelos holandeses levou alguns comerciantes indígenas a se agruparem no Partido Nacionalista Indonésio (1927). A xenofobia holandesa e a invasão japonesa durante a Segunda Guerra Mundial precipitaram o movimento de emancipação. A formação inicial republicana, as ambições partidárias e a consequente divisão do exército passaram a provocar uma série de revoluções neste país. Nenhuma tradição apro-

xima as diversas ilhas que formam a atual Indonésia; nem mesmo uma língua comum possuem, embora o poder central tenha procurado forjar o idioma indonésio, aproveitando peças dos 25 idiomas e 250 dialetos falados no arquipélago; os interesses muitas vezes se opõem — Java, a mais habitada, com dois terços da população geral, necessita para seu abastecimento das outras ilhas, entre as quais Sumatra, que exporta em contrabando para escapar às pesadas taxas que lhe impõe o poder central de Djacarta.

Após a independência, a Índia ou Nova Guiné Ocidental ficaria ainda em poder da Holanda, embora o governo indonésio houvesse declarado que não abriria mão do território; inúmeras conversações levaram-na finalmente a anexar-se à Indonésia (1963).

A Federação Malaia, também ocupada pelos portugueses (1511), holandeses (1641) e finalmente ingleses (1795), foi um dos pontos invadidos pelos japoneses durante a Segunda Guerra Mundial. Falta-lhe o sentido de unidade, tanto do ponto de vista histórico como geográfico. Independentes, dentro da Comunidade Britânica (1957), aceitaram posteriormente formar uma federação com a península de Malaca, o Sarawak ou Bornéu do Norte e o Estado de Singapura (1963). Tal federação durou apenas dois anos, já que Singapura se separava para formar uma república, em 1965.

A EUROPA MODERNA I

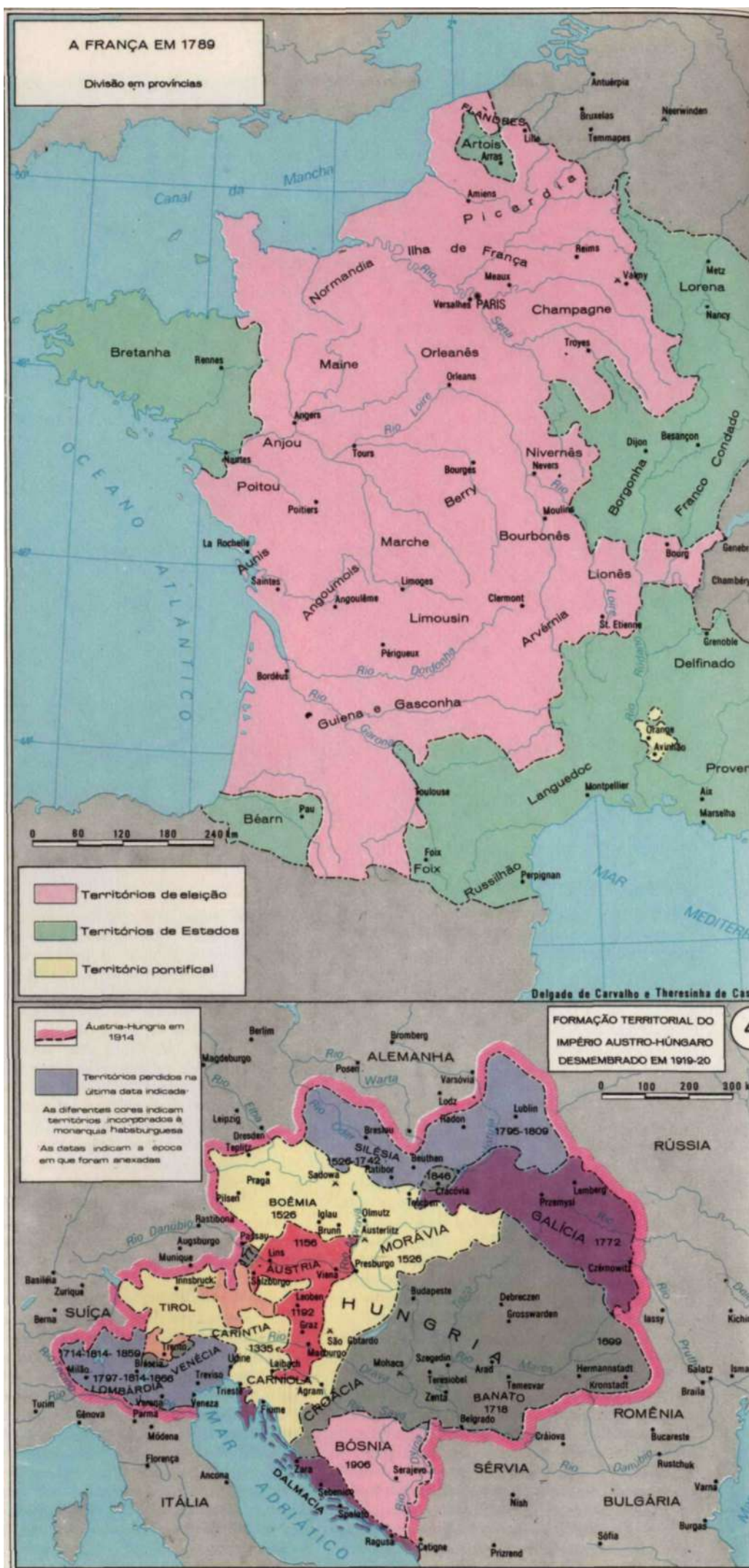
A parte superior do mapa representa a França de 1789, em vésperas da Revolução. Aham-se indicadas as províncias com suas respectivas capitais. Administrativamente, o país se achava dividido em "generalidades" (*généralités*). As duas cores, porém, indicam uma distinção que perdurou muito tempo: os denominados "pays d'Élections", e os "pays d'États". No primeiro caso, as províncias possuíam um tribunal de "eleitos"; no segundo, mantinham "Estados", com Parlamento, como era o caso em Arras, Metz, Dijon, Besançon, Grenoble, Aix, Toulouse, Perpignan Pau e Rennes. Em territórios de eleição, havia também Parlametos: Ruão e Bordéus. A distinção era principalmente fiscal, para coleta de impostos e alfândegas. Os Parlametos, antes de 1789, eram tribunais e não assembléias legislativas como são atualmente.

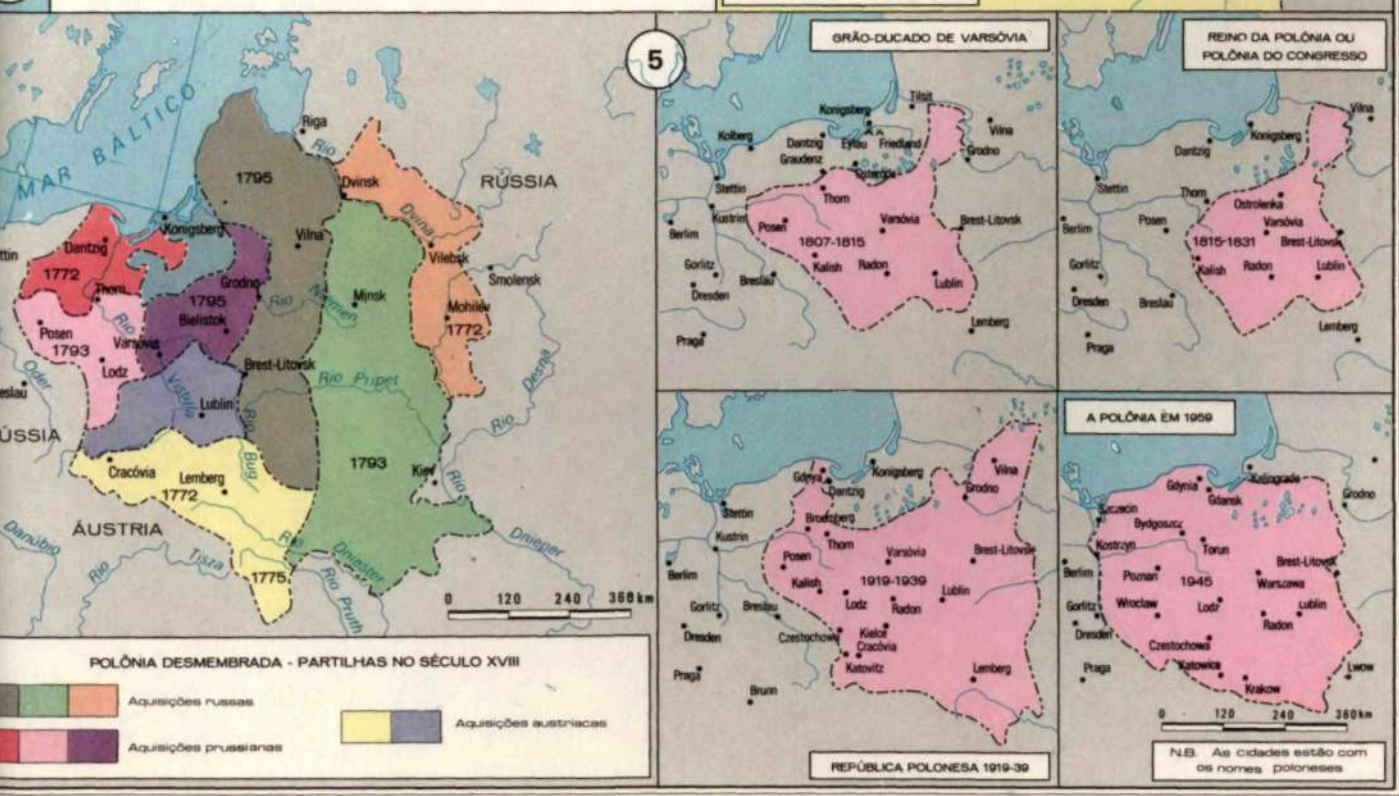
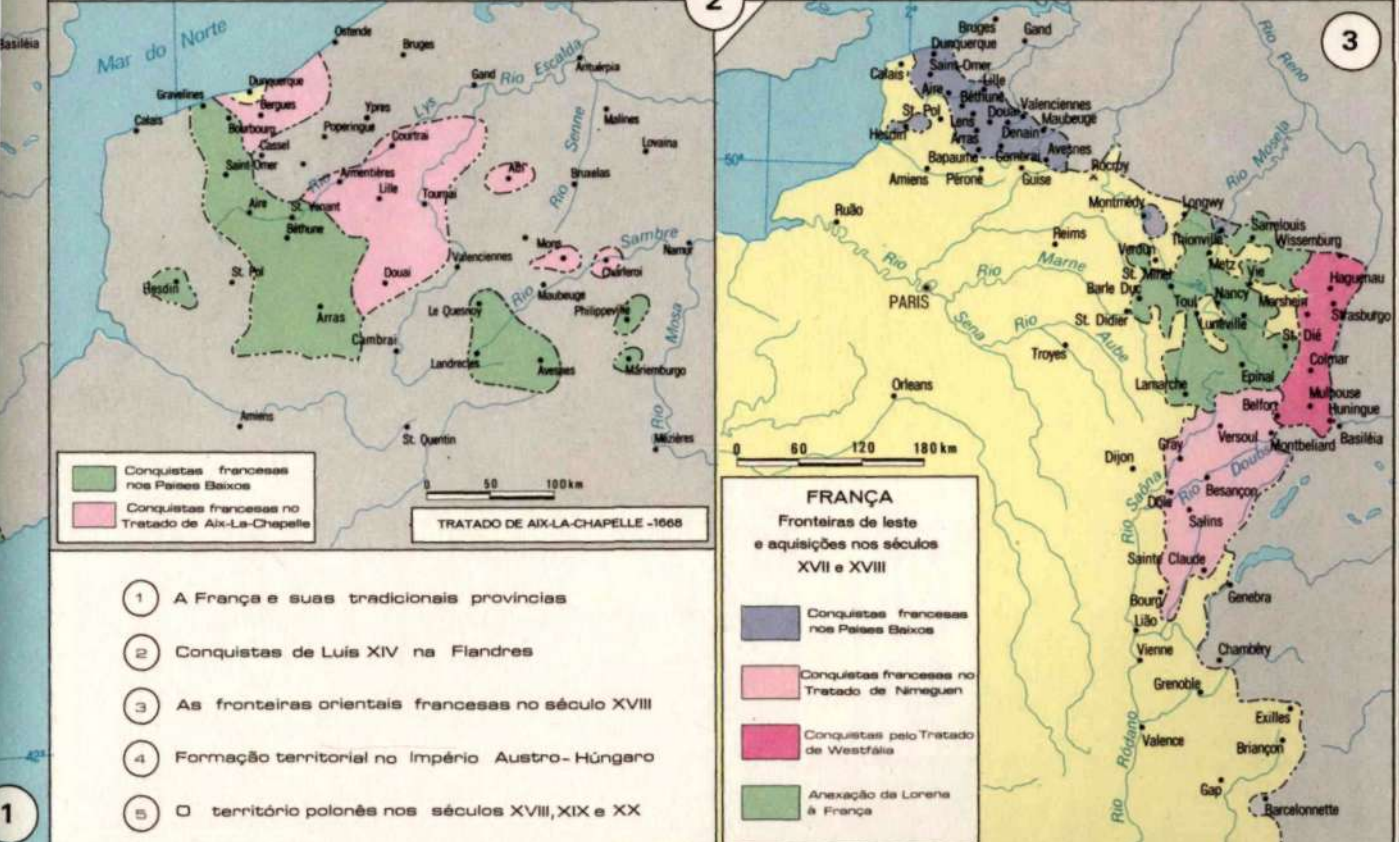
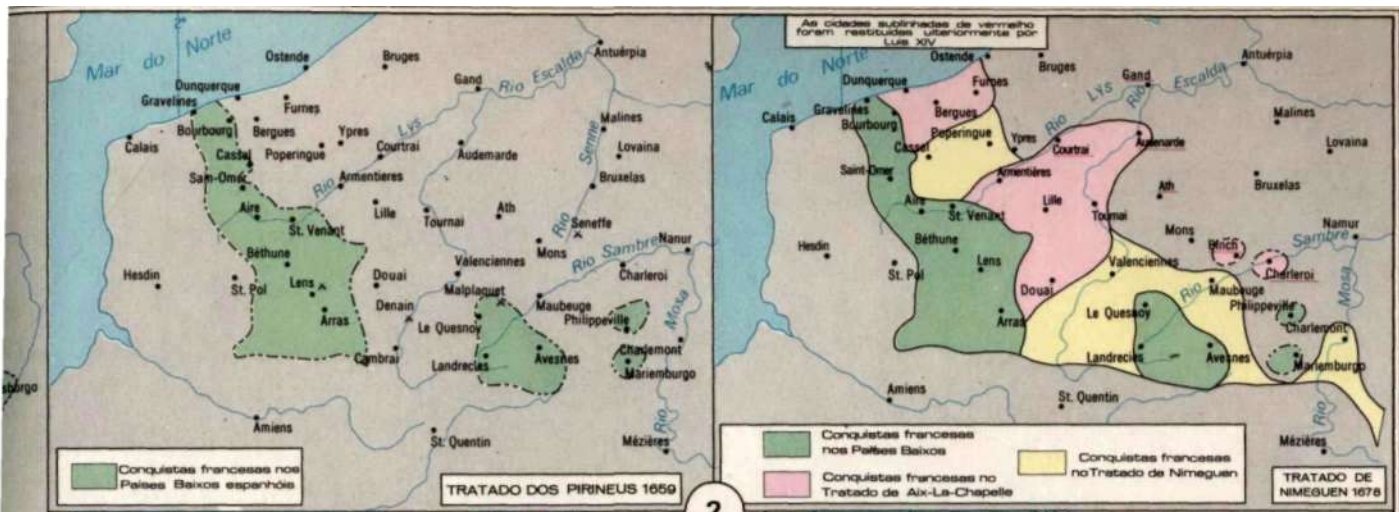
Os quatro encartes laterais demonstram de que modo foram adquiridos os limites orientais da França Moderna. Três destes encartes indicam os resultados dos tratados de 1659, 1668 e 1678. É curioso verificar como a diplomacia de Luís XIV criava cada vez mais "pontes territoriais" no país vencido, para mais tarde, em nova ofensiva, retificar proveitosamente a linha de fronteira. O encarte maior localiza as incorporações principais, no Norte, no Franco-Condado e na Alsácia. Quanto à Lorena, foi herdada por Luís XV de seu sogro, o Rei Estanislau, da Polônia, destronado em 1737 e falecido, em 1766, como Duque de Lorena.

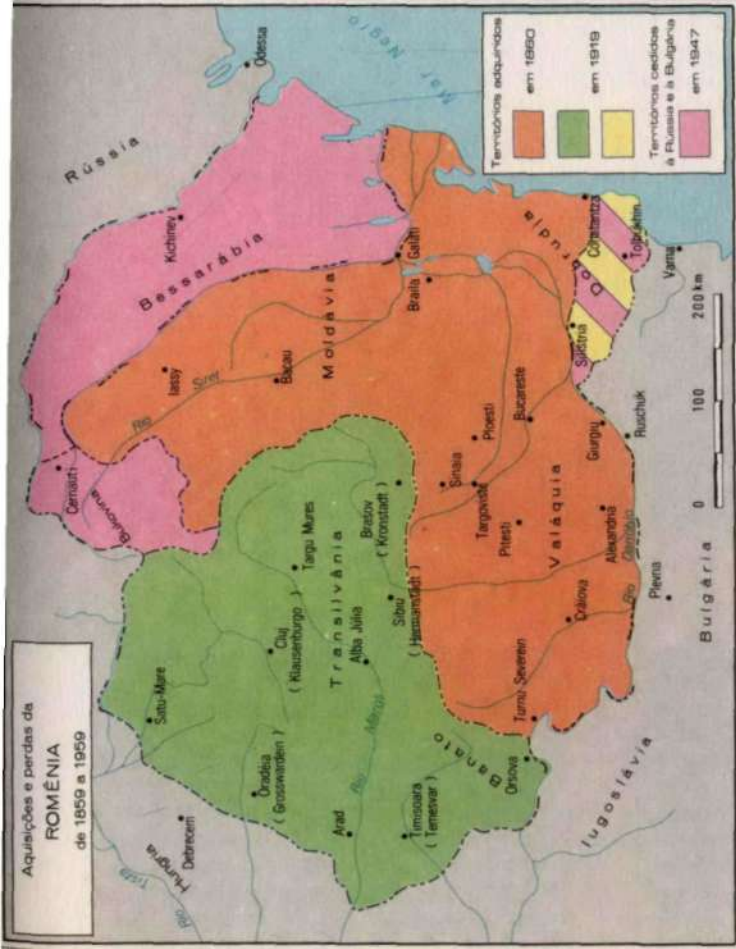
Na parte inferior do mapa é reconstituído graficamente o Império Austro-Húngaro dos Habsburgo, nos tempos modernos. As datas indicam as épocas em que se deram as aquisições territoriais, e as datas que vêm em segundo lugar marcam os sucessivos desmembramentos, até 1914 somente. De fato, daí por diante, os territórios do Império, repartidos pelo Tratado de Saint-Germain (1919), constituíram países independentes com as nacionalidades que o Império Habsburguês havia dominado. A nova Áustria, isolada, ficou reduzida a 84.000 km² de superfície. (Veja mapa p. 148.)

Poucos países viveram na História Moderna episódios mais dramáticos do que a Polônia, aqui representada em cinco encartes.

O primeiro e maior destes encartes tem por objeto mostrar como foram efetuadas, no século XVIII, as três partilhas da Polónia (1772, 1792 e 1795). A Prússia de Frederico II anexou as províncias mais povoadas e desenvolvidas; a Rússia incorporou os mais extensos territórios (antiga Lituânia, Rússia Branca e Rússia Pequena, Volínia, Podólia etc). Quanto à Áustria, ficou discretamente alheia à segunda partilha de 1792. Nos quatro encartes menores, para maior clareza, não foram repetidos os nomes de rios. Observam-se os avatares da Polónia, restabelecida, eliminada, novamente ressurgida e finalmente fixada em sua posição geográfica atual.







A EUROPA MODERNA II

Os nove encartes deste mapa têm por fim descrever graficamente a formação da Europa atual, referindo-se apenas aos tempos modernos. Apenas sobre a Suíça é que são assinaladas algumas origens medievais.

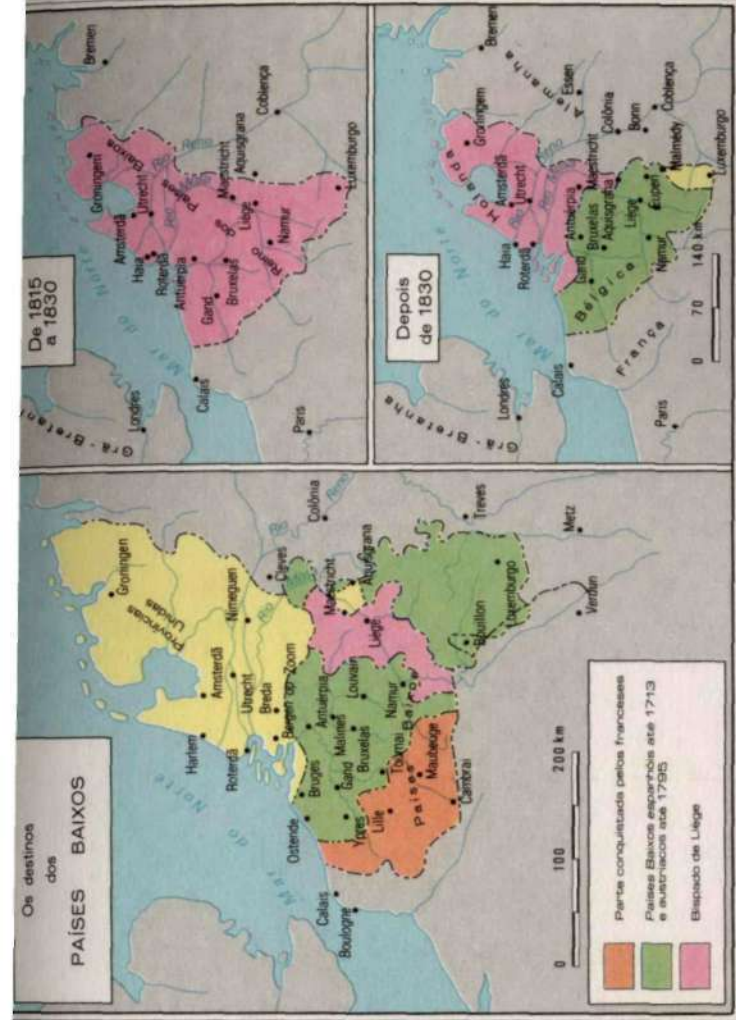
A Suécia é representada no período de seu maior desenvolvimento, século XVII, quando o Báltico era um "lago sueco". Foi no tempo da Casa de Vasa (1523-1654) que se iniciou a expansão sueca. A Finlândia já pertencia à Suécia desde o século XII. Foram espetaculares as conquistas de Gustavo Adolfo no golfo da Finlândia e no litoral alemão (confirmadas nos Tratados de Westfália).

A Suíça, em seguida à união dos três Cantões primitivos, em 1291, foi-se estendendo aos poucos, com admissão de comunidades vizinhas. No século XIV constituiu-se a Confederação dos Oito Cantões, com a admissão de Lucerna, Zurique, Glaris, Zug e Berna. Os demais Cantões entraram na época moderna, sendo que, no século XIX, juntaram-se à Confederação: Grisões, Tecino, Argóvia; São Gall, em 1803, e Genebra, Valais e Neuchâtel, em 1815.

A Grécia revela como uma pequena potência conseguiu assenhorear-se de um extenso litoral e de vários arquipélagos que lhe pertenceram na Antiguidade.

A Iugoslávia representou no mundo balcânico um fator decisivo. Sob o nome de Sérvia, inicialmente, havia no século XIX conquistado a independência; sua sólida posição geográfica, apoiada no Danúbio, levou este país a dedicar todos os seus esforços à unificação dos elementos eslavos do Sul, na Macedônia, no Montenegro, na Bósnia-Herzegovina. Neste trabalho de reconstrução, a Sérvia Medieval de Stefan Duchan encontrou a oposição da Áustria-Hungria, que, no seu "Drang nach Osten", visava o porto de Sâfônica. Daí resultou a Primeira Guerra Mundial. As datas marcam as etapas sucessivas da formação do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, hoje Iugoslávia.

A Romênia de 1946 pode ser comparada à Romênia de 1920, data em que a Transilvânia lhe coube em virtude do Tratado de Neuilly; mas, na sua atual configuração, faltam as terras da Dobruja Meridional, a Bessarábia e a Bukovina. O território em duas cotes de Tolbuklin na Do-



brudja Meridional havia sido atribuído à Romênia em 1913 pelo Tratado de Bucareste, confirmado em Neuilly (1919-20). Mas foi restituído à Bulgária em 1947 (Tratado de Paris).

O encarte de Trieste revela as hesitações das potências depois da Segunda Guerra Mundial. Por fim, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, concordando com a Iugoslávia, deram por terminada a ocupação militar internacional e entregaram, em 1954, a cidade à Itália.

Os três mapas dos Países Baixos permitem seguir os destinos da Bélgica, que foi sucessivamente espanhola, austríaca, francesa, holandesa e... belga.

NOTA — A série de encartes, sob o título de Europa I e II, visa completar as cartas gerais da Europa nos diferentes séculos. A partir do mapa "Viagens e Descobrimientos" são estudados em sua formação territorial quatorze países ou regiões da Europa.

Verifica-se assim que a estabilidade maior foi alcançada nos países do Ocidente (Portugal, Espanha, Grã-Bretanha e França), enquanto as mais importantes alterações se produziram na Europa Central (Países Baixos, Alemanha, Áustria, Hungria e Itália) e na Europa Balcânica (Turquia, Sérvia, Grécia, Romênia e Bulgária).

De fato, o pesadelo político do fim do século XIX foi a perspectiva do desmembramento fatal da mo-

narquia dos Habsburgo e suas repercussões nos Bálcãs, onde a Rússia czarista estava atenta à Questão do Oriente. O jovem império alemão, criado por Bismarck, teve a imprudência de sustentar seu aliado austro-húngaro no momento em que se aproximava o desfecho final. Esta iniciativa veio criar os problemas atuais da Europa e do mundo, pois, enfraquecida por duas grandes guerras, esta Europa viu estabelecer-se fora dela, pode-se dizer, a bipolaridade da hora presente: os Estados Unidos e os Soviéticos.

EUROPA CENTRAL

Por mais importante que tenham sido os acontecimentos extra-europeus durante o século de 1848-1948, deve-se reconhecer que a evolução da política internacional se deu em função da história da Mittel-Europa, isto é, dos Estados da Europa Central. A própria expansão colonialista, bem como o imperialismo britânico, tão reputado, não deixaram de sofrer o controle da Mittel-Europa (Conferência de Berlim — 1884-1885). Foi aquele século marcado pela preponderância germânica, obra de Bismarck, alcançando seu apogeu em 1900, para, em seguida, ser derrubada e, depois da aventura hitleriana, ser destruída ao ponto de desaparecer a Prússia, tida como causadora do regime de paz armada que tão profundamente modificou a política internacional, a diplomacia e as próprias economias nacionais.

O mapa procura retratar, em um só quadro, os avatares sucessivos pelos quais passou a Europa Central durante a sua fase de maiores e mais inesperadas alterações.

Fisicamente, esta Mittel-Europa, com os seis ou sete Estados, que nela podem ser incluídos, é de blocos centrais antigos, erodidos e recortados com uma barreira montanhosa mais recente no Sul, correspondendo aos Alpes, e uma planície glacial ao Norte, onde os rios se comunicam por canais, traçados pelas morainas terminais do Terciário.

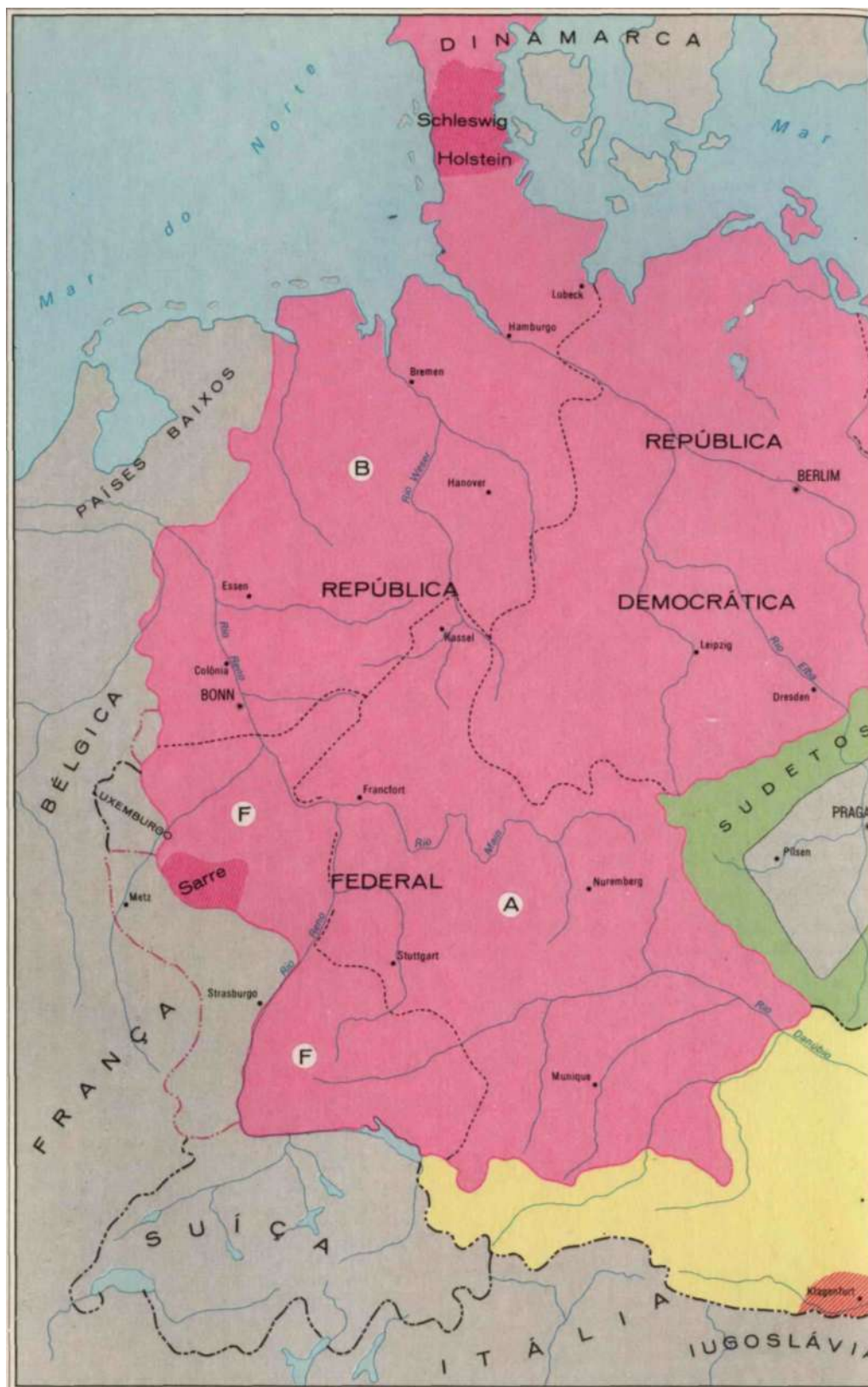
Esta estrutura física constituiu sistema hidrográfico, que impôs às migrações e por fim aos sedentários a história das Alemanhas no mundo moderno. De fato, essa história se acha integralmente determinada pelo Elba e pelo Oder, em seguida pelo Danúbio e pelo Reno e finalmente pelo Vístula. Em cada uma dessas bacias fluviais é fácil traçar a narrativa dos grandes acontecimentos da Europa Central através dos tempos. São outras tantas fases da Geopolítica que, segundo as épocas, as vizinhanças e as forças políticas internas, ditaram os destinos desses acontecimentos.

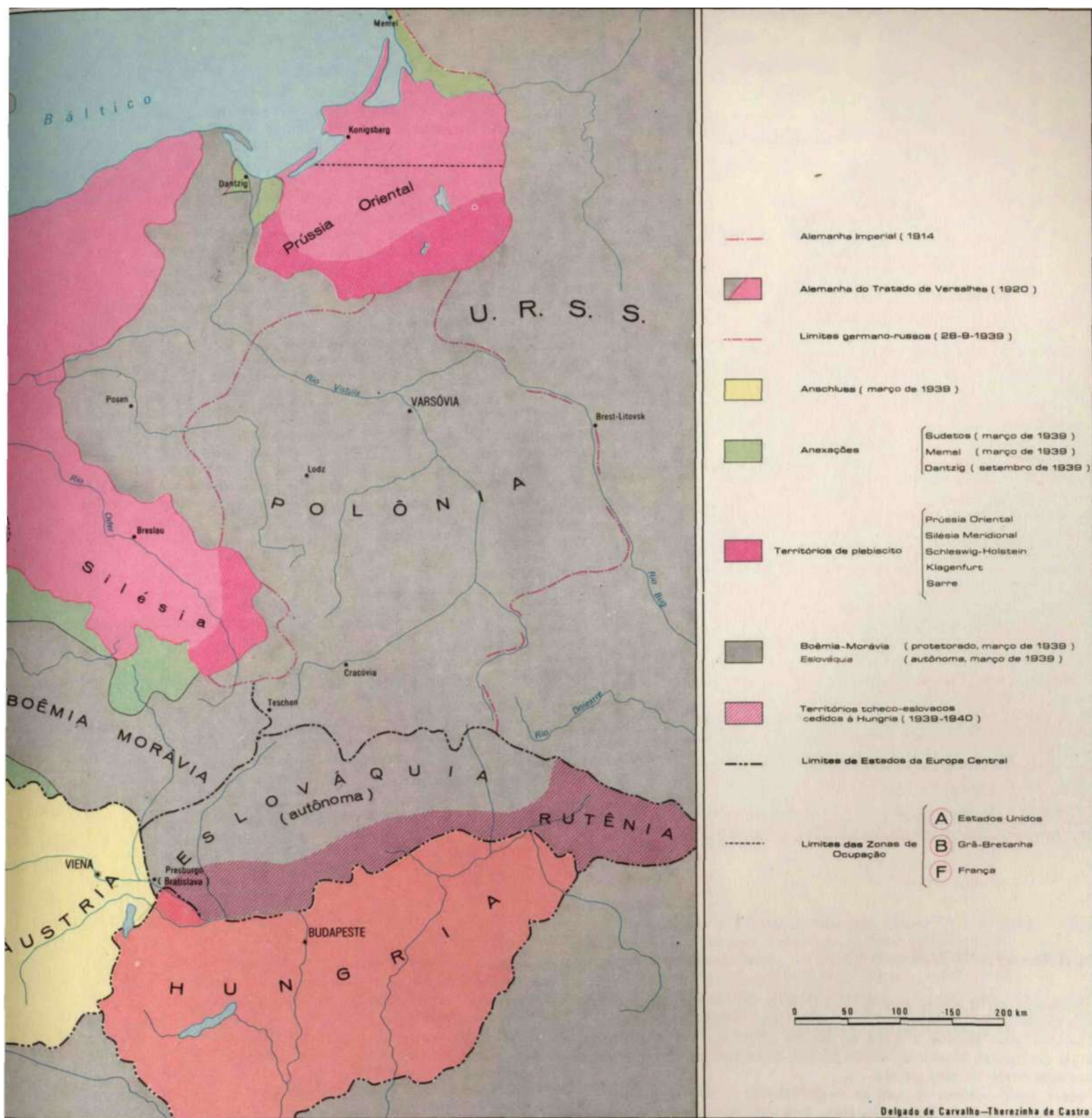
Primitivamente é entre o Elba e o Oder que se localizam as populações germânicas na Saxônia e no Brandeburgo. A atração das planícies leva as Hansiáticas e os Cavaleiros Teutônicos para o Nordeste Báltico e para o Vístula. Surgindo a Prússia, Frederico II investe contra a Áustria e ocupa toda a bacia do Oder (Silésia). Pouco depois, a Revolução Francesa fez com que a Alemanha se interessasse pelo Reno: o *Wacht am Rhein* é o leitmotiv do século XIX, acabando, em Sedan, com o

próprio Napoleão IM. Antes, porém, já tinha sido visado o Danúbio, mas (receio prudente da Prússia vitoriosa em Sadowa), à incorporação da Áustria, foi substituído o *Drang nach Osten*, fórmula pangermânica para alcançar o golfo Pérsico. Ao começar o século XX, os interesses econômicos e coloniais da Grã-Bretanha, o desejo francês de desforra, as ambições balcânicas da Rússia combinam com a necessidade de "espaço vital" das Alemanhas, e o resultado dos conflitos feridos,

entretanto, fora do território alemão, é debatido e fixado em Versalhes.

Quandos os alemães se convenceram de que não haviam sido vencidos, mas traídos, Adolfo Hitler, na sua prisão de Landibey, apresentou-lhes no "Mein Kampf" um programa de ação para recuperar a hegemonia na Europa. A Áustria-Hungria desmembrada não era mais o Império e fiel aliado mas três nações novas, amplamente dotadas de Deutschtum, isto é, de populações alemãs. Daí a necessidade de





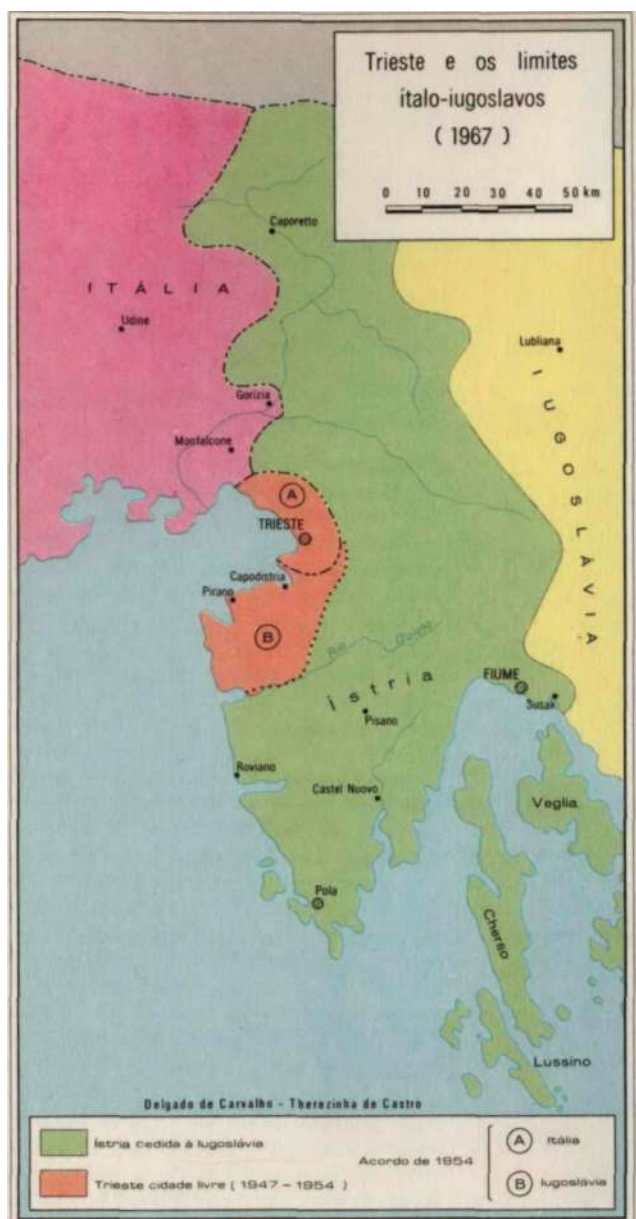
fazer coincidir o território alemão (*Volksboden*) com a cultura alemã (*Kulturboden*). As negociações diplomáticas que precederam a iniciativa belicosa foram objeto de críticas severas, mas o sucesso militar foi inesperado, rápido e total. Entre 1935 e 1939 já tinham sido efetuadas as anexações preliminares que determinaram a Europa a reagir.

O *Anschluss*, ou união com a Áustria, foi efetuado apesar da proibição de 1920. Foram anexadas os sudetos que Versa-

lhes havia recusado à Alemanha vencida, foram ocupadas as cidades de Memel e de Dantzig com seu "corredor". Além disso, março de 1939 marcou o Protetorado da Boêmia-Morávia e a autonomia da Eslováquia, por serem lá mais raras as comunidades alemãs. Por fim, a cooperação da Hungria foi paga por cessões territoriais da Eslováquia e da Rutênia.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha ocupada foi dividida em quatro zonas de ocupação entre a Grã-Breta-

nha, os Estados Unidos, a França e a União Soviética. Desaparecendo a Prússia, seu território foi ocupado pela Polónia e pela Rússia. A Alemanha Oriental foi transformada em República Democrática Alemã, e a Alemanha Ocidental tornou-se República Federal Alemã. As três zonas de ocupação desta última, indicadas pelas letras A (americana), B (britânica) e F (francesa), foram evacuadas pelos aliados ocidentais, de acordo com a Revogação do Estatuto de Ocupação de 1955.



TRIESTE E A ISTRIA

Poucas regiões tiveram mais variada história territorial do que a Istria, a triangular península do Noroeste do Adriático. Conquistada em 177 A.C. pelos romanos, foi feita "marca" no tempo dos reis carolíngios e, no século X, unida ao Ducado da Baviera. Nos séculos seguintes veio a pertencer ao Patriarcado de Aquileia, que os Hunos destruíram, passando a ser domínio de Veneza, onde se tinham refugiado os aquileanos. Tornou-se, no mundo contemporâneo, sucessivamente austríaca, iliriana (no tempo de Napoleão) e, por fim, italiana. Foi nesta última situação política que a Segunda Guerra Mundial encontrou Trieste, Fiume e Pola, suas principais cidades, todas portos marítimos de importância.

As dificuldades apresentadas, no fim da Primeira Guerra, quando a Itália saiu vencedora, para dividir a Istria entre ela e a Iugoslávia, foram ainda maiores quando, na Segunda Guerra, a Itália saiu vencida.

A Istria fazia parte da "Itália irredenta" que o poeta d'Annunzio, no seu espetacular reide de Fiume, havia imposto à atenção das potências (1920-1924). Em 1946, porém, o lado sentimental da questão tinha de ser abandonado pelos novos amigos da Itália (Estados Unidos, Grã-Bretanha e França) diante das reivindicações da Iugoslávia de Tito, sustentada pelos russos. Gorizia e Monfalcone eram conservados pela Itália, mas Trieste era o ponto nevrálgico. A Istria era dividida em duas partes desiguais, sendo a maior para a Iugoslávia, mas Trieste ficava sob um governo organizado pelas Nações Unidas e sob a ocupação de forças britânicas e americanas.

Esta solução de Território Livre de Trieste foi substituída em 1954 pela divisão deste território em duas partes: A para a Itália com Trieste e B para a Iugoslávia (que a Rússia não apoiava mais). Este Memorando de Londres atribuiu 221 km² da Istria à Itália e 562 km² à Iugoslávia.

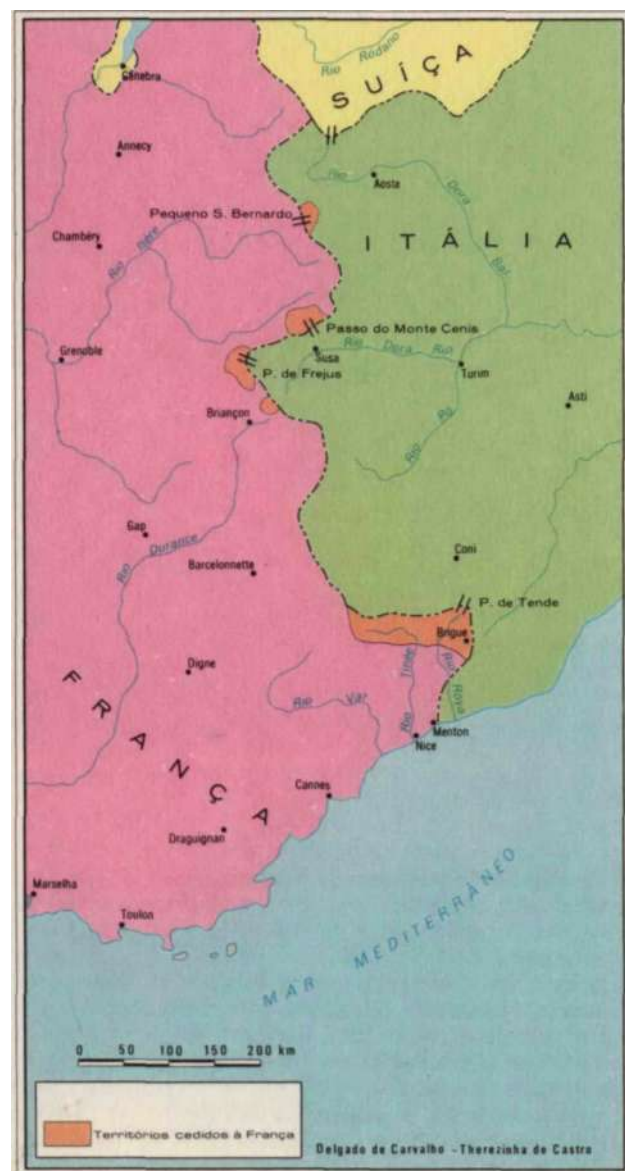
FRONTEIRA FRANCO-ITALIANA

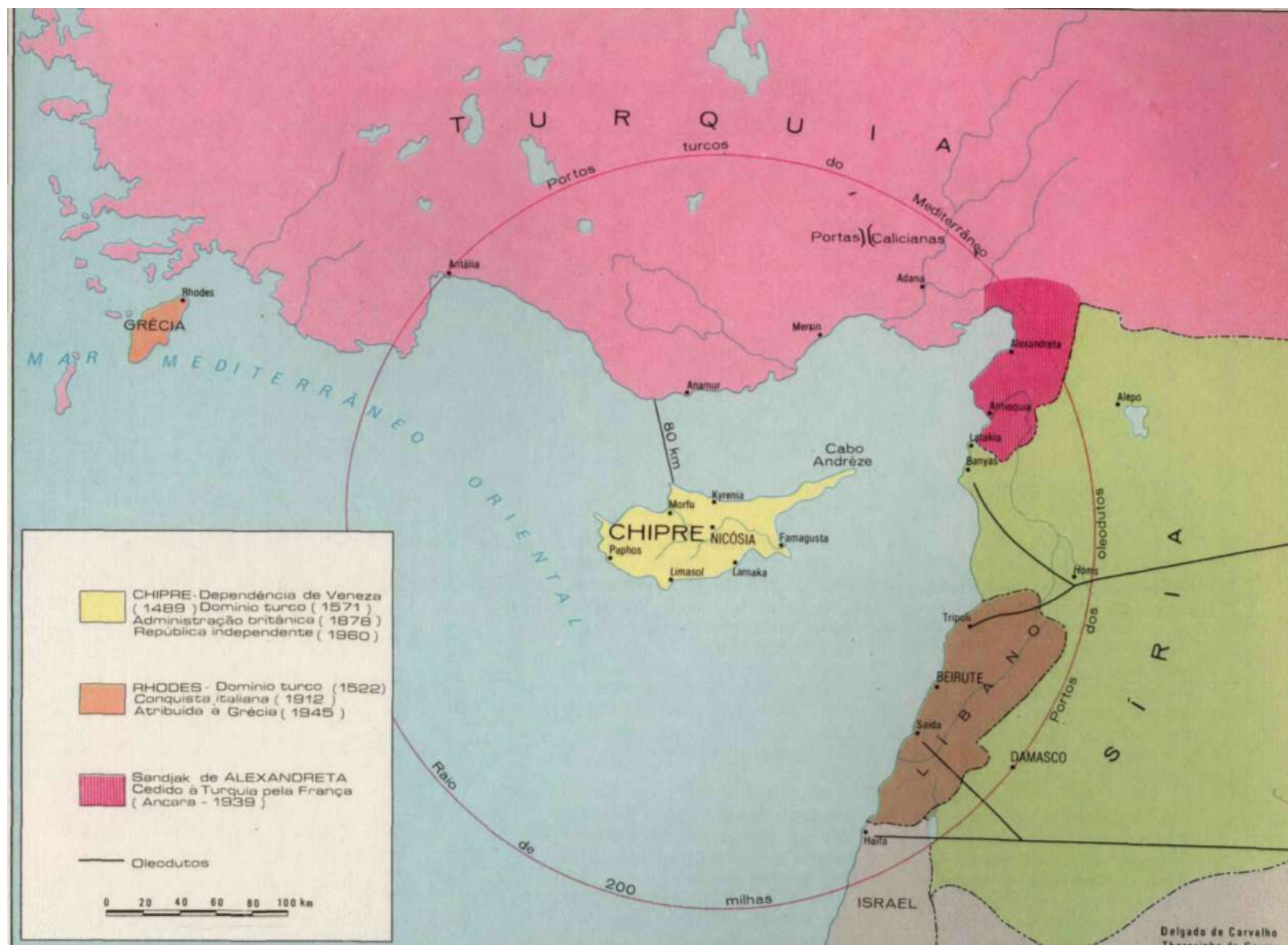
O tratado de Paris com a Itália (1947) havia sido precedido por troca de cartas, em 1945, nas quais ficava denunciado o acordo de 1896, em virtude do qual gozava a Itália de certos privilégios no protetorado francês da Tunísia. Mais importante, porém, era a questão das fronteiras dos Alpes entre os dois países.

Desde cedo, julgava-se que as reivindicações francesas incluíam o vale de Aoste na Dora Baltea Superior, cuja população falava predominantemente a língua francesa. Não foi, entretanto, apresentada essa pretensão.

As modificações de fronteiras só foram efetuadas no passo do Pequeno S. Bernardo, no passo do Monte Cenis e na zona de Briançon. No Sul foram conservadas duas aldeias, uma que se acha no Alto Roya, e outra no passo de Tende, isto é, cerca de 550 km², com mais de 5.000 habitantes. Nas regiões anexadas, plebiscitos organizados viram forte maioria em favor da França, mas cerca de 130 famílias deslocaram-se para a Itália.

A região alpina de Tende e Brigue é antes recuperação que aquisição, pois fazia parte do Condado de Nice, cedido à França pelo tratado de 1860 que pôs fim à "guerra da Itália". Um ano depois desse tratado, Napoleão III resolveu devolver a Vítor Emanuel II o distrito de Mercantour, onde o rei italiano preferia organizar as suas caçadas. A anulação dessa concessão de 1861 tornava-se necessária, pois foi dos fortins italianos lá instalados que partiu, em 1940, o ataque italiano e a descida para a ocupação de Menton.





CHIPRE, RHODES E ALEXANDRETA

Vários povos da Antigüidade — fenícios, egípcios, persas, gregos, romanos, bizantinos — passaram por Chipre, fonte principal de cobre, metal que lhe originou o nome. Monarquia feudal de Luiz Lusignan, anexada posteriormente por Veneza (1489), passou finalmente para o domínio do Império Otomano (1571). Os turcos cederiam a ilha aos ingleses por ocasião do Congresso de Berlim (1878).

A maioria grega, população rural por excelência, seguida pelos turcos predominando em alguns centros urbanos, é a causa das tensões por que passa a ilha, mesmo depois de sua independência em 1960. A guerra civil estourada em 1963 levou a ONU a ocupar a ilha com sua força de paz.

Considerando-se a defesa do Bloco Ocidental, a função de Chipre foi sempre a de defender o território turco, achando-se a 80 km, em linha reta, da cidade turca de Anamur. Traçando-se ao redor de Chipre um círculo de 200 milhas de raio, verifica-se que, de Haifa, no Estado de Israel, à Antália, na Turquia, toda a costa mediterrânea do Oriente Médio está em função do ocupante da ilha. Em Haifa, Saida, Trípoli e Banyas desembocam os oleodutos que trazem o petróleo do Iraque e Arábia, ou seja, o abastecimento da Turquia e Europa Ocidental. Sob o ponto de vista militar, Chipre é um porta-aviões natural para todas as operações no Oriente Médio e mar Negro. Assim sendo, a posição geográfica de Chipre a envolve como um "peão de xadrez" na grande partida entre o poderio marítimo e o poderio continental, entre o Bloco Ocidental e o Bloco Oriental.

A Grécia e a Turquia disputam Chipre — a primeira alegando direitos históricos; a segunda, direitos geográficos de proximidade. A proximidade levou a Grécia a conseguir Rhodes (1945), que fora domínio turco (1522) e estava em poder dos italianos, vencidos na Segunda Guerra Mundial. Em vésperas deste conflito (1939), a Turquia conseguia aumentar também seu litoral mediterrâneo ao receber o Iskenderun (Alexandreta) subtraído ao território sírio, então sob mandato francos.

A ÁFRICA NOS SÉCULOS XIX E XX

Até o começo do século XIX, a África era um continente praticamente desconhecido, do qual os europeus haviam explorado apenas o litoral. Com exceção da Colônia do Cabo, os núcleos de colonização desta época eram precários, parecendo meros pontos de escala para navios e antigos empórios de escravos. Esta situação foi mudada, quando os europeus resolveram explorar o interior africano. Destacam-se então entre os principais roteiros de penetração: o do francês Caillé e o do alemão Barth, que atravessaram o Saara. Cabe também citar a expedição de Livingstone que, partindo da cidade do Cabo, explorou o deserto do Kalaari, cortou o continente de leste a oeste, de São Paulo de Luanda a Moçambique e descobriu os lagos Niassa e Tanganica. Outro inglês, Stanley, percorreu o vale do rio Congo, por onde também andou o francês Brazza. Nachtigal, do Sudão, percorreu grande trecho do Saara, indo alcançar o lago Chade. Notáveis, ainda, foram os roteiros de Rohlfs, Speke e Burton. O português Serpa Pinto, finalmente, partindo de Benguela, chegou a Pietermaritzburgo.

Do interesse científico, as nações passaram ao plano político. Assim é que, em 1898, quase toda a África estava repartida entre as principais potências europeias.

Em 1914, apenas a Abissínia e a Libéria (esta fundada por negros americanos) eram independentes. Os primeiros países detentores de colônias, em território africano, eram a Grã-Bretanha e a França. Nota-se ainda a presença da Alemanha e Itália, cujas terras foram confiscadas após o término da Segunda Guerra Mundial.

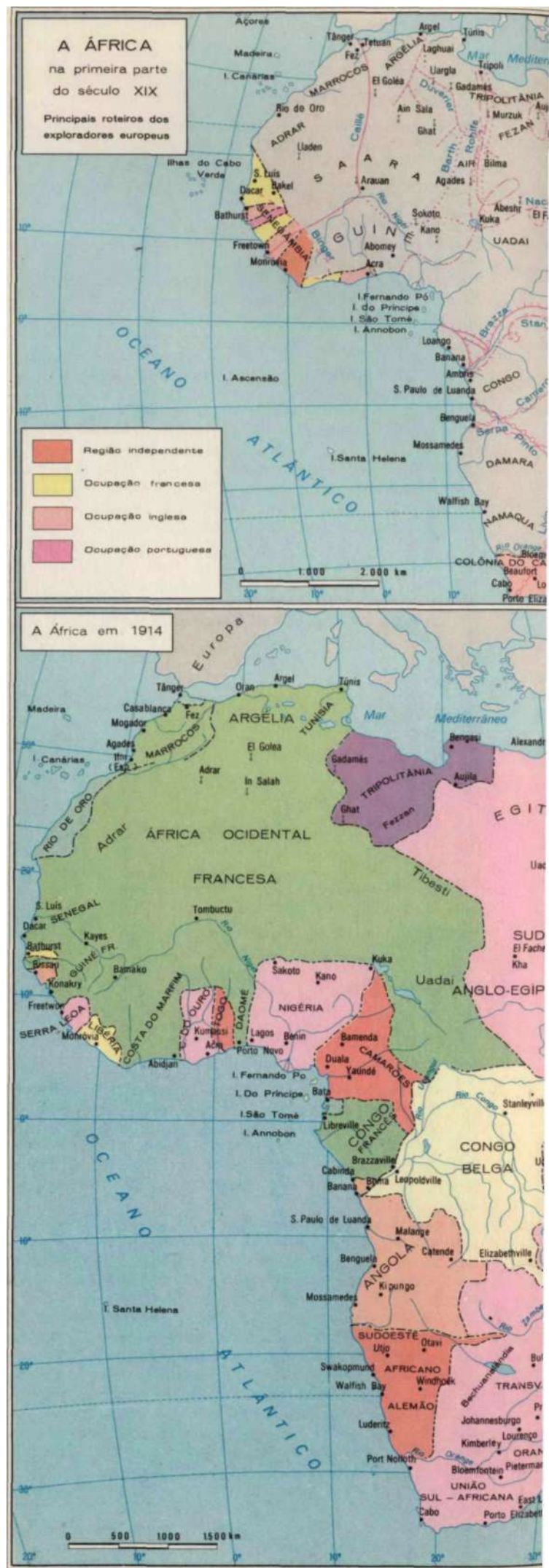
As possessões portuguesas de Angola e Moçambique ficaram sem a sonhada união terrestre com a interferência dos ingleses. Estes, por sua vez, também não alcançaram o ideal da união de seus domínios de norte a sul. Obtiveram a África Oriental Alemã, mas a ligação Cabo ao Cairo não era mais possível, pois o Egito tornava-se independente em 1922.

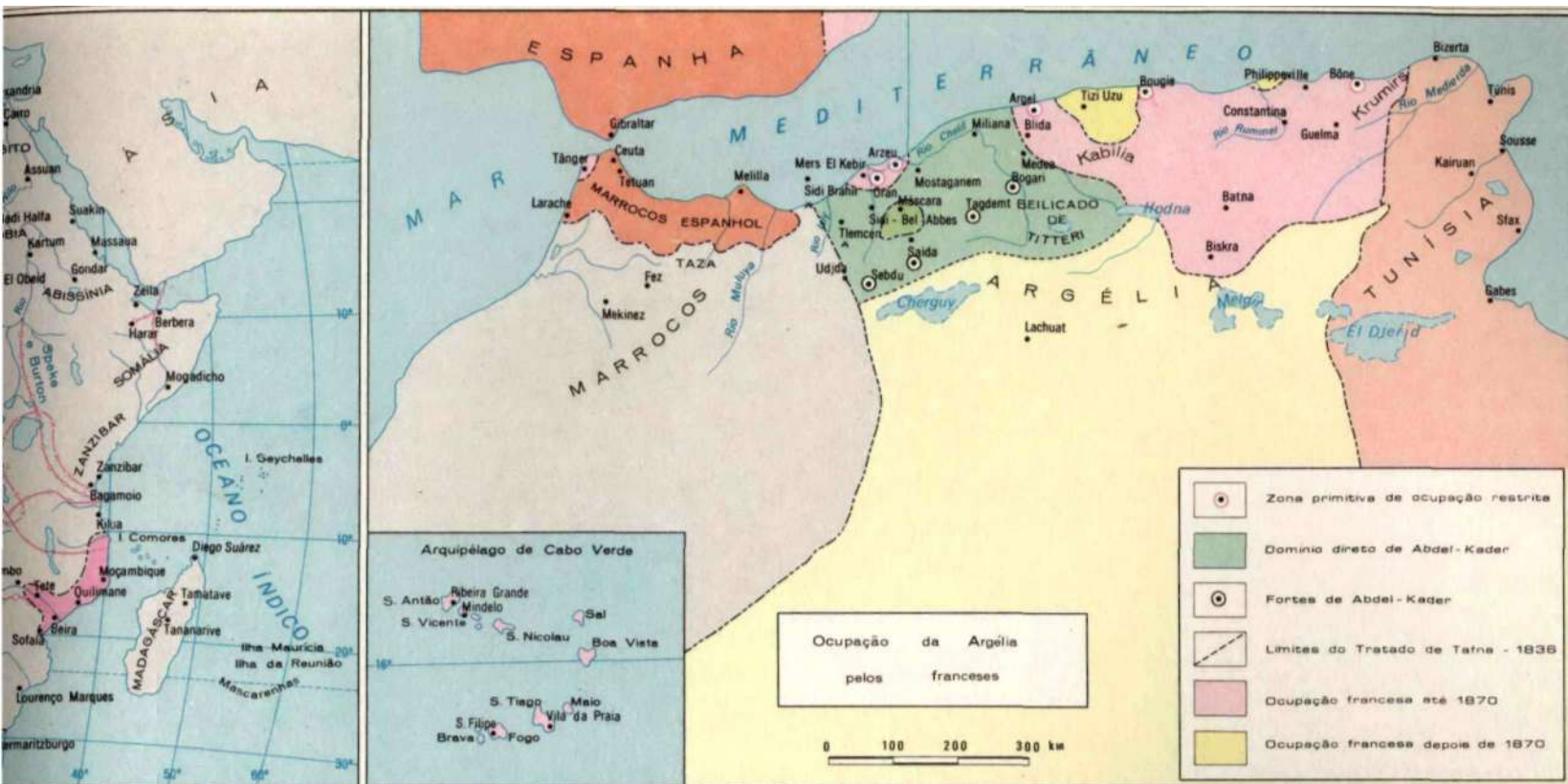
Em 1959 surge uma África em plena transformação. São vários os países independentes; apenas os domínios portugueses se mantêm intactos.

Na V República, estabelecida em 1958 na França, extinguiu-se a União Francesa para dar lugar à Comunidade Francesa. Foram então criadas novas unidades políticas, em lugar da África Equatorial e Ocidental Francesa. São as chamadas Repúblicas novas assim formadas: Federação Málí (Estado do Senegal, República Sudanesa, República Voltaica e República do Daomé) e República do Chade, do Niger, da Costa de Marfim, do Congo, do Gabão, da Mauritânia, a Centro-Africana e Malgaxe (Madagascar).

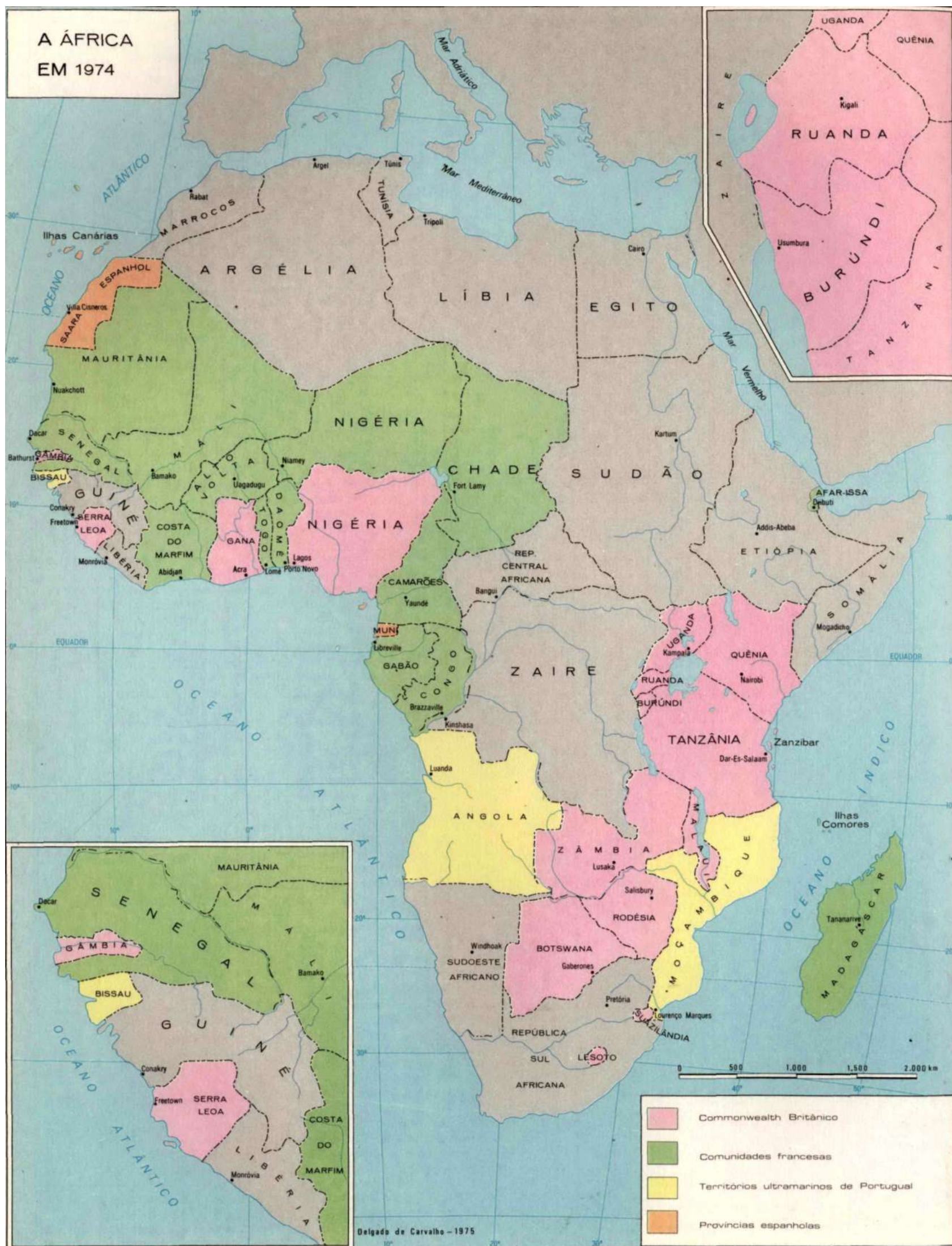
O mapa da África em 1959 representa uma das fases de transição pela qual passou aquele continente. Como a Ásia, depois da Primeira Guerra Mundial, ia modificando as suas instituições no sentido de maior autonomia e independência, a África, depois da Segunda Guerra, está conseguindo os mesmos objetivos, porém de modo mais espetacular, em vista da redução das forças de expansão colonizadora das metrópoles europeias e do assentimento que lhe vem ora das Américas, ora dos Soviéticos.

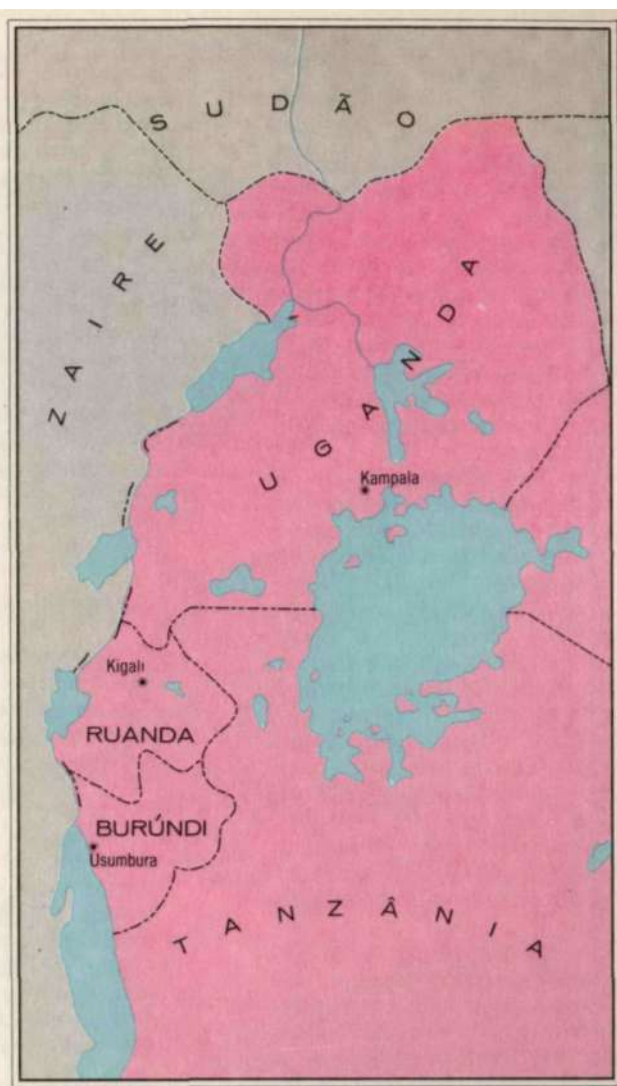
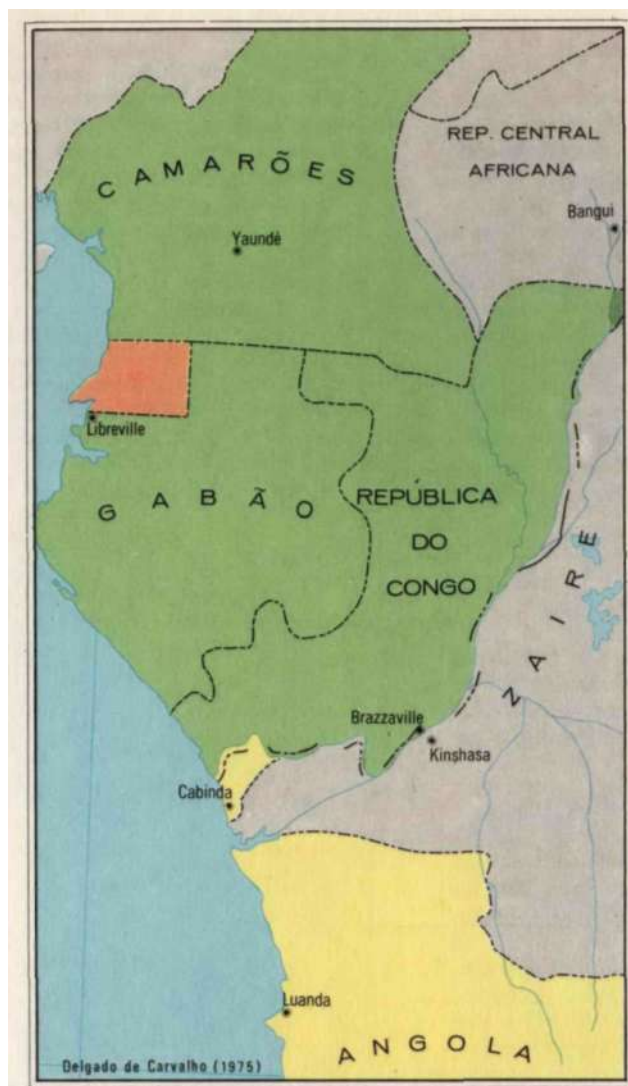
Em 1960, novas modificações políticas surgiram no mapa da África.





A ÁFRICA EM 1974





A ÁFRICA EM 1974

Sendo freqüentes as modificações políticas pelas quais tem passado ultimamente o continente africano, foi escolhido um ano, 1974, para fixar um aspecto representativo da situação territorial, situação esta que felizmente se tem mantido sob o ponto de vista internacional sem determinar sérias apreensões na política mundial. Quanto à coloração dos mapas, foram escolhidas duas cores principais, o róseo e o verde para distinguir os países ou nações cuja formação cultural foi obra das duas potências europeias que, durante mais de um século, dominaram o continente, a Inglaterra (róseo) e a França (verde). O laranja coube à Espanha e o amarelo a Portugal. Esta coloração, porém, não significa, neste mapa, dependência política, mas apenas influência cultural predominante.

De 1970 em diante, as alterações políticas têm sido importantes, sem modificar, entretanto, os limites das nações recém-formadas. Esta relativa estabilidade geográfica não mantém sempre a nomenclatura política; daí, em vários casos, a substituição por nomes em outras línguas: o Congo é hoje o Zaire. Tornava-se, pois, necessário, um mapa exclusivamente político com as denominações atuais.

AS NAÇÕES UNIDAS

A Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco em 1945 por cinquenta nações, chamadas "membros fundadores", é um pacto concluído entre Estados soberanos. Sua eficiente aplicação depende do respeito com que são observados os seus cento e onze artigos. A Liga das Nações, apesar de ter falhado, havia, durante vinte anos, demonstrado o valor da cooperação internacional e emitido um certo número de princípios que não tam mais sido contestados.

A Carta da ONU apresenta várias feições que a distinguem do Pacto da Liga das Nações. Em primeiro lugar, a cooperação das forças armadas é admitida para a manutenção da paz. Em segundo lugar, contém dispositivos práticos para a solução dos problemas econômicos e sociais. Em terceiro lugar, criou agências especializadas que preparam programas de ação de grande flexibilidade.

De modo geral, a Carta da ONU é muito mais minuciosa nos seus detalhes do que o Pacto e revela não somente maior experiência em relação à vida internacional, em que se multiplicam os contatos entre as nações, como também um espírito mais realista na prática da solidariedade mundial.

Explica-se esta diferença entre os dois ditados documentos pelo fato de ter sido a obra de Versalhes pensada e escrita depois de terminada a Primeira Guerra Mundial. Por sua vez, a obra de São Francisco vinha sendo elaborada desde os primeiros anos da Segunda Guerra, por sucessivas entrevistas de representantes dos governos aliados, por congressos de especialistas nos ramos da defesa militar, da economia, da demografia e da política social. Depois de 1920, as nações aliadas julgavam ter feito "uma guerra para acabar com as guerras". A ação de Genebra só durou duas décadas; a ação de Nova Iorque vem perdurando há mais de um quarto de século.

O histórico da ininterrupta elaboração da Carta da ONU comprova o cuidado com que foram encaradas todas as hipóteses previsíveis na época. O momento atual marca um grande progresso em todos os ramos científicos, daí a flexibilidade necessária a todas as instituições da Carta.

A bordo de um navio britânico, nas costas de Terra Nova, os Presidentes Roosevelt e Churchill discutiram os oito pontos da Declaração do Atlântico de 14 de agosto de 1941. Em janeiro do ano seguinte, vinte e seis governos assinavam a Declaração das Nações Unidas, adotando os princípios do Pacto do Atlântico, que incluía o direito dos povos de escolher sua forma de governo, o seu direito de autodeterminação e a igualdade para todos nas oportunidades econômicas.

Em outubro de 1943, os líderes políticos da Grã-Bretanha, da União Soviética, dos Estados Unidos e da China redigiam em Moscou o texto de uma organização internacional para servir de norma, o mais cedo possível, a um pacto mundial entre os países amantes da paz. Em Dumbarton Oaks, em 1944, os mesmos signatários

preparavam o texto submetido à Conferência de São Francisco, onde os cinquenta membros fundadores discutiram e assinaram a Carta das Nações Unidas, vindo a primeira de suas assembleias a se reunir em Londres, em janeiro de 1946. Em seguida reuniram-se algumas em Paris e, por fim, passou Nova Iorque a ser a sede das Nações Unidas. A Carta das Nações Unidas é uma organização de natureza jurídica: reconhece a soberania dos Estados, a competência que lhes é reservada, a sua igualdade e sua personalidade jurídica. A admissão de membros é feita a critério da Organização; como há ingresso, há também suspensão e mesmo expulsão, sob recomendação do Conselho de Segurança.

Constituem órgãos principais:

- 1º) A Assembleia-Geral, na qual cada país-membro tem um representante. São atualmente 125 membros. A 23ª sessão da Assembleia teve lugar em outubro de 1968.
- 2º) O Conselho de Segurança, de 15 membros, no qual cinco são permanentes e têm direito de veto (Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha, França e República Popular da China). Os não permanentes são dez, têm direito a voto para constituir maioria nos assuntos correntes que não implicam casos de ação coerciva.
- 3º) O Conselho Econômico e Social, de 27 membros, dos quais 9 são anualmente renovados. Seu papel é de capital importância na vida econômica e cultural das nações, pela sua faculdade de promover estudos, convocar conferências, negociar acordos, coordenar atividades e executar serviços. Por isso, são numerosos os seus órgãos subsidiários, as entidades especializadas em educação, saúde, finanças, serviços sociais.
- 4º) O Conselho de Tutela, com os seus 8 membros, administra os territórios ainda sob tutela das Nações Unidas. É herdeiro da Comissão de Mandatos da Liga das Nações. São realizadas visitas periódicas e examinadas petições. Os recentes movimentos de descolonização têm reduzido consideravelmente os territórios que se achavam sob mandato.
- 5º) A Corte Internacional de Justiça conta com 15 juizes; é herdeira da Corte Permanente de Justiça Internacional, fundada em 1920. Continua a sua sede em Haia. São de sua competência os conflitos jurídicos entre Estados. A Corte responde a consultas feitas por órgãos internacionais, mas são apenas tidas como opiniões.
- 6º) O Secretariado (o cargo do secretário-geral, isto é, do mais alto funcionário da Organização). Sua ação é de

capital importância na publicação dos tratados, nas negociações políticas, nas medidas administrativas e na apresentação de relatórios. Foram secretários-gerais da ONU: o norueguês Trygve-Lie, o sueco Dag Hammarskjöld, o birmanês U. Thant e, desde 1971, o austríaco Kurt Waldheim.

Entre os serviços prestados pelos órgãos das Nações Unidas, nestes últimos vinte e cinco anos, destacam-se as suas intervenções nas questões de Caxemira, de Chipre, do Congo, da Nova Guiné, do Oriente Médio e da Coreia.

NAÇÕES UNIDAS



ASSEMBLÉIA-GERAL - N. IORQUE
(125 membros)

SECRETARIADO

CONSELHO DE TUTELA
8 membros

CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL
27 membros

COMITÉ DE COORDENAÇÃO

COMISSÕES REGIONAIS

COMISSÕES PRINCIPAIS
COMISSÃO DE PROCEDIMENTO
COMISSÕES PERMANENTES
ÓRGÃOS SUBSIDIÁRIOS

Com. do Estado-Maior
Desarmamento

CONSELHO DE SEGURANÇA
15 membros

OPERAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA
HAIA
15 membros

I.A.E.A.
AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA

FORÇA DE EMERGÊNCIA
CONFERÊNCIA (Comércio-Desenvolvimento)

JUNTA DE COMÉRCIO
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
INFÂNCIA
REFUGIADOS

ILO	International Labour Organization OIT Genebra	FAO	Food and Agriculture Organization FAO Org. de Agricultura e Alimentação Roma	UNESCO	U.N. Educational, Scientific and Cultural Organization UNESCO Org. das Nações Unidas para Educação, Ciências, Cultura Paris	WHO	World Health Organization O.M.S. Org. Mundial da Saúde Genebra	FUND	International Monetary Fund F.M.I. Fundo Monetário Internacional Washington	ICAO	International Civil Aviation Organization OACI Organização da Aviação Civil Internacional Quebec	UPU	Universal Postal Union UPU União Postal Universal Genebra	ITU	International Telecommunication Union UIT União Intern. de Telecomunicações Genebra	W.M.O.	World Meteorological Organization O.M.M. Organização Meteorológica Mundial Genebra	GATT	General Agreement on Tariffs and Trade GATT Organização Intern. do Comércio Genebra	IMCO	Intergovernmental Maritime Consultative Organization O.C.M.I. Organização Consultiva Marítima Inter-governamental Londres	I.B.R.D.	International Bank for Reconstruction and Development Banco Mundial Washington Paris	I.F.C.	International Finance Corporation C.F.I. Corporação Financeira Internacional Washington	I.A.E.A.	International Atomic Energy Agency A.I.E.A. Agência Intern. de Energia Atômica Viena
-----	---	-----	---	--------	--	-----	---	------	--	------	---	-----	--	-----	--	--------	---	------	--	------	--	----------	--	--------	--	----------	---

O PAPEL DAS LATITUDES NA HISTÓRIA

É no Hemisfério Norte que o globo apresenta as maiores massas continentais; no Hemisfério Sul, as terras são mais isoladas (América do Sul, África do Sul e Austrália). É, pois, ao norte do equador que as influências geográficas de latitudes marcaram mais visivelmente os episódios da História Geral.

As origens políticas da Humanidade foram iniciadas nas zonas temperadas, e os centros de gravidade da História se deslocaram aos poucos para o Norte, à medida que as condições de civilização permitiram a adaptação dos povos a climas de mais altas latitudes.

De fato, a História Antiga localizou-se entre o 20° e o 45° de latitude norte; foi o caso do Egito do Nilo, da China do Yang-tsé, da Índia do Ganges e do Indo. O próprio Império Romano manteve-se nas latitudes do Mediterrâneo, do 30° ao 45°, mais ou menos. Na Idade Média, as capitais emigraram para o Norte (Londres, Paris, Berlim, Estocolmo, São Petersburgo etc), de 45° a 60° de latitude norte.

Do século XVI em diante, a hegemonia nos anais da História passou à Europa, mas, depois das guerras mundiais, já tendem as principais questões políticas a se localizar em baixas latitudes (Dacar, Suez, Líbia, Bagdá, Singapura, Laos etc), e a hegemonia está numa fase de bipolaridade (Estados Unidos e Rússia Soviética).

As latitudes, entretanto, pouco esclarecem os episódios da História, se não são lembradas as suas consequências climáticas. Os progressos da Civilização também, evidentemente, facilitado a adaptação dos grupos a condições meteorológicas pouco favoráveis à vida coletiva normal. A História Antiga e Medieval relata, porém, circunstâncias que os climas contribuem para explicar. Não existem, infelizmente, registros de temperaturas, chuvas e outros fenômenos meteorológicos relativos ao passado remoto; mas ciclos ou pulsações climáticas registradas na Ásia Russa, por exemplo, permitem acreditar que uma diminuição considerável da coluna pluviométrica pode dar-se em anos consecutivos.

O caráter continental do Heartland dos geopolíticos o presdipõe aos extremos climáticos.

Daí nasceu a teoria do americano Ellsworth Huntington (1876-1947) sobre "As Pulsações da Ásia" e suas consequências históricas. Uma queda de 2 (normal) para 1 (fria) nas precipitações de um ano reduz um rebanho de pastores nômades de 600 ovelhas a 10 ovelhas por milha quadrada de pastagens. Os movimentos migratórios são consequência direta de deslocamentos forçados de massas nômades, cuja mobilidade é grande.

No Heartland (Eurásia Continental) surgiram, no passado, civilizações mongóis atestadas pelas minas de Karakorum e que se expandiram sob forma de invasões, tanto do lado da Europa como do lado da China, apesar de sua famosa muralha.

"As alterações climáticas, diz Ellsworth Huntington, têm sido um dos fatores que

mais influíram no curso do progresso humano."

As consequências de um ciclo climático de secas não somente influem sobre algumas gerações humanas como também podem repercutir, durante séculos, sobre regiões afastadas.

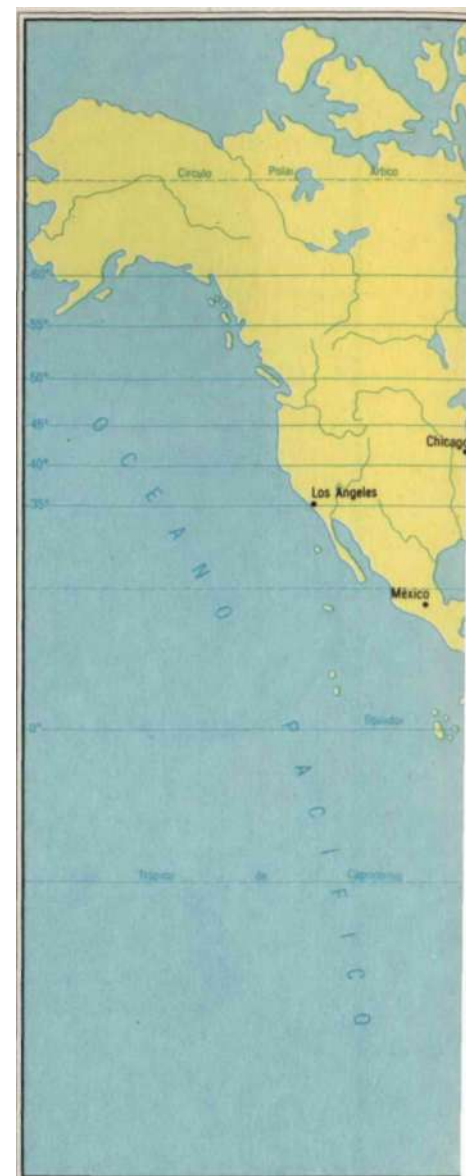
É desse modo que o autor americano, muito empolgado pelo seu estudo ("Mainsprings of Civilization" — 1945), explica o papel que desempenhou a dessecação nas invasões bárbaras, no fim da Antigüidade, na expansão muçulmana iniciada nas orlas desérticas da Arábia, na descida dos mongóis para a Índia, no deslocamento dos grandes centros da Babilônia e do Egito para o Noroeste da Europa, que ele define "como uma marcha em busca das tormentas e do frio".

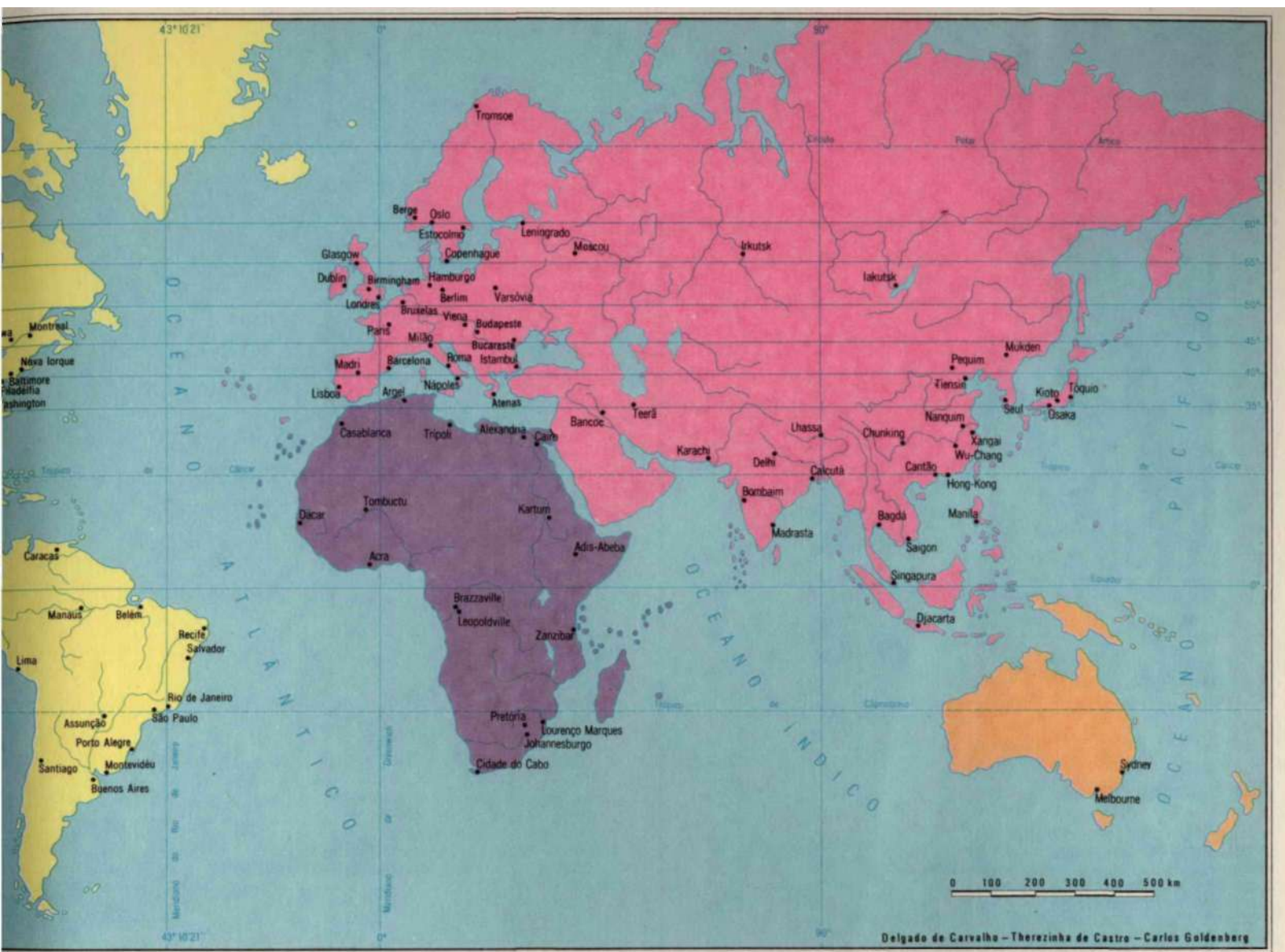
Além destes exemplos de dimensões humanas espetaculares, não resta dúvida que uma infinidade de fatos históricos secundários também se prende à distribuição das temperaturas, das chuvas, das pressões, da umidade e às alterações de sazonalidade, pois são estes elementos atmosféricos que regem a alimentação, o vestuário, a habitação e mesmo as atitudes psicológicas.

As latitudes, em suma, explicam em parte o que significam os climas para o ótimo biológico e o desenvolvimento mental da Humanidade. O turismo já foi definido como o "nomadismo dos civilizados".

Mais importante seria, talvez, estabelecer uma relação das influências que podem exercer os climas e suas oscilações sobre o desabrochar da cultura nas diferentes regiões do globo.

Na História Contemporânea, a fase das grandes migrações já cedeu lugar às migrações por infiltração e colonização. Os deslocamentos consideráveis de massas humanas que seguiram as últimas guerras nada têm com as condições climáticas dos países em que se processaram.





AMÉRICA DO NORTE

- 1 — Baltimore
- 2 — Chicago
- 3 - Detroit
- 4 - Filadélfia
- 5 — Los Angeles
- 6 — México
- 7 — Montreal
- 8 — Nova Iorque
- 9 - Ottawa
- 10 - Washington

AMÉRICA DO SUL

- 11 — Assunção
- 12 - Belém
- 13 — Buenos Aires
- 14 - Caracas
- 15 — Lima
- 16 — Manaus
- 17 — Montevideu
- 18 - Recife
- 19 — Rio de Janeiro
- 20 - Porto Alegre
- 21 - Salvador
- 22 - Santiago
- 23 - São Paulo

EUROPA

- 24 — Atenas
- 25 — Barcelona
- 26 - Berge
- 27 - Berlim
- 28 — Birmingham
- 29 - Bruxelas
- 30 — Budapeste
- 31 — Bucareste
- 32 — Copenhagen
- 33 - Dublin
- 34 — Estocolmo
- 35 - Glasgow
- 36 — Hamburgo
- 37 - Istambul
- 38 - Londres
- 39 — Leningrado
- 40 — Lisboa
- 41 — Madri
- 42 - Milão
- 43 — Moscou
- 44 — Nápoles
- 45 - Oslo
- 46 - Paris
- 47 — Roma
- 48 — Tromsø
- 49 — Varsóvia
- 50 - **Viena**

ÁSIA

- 70 — Bombaim
- 71 - Calcutá
- 72 - Cantão
- 73 - Delhi
- 74 - Xangai
- 75 — Chunking
- 76 - Djacarta
- 77 — Hong-Kong
- 78 - Iakutsk
- 79 - Irkutsk
- 80 - Karachi
- 81 - Kioto
- 82 - Lhasa
- 83 - Madrastra
- 84 — Manila
- 85 - Mukden
- 86 — Nanquim
- 87 - Osaka
- 88 — Pequim
- 89 - Saigon
- 90 - Seul
- 91 — Singapura
- 92 - Teerã
- 93 — Tientsin
- 94 - Tóquio
- 95 — Wu-chang
- 96 — Melbourne
- 97 - Sydney

ÁFRICA

- 51 — Acra
- 52 — Adis-Abeba
- 53 — Alexandria
- 54 — Argel
- 55 — Brazzaville
- 56 - Cairo
- 57 — Casablanca
- 58 - Cidade do Cabo
- 59 - Dacar
- 60 — Johannesburg
- 61 — Kartum
- 62 - Leopoldville
- 63 - Lourenço Marques
- 64 - Pretória
- 65 — Tombuctu
- 66 - Trípoli
- 67 - Zanzibar
- 68 - Bagdá
- 69 — Bancoc

índice

HISTÓRIA DO BRASIL

DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS INDÍGENAS.....	10
PERÍODO PRÉ-COLONIZADOR: 1500-1530.....	12
AS PRIMEIRAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS: 1534.....	14
O GOVERNO-GERAL NO SÉCULO XVI.....	16
A ECONOMIA NO SÉCULO XVI.....	18
A CONQUISTA DO NORDESTE E DO NORTE DO BRASIL.....	20
BANDEIRAS: SÉCULOS XVII E XVIII.....	22
A ECONOMIA NO SÉCULO XVII.....	24
EXPANSÃO TERRITORIAL DO BRASIL.....	26
A ECONOMIA E MOVIMENTOS NATIVISTAS NO SÉCULO XVIII.....	28
O IMPÉRIO DO BRASIL — 1822-1889.....	30
A ECONOMIA NO SÉCULO XIX.....	32
GUERRAS DO BRASIL NO SÉCULO XIX.....	34
AS TRANSFORMAÇÕES DA MÃO-DE-OBRA.....	36
QUESTÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL.....	38

HISTÓRIA DA AMÉRICA

MIGRAÇÕES E DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PRINCIPAIS GRUPOS INDÍGENAS.....	42
A AMÉRICA PRÉ-COLOMBIANA.....	44
VIAGENS DOS ESPANHÓIS.....	46
CONQUISTA ESPANHOLA.....	48
COLONIZAÇÃO PORTUGUESA.....	50
COLONIZAÇÃO ESPANHOLA.....	51
COLONIZAÇÃO FRANCESA.....	52
COLONIZAÇÃO INGLESA.....	54
OS ESTADOS UNIDOS NA ÉPOCA DA INDEPENDÊNCIA.....	56
INDEPENDÊNCIA DO MÉXICO E AMÉRICA CENTRAL.....	58
EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DAS ANTILHAS.....	59
EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA AMÉRICA DO SUL.....	60
EXPANSÃO TERRITORIAL DOS ESTADOS UNIDOS.....	62
GUERRA CIVIL: 1861-1865.....	63
CONFLITOS ARMADOS NA AMÉRICA DO SUL.....	64
A AMÉRICA NO MUNDO.....	66
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS.....	68

HISTÓRIA GERAL

O EGITO DOS FARAÓS E O ORIENTE MÉDIO.....	72
IMPÉRIOS ANTIGOS DO ORIENTE MÉDIO.....	74
A GRÉCIA NO SÉCULO V A.C.....	76
COLONIZAÇÃO GREGA (DOMÍNIOS FENÍCIOS E CARTAGINESES).....	77
IMPÉRIO DE ALEXANDRE.....	78
ITÁLIA ANTIGA.....	79
IMPÉRIO ROMANO.....	80

MIGRAÇÕES DE POVOS E INVASÕES.....	82
ESTADOS BÁRBAROS NO SÉCULO V.....	83
O IMPÉRIO DE CARLOS MAGNO.....	84
O SANTO IMPÉRIO ROMANO GERMÂNICO.....	85
O IMPÉRIO DO ORIENTE E A RECONQUISTA BIZANTINA.....	86
EXPANSÃO DO ISLÃO.....	88
A PENÍNSULA IBÉRICA.....	90
EUROPA DAS CRUZADAS.....	92
HANSA E CAVALEIROS TEUTÔNICOS.....	93
COMÉRCIO MEDIEVAL NA EUROPA CENTRAL.....	94
ÁSIA MEDIEVAL ECONÔMICA.....	95
ÁSIA MUÇULMANA NOS SÉCULOS XV — XVI — XVII.....	96
A FRANÇA E A INGLATERRA NA IDADE MÉDIA.....	98
VIAGENS E DESCOBRIMENTOS.....	100
EXPLORAÇÕES NO PÓLO NORTE.....	101
EXPLORAÇÕES NO PÓLO SUL.....	102
A EUROPA NO SÉCULO XVI.....	104
EUROPA NO SÉCULO XVII.....	106
FORMAÇÃO DA RÚSSIA.....	108
ESTADOS BÁLTICOS DE 1914 A 1967.....	110
EUROPA NO SÉCULO XVIII.....	112
A EUROPA NAPOLEÔNICA.....	113
A EUROPA DO CONGRESSO DE VIENA.....	114
ZOLLVEREIN.....	116
FORMAÇÃO DA UNIDADE ALEMÃ E SUA EVOLUÇÃO.....	118
FORMAÇÃO TERRITORIAL DA ITÁLIA.....	120
COLONIZAÇÃO E MODERNO IMPERIALISMO.....	122
A INGLATERRA MEDIEVAL E A MODERNA EXPANSÃO BRITÂNICA.....	124
OS ESTADOS Balcânicos no SÉCULO XX.....	126
ORIENTE MÉDIO.....	128
A EUROPA NA SEGUNDA PARTE DO SÉCULO XIX.....	129
A EUROPA DE ENTREGUERRAS: 1919-1939.....	130
ÁSIA MODERNA.....	132
ÁSIA CONTEMPORÂNEA: 1863-1913-1959.....	134
ESTADOS ÁRABES.....	136
ÁSIA CENTRAL SOVIÉTICA.....	137
A ÁSIA EM 1967.....	138
ÁREAS SOB CONTROLE DE ISRAEL.....	139
A GUERRA DO PACÍFICO (SEGUNDA GUERRA MUNDIAL).....	140
OS DOIS VIETNÃS.....	141
AS DUAS CORÉIAS (NORTE E SUL).....	142
PAÍSES DO INDO-PACÍFICO.....	143
A EUROPA MODERNA: I.....	144
A EUROPA MODERNA: II.....	146
EUROPA CENTRAL (1914-1967).....	148
TRIESTE E A ISTRIA.....	150
FRONTEIRA FRANCO-ITALIANA.....	150
CHIPRE, RHODES E ALEXANDRETA.....	151
A ÁFRICA NOS SÉCULOS XIX E XX.....	152
AÁFRICA EM 1974.....	154
AS NAÇÕES UNIDAS.....	156
O PAPEL DAS LATITUDES NA HISTÓRIA.....	158

